



Contrato-quadro de serviços para a ação externa da UE (SEA 2023)

Lote 16: Avaliação ao nível da intervenção

SEA-2023-35701

**Avaliação final do programa Ianda Guiné!
(FED/2018/038-957)**

Relatório Final

09/02/2025

Equipa:

Giacomo Cozzolino (Chefe de equipa)

Carla Félix Silva (KE2)

Midana Sambu (KE3)

Domingos Indam (KE4)



Avaliação final do programa Ianda Guiné

Projeto nº. SEA-2023-35701

Relatório Final

por

Giacomo Cozzolino (Chefe de equipa)

Carla Félix Silva (KE2)

Midana Sambu (KE3)

Domingos Indam (KE4)

Apresentado por



Em consórcio com



As opiniões expressas neste documento representam somente os pontos de vista dos autores, que não são necessariamente partilhados pela Comissão Europeia ou pelas autoridades dos países envolvidos.

Relatório Final

FICHA TÉCNICA

Título do Projeto	Avaliação final do Programa Ianda Guiné!
Número do projeto	SEA-2023-35701
País beneficiário	Guiné-Bissau
	Contratante CE
Designação	PROMAN
Endereço	68, Rue Michel Hack, Bettembourg
Telefone	+352-25-46-841
Pessoa de contacto	Laura Coppo l.coppo@proman.lu Raquel Cabello raquel.cabello@dt-global.com
Data do relatório	05.05.2026

Índice de conteúdos

1	SUMÁRIO EXECUTIVO	1
2	INTRODUÇÃO	5
2.1	O PROGRAMA IANDA GUINÉ!	5
2.2	A AVALIAÇÃO FINAL DO PROGRAMA IANDA GUINÉ!	9
3	EVIDÊNCIAS.....	11
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	44
4.1	CONCLUSÕES.....	44
4.2	RECOMENDAÇÕES.....	50
4.3	LIÇÕES APRENDIDAS	54
	ANEXO 1: TERMOS DE REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO.....	57
	ANEXO 2 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO.....	58
	ANEXO 3: MATRIZ DE AVALIAÇÃO	66
	ANEXO 4: MATRIZ DE AVALIAÇÃO COMPLETA.....	78
	PARTE A	78
	PARTE B	94
	ANEXO 5: QUADRO LOGICO DO PROGRAMA	103
	ANEXO 6: MAPAS.....	115
	ANEXO 7: LISTAS DAS ENTIDADES CONSULTADAS.....	118
	ANEXO 8: LITERATURA E DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	120
	ANEXO 9: DESCRIÇÃO DOS SETORES RELEVANTES NA GUINÉ-BISSAU E DETALHES DAS RESPOSTAS AS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	128
	ANEXO 10: SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ELEMENTOS DE ENGENHARIA VERDE APLICADOS ÀS INFRAESTRUTURAS.....	147
	ANEXO 11: RESULTADOS DO INQUÉRITO	157
	ANEXO 12: ESTUDOS DE CASO.....	178
	ANEXO 13: RIZICULTURA DE MANGAL NA GUINÉ-BISSAU.....	221

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviatura	Significado
AAAC	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente
AD	Associação para o Desenvolvimento (co-implementador da Ação IG! Arrus)
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
ADPP-GB	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – Guiné-Bissau
APAV-GB	Associação dos Para-Veterinários da Guiné-Bissau
ASPAAB	Associação dos Serviços de Água e Abastecimento da Guiné-Bissau
CA	Critérios de Apreciação
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (OECD-CAD)
Camões, I.P.	Instituto da Cooperação e da Língua, Camões
CCO	Coletivos de Cidadãos Organizados
CESO CI	CESO – Consultores Internacionais
DAO	Dossier d’Appel d’Offres (Caderno de Encargos)
DGDER / DGEDR	Direção-Geral de Engenharia e Desenvolvimento Rural
DGE	Direção-Geral da Educação
DGP	Direção-Geral da Pecuária
DGRH	Direção-Geral dos Recursos Hídricos
DGS	Direção-Geral da Saúde (Portugal)
DRA	Direção Regional da Agricultura
DUE	Delegação da União Europeia
EFP de Bachil	Escola de Formação Profissional de Bachil
ENS	Escola Nacional de Saúde
ESENFEC	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
ESSOR	ESSOR – ONG internacional
EVB	Escola Vocacional de Bissau
EU	União Europeia
FAP	Formação Agrícola Participativa
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
GAP	Gabinete de Apoio Permanente
HIMO	Haute Intensité de Main-d’Œuvre
IG!	Ianda Guiné! (Programa)
IHMT	Instituto de Higiene e Medicina Tropical – Portugal
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Agrária
IO	Indicador Objetivamente Verificável
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
KE	Key Expert (Perito-chave)
LVIA	Lay Volunteers International Association
MADR	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
M&E	Monitorização e Avaliação
MINSAP	Ministério da Saúde Pública
MSUN	Mecanismo de Segurança Alimentar e Nutricional
OECD-CAD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
PAF	Programa de Avicultura Familiar
PDR	Plano de Desenvolvimento Rural
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social

Relatório Final

PNIA	Plano Nacional de Investimento Agrícola
POS	Plano Operacional Estratégico
QA	Questão de Avaliação
RAS	Relevância, Apropriação e Sustentabilidade
REDSAN-CPLP	Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP
RESSAN-GB	Rede da Sociedade Civil para a Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau
ROM	Results Oriented Monitoring
SAB	Setor Autónomo de Bissau
SEA	Service Contract for Evaluation (Contrato-quadro UE)
TdR	Termos de Referência
TESE	TESE – Associação para o Desenvolvimento
UdC	Unidade de Coordenação
UE	União Europeia
UNITO	Università degli Studi di Torino
UNOPS	Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos
UNIVERS-SEL	ONG Internacional, co-implementadora do IG!Arrus
UPCA	União de Produtores da Cadeia Avícola
WFP / PMA	World Food Programme / Programa Mundial de Alimentação

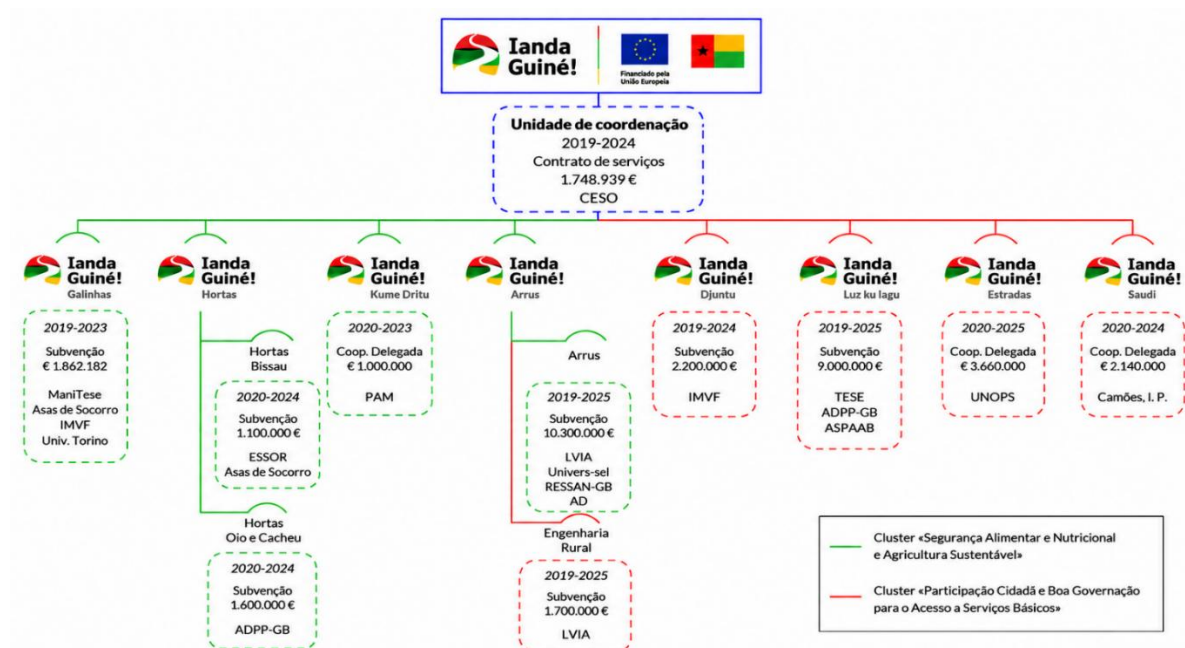
1 SUMÁRIO EXECUTIVO

Ianda Guiné! é um Programa da União Europeia (UE), para e com a população da Guiné-Bissau, que contou com um orçamento total de mais que 44 milhões de euros para o período de 2019 a 2025.

O objetivo geral do Programa foi fortalecer a resiliência das populações e aumentar as oportunidades socioeconómicas para o povo da Guiné-Bissau. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Reforçar o envolvimento dos cidadãos e das suas organizações na oferta e no acesso aos serviços locais;
- Reabilitar e reforçar o acesso à água, à eletricidade renovável e ao sistema de saúde;
- Fortalecer a resiliência e as oportunidades económicas baseadas nas atividades do setor agrícola.

O programa Ianda Guiné! foi estruturado em oito ações e uma dúzia de contratos com uma quinzena de parceiros de implementação e uma unidade de coordenação. Os principais parceiros do Programa foram as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a Sociedade Civil, destacando também o papel das Instituições do Setor Público e as Organizações Multilaterais e uma agência de cooperação oficial europeia.



A distribuição do orçamento por setor, segundo os códigos setoriais CAD definidos na Decisão da UE, assim como as metas estabelecidas, apresentam-se de seguida:

- 43040: Desenvolvimento Rural Sustentável e 41010: Política Ambiental (50%).
- 15150: Participação Democrática e Sociedade Civil (20%).
- 14030: Abastecimento básico de água potável e saneamento e 23230: Energia Solar (18%).

Relatório Final

- 12110: Política de saúde e gestão administrativa e 12281: Formação do pessoal de saúde (12%).

Esta Avaliação Final foi realizada entre Julho de 2025 e Maio de 2026.

A avaliação tem por **objetivos gerais**:

- i. Fornecer aos serviços relevantes da União Europeia, às partes interessadas, e ao público em geral, uma avaliação global independente do desempenho do Programa Ianda Guiné!, dedicando especial atenção aos seus diferentes níveis de resultados medidos em relação aos seus objetivos esperados e às razões subjacentes a esses resultados.
- ii. Identificar as principais lições aprendidas, conclusões e respetivas recomendações, a fim de informar os decisores sobre como melhorar as intervenções atuais e futuras.

Os **objetivos específicos** da avaliação são:

- Informar a próxima fase de programação nos setores prioritários, nomeadamente desenvolvimento humano (saúde e educação), economia verde e inclusiva (desenvolvimento urbano, agronegócio e pescas), e boa governação e estabilidade (segurança, justiça, direitos humanos e governação e finanças públicas).
- Retirar lições que possam ser reproduzidas noutras intervenções da UE, nos sectores em estudo, na Guiné-Bissau e nos países da sub-região.

Os principais resultados da Avaliação Final são apresentados de seguida.

De modo geral, o Programa apresentou **resultados globalmente satisfatórios**, com impactos positivos relevantes ao nível do reforço da resiliência das populações, da melhoria dos meios de subsistência rurais e do acesso a serviços básicos, nomeadamente nos domínios da agricultura, das infraestruturas e da ação comunitária (C1, C3, C4, C6, C8¹). A pertinência das intervenções face ao contexto socioeconómico e ambiental da Guiné-Bissau é elevada, tendo sido registados ganhos claros em produtividade agrícola, rendimentos, mobilidade, acesso à água, energia e serviços sociais básicos (C2, C3, C4, C6).

Especificadamente, através do Programa o rendimento médio anual das famílias produtoras de arroz de mangal aumentou em 146% e o rendimento das famílias ligadas à avicultura em 191%; depois, apoiou a produção de mais de 350 toneladas de produtos hortícolas através de 78 poços e irrigação solar. No setor das infraestruturas criou ou reabilitou 100 km de estradas rurais, reduzindo em 50% alguns tempos de viagem; e garantiu 100% da meta de acesso a água melhorada e energia elétrica. Na saúde e segurança alimentar, apoiou 17.500 consultas nutricionais gratuitas, formou 90 profissionais de saúde e contribuiu para um contexto em que 61% dos nascimentos são assistidos em unidades de saúde. No reforço da cidadania, financiou 458 iniciativas comunitárias e capacitou mais de 8.000 cidadãos. Transversalmente, promoveu 47,2% de participação feminina, 45,7% de mulheres em posições-chave, cerca de 90% de

¹ Os códigos C1, C2, etc. referem-se às conclusões apresentadas no texto principal deste relatório.

Relatório Final

beneficiárias mulheres na horticultura. Em fim, apoiou a recuperação ou proteção de cerca de 729 hectares de mangais, promovendo práticas agroecológicas e infraestruturas verdes.

A modalidade de **gestão indireta através de ONGs e parceiros especializados** revelou-se globalmente eficaz e eficiente, assegurando proximidade com as comunidades, flexibilidade operacional e uma boa relação custo-benefício, apesar de constrangimentos associados à instabilidade política, à pandemia e a limitações institucionais (C3, C9).

O Programa, em geral, e como afirmado em cima, tem boas perspetivas de impacto e com uma sustentabilidade em geral moderadamente satisfatória; contudo, a avaliação identifica que **a sustentabilidade constitui o principal desafio transversal do Programa**. Os limites objetivos de gestão das obras a nível local na Guiné-Bissau, sobretudo daquelas de maior dimensão financiadas pelo Ianda Guiné, não são imputáveis ao Programa, o qual contribuiu, de várias formas, para mitigá-los. Depois, apesar dos resultados alcançados e dos progressos em capacitação técnica, organização comunitária e criação de ativos físicos e institucionais, a autonomia a médio e longo prazo de algumas atividades permanece limitada por fragilidades estruturais das instituições públicas, ausência de mecanismos estáveis de financiamento e manutenção, elevada rotatividade de recursos humanos e dependência contínua do apoio externo (C1, C2, C5, C6, C8).

As intervenções revelaram-se mais eficazes quando adotaram uma **abordagem integrada ao longo das cadeias de valor**, associando inovação técnica, infraestruturas adequadas e beneficiários com experiência prévia e forte motivação (C3, C7). Pelo contrário, componentes onde a comercialização, a governação setorial ou os sistemas de monitorização não foram suficientemente estruturados apresentaram resultados menos robustos, como se verificou de forma mais evidente na saúde e na avicultura (C2, C5).

A integração do **género e do ambiente** foi progressivamente reforçada ao longo da implementação, com efeitos positivos na participação feminina, no bem-estar das mulheres e na promoção de práticas mais sustentáveis. No entanto, estas dimensões teriam beneficiado de uma integração mais sistemática desde a fase de desenho, com indicadores, recursos e mecanismos de acompanhamento mais robustos (C10).

As principais recomendações da Avaliação Final são apresentadas de seguida.

Com base nas conclusões da avaliação, recomenda-se que **futuras intervenções priorizem a sustentabilidade, a ancoragem institucional e a consolidação das cadeias de valor**, desde a fase de conceção dos futuros projetos e programas (R1, R3, R4, R10).

O apoio à sociedade civil deverá adotar uma abordagem **programática, de longo prazo e orientada para o reforço institucional**, promovendo parcerias estáveis, mecanismos de governação interna, transparência e estratégias de saída claramente definidas, com envolvimento efetivo das instituições públicas desde o início (R1).

Relatório Final

No setor da saúde, recomenda-se a adoção de **modelos plurianuais e progressivos**, alinhados com as capacidades reais do sistema nacional, com indicadores atribuíveis, mecanismos permanentes de monitorização e avaliação, estratégias de retenção de recursos humanos e coordenação estreita entre parceiros técnicos e financeiros (R2).

No domínio do desenvolvimento rural, os programas e os projetos futuros deverão reforçar prioritariamente a **componente de comercialização**, embora foram completadas todas as atividades previstas neste âmbito. Esta componente foi identificada como o principal elo frágil das cadeias de valor, combinando capacitação técnica com investimentos estruturantes em irrigação, logística, armazenamento e acesso aos mercados, bem como o apoio ao empreendedorismo rural e às cadeias de valor nacionais menos dependentes de insumos externos (R3).

A seleção dos beneficiários deve privilegiar perfis com **experiência prévia, elevada motivação e ligação direta aos seus meios de subsistência**, evitando a introdução de atividades produtivas complexas junto de públicos sem base técnica mínima (R5).

Os investimentos em infraestruturas devem integrar, desde o planeamento, **modelos claros de gestão, manutenção e financiamento a longo prazo**, com reforço das capacidades institucionais locais, mecanismos tarifários adequados e integração de soluções de engenharia verde e baseadas na natureza (R4, R9). Estes modelos poderão também facilitar os mecanismos de governação.

Finalmente, recomenda-se que os **mecanismos de governação, coordenação e aprendizagem** (os quais foram melhorados durante a implementação do Programa) sejam concebidos desde a formulação dos programas e projetos, com quadros lógicos e sistemas de indicadores sólidos, liderança clara, papéis bem definidos entre os atores e plena integração das dimensões de género e ambiente como eixos estratégicos das futuras intervenções (R6, R8, R9, R10).

2 INTRODUÇÃO

2.1 O Programa Ianda Guiné!

O Ianda Guiné! (doravante também “Programa Ianda Guiné!”, “Programa” ou “IG!”) é um Programa de desenvolvimento multisetorial promovido pela União Europeia (UE) na Guiné-Bissau e implementado entre 2019 e 2025.

Os códigos setoriais CAD definidos na Decisão da UE, assim como as metas estabelecidas, apresentam-se de seguida:

- 43040: Desenvolvimento Rural Sustentável e 41010: Política Ambiental (50%).
- 15150: Participação Democrática e Sociedade Civil (20%).
- 14030: Abastecimento básico de água potável e saneamento.
- 23230: Energia Solar (18%).
- 12110: Política de saúde e gestão administrativa e 12281: Formação do pessoal de saúde (12%).

Com um investimento de cerca de 44 milhões de Euros, o programa Ianda Guiné!, é constituído por um conjunto de ações complementares, coerentes e harmonizadas, implementadas por diferentes entidades, que promovem novas oportunidades económicas e procuram soluções para os problemas sociais e económicos existentes no país. As ações foram formuladas para alcançar o objetivo geral e os objetivos setoriais, como formulados na Decisão da UE.

O **objetivo geral** do Programa é reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau.

Os **objetivos específicos**, como formulados inicialmente no Programa, são:

- 1) Reforçar a participação dos cidadãos e das suas organizações na prestação e acesso a serviços de proximidade;
- 2) Reabilitar e reforçar o acesso à eletricidade renovável, ao abastecimento de água e ao sistema sanitário;
- 3) Reforçar a resiliência e as oportunidades económicas com base nas atividades da cadeia de valor agrícola.

De seguida, os sub-objetivos.

Para o objetivo específico 1:

PI.1) Implementação, por parte das Organizações da Sociedade Civil (OSC), de iniciativas de prestação de serviços de proximidade;

PI.2) Reforço da capacidade local de resiliência e de resolução de problemas por parte das OSC;

Relatório Final

P1.3) Reforço do envolvimento das OSC no processo de diálogo, no trabalho em rede e nos processos de divulgação de dados e conhecimentos.

Para o objetivo específico 2:

P2.1) Criação e implementação de um quadro de regulação nacional para o fornecimento e gestão descentralizada de água e energia;

P2.2) Reabilitação e reforço das infraestruturas de água potável e eletricidade nas zonas rurais de forma sustentável;

P2.3) Melhorar as condições de higiene nas aldeias e pequenas cidades;

P2.4) Reforço da gestão do sistema de saúde em termos de liderança e capacidade de diálogo, planeamento, organização e coordenação setorial;

P2.5) Melhorar a Gestão dos Recursos Humanos para a Saúde.

Para o objetivo específico 3:

P3.1) Aumentar, de forma sustentável, a produção familiar de arroz de mangal em todo o país, principalmente na região de Tombali;

P3.2) O desenvolvimento das fileiras agrícolas (arroz, fruta, legumes e animais de ciclo curto) contribui para aumentar a resiliência e o rendimento dos pequenos agricultores de agricultura familiar;

P3.3) Melhorar, de forma sustentável, a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos agregados familiares abrangidos pelo Programa².

Por encunato, estes objetivos foram revistos após a primeira formulação e assim as intervenções foram desenhadas para alcançar os “novos” objetivos específicos, apresentados de seguida:

1. Aumentar os rendimentos dos produtores das fileiras agropecuárias (IG! Arrus, IG! Galinhas e IG! Hortas).
2. Reduzir a insegurança alimentar e nutricional das famílias dos produtores das fileiras agropecuárias (IG ! Kume Dritu, e IG! Hortas).
3. Facilitar o escoamento e comercialização de produtos agrícolas e melhorar o acesso a serviços sociais básicos para as populações rurais das regiões de Oio, Tombali e Quínara (IG! Estradas e IG! Arrus - Engenharia Rural).
4. Cidadãos da Guiné-Bissau protagonistas na resolução de problemas coletivos (IG! Djuntu).
5. Garantir o acesso sustentável a serviços de água potável, energia e saneamento básico para as populações rurais e semiurbanas da Guiné-Bissau (IG! Lus Ku Iagu).
6. Contribuir para a cobertura universal de saúde na Guiné-Bissau (IG! Saudi).

² Tradução não oficial dos objetivos incluídos na Decisão da UE

Relatório Final

No que diz respeito aos marcadores do Rio³, destacam-se como objetivos importantes a diversidade biológica, a luta contra a desertificação, a mitigação e a adaptação às alterações climáticas.

“Acabar com a fome” (ODS2), “Vida saudável” (ODS3), “Água e saneamento” (ODS6), “Energias renováveis” (ODS7), “Combater as alterações climáticas” (ODS13) e “Parcerias para o Desenvolvimento” (ODS17), são os principais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), definidos na Decisão da EU, para os quais o Programa contribui. Adicionalmente, embora em segundo plano, destaca-se a “Educação de qualidade” (ODS4) e a “Igualdade de género” (ODS5).

A data de início do período de implementação do Programa estava prevista para o dia 01/01/2019, com a extensão do prazo de duração do Programa até 78 meses (Adenda 1 a Decisão).

O Programa financia as seguintes Ações (doravante referidas também como Projetos):

Projeto IG	Título do contrato ⁴	Orçamento (euro) ⁵	Parceiro de implementação
Arrus	PRO-GB Agricultura de Mangal	10.300.000	Lay Volunteers International Association (LVIA)
Arrus - Eng ^a Rural	Intervenções de engenharia rural de apoio a produção de arroz	1.700.000	Lay Volunteers International Association (LVIA)
Galinhas	“Nô pui asas pa disinvimentu-promoção da fileira avícola na Guiné-Bissau” II fase – Ação de programa: Ianda Guiné! Galinhas	1.862.182 ⁶	Mani Tese
Hortas Cacheu e Oio	Nha Horta i Nha Sabura - Desenvolvimento Sustentável da Fileira Hortícola para a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional -	1.600.000	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP)

³ Os Marcadores de Rio são indicadores estatísticos utilizados pelos doadores do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE para monitorizar o financiamento externo destinado a objetivos ambientais

⁴ Termos de Referência

⁵ Orçamento disponibilizado.

⁶ Contribuição da UE: 1.750.000 euros. Cofinanciamento da Mani Tese: 102.191 euros. Cofinanciamento da ASAS: 9.990 euros.

Relatório Final

Projeto IG	Título do contrato ⁴	Orçamento (euro) ⁵	Parceiro de implementação
Hortas SAB	Nô baloura labour na Bissau	1.100.000	ESSOR
Djuntu 1	Programa para a Resiliência e Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau - componente Sociedade Civil (ProGB Sociedade Civil)	8.500.000	Instituto Marquês de Valle Flor (IMFV)
Djuntu 2	Ianda Guiné! Djuntu Reforço - Programa para a resiliencia e as Oportunidades Socioeconomicas para a Guiné-Bissau	700.000	Instituto Marquês de Valle Flor (IMFV)
Lus ku Iagu	Programa para a Resiliência e Oportunidades Socioeconómicas na Guiné-Bissau - Serviços de Água e Energia	9.000.000	TESE
Saudi	Ianda Guiné Saudi - Reforço do Sistema de Saúde da Guiné-Bissau	2.140.000 ⁷	Instituto Camões
Estradas	Projet d'amélioration de l'accès aux zones rurales des régions de Oio, Quinara et Tombali	3.600.000	United Nations Office for Project Services (UNOPS)
Kume dritu	Monitoring food and nutrition security and improve nutrition status of populations in Guinea-Bissau	1.000.000	Programa Alimentar Mundial (PAM)

⁷ Contribuição da UE: 2.000.000 euros. Cofinanciamento da Camões: 80.000 euros. Cofinanciamento da Fundação Calouste Gulbenkian: 60.000 euros.

Relatório Final

A implementação do Programa foi tecnicamente apoiada pela Unidade de Coordenação (UdC) até 2023, com um valor orçamental disponível de 1.749.810 euro. Para o alcance dos objetivos da UdC concorrem os seguintes resultados:

R1 – Mecanismos de planificação integrada das atividades e de procura de sinergias estratégicas e operacionais entre as diferentes Ações identificados e postos em prática.

R2 – Quadro de monitoria global e um esquema de avaliação do Programa criados, disseminados e implementados ao longo do Programa.

R3 – Plano de Ação comum de comunicação, documentação e visibilidade desenhado, divulgado e executado ao longo do Programa.

Após o término do contrato da assistência técnica da UdC, foi contratado um consultor para continuar a prestar apoio ao Programa.

Os detalhes dos setores relevantes são incluídos no Anexo 9.

2.2 A Avaliação Final do Programa Ianda Guiné!

A avaliação tem por **objetivos gerais**: (i) fornecer aos serviços relevantes da União Europeia, às partes interessadas, e ao público em geral, uma avaliação global independente do desempenho do PRO-GB – Programa para a Resiliência e Oportunidades Socioeconómicas na Guiné-Bissau – Ianda Guiné!, dedicando especial atenção aos seus diferentes níveis de resultados medidos em relação aos seus objetivos esperados e às razões subjacentes a esses resultados; e (ii) identificar as principais lições aprendidas, conclusões e respetivas recomendações, a fim de informar os decisores sobre como melhorar as intervenções atuais e futuras.

Os **objetivos específicos** desta avaliação são:

- Informar a próxima fase de programação nos setores prioritários, nomeadamente desenvolvimento humano (saúde e educação), economia verde e inclusiva (desenvolvimento urbano, agronegócio e pescas), e boa governação e estabilidade (segurança, justiça, direitos humanos e governação e finanças públicas).;
- Retirar lições que possam ser reproduzidas noutras intervenções da UE, nos sectores em estudo, na Guiné-Bissau e nos países da sub-região⁸.

A abordagem metodológica adotada combina técnicas qualitativas e quantitativas, incluindo revisão documental, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e estudos de caso, com a participação ativa de

⁸ Uma seção específica sobre lições aprendidas e uma sobre casos de estudo e boas práticas são incluídas neste relatório de avaliação.

Relatório Final

um leque diversificado de partes interessadas. Os detalhes da abordagem metodológica adotada são incluídos no Anexo 2.

3 EVIDENCIAS

QA1 (Eficácia, impacto, género, ambiente e alterações climáticas): Em que medida é que a atualização do Programa (incluindo o seu quadro lógico e suas atividades) e respetiva implementação (incluindo o apoio da Assistência Técnica), respondeu de forma efetiva às lições aprendidas, conclusões e recomendações da Avaliação Intercalar, especialmente no que se refere ao objetivo principal do Programa, ou seja, *“Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau”*?

De forma geral, o Programa respondeu às lições aprendidas, conclusões e recomendações da Avaliação Intercalar. As medidas tomadas são, em geral, satisfatórias, embora alguns elementos limitem o respetivo nível de eficácia.

A UdC preparou um breve documento intitulado *“Resumo das Ações Tomadas em Resposta à Avaliação Intercalar”*.

Foram realizadas as seguintes atividades para responder à Avaliação Intercalar:

1. *Foram incluídos novos indicadores na tabela de monitorização do Programa, que permitem aferir a utilização das infraestruturas construídas e/ou reabilitadas no âmbito do programa, bem como indicadores específicos sobre questões de género.* Contudo, a UdC não efetuou uma verificação direta e independente dos valores dos indicadores no terreno, deixando, portanto, a validação “interna” destes aos respetivos parceiros de implementação dos projetos. Este facto representa uma limitação no processo de Monitorização e Avaliação do progresso dos resultados do Programa; o Programa teria beneficiado, por exemplo, de uma verificação por amostragem, realizada por uma terceira parte independente (idealmente, mas não necessariamente, a UdC), relativa a alguns indicadores-chave, permitindo uma maior fiabilidade dos dados e, consequentemente, uma gestão adaptativa mais eficaz das atividades.
2. *Foi efetuada a medição de todos os indicadores da tabela de monitorização do Programa cuja aferição era possível, com respetiva produção de protocolos simplificados para a recolha, sistematização e análise dos dados, sempre que se justificou, que ajudou os parceiros de implementação.*
3. *Foi concluído o mapeamento/estimativa/recenseamento completo dos beneficiários do Programa, desagregado por género e com a integração numa base de dados alfanumérica e geográfica. Os files analisados mostram uma qualidade elevada dos produtos. Contudo, como noutros indicadores, a estimativa completa dos beneficiários foi feita com base nos dados fornecidos pelos parceiros de implementação, sem qualquer verificação independente, por amostragem, no terreno. É importante salientar que nem sempre foram encontradas evidências de correspondência entre o número de beneficiários identificado pelos parceiros de*

Relatório Final

implementação e o número efetivo. Dado que esta evidência foi identificada durante a missão de avaliação, que conseguiu trabalhar com um número muito limitado de grupos de beneficiários a nível local, é possível que existam outras situações em que o número de beneficiários identificado pelos parceiros de implementação e o número efetivo sejam diferentes. Este facto limita a possibilidade de avaliar, com evidência robusta, os resultados e o impacto do Programa. Por fim, integrar a localização geográfica das atividades num sítio web, como já feito na página web do programa, operativa até setembro 2025, constituiria uma mais-valia em termos de visibilidade e comunicação dos resultados do Programa.⁹

4. Quanto a recomendação de aplicar o sistema métrico-decimal, *“Enquanto a Ação IG! Arrus desde 2022 já aplicava o sistema métrico-decimal para medir os dados de produção de arroz, as Ações IG! Hortas CO e IG! Hortas SAB fizeram a implementação de casos piloto nas 3 regiões-alvo do Programa, abrangendo um universo de 78 horticultoras (18 do SAB, 30 da região de Cacheu e 30 da região de Oio) com a aplicação deste sistema em cada uma das Ações”*.
5. Em resposta a necessidade de estender a duração dos projetos, também para orientá-los maioritariamente para a política ambiental, em conformidade com a Decisão da UE (ver também o parágrafo 2.1), *todas as Ações em execução em 2023, com exceção do IG! Galinhas, negociaram com a DUE adendas aos seus contratos que viabilizaram a extensão da duração dos projetos*. Este facto é relevante, positivo e demonstra a capacidade da DUE e dos parceiros de implementação para adaptarem as atividades com vista a melhorar os resultados, tendo também em conta o contexto nacional e os atrasos devidos as consequências globais da Pandemia COVID e da guerra na Ucrânia, com impactos negativos a nível nacional e local. Contudo, não há evidências de que tenham sido sempre tomadas medidas para orientar todos os projetos para a política ambiental, conforme recomendado pela avaliação intercalar, tendo em conta a formulação do próprio Programa.
6. *Foram realizados novos eventos sobre temas-chave do Programa, com envolvimento das instituições públicas*, as quais, em geral, mostraram um bom nível de satisfação.
7. *As Ações prepararam as respetivas estratégias de saída, estando a maior parte devidamente documentadas, enquanto a UdC preparou uma estratégia de saída do Programa*. Mais detalhes sobre as estratégias de saída dos respetivos projetos, é possível referir-se às QA2, QA3, QA4 e QA5. A estratégia de saída do Programa foi concebida, por escolha deliberada dos seus autores, como a soma das estratégias de saída das diferentes ações. Tal facto confirma – como já salientado na avaliação intercalar – que o Ianda Guiné, em alguns aspetos, funcionou mais como um conjunto de ações do que como uma iniciativa plenamente integrada. As estratégias de saída

⁹ Por mais detalhe sobre as atividades de comunicação e visibilidade é possível ver a QA10

Relatório Final

das ações individuais foram apresentadas sob a forma de tabelas. A secção dedicada à comunicação remete para atividades que serão realizadas, pelo menos em parte, no âmbito desta avaliação externa final e que, por conseguinte, não podem ser avaliadas por razões de conflito de interesse (esta equipa de avaliação não avaliará a empresa que a contratou) e por questões de calendário (estas atividades terão lugar após a conclusão da presente avaliação). A estratégia de saída inclui também algumas recomendações para a manutenção e gestão das infraestruturas após o encerramento dos projetos, sem, no entanto, abordar de forma satisfatória questões relacionadas com os recursos financeiros e técnicos necessários. Este tema é tratado em detalhe na QA8. Além disso, algumas atividades e resultados só poderão ser verificados no futuro, inclusive através de uma avaliação ex-post, nomeadamente quanto ao impacto real e à sustentabilidade das ações (por exemplo: durabilidade das infraestruturas, funcionamento do Centro de Transformação de Arroz em San Francisco da Floresta, Tombali, para a transformação do arroz). Relativamente à conceção de uma intervenção para o ciclo seguinte, foram preparados diagnósticos prévios, incluindo estudos para iniciativas nos setores da pesca, agricultura e alimentação, empreendedorismo e setor privado.

QA2 (Eficácia, eficiência e sustentabilidade): De que forma é que o Programa contribuiu para que os Coletivos de Cidadãos Organizados (CCO) assumam o protagonismo na resolução de problemas coletivos no futuro? Pode-se antever a continuidade deste protagonismo a curto e médio prazo? Em que medida a modalidade de gestão indireta, através de ONGs, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?

A componente focada na sociedade civil e participação cidadã do Programa, assumida por ambas as intervenções Ianda Guiné Djuntu e Ianda Guiné Djuntu Reforço, tinha como objetivo específico (Objectivo 1 no QL do Programa), que os cidadãos do país se tornassem protagonistas na resolução de problemas coletivos. Assim sendo, as implementações das mesmas seriam verificadas com base (1.1) no grau de satisfação das comunidades com o processo de implementação das iniciativas pelos CCO; (1.2) o nível de resolução de problemas coletivos alcançado pelas soluções implementadas; (1.3) a evolução do nível de aptidão demonstrada pelos coletivos para a resolução de problemas. A avaliação da eficácia, eficiência e sustentabilidade destas intervenções¹⁰ baseia-se assim na análise dos indicadores

¹⁰ A forma como os resultados foram reportados não permitem dissociar as realizações de um projeto das do outro, portanto a avaliação produz assim apreciações globais.

Relatório Final

acima mencionados, mas também na verificação do produto (P 1.1.) ambicionado no QL - participação e atuação dos coletivos de cidadãos organizados para a resolução dos seus problemas reforçadas¹¹.

Em síntese, de acordo com o relatório final das intervenções, a eficácia da intervenção foi *satisfatória* atendendo a que foram realizadas 309 sessões de esclarecimento, envolvendo mais de 8.000 participantes; 445 sessões de formação, com a participação de mais de 5.500 pessoas; recebidas 1.516 propostas; assinados 466 contratos; e financiados e implementados 458 projetos/subvenções, correspondendo ao desembolso de 1.285 tranches. Contudo, a precisão destes números não pode ser rigorosamente verificada, dada a ausência de avaliações intercalar e final independentes dedicadas exclusivamente às intervenções (aliás como previsto no seu QL)¹².

Os graus de satisfação, por seu turno, são variáveis. O grau de satisfação das comunidades face ao processo de implementação das iniciativas pelos CCO – (1.1) - refletiu-se logo na mobilização comunitária alcançada para responder ao inquérito levado a cabo no âmbito da avaliação¹³ (ver anexo 11) e no interesse demonstrado pelo próprio processo de avaliação no terreno. Nesse contexto, a maioria dos inquiridos (89,7%) declara conhecer ou participar ativamente em CCOs, o que evidencia a expansão e a consolidação *satisfatória* destas estruturas como mecanismos de organização e ação coletiva na Guiné-Bissau, sobretudo no meio rural. Porém, quer o conceito do “método Djuntu¹⁴”, quer os “centros de recursos” são desconhecidos ou reconhecidos por outras denominações pelos entrevistados, na sua maioria. O mesmo desconhecimento verificou-se ao nível da origem dos fundos e do financiamento.

A perceção da comunidade ao nível de resolução de problemas coletivos alcançado pelas soluções implementadas pelas intervenções - (1.2) - é particularmente expressiva e reconhecida como *totalmente satisfatória*. Cerca de 79,3% afirmam que o programa contribuiu “muito” para a melhoria das condições de vida comunitária, enquanto uma minoria (cerca de 10%) é mais cética - as entrevistas fazem eco destas perceções.

A evolução do nível de aptidão demonstrado pelos coletivos para a resolução de problemas (ponto 1.3) revela-se *moderadamente insatisfatória*. Embora os 269 participantes do inquérito, juntamente com as

11 Em análise estão os seguintes indicadores: evolução do acesso ao método Djuntu ao longo do projeto; número de iniciativas no pedido de agendamento; percentagem das iniciativas no pedido de agendamento com qualidade satisfatória; percentagem das iniciativas que superam a fase de avaliação; percentagem das iniciativas que superam a fase de verificação no terreno; nível de representatividade dos diferentes grupos intervenientes na fase de diagnóstico das iniciativas; nível de apropriação dos diferentes membros intervenientes durante a fase de implementação das iniciativas; grau de engajamento dos jovens envolvidos nos PPM em iniciativas promotoras do desenvolvimento local.

12 Avaliações essas que seriam por definição mais detalhadas, o que permitiria uma triangulação independente e mais robusta dos resultados apresentados.

13 Decorreram um total de 375 inquéritos entre os dias 16 de outubro e 5 de novembro de 2025, abrangendo as quatro regiões definidas no contrato, nomeadamente o Setor Autónomo de Bissau (SAB), Oio, Bafatá e Tombali.

14 O Método Djuntu é a metodologia de intervenção usada pelo programa para tornar possível este tipo de participação comunitária, funcionando como uma “caixa de ferramentas” adaptada para coletivos, mesmo sem experiência prévia.

Relatório Final

comunidades entrevistadas na avaliação, confirmem ter recebido um apoio consistente, abrangente¹⁵, descentralizado e multidimensional, por parte das intervenções, isso não se traduz em níveis proporcionais de autonomia de ação face ao apoio recebido. Apesar de se observar uma maior capacidade de organização comunitária – o que contribuiu para o empoderamento, autoestima e prestígio local da comunidade que frequentemente se sentem marginalizadas pelos processos locais e nacionais de decisão - a mesma evolução não se reflete na iniciativa e capacidade necessárias para que se candidatem a financiamentos futuros, nem na mobilização de recursos dentro da própria comunidade para concretizar os seus objetivos. Constatou-se, ainda, uma forte expectativa de que o modelo atual de apoio e financiamento venha a ser prolongado ou replicado no futuro.

A avaliação da eficiência¹⁶ da intervenção é *satisfatória* e é considerada consequência de uma intervenção exigente, descentralizada, cujo sucesso se deve sobretudo à estabilidade e empenho da equipa de trabalho que se manteve a mesma, do início ao fim da intervenção. A implementação foi atempada face ao calendário de execução, baseada num sistema de gestão e monitoria sistemático, com uma articulação constante com as diferentes regiões do país. O projeto demonstrou capacidade de adaptação, especialmente face ao contexto da pandemia COVID-19. Os recursos humanos, financeiros e logísticos foram considerados adequados, e fundamentais para a boa implementação das intervenções.

Quanto à sustentabilidade da intervenção, observou-se através dos resultados do inquérito, uma perceção amplamente positiva entre os inquiridos - 83,7% dos participantes acreditam que estas estruturas continuarão ativas - ainda que a equipa de avaliação tenha verificado já sintomas de desmobilização e caducidade das infraestruturas aquando das visitas ao terreno. Verifica-se, porém, uma declaração de apropriação das infraestruturas visitadas, na maioria dos casos construídas com meios e apoio do trabalho das comunidades, e confiança nos mecanismos de governação comunitária criados. Uma pequena minoria manifesta incertezas em relação à continuidade dos resultados das ações. No entanto, quando se adiciona a estes o grupo de 10,3% que não respondeu, torna-se evidente que cerca de um terço da comunidade não demonstra total segurança quanto à sustentabilidade pós-projeto, sublinhando que estas estão dependentes de um acompanhamento estruturado, que apelaria a um plano de transição mais sólido que acompanhasse as iniciativas já criadas (ler a secção dedicada às estratégias de saída das intervenções). Portanto, a sustentabilidade do reforço da capacidade **dos coletivos de cidadãos organizados para a resolução dos seus problemas** revela-se *moderadamente satisfatória*, só funcionais no caso da existência de parcerias capazes e estáveis.

“Muito investimento na sociedade civil, sem se investir no Estado é um desperdício – o Estado tem obrigações e não deve ser desresponsabilizado.”

15 As intervenções demonstram inclusão ao nível etário, de género e religioso. Esta abrangência é menos óbvia no que se refere a pessoas com deficiência.

16 A avaliação da eficiência do Programa será aprofundada no âmbito da QA6.

Fonte: Beneficiário de projeto entrevistado no âmbito da missão de avaliação no terreno em 2025

QA3 (Eficácia, eficiência e sustentabilidade): Em que medida é que o Programa contribuiu para reforçar a cobertura do sistema de saúde na Guiné-Bissau e apoiou a capacidade do Estado da Guiné-Bissau para melhorar, desenvolver, implementar e monitorizar políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional? Em que medida a modalidade de gestão indireta, implementada através de agências de Estados Membros, ONGs e organizações multilaterais, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?

Dentro da componente de acesso a serviços básicos encontravam-se as ações Ianda Guiné Saudi e Ianda Guiné Kume-Dritu.

A ação Ianda Guiné Saudi tinha como objetivo específico (3 no QL do Programa) melhorar a cobertura universal de saúde na Guiné-Bissau. Assim sendo, a implementação do mesmo seria verificada com base em (3.1) percentagem de execução do orçamento geral do Estado dedicado à Saúde; (3.2) percentagem de nascimentos assistidos numa unidade de saúde; (3.3) número de crianças entre 12-23 meses com vacinação completa. A avaliação da eficácia, eficiência e sustentabilidade desta intervenção foca-se assim na análise dos indicadores acima mencionados, mas também na verificação do produto (P 3.1) ambicionado no QL - Governação e profissionalização do Sistema Nacional de Saúde da Guiné-Bissau fortalecidas¹⁷.

A avaliação conclui que o objetivo específico da Ação Saudi no âmbito do Programa, bem como os seus indicadores, foram definidos de forma ambiciosa e vaga. Por esse motivo, a análise dos resultados do objetivo deve ser feita à luz do seu “contributo para”, abordagem que, aliás, deveria ter sido assumida desde o momento de conceção da intervenção e do QL do Programa. Verifica-se igualmente que os indicadores não foram adequadamente ponderados; para além de se encontrarem pouco articulados com as atividades previstas no âmbito da intervenção, não estão alinhados com o produto que o projeto se propunha alcançar e, em todos os casos não poderiam ser atribuídos direta e exclusivamente à intervenção, particularmente tendo em consideração um cenário frágil como o da Guiné-Bissau, no qual se registam tantos investimentos e donativos na área da saúde, provenientes de diferentes doadores.

Analisando (3.1) com base na proposta do Orçamento de Estado¹⁸ para 2025, o Ministério da Saúde Pública (MINSAP) conta com um orçamento de 18.730 milhões de FCFA, o que corresponde a um

¹⁷ A análise é realizada com base no grau de utilização do PNDS III no planeamento e monitorização do sistema de saúde; número documentos de planificação estratégica em saúde elaborados com apoio do projeto; n° de profissionais de saúde com formação avançada integrados em estruturas do SNS (desagregados por sexo e por carreira profissional).

¹⁸ República da Guiné-Bissau OGE 2025 [Proposta] Ministério das Finanças / setembro 2024.

Relatório Final

ligeiro decréscimo de 1% face ao ano anterior¹⁹. A saúde retém assim 2.067 mil milhões de FCFA²⁰ do Orçamento, se este for executado como previsto. Considerando a linha de base (ou valor de referência) no QL do Programa (81,8%²¹ em 2019²²), as recomendações internacionais²³ e o cenário em que se observa uma redução acentuada de 27,7% nos desembolsos de empréstimos destinados a projetos de investimento nesta área (ainda que compensados pela mobilização acrescida de donativos, cujo volume aumentou 37,7%, mas a duração e sustentabilidade não são claras) - o contributo da intervenção neste sentido é considerado, portanto, insatisfatório.

19 Esta redução resulta sobretudo da diminuição de 5,8% no investimento financiado por recursos externos, levando a uma contração global de 3,7% nas despesas de investimento do setor.

20 Quanto à distribuição dos recursos próprios do Governo pelos principais subsectores, destacam-se as Obras Públicas (58% do total), seguidas pela Energia (6,31%), Educação (6,05%), Saúde (9,15%), Defesa (3,70%), Agricultura (2,74%) e Ministério do Interior (0,92%).

21 Enquanto no QL do projeto saúde o indicador remete a 31,7%. Sendo a avaliação de programa foi tomado em consideração o valor indicado no QL do programa.

22 O documento do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2019 do Ministério das Finanças não foi localizado no site do Ministério das Finanças, pelo que a presente avaliação recorreu aos dados disponibilizados pelas Nações Unidas para ilustrar a evolução, apresentados na Figura 1. Importa recordar que, ao nível do impacto, o Programa tinha como objetivo contribuir para a melhoria da cobertura universal dos cuidados de saúde na Guiné-Bissau, sendo o principal indicador associado a percentagem de execução do OGE afeta ao setor da saúde. De acordo com o QL, este indicador apresentava, em 2019, um valor de base de 81,8%% (impossível de verificar), enquanto o documento do OGE de 2020 aponta para 39,5%, tendo sido definida uma meta de 15% para 2023. A principal fonte de verificação prevista é o OGE, disponibilizado pelo Ministério das Finanças, o qual indica que, em 2023, a dotação orçamental para o setor da saúde representou 9,7% do OGE.

23 Não existe um valor universalmente consensual para o nível adequado de despesa pública em saúde aplicado em Estados em transição, mas existem referências internacionais amplamente utilizadas. A Declaração de Abuja estabelece como meta que os países africanos afetem pelo menos 15% do Orçamento Geral do Estado ao setor da saúde, sendo este o parâmetro mais comum para aferir um esforço satisfatório. A OMS considera que, em contextos frágeis, valores iguais ou superiores a 12% do orçamento público já representam um compromisso significativo, enquanto o Banco Mundial e o PNUD apontam para um intervalo de 10% a 15% como aceitável ou satisfatório nesses contextos. De modo geral, alocações inferiores a 8% são classificadas como insuficientes; entre 8% e 10%, consideradas moderadas; entre 10% e 12%, aceitáveis para um Estado frágil; e acima de 12%, satisfatórias e alinhadas com boas práticas internacionais.

Relatório Final

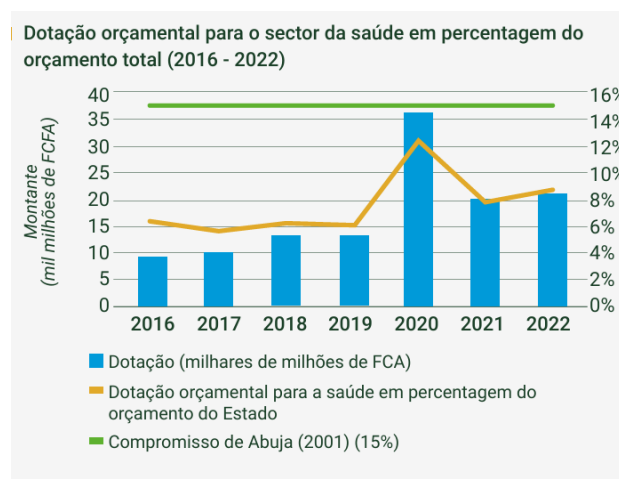


Figura 1 Dotação orçamental para o sector da saúde em percentagem do orçamento total na Guiné-Bissau (2016-2022)²⁴

Quanto ao (3.2), dados da UNICEF²⁵ de 2023 indicam que 61% dos nascimentos são assistidos numa unidade de saúde, o que é avaliado como satisfatório²⁶, tendo como linha de base o valor de referência do QL (44% em 2019). Finalmente, (3.3) de acordo com as estimativas mais recentes da OMS e UNICEF, a cobertura de vacinação em crianças de 12–23 meses na Guiné-Bissau apresenta níveis variados por antígeno, com cerca de 50–60% das crianças recebendo as doses recomendadas de vacinas essenciais (Poliomielite, BCG Bacilo de Calmette-Guérin contra a tuberculose, DTP3 contra difteria, tétano e tosse convulsa, por exemplo). No entanto, estes valores são baseados em dados administrativos reportados, que não são triangulados por dados provenientes de inquéritos representativos realizado a nível nacional nos últimos cinco anos. Esta limitação implica que a percentagem de crianças com vacinação completa, não possa ser determinada com precisão, devendo os resultados ser interpretados com cautela, dado que a cobertura real pode diferir da reportada.

A eficácia da intervenção ao nível do P3.1 foi considerada moderadamente satisfatória, apesar dos desafios. Durante o período analisado (até setembro de 2023), o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT/NOVA) concentrou os seus esforços no apoio ao MINSAP, acompanhando de forma estruturada o processo de planeamento, gestão e capacitação do setor da saúde do país. A atividade central, referente à revisão do PNDS III²⁷ (consubstanciado pelo desenvolvimento do PNDRHS²⁸), culminou com a entrega de um documento final a janeiro de 2023, o que comprometeu a realização de todas as atividades de monitoria associadas ao plano e previstas serem realizadas ainda durante a implementação da Ação.

24 Fonte: Quadro extraído da publicação - Nações Unidas Guiné-Bissau (ONU). Orçamento Geral do Estado e o Direito à Saúde na Guiné-Bissau (2025)

25 Maternal, Newborn, Child & Adolescent Health, UNICEF 2023.

26 Segundo dados da OMS / UNICEF em contextos de fragilidade.

27 Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS III) 2023-2028.

28 Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde.

Relatório Final

Ao nível da formação, o apoio à Escola Nacional de Saúde foi concluído com sucesso e os seus formandos encontram-se hoje como docentes na mesma. A formação médica avançada formou 24 médicos e concluiu 16 estágios em Portugal, em 2022. Os seis participantes²⁹ no inquérito desta área (ver anexo 11) consideram os conteúdos abordados³⁰ como muito relevantes e alinhados com as necessidades operacionais e de gestão do setor. Isso explica o nível de satisfação - 100% dos participantes classificaram a formação como pertinente, bem organizada e metodologicamente adequada. Todos afirmaram estar a utilizar os conhecimentos adquiridos, impactando diretamente a gestão de pacientes, análise de dados clínicos, tomada de decisão e melhoria geral dos serviços, porém apelaram à continuidade de formação, expansão do número de beneficiários e maior cobertura nacional.

A eficiência da intervenção foi avaliada como moderadamente insatisfatória, uma vez que apenas cerca de 15% do orçamento havia sido executado nos primeiros 21 meses, facto que levou à necessidade de prolongar o período de implementação por nove meses adicionais. O modelo de gestão interna foi ajustado, em resposta às recomendações da ação de monitoria ROM de 2021, dado que a estrutura inicial limitava a celeridade dos processos decisórios. As ambições do projeto revelaram-se elevadas face ao tempo e recursos disponíveis, bem como à necessária dependência dos parceiros de implementação, especialmente das instituições guineenses. A meio termo, nenhuma das atividades-chave se encontrava concluída, e os atrasos foram atribuídos sobretudo à instabilidade política e institucional, bem como ao impacto da pandemia de COVID-19.

A frágil capacidade institucional do MINSAP, a instabilidade dos seus quadros, a forte dependência de financiamento externo e os baixos salários na área a nível nacional, comprometem desde já a sustentabilidade da intervenção, a todos os níveis. No entanto, depositavam-se expectativas no efeito multiplicador do reforço técnico-profissional dos médicos, enfermeiros e docentes, cujo impacto poderia perdurar no Sistema Nacional de Saúde. Porém, um dos riscos não previsto no desenho da intervenção, por exemplo, foi a possibilidade da migração dos talentos formados para outras geografias, que foi o que ocorreu, resultando num investimento potencialmente “perdido”³¹, uma vez que o seu regresso é improvável nos próximos anos e, entretanto, estes quadros não foram substituídos nas unidades de saúde. A continuidade de resultados continua a depender do apoio externo, da integração da boa governação – já colocada em causa pela mais recente transição de governo após as eleições de 23 novembro 2025 - e

29 Profissionais de elevado nível estratégico, tais como médicos, diretores hospitalares e responsáveis de programas nacionais.

30 Epidemiologia, vigilância sanitária, economia da saúde, recursos humanos, entre outros.

31 No âmbito de uma iniciativa venezuelana de cooperação com a África, a Venezuela recebeu, em fevereiro de 2024, 80 médicos guineenses, com o objetivo de aprofundarem os seus estudos nas respetivas especializações, o que pode levar entre três a sete anos. Nesse contexto, foi relatado que, antes do início do projeto, o hospital de Cumura contava com 23 médicos, mas atualmente dispõe de apenas 5. Cerca de 16 profissionais migraram para a Venezuela, enquanto dois se deslocaram para Portugal, beneficiando do acordo de vistos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A migração para Portugal também impactou o número de enfermeiros na instituição, que passou de 53 para 42. Esta situação levou o hospital a fechar o seu serviço de urgências.

Relatório Final

planeamento de qualidade em futuras intervenções. A sustentabilidade é avaliada como moderadamente insatisfatória.

Quanto a segunda Ação desenvolvida no âmbito da componente saúde e nutrição, a intervenção Kume-Dritu produziu resultados satisfatórios tanto no reforço das capacidades institucionais como na melhoria do acesso da população a serviços nutricionais. O SISSAN foi consolidado como sistema nacional de referência, assegurando recolha e análise regulares de dados de segurança alimentar e nutrição em todas as regiões do país, permitindo ao Governo dispor de informação fiável para a tomada de decisão. A realização de oito (8) avaliações nacionais, muito acima da meta prevista, revelou não apenas a robustez técnica instalada, mas também a capacidade de adaptação do projeto às exigências contextuais. Na componente de nutrição, a retoma das consultas gratuitas em 2022, com 17.500 atendimentos num único ano, constituiu um marco essencial para a prevenção e deteção precoce de casos de malnutrição. As campanhas de sensibilização, amplamente difundidas através de ações comunitárias, meios de comunicação e eventos nacionais, contribuíram para reforçar práticas alimentares mais saudáveis e aumentar a consciência pública sobre a importância da nutrição preventiva. Contudo, importa salientar que a Ação não desenhou um sistema de seguimento que permitisse evidenciar mudanças concretas na dieta alimentar da população ao longo do período de intervenção, limitando a capacidade de demonstrar transformações comportamentais pontualmente observadas.

Em relação à eficiência do Kume-Dritu, evidencia-se uma gestão adaptativa e racionalizada dos recursos, que permitiu a Ação manter elevados níveis de desempenho mesmo em contexto de pandemia. O uso do mVAM assegurou a continuidade das operações de recolha de dados sem aumentos de custos e com maior cobertura territorial, mostrando-se uma solução eficiente face às restrições de mobilidade. A digitalização dos processos, designadamente através do ODK e das plataformas DataViz, reduziu significativamente a carga logística e acelerou o fluxo de informação entre instituições, aumentando a produtividade e diminuindo o risco de erros operacionais. A coordenação entre ministérios, agências das Nações Unidas, rádios comunitárias e instituições locais permitiu evitar duplicações, potenciar sinergias e alcançar resultados mais amplos com os mesmos recursos, demonstrando uma gestão eficaz e prudente do ponto de vista financeiro. Nesta base do exposto acima, podemos concluir que a eficiência é satisfatória.

QA4 (Eficácia, eficiência e sustentabilidade): De que forma é que o Programa contribuiu para uma diminuição da insegurança alimentar e nutricional e para um aumento do bem-estar - em termos de rendimento económico e capacidade autónoma de satisfazer necessidades básicas através do acesso a bens, produtos e serviços - dos agregados familiares dos produtores das cadeias de valores agropecuárias, em particular dos jovens, mulheres e pessoas com deficiência? Em que medida a

Relatório Final

modalidade de gestão indireta, através de ONGs, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?³²

No âmbito do Programa Ianda Guiné!, a componente de rizicultura revelou-se altamente pertinente face às condições socioeconómicas e ambientais da Guiné-Bissau, contribuindo de forma direta e coerente para o objetivo geral de reforçar a resiliência e ampliar as oportunidades socioeconómicas da população. Esta componente constituiu um dos pilares centrais do Programa, incluindo em termos financeiros, ao apoiar o desenvolvimento integrado da fileira do arroz de mangal ao longo de toda a cadeia de valor, produção, processamento e comercialização, e ao promover, de forma complementar, atividades produtivas alternativas com elevado valor nutricional e potencial de geração de rendimento. A intervenção contribuiu igualmente para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A componente permitiu testar, adaptar e consolidar inovações produtivas ajustadas às condições ambientais locais e às necessidades específicas dos produtores, associando estas inovações à execução de obras de engenharia rural consideradas essenciais para a melhoria da mobilidade das populações, das condições de cultivo do arroz e da gestão dos sistemas de bolanhas. Estas intervenções foram realizadas com atenção à proteção dos ecossistemas e do ambiente e a resiliência climática, produzindo resultados que constituem referências técnicas e operacionais suscetíveis de replicação noutras regiões do país, também no âmbito do Plano Nacional de Adaptação Climática.

A abordagem metodológica adotada possibilitou uma adaptação eficaz dos pacotes tecnológicos às realidades locais, com resultados globalmente satisfatórios na componente produtiva. Os beneficiários adquiriram uma autonomia técnica plena no que respeita às práticas de produção, embora tenham persistido necessidades pontuais de assistência técnica externa, sobretudo associadas à execução e manutenção de obras de maior envergadura.

Os principais resultados incluem:

- O rendimento (ton. de arroz/ha) nas bolanhas cultivadas foi de 1,511 ton/ha (grandes áreas) e 1,998 ton/ha (sub-subsvenções), face a uma média de 1,124 ton/ha nas áreas vizinhas sem intervenção.
- O rendimento (CFA por ano) médio anual dos produtores proveniente do arroz teve um incremento médio face à referência anual de +146% nas grandes áreas e do +143% nas áreas das sub-subsvenções.

32 Para responder a esta questão, a avaliação vai a aferir, na fase seguinte, a evolução da percentagem de famílias nas áreas de intervenção, com fontes de rendimento diversificadas e estáveis. A metodologia inclui um inquérito, a ser realizado com os beneficiários da componente agropecuária do Programa, a fim de ser avaliado o nível de diversificação das fontes de rendimento dos respetivos agregados familiares (mais detalhes disponíveis no anexo 2).

Relatório Final

- A quantidade de arroz produzido subiu de forma significativa em todas as áreas, alcançando um valor médio global do 70%, além da área de Encheia.
- A percepção dos resultados por parte dos beneficiários é geralmente muito satisfatória.

“Agora podemos cultivar o arroz com meios melhores. As mulheres podem trabalhar nas bolanhas com mais facilidade, dedicando menos tempo. Desta forma, têm mais tempo para cuidar de si e sentem-se mais bonitas.”

Fonte: beneficiário da Ação Ianda Arrus de entrevistado no âmbito da missão de avaliação no terreno em 2025

A componente de comercialização associada ao Projeto de Agricultura de Mangal permaneceu como o principal desafio. Foram desenvolvidas atividades de transformação, promoção de agronegócios e campanha de *marketing* e valorização de arroz. Contudo, o seu arranque tardio, em comparação com as restantes áreas de intervenção da componente de rizicultura, limitou os resultados, que, no momento da avaliação, se encontravam, em geral, aquém do esperado.

Um potencial fator de risco futuro prende-se com a disponibilidade de mão de obra, em contexto de êxodo rural, fenómeno que o Programa poderá ter contribuído para atenuar. Um ulterior fator de risco futuro é representado pelas alterações climáticas, as quais poderiam contribuir a danificação das obras de engenharia rural e a dificultar algumas atividades produtivas. Neste sentido, o Programa apoiou atividades e intervenções que representam também elementos de mitigação do risco, e que poderiam ser replicados no âmbito de outras iniciativas a nível nacional, principalmente o próximo Plano Nacional de Adaptação Climática. Ao nível institucional, apesar das atividades de capacitação dirigidas ao Ministério da Agricultura, não foi alcançada uma autonomia técnica plena, mantendo-se uma dependência relevante da cooperação internacional.

Do ponto de vista ambiental, a componente alinou-se de forma consistente com os princípios da agroecologia e da sustentabilidade, promovendo práticas agrícolas com reduzido recurso a insumos externos e adaptadas às condições ecológicas locais. As obras de engenharia rural contribuíram, em termos gerais, para esta abordagem, embora a sustentabilidade de longo prazo e a integração paisagística pudessem ter sido reforçadas através de uma maior incorporação de soluções de engenharia verde. Foram igualmente identificadas algumas fragilidades nos procedimentos de autorização ambiental. Ainda assim, a componente gerou contributos positivos para a conservação e restauração dos ecossistemas de mangal, embora sem alcançar plenamente todas as metas definidas.

Em termos de eficiência, a componente apresentou uma relação custo-benefício globalmente favorável. A utilização de equipamentos e materiais normalizados disponíveis localmente permitiu gerar economias de escala, enquanto a colaboração entre parceiros, incluindo ONGs com experiências

Relatório Final

complementares, facilitou a mobilização de capacidades internas e reduziu a dependência de peritagem externa. Apesar dos atrasos registados em 2020–2021, associados à pandemia, as atividades foram concluídas e os resultados alcançados com uma utilização considerada adequada dos recursos humanos e financeiros.

Em síntese, a componente rizicultura obteve resultados concretos e positivos, sobretudo ao nível da capacitação, mobilização comunitária e melhoria pontual das práticas produtivas e de transformação, com uma perspetiva de impacto relevante e sustentabilidade satisfatória. O ponto principal a melhorar é representado pela comercialização.

Quanto a componente horticultura, o Programa registou resultados importantes.

Em Cacheu e Oio, o projeto criou e/ou reabilitou 41 campos modelo, construiu ou reabilitou 78 poços artesanais e instalou sistemas de irrigação com energia solar, contribuindo para melhorar o acesso à água. A produção acumulada ultrapassou 350 toneladas de hortícolas no ano agrícola 2022/2023 segundo o relatório intercalar de 2023, demonstrando capacidade de resposta e aumento da disponibilidade local de legumes frescos. A formação agrícola e organizacional permitiu criar cooperativas e formar lideranças comunitárias, fortalecendo a governança local da fileira. A adoção de biofertilizantes, bio pesticidas e técnicas agroecológicas é satisfatória, sobretudo em Cacheu, onde unicamente 20% das horticultoras continuam dependentes de químicos, revelando que a transferência de conhecimento técnico teve sucesso.

Importa depois destacar a colaboração recente com o complexo de transformação da ASCAI em Cacheu, que permitiu criar um mercado de absorção da produção e um potencial avanço para integração comercial. Ainda assim, a eficácia geral permanece moderada porque os investimentos realizados (poços tradicionais, cercas de proteção, materiais de rega e outros) foram insuficientes para gerar ganhos significativos de produtividade ou permitir que as horticultoras maximizem o seu rendimento.

Em Bissau constatou-se avanços importantes ao nível da formação das horticultoras, mas com impacto limitado na dinamização estrutural da fileira hortícola. A Formação Agrícola Participativa (FAP) permitiu capacitar 469 horticultoras com indicadores claros de mudança de práticas, incluindo a adoção de técnicas agroecológicas por cerca de 45% das participantes e redução significativa do uso de pesticidas químicos. Estes resultados demonstram eficácia pedagógica e mudança de comportamento a nível individual. No entanto, a Ação não criou mecanismos robustos de transformação da cadeia de valor, nem inovou face a abordagens utilizadas há mais de 10 anos no país. A metodologia formativa reproduziu modelos antigos, sem introduzir soluções estruturais de maior escala em irrigação, comercialização ou insumos, apesar das oportunidades identificadas nos diagnósticos iniciais. A eficácia também sofreu pelo facto de o projeto não ter um sistema de seguimento capaz de medir mudanças reais

Relatório Final

na dieta alimentar das famílias produtoras, impossibilitando comprovar os efeitos nutricionais esperados. Em suma, a Ação foi eficaz na capacitação e sensibilização, mas pouco eficaz na transformação sistémica da fileira, permanecendo restrita ao nível micro e a pequenas experimentações.

O ponto de venda de legumes em circuito curto de comercialização no Centro Cultural Franco-Bissau-Guineense promoveu a venda direta dos produtos locais, nomeadamente das hortas apoiadas pelo programa Ianda Guiné – Hortas. Ao reduzir os intermediários, a iniciativa assegurou preços mais justos para os produtores e facilitou o acesso dos consumidores urbanos a legumes frescos, seguros e de qualidade. Esta abordagem apoiou sobretudo pequenos produtores, mulheres e jovens, contribuindo para a estabilização dos rendimentos, a redução das perdas pós-colheita e o reforço das capacidades de comercialização. Integrado num espaço cultural de referência, o ponto de venda valorizou os produtos locais, promoveu o consumo responsável e criou uma ligação concreta entre agricultura local, cultura e desenvolvimento económico urbano.

A eficiência em Bissau foi condicionada por limitações estruturais. A intervenção contou apenas com dois animadores responsáveis por centenas de horticultoras, o que reduziu a capacidade de acompanhamento técnico individualizado e atrasou a resolução de problemas produtivos. Este aspeto foi confirmado pelo inquérito realizado no âmbito da avaliação: 90,24% das inquiridas referiram ter beneficiado de uma assistência técnica elevada no início do Projeto Hortas Bissau, ao passo que as respostas “mensal”, “semanal” e “nunca” representaram, em conjunto, apenas 2,44%. Essa última constatação mostra que o acompanhamento da parte dos animadores e equipa técnica diminuiu consideravelmente a medida que a Ação avançava.

A execução orçamental foi baixa e vários montantes não foram utilizados conforme planificados, levando a pedidos de reequilíbrio orçamental. O sistema de monitorização foi frágil, dificultando recolha de dados e tomada de decisão baseada em evidências. A falta de inovação metodológica também afetou a eficiência: ao seguir modelos antigos de formação sem introduzir novas tecnologias, parcerias técnicas ou soluções modernas de irrigação e comercialização, a relação custo-benefício da ação permaneceu limitada. Apesar disso, a equipa mostrou alguma capacidade de adaptação após as recomendações da ROM, reforçando parcerias e ajustando a planificação das atividades. Porém, no conjunto, os recursos empregados não foram suficientes para alcançar os objetivos estruturais previstos, e a eficiência operacional ficou aquém do potencial.

Nos territórios do interior, a eficiência foi igualmente moderadamente insatisfatória. A iniciativa conseguiu mobilizar recursos para infraestruturas essenciais (poços, cercas de vedação, sistemas solares) mas enfrentou importantes limitações técnicas. A equipa técnica era insuficiente, com apenas um engenheiro agrónomo sobrecarregado com funções de coordenação, o que reduziu a eficácia do acompanhamento e limitou as possibilidades de inovação tecnológica ou experimentação de novos

Relatório Final

itinerários produtivos. Houve atrasos significativos na contratação de especialistas em nutrição, o que comprometeu a integração efetiva entre produção hortícola e mudança de dieta alimentar desde o início da implementação. A gestão financeira, embora sem grandes desvios, revelou lentidão na implementação de algumas linhas críticas, restringindo o ritmo e a profundidade da intervenção. Em contrapartida, a colaboração com a ASCAI abriu oportunidades comerciais sem necessidade de novos investimentos significativos, melhorando a eficiência da rede de escoamento da produção. No entanto, os investimentos produtivos realizados foram modestos (poços tradicionais, cercas de vedação), não constituindo soluções modernas nem suficientemente dimensionadas para gerar ganhos económicos substanciais. Segundo os dados do inquérito realizado no âmbito da corrente avaliação, 66% dos inquiridos afirmaram que a água disponível para a irrigação é insuficiente.

Em síntese, a Ação Ianda Horta obteve resultados concretos e positivos, sobretudo ao nível da capacitação, mobilização comunitária e melhoria pontual das práticas produtivas. Contudo, não inovou, reproduzindo as mesmas lógicas de intervenção utilizadas há mais de uma década, apesar das oportunidades de introduzir soluções mais ambiciosas e estruturantes. Em Bissau, os resultados centram-se sobretudo em mudanças individuais e pedagógicas; no interior, surgem avanços mais tangíveis em infraestruturas e organização produtiva, embora ainda insuficientes para transformar a cadeia. Em ambos os territórios, a sustentabilidade permanece frágil e dependente de reforço técnico, institucional e financeiro.

A Ação Ianda Galinhas não conseguiu alcançar todos os resultados esperados e a perspetiva de impacto e a sustentabilidade não podem ser consideradas satisfatórias. Os resultados económicos foram satisfatórios pelos aviários efetivamente ativos, enquanto uma parte consistente (cerca de 30%) dos beneficiários abandonaram as atividades, quase dois anos após o fim da intervenção, apoiadas pelo Programa, perdendo os resultados iniciais os quais não se consolidaram plenamente.

A eficácia da Ação Ianda Galinhas foi particularmente evidente na fase de execução, sobretudo na estruturação da produção avícola familiar e na criação de um ecossistema mínimo de apoio técnico e empresarial. O projeto apoiou 104 aviários familiares, dos quais, no final da intervenção, 64% permaneciam ativos, demonstrando uma apropriação real por grande parte dos beneficiários. Os resultados económicos medidos na fase final da implementação tendo em conta só os aviários efetivamente ativos, superaram amplamente as metas iniciais: face a uma expectativa de aumento de rendimento de 10%, os produtores familiares registaram um crescimento médio de 191% ao quarto ano, chegando a uma projeção de +217% em 2023, impulsionados pela expansão dos mercados locais e pela realização da Feira Avícola, que se revelou um catalisador de vendas. A aposta em unidades familiares com orientação para a produção de ovos mostrou-se correta e eficaz, constituindo uma via de diversificação económica real, com impacto imediato na renda doméstica e na segurança alimentar das

Relatório Final

famílias. De referir que a capacidade de geração de receitas é muito dispersa na base das respostas do inquérito junto beneficiários, 73,2% apresentam um rendimento anual em torno de 1 milhão de francos CFA, para 14,6 % o rendimento varia entre 1-3 milhões, apenas 2,4 % revelam ter um rendimento anual acima de 3 milhões.

Houve igualmente avanços estruturais através da criação de farmácias veterinárias comunitárias, da rede de para-veterinários da APAV-GB e da formação de técnicos em biossegurança, gestão sanitária e manejo avícola. No entanto, a eficácia foi desigual entre os operadores empresariais. A CEDAVES consolidou-se como unidade sustentável, com acesso a crédito bancário e carteira de clientes estável, enquanto a Piu Piu Awara enfrentou dificuldades persistentes para estabilizar a produção, cumprir requisitos de gestão e atingir viabilidade financeira. A ação não conseguiu totalmente transformar essas empresas em fornecedoras consistentes de insumos, pintos e assistência técnica para os pequenos produtores, limitando o potencial de integração da cadeia de valor. Também o esforço de produção interna de ração, desenvolvido em parceria com a Universidade de Turim e o Instituto Politécnico de Bragança, não produziu resultados economicamente sustentáveis, principalmente devido ao custo elevado do milho e à escassa disponibilidade de matérias-primas locais.

Dois anos após o fim do projeto, a visita de campo revelou uma redução aproximada de 30% na taxa de sobrevivência dos aviários familiares, indicando que parte das conquistas iniciais não se consolidou plenamente.

A implementação apresentou níveis variáveis de eficiência. Durante a execução, a coordenação demonstrou capacidade de adaptação face a choques externos como a pandemia de COVID-19 e a subida dos preços de ração, combustíveis e transporte que afetaram diretamente os aviários familiares. A estrutura de gestão executou o orçamento de forma globalmente consistente e introduziu ajustes estratégicos quando necessário, incluindo a utilização de ferramentas digitais como o KoboToolbox, que tornaram o registo de dados sanitários e produtivos mais simples e padronizado. Contudo, apesar dessas melhorias, persistiram limitações no fluxo de informação entre animadores locais, equipas técnicas e a coordenação central, dificultando a tomada de decisão atempada.

A eficiência foi também afetada pela dispersão territorial do projeto, que aumentou custos operacionais e reduziu a intensidade do acompanhamento técnico. A rotação de coordenadores e técnicos ao longo dos anos fragilizou a continuidade metodológica e fragilizou a consolidação de boas práticas. A avaliação final sublinha que o modelo de subvenções às empresas e pequenos operadores exigiu um esforço administrativo substancial, num contexto em que muitos beneficiários tinham fraca preparação para gestão financeira e prestação de contas.

Relatório Final

Outro fator limitador foi a dificuldade de colaboração entre a ONG internacional e a ONG nacional, elas ocorreram devido a necessidade de respeito escrupuloso dos preceitos contratuais nem sempre compreendidos pela ONG nacional, mas igualmente pelas discordâncias em relação às abordagens de intervenção que criou tensões metodológicas e operacionais, atrasou certos processos e dificultou a construção de uma visão comum na cadeia de valor avícola. Finalmente, o reforço técnico e financeiro às empresas Piu Piu e CEDAVES não foi suficiente para convertê-las em fornecedoras regulares e acessíveis de insumos, serviços técnicos e pintos para os aviários familiares, deixando um vazio logístico nos momentos de discórdia e relação frágil nos períodos subsequentes, afetando deste modo a eficiência global do sistema.

No plano institucional, a Direção-Geral da Pecuária foi envolvida, mas a sua capacidade de manter campanhas de vacinação, controlo de doenças e apoio técnico após o fim do financiamento europeu continua limitada por restrições financeiras e de recursos humanos. A CEDAVES emerge como um elemento de durabilidade parcial, sendo atualmente a empresa mais capaz de sobreviver sem apoio externo, mas a Piu Piu Awara continua vulnerável e apresenta dificuldades para garantir continuidade operacional.

No plano social e económico, a intervenção gerou riqueza enquanto durou, reforçando rendimentos familiares e criando novos conhecimentos e práticas produtivas, especialmente orientadas para a produção de ovos. Todavia, a queda de cerca de 30% dos aviários ativos após o fim do projeto revela uma fragilidade estrutural, relacionada com custos elevados, mortalidade avícola, limitações técnicas persistentes e falta de mecanismos estáveis de fornecimento de insumos e assistência.

Apesar disso, a Ação deixou ativos institucionais relevantes: a rede de para-veterinários, as associações setoriais como a UPCA, a experiência acumulada dos produtores e a existência de uma empresa-âncora sólida. Se devidamente enquadrados por políticas públicas, como incentivos à produção de milho, subsídios estruturantes ou linhas de crédito específicas, estes elementos podem contribuir para uma durabilidade progressiva. No entanto, sem reformas estruturais, é provável que a sustentabilidade permaneça parcial e dependente de apoios externos.

O modelo produtivo formulado e implementado no âmbito da iniciativa Ianda Galinhas, desenvolvido num contexto com diferentes constrangimentos, revelou fragilidades estruturais, limitações operacionais e uma perspetiva de impacto reduzida. Em particular, a Ação não conseguiu promover de forma significativa a autonomia da cadeia de valor da produção avícola em relação ao exterior, num contexto já fortemente dependente de importações, sobretudo provenientes do Senegal. Com efeito, tanto os pintos de um dia como as rações são maioritariamente importados, e os produtores locais não dispõem de capacidade técnica, organizacional ou económica para produzir pintos nem para alimentar os animais com rações de origem nacional. O modelo não contemplou o desenvolvimento de unidades locais de

Relatório Final

produção de rações e/ou de sistemas produtivos multifuncionais e integrados, nos quais os principais elos da cadeia de valor pudessem ser assegurados na mesma exploração ou, pelo menos, na mesma área produtiva, ou, no limite, a nível nacional. Adicionalmente, uma parte significativa dos produtores envolvidos não exercia atividade avícola antes do projeto, o que se traduziu em níveis mais baixos de motivação, lacunas nas competências técnicas e dificuldades na gestão das explorações. Tal situação contribuiu para o abandono da atividade por cerca de um terço dos beneficiários ainda durante o período de implementação, bem como por aproximadamente mais 30% nos dois anos subsequentes ao encerramento do projeto. Este fator comprometeu de forma relevante a sustentabilidade dos resultados alcançados e a perspectiva de impacto a médio e longo prazo da Ação.

Em suma, a Ação Ianda Guiné Galinhas foi eficaz na criação de uma base produtiva e no aumento de rendimentos, eficiente em vários aspetos operacionais, embora limitada por fragilidades estruturais e de coordenação, e apresenta uma sustentabilidade condicionada por fatores económicos, institucionais e logísticos que ultrapassam o alcance direto da intervenção. Apesar dessas limitações, confirmou que a avicultura familiar orientada para a produção de ovos é uma das vias mais promissoras de diversificação económica no país.

QA5 (Eficácia, eficiência e impacto): Em que medida as infraestruturas criadas e reabilitadas no âmbito da intervenção contribuíram para facilitar a transformação, o escoamento e a comercialização de produtos agrícolas e melhorar o acesso sustentável da população rural e semiurbana a serviços básicos, e de que forma essa melhoria contribuiu para *“Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau”*? E em que medida as infraestruturas criadas e reabilitadas contribuíram para facilitar o acesso aos serviços básicos de água e energia? Em que medida a modalidade de gestão indireta, implementada através de ONGs e organizações multilaterais, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?

Foram criados ou reabilitados 81 km de estradas, face a um objetivo de 78 km no âmbito do IG Estradas, e acerca 17 km, no âmbito do IG Engenharia rural, alcançando resultados globalmente satisfatórios, nomeadamente em termos de redução dos tempos de deslocação nos troços intervencionados e de perceção e nível de satisfação da população beneficiária.

A Ação Estradas demonstrou eficiência ao utilizar os recursos de forma otimizada, privilegiando a reabilitação de troços críticos, o uso de materiais locais e soluções de engenharia adaptadas ao contexto. Esta abordagem permitiu melhorias significativas na circulação com custos reduzidos, garantindo intervenções rápidas, manutenção simplificada e uma boa relação custo-benefício na melhoria do acesso rural.

Relatório Final

No entanto, os resultados da Ação teriam beneficiado da adoção de soluções de engenharia verde e da integração mais sistemática de medidas de sustentabilidade ambiental aplicadas às estradas (ver também a resposta à QA9 e o Anexo 10).

Foi realizado um estudo de tráfego após a reabilitação das infraestruturas rodoviárias, num período de elevada intensidade de circulação, associado à campanha da castanha de caju e à época chuvosa, assegurando assim uma avaliação representativa das condições reais de utilização das vias. A metodologia aplicada e a cobertura integral dos pontos de contagem garantiram a fiabilidade dos dados recolhidos. Os principais resultados evidenciaram um aumento do tráfego médio diário nos troços analisados, refletindo uma maior atratividade e utilização das estradas reabilitadas. O estudo confirmou melhorias significativas no acesso aos mercados, aos serviços sociais básicos e às zonas de produção agrícola, bem como uma redução dos tempos de viagem reportada pelos utilizadores. Os veículos motorizados ligeiros predominaram no transporte de passageiros, enquanto os transportes mistos e de mercadorias complementaram a mobilidade local. O aumento e a regularidade do tráfego ao longo do ano indicaram uma utilização contínua das vias, sugerindo benefícios duradouros das intervenções.

Em termos de impacto, as estradas criadas e reabilitadas contribuíram de forma eficaz para melhorar a mobilidade rural, facilitando o acesso às zonas de produção, transformação e comercialização agrícola. A intervenção permitiu reduzir tempos de deslocação, diminuir perdas pós-colheita e aumentar a frequência de transporte de bens e pessoas. Consequentemente, as comunidades rurais e semiurbanas passaram a ter melhor acesso a serviços básicos, como saúde, educação e mercados. A Ação Estradas contribuiu diretamente para o objetivo de “Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau”, maximizando também os resultados e impactos de outras ações, nomeadamente as relacionadas com a produção agrícola (Arrus, Hortas, Galinhas), com efeitos económicos e sociais relevantes.

As infraestruturas de abastecimento de água e energia criadas e reabilitadas contribuíram de forma eficaz para melhorar o acesso sustentável a serviços básicos essenciais, reduzindo significativamente as dificuldades que anteriormente limitavam o bem-estar das comunidades. A instalação e reabilitação de sistemas de captação, distribuição e armazenamento de água, bem como a extensão das redes de energia, permitiram aumentar a disponibilidade e a fiabilidade do fornecimento, garantindo melhores condições de saúde, higiene, produção doméstica e funcionamento dos serviços públicos locais. Os objetivos dos três principais indicadores de resultados foram alcançados, registando-se resultados satisfatórios (100% de habitantes com acesso a uma fonte melhorada de água para consumo humano, 100% de fontes melhoradas que cumprem os critérios de potabilidade nas áreas de intervenção e 100% de habitantes com acesso a serviços de energia elétrica).

A Ação Lus ku Iagu adotou soluções técnicas e operacionais adequadas ao contexto, como o aproveitamento e integração de infraestruturas pré-existentes, a utilização de tecnologias de baixo custo

Relatório Final

e a implementação de sistemas de gestão comunitária. Estas opções permitiram reduzir custos operacionais, acelerar a execução das obras e melhorar a manutenção, assegurando um fornecimento mais estável e duradouro de água potável e energia renovável, especialmente em zonas rurais e semiurbanas.

O reforço das infraestruturas de água e energia gerou impactos significativos na qualidade de vida e na dinâmica socioeconómica das comunidades. A disponibilidade regular de água potável contribuiu para a redução de doenças de origem hídrica, a melhoria das práticas de higiene e o fortalecimento de serviços sociais como escolas, centros de saúde e mercados. A expansão do acesso à energia permitiu aumentar a segurança, apoiar atividades económicas, melhorar o armazenamento de alimentos e facilitar o funcionamento de pequenas empresas e serviços públicos. Estas melhorias consolidaram as condições necessárias para reforçar a resiliência e ampliar as oportunidades socioeconómicas, promovendo maior estabilidade, desenvolvimento local e inclusão social, e contribuindo de forma significativa para o impacto global do Programa.

A modalidade de gestão indireta, operacionalizada através de ONGs e organizações multilaterais, favoreceu, em geral, o alcance dos objetivos previstos, ao garantir proximidade com as comunidades, conhecimento técnico especializado e capacidade de implementação no terreno. As dificuldades e atrasos do primeiro período de execução, associados à pandemia da COVID-19 e a constrangimentos logísticos e operacionais, foram progressivamente ultrapassados. A presença contínua das organizações parceiras permitiu responder de forma mais rápida e contextualizada às necessidades locais, reforçando a qualidade das intervenções, a participação comunitária e a coerência com as prioridades definidas.

Em termos de eficiência, esta modalidade permitiu otimizar recursos, beneficiando de estruturas já estabelecidas, mecanismos operacionais consolidados e da experiência prévia das organizações na execução de projetos de desenvolvimento. A utilização de procedimentos padronizados de gestão financeira, aquisições e monitorização contribuiu para uma maior transparência, controlo e racionalização de custos. A flexibilidade operacional das ONGs e entidades multilaterais permitiu ajustar rapidamente atividades e recursos, assegurando uma execução mais célere, a redução de atrasos e uma melhor relação custo-benefício.

No entanto, a falta de um quadro normativo uniforme, a instabilidade política, a ausência de uma estratégia robusta de gestão de riscos, bem como dificuldades técnicas, logísticas e desafios operacionais e culturais, tiveram um impacto relevante, dificultando o avanço e comprometendo a continuidade das ações no período pós-Projeto. Como reportado na avaliação final da Ação Lus ku Iagu, surgiram desafios específicos, nomeadamente no processo de transferência da gestão das concessões da ADPP-GB para a TESE, bem como incertezas quanto ao envolvimento da ADPP-GB na fase final do Projeto. Acresce ainda que a implementação da componente de saneamento em 650 comunidades revelou-se uma dificuldade subestimada. As entidades governamentais envolvidas (DGHR e DGE) demonstraram

Relatório Final

limitações técnicas e financeiras, atuando frequentemente mais como observadores do que como participantes ativos. Apesar da nomeação de pontos focais, a falta de comprometimento institucional e a elevada rotatividade comprometeram a continuidade das ações e os processos de tomada de decisão.

Foram igualmente identificadas lacunas na comunicação e na integração entre os membros da equipa-chave da Ação Lus ku Iagu e os parceiros, caracterizadas por reuniões fragmentadas, partilha limitada de informação estratégica e um processo de sistematização da execução aquém do necessário. Estas fragilidades afetaram o alinhamento das equipas e dificultaram o acompanhamento da evolução dos indicadores e metas. A execução financeira variou ao longo dos anos, registando oscilações significativas. O aumento dos custos dos materiais teve impactos relevantes na execução do Projeto, exigindo ajustamentos frequentes no cronograma e na gestão orçamental. A escassez de recursos e a complexidade do contexto operacional tornaram a execução particularmente desafiante em todas as componentes.

Persistem, ainda, desafios importantes relacionados com a gestão, manutenção e sustentabilidade das infraestruturas construídas ou reabilitadas. Em várias comunidades, não existem mecanismos institucionais estáveis nem recursos financeiros adequados para garantir a preservação das obras a médio e longo prazo. A ausência de sistemas de financiamento duradouros para a manutenção pode comprometer progressivamente os benefícios alcançados, tornando essencial o reforço de modelos sustentáveis de gestão comunitária e institucional.

Em síntese, os resultados da componente Infraestruturas do Programa podem ser considerados globalmente satisfatórios, embora subsistam áreas a melhorar e lições aprendidas relevantes para o desenho de intervenções futuras, com vista a aumentar a sua eficácia, eficiência e sustentabilidade.

QA6 (Eficiência): Em que medida foram os recursos do Programa (técnicos e financeiros) corretamente estimados, geridos e utilizados – em termos de execução financeira e de cumprimento de calendário?

Em geral, mantém-se a constatação (já destacada na avaliação intercalar relativamente ao primeiro período de implementação) de que o Programa registou várias alterações ao nível das equipas, nomeadamente na Unidade de Coordenação, em algumas equipas de projeto e no grupo de trabalho da DUE. Estas mudanças tiveram um impacto negativo na eficiência de implementação das ações.

Por outro lado, verificou-se que várias iniciativas desenvolvidas por parceiros e beneficiários – como a criação de redes de produtores, o estabelecimento de acordos de parceria ou a integração de outras iniciativas relevantes – embora não diretamente relacionadas com as diretrizes dos projetos, geraram efeitos multiplicadores nos resultados e criaram dinâmicas positivas nos sistemas económicos locais e no desenvolvimento rural. Em contraste, foram igualmente observados casos de abandono de

Relatório Final

determinadas atividades produtivas, sobretudo no setor avícola, ou de fraco nível de apropriação nas atividades avícolas e hortícolas.

O papel da UdC tinha sido concebido como um elemento central para reforçar a eficiência e a eficácia das ações, dispondo para tal de recursos financeiros significativos. A UdC alcançou os resultados esperados. Contudo, o seu trabalho não foi sempre proativo. A atuação da UdC baseou-se frequentemente na recolha e sistematização das informações fornecidas pelos parceiros de implementação, bem como na elaboração de produtos próprios, de qualidade elevada e satisfatória. Em vários casos, esta abordagem não foi suficiente para assegurar a assistência técnica necessária a uma gestão adaptativa eficaz, essencial para superar constrangimentos (incluindo os de contexto), melhorar o desempenho das ações e facilitar a consecução dos resultados. Um exemplo relevante diz respeito à não observância, por parte de alguns parceiros, da estrutura de governação criada pela UdC, bem como ao baixo reconhecimento do papel desta Unidade.

Como salientado na avaliação intercalar, a definição do Quadro Lógico sofreu alterações substanciais, decorrentes da necessidade de reorientar as ações para objetivos e resultados que não tinham sido considerados prioritários na fase de conceção do Programa. Em resposta, a UdC iniciou, em abril de 2019, um processo de análise e revisão dos Quadros Lógicos das ações e de construção de um Quadro Global de Monitorização. Este processo só foi concluído em 2022 e atualização do Quadro Lógico do Programa e do respetivo Quadro Global de Monitoria constituíram respetivamente os Anexos II e III do Relatório de Progresso IX da UdC; contudo, nunca resultou na formalização de um novo Quadro Lógico do Programa, por via de adenda ou ata formal.. Este período de transição (2019–2022) foi excessivamente longo e prejudicial para a monitorização de resultados e de impacto, não podendo ser considerado nem efetivo nem eficaz.

A estes aspetos acrescenta-se o facto de que a UdC não exerceu um poder decisório consistente relativamente às ações que não cumpriam os seus planos de trabalho, tanto pela falta de reconhecimento por parte de alguns parceiros de implementação, como pela indefinição das respetivas prerrogativas em relação às da DUE no que diz respeito à tomada de decisões, emissão de orientações e definição de diretrizes.

Embora, após a avaliação intercalar, tenham sido adotadas medidas eficazes para colmatar estas fragilidades, o atraso acumulado na primeira fase continuou a condicionar negativamente a monitorização dos resultados e do impacto. É importante sublinhar que o desempenho da UdC melhorou de forma notável durante a segunda fase de implementação do Programa; contudo, os efeitos dos desafios iniciais continuaram a fazer-se sentir até ao final das ações. Além disso, algumas ações foram concluídas pouco depois da avaliação intercalar, o que tornou tardias as medidas de adaptação então introduzidas.

Relatório Final

Do ponto de vista financeiro, a eficiência das ações individuais deveria ser tida analisada nas respetivas avaliações finais. Para algumas ações essa avaliação foi realizada; para outras, não.

Uma análise comparativa dos custos das obras está incluída no Anexo 9 da Avaliação Intercalar. Não foi possível identificar um número suficiente de outros projetos comparáveis e com informações suficientes, para uma análise mais aprofundada durante esta avaliação final. No que diz respeito ao custo de construção por kWp da central de Bolama, verifica-se que este é superior ao das obras utilizadas como referência no exercício de benchmarking realizado no âmbito da avaliação intercalar. Esta diferença é, contudo, compreensível, tendo em conta os custos adicionais associados à insularidade, incluindo maiores encargos logísticos, de transporte e de mobilização de materiais, equipamentos e mão de obra.

QA7 (Impacto e sustentabilidade): Quais as perspetivas de impacto, de médio e longo prazo, induzidos pelo Programa, e perduráveis no tempo a nível do desenvolvimento local nas diferentes áreas do Programa?

A formulação do objetivo principal (“Fortalecer a resiliência e a criação de oportunidades socioeconómicas para a população da Guiné-Bissau”, abrangendo, portanto, todo o País) é observada como demasiado ambiciosa em termos de cobertura territorial. É um desafio conseguir o mesmo impacto sobre todo o território da Guiné-Bissau, ainda que trabalhando em áreas geograficamente relevantes, porém caracterizadas por diferenças significativas ao nível do acesso, particularidades do terreno, cultura e atitude da população, entre outros.

Não é evidente que exista uma visão comum e partilhada da estratégia do Programa (como referido também na Avaliação Intercalar). Salienta-se, assim, que 50% do Programa, segundo a Decisão e tendo em conta o referenciado nos códigos setoriais CAD definidos, deveria ser dedicado ao Desenvolvimento Rural Sustentável e à Política Ambiental. Este facto, refletiu-se, parcialmente, na fase de implementação com a maioria dos recursos a serem alocados para a Produção e Desenvolvimento Rural (não necessariamente sustentável, como definido na Decisão), em vez de serem direcionados para o Desenvolvimento Rural Sustentável e para a Política Ambiental.

O indicador chave de impacto do Quadro Lógico da Decisão da UE é o IOG3: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave nas áreas de intervenção do Programa. O resultado não é satisfatório, sendo menor o 21,3% (2023³³), contra o 20% da linha de base (2017) do esperado. Este resultado não foi claramente alcançado, sendo que os principais fatores associados se devem não só ao contexto da Guiné-Bissau, e aos eventos mundiais prementes e contemporâneos à implementação do

33 Não resulta que este indicador foi medido na fase final de implementação, após o 2023 (Avaliação Intercalar do Programa)

Relatório Final

Programa (nomeadamente pandemia e guerra na Ucrânia, que se traduziram numa subida significativa dos preços de muitos produtos, incluindo os géneros alimentícios), mas também, pelo menos parcialmente, a resultados nem sempre satisfatórios de algumas ações e atividades específicas no âmbito da produção, transformação e comercialização dos produtos agrícolas, como ilustrado na QA4. Adicionalmente, segundo o inquérito realizado no âmbito desta avaliação, observam-se diferenças relevantes ao nível regional e entre beneficiários. Apenas 33,68% dos agregados dispõem de alimentos suficientes todo o ano, enquanto cerca de dois terços enfrentam insegurança alimentar moderada ou recorrente. Ainda assim, 53,3% reportam melhoria significativa na alimentação e 26,9% melhoria moderada. Por fileira, a horticultura melhora o acesso a alimentos frescos, embora com baixos rendimentos; no arroz, a produção quase duplicou, mas mantém-se forte autoconsumo; e a avicultura destaca-se pelo crescimento (310%) e pela geração de rendimento (90,2%), contribuindo também para a diversificação alimentar. Globalmente, 59,2% das famílias aumentaram o rendimento e 79,3% melhoraram a qualidade de vida. Assim, embora os indicadores nacionais apontem para estagnação, os dados do inquérito mostram um impacto positivo local, ainda insuficiente para uma transformação estrutural.

O indicador de impacto “IOG2: Percentagem de famílias nas áreas de intervenção com fontes de rendimento diversificadas e estáveis” não foi determinado. Contudo, foi possível algumas situações de fontes de rendimento diversificadas e estáveis, sobretudo no âmbito da produção orizícola e, em geral, um nível de satisfação elevados dos produtores, como reportado nos resultados do inquérito junto com os beneficiários do Programa.

Mais detalhes sobre os respetivos impactos das diferentes componentes podem ser encontrados nas respostas anteriores e nos relatórios finais das avaliações finais das ações, onde existirem.

QA8 (sustentabilidade): Foram desenhadas e implementadas medidas específicas para garantir que os efeitos do Programa perdurem após o seu término de forma sustentável, incluindo a continuação das atividades e a manutenção das obras após o término das ações? Em que medida os investimentos realizados através do Programa Ianda Guiné contribuíram para a implementação da Estratégia “Global Gateway”? De que forma se poderia assegurar a continuidade das ações do Programa Ianda Guiné por meio de futuros investimentos no âmbito da Estratégia “Global Gateway”?

A sustentabilidade foi identificada como um dos principais pontos fracos desde a avaliação intercalar do Programa. É importante salientar que num contexto caracterizado por debilidade do quadro institucional e persistentes dificuldades socioeconómicas, como o da Guiné-Bissau, a sustentabilidade, entre os critérios adotados é, em geral, difícil de assegurar. A Decisão da UE menciona a questão da sustentabilidade sem, contudo, prever requisitos específicos para a sua implementação, uma vez que o Programa não definiu, desde o início, uma estratégia concreta de saída. Alguns projetos integrados no

Relatório Final

Programa não apresentavam inicialmente uma estratégia de saída, enquanto outros se encontravam a estudar possíveis soluções. A questão foi retomada após a avaliação intercalar, no âmbito da UdC e das diferentes ações, que elaboraram estratégias de saída com resultados desiguais, por vezes satisfatórios e por vezes limitados.

A estratégia de saída do Programa, preparada pela UdC, inclui uma matriz de atividades recomendadas bastante detalhada, mas não identifica os custos e as fontes de financiamento para a sua implementação. Este aspeto constitui uma criticidade significativa, uma vez que dificulta a aplicação efetiva da própria estratégia. Além disso, algumas das ações futuras de sustentabilidade, como a utilização de determinados instrumentos e intervenções do Programa, são apresentadas como resultados esperados de forma implícita, assumindo-se como naturalmente integradas nas práticas futuras. Num contexto caracterizado por debilidade do quadro institucional e persistentes dificuldades socioeconómicas, onde a sustentabilidade e a durabilidade das ações e das obras são já difíceis de assegurar, estas criticidades exigem uma atenção reforçada.

Quanto à sustentabilidade da componente sociedade civil, os resultados do inquérito indicam uma perceção globalmente positiva quanto à continuidade das estruturas criadas, embora foram observados sinais de desmobilização e degradação de algumas infraestruturas durante as visitas de campo. Verifica-se, ainda assim, um sentimento de apropriação comunitária e confiança nos mecanismos de governação local instituídos. Contudo, uma parte significativa da comunidade manifesta incerteza relativamente à continuidade dos resultados após o término do projeto, evidenciando que estes dependem de um acompanhamento estruturado e de um plano de transição mais sólido. Assim, a sustentabilidade do reforço das capacidades dos coletivos comunitários revela-se apenas moderadamente satisfatória e condicionada à existência de parcerias estáveis e funcionais.

A Ação Kume-Dritu consolidou bases estruturais sólidas a nível institucional, técnico e comunitário. O SISSAN foi integrado nas rotinas do INE e do MADR, com técnicos capacitados e instrumentos metodológicos permanentes que asseguram a continuidade da vigilância alimentar e nutricional. As plataformas digitais e a formação em recolha e análise de dados reforçaram a autonomia técnica das instituições nacionais. Ao nível comunitário, as ações associadas ao Dia Nacional da Nutrição, à educação alimentar e à articulação com os centros de recuperação nutricional evidenciam uma crescente apropriação social da agenda da nutrição. Contudo, persiste um desafio crítico em termos de sustentabilidade financeira, uma vez que o funcionamento do sistema e das campanhas depende ainda de recursos externos. O SISSAN encontra-se operacional como mecanismo multisetorial coordenado pelo CONSAN-GB, produzindo dados utilizados no Quadro Harmonizado e em relatórios nacionais, mas permanece limitado pela dependência de financiamento externo, pelas desigualdades regionais e pela fraca utilização da informação para orientar as políticas públicas.

Relatório Final

No que respeita à componente agrícola do Programa, a Ação IG Arrus procurou criar condições para que parte das atividades produtivas pudesse ter continuidade de forma autónoma pelos beneficiários. No entanto, verifica-se ainda uma dependência significativa de algumas partes interessadas, sobretudo no que se refere à manutenção das infraestruturas e à necessidade de assistência técnica especializada para a gestão das obras hidroagrícolas de maior dimensão.

Relativamente à produção, as ações no âmbito da componente agrícola contribuíram para reforçar alguma independência e autonomia dos produtores, com exceção de determinadas situações no setor da avicultura, onde a continuidade dos ganhos permanece limitada por fatores estruturais que o projeto Galinhas não conseguiu ultrapassar. A dependência de insumos importados, nomeadamente ração e pintos, torna a atividade vulnerável a choques externos e à inflação. A tentativa de produção local de ração, embora tecnicamente válida, não se traduziu em resultados sustentáveis. No período compreendido entre o encerramento do projeto e a presente avaliação final, as visitas de campo evidenciaram uma redução adicional significativa na taxa de sobrevivência dos aviários familiares ainda ativos à data da conclusão da intervenção, demonstrando que uma parte importante dos resultados iniciais não se consolidou de forma duradoura.

O desenvolvimento de infraestruturas contribuiu de forma relevante para a sustentabilidade do Programa Ianda Guiné, ao melhorar a mobilidade rural, o acesso a serviços básicos e a integração territorial. As intervenções nos setores da água, energia e saneamento, associadas à formação e a modelos de gestão comunitária, criaram algumas bases operacionais para a durabilidade dos resultados e para melhorias nas práticas de higiene e organização comunitária.

O Programa partiu do pressuposto de que os operadores locais e as comunidades assumiriam progressivamente a gestão autónoma das infraestruturas, apoiados por capacitação técnica e colaboração institucional. No entanto, o acompanhamento necessário para consolidar essa transição não foi plenamente implementado, levantando dúvidas quanto à eficácia das estratégias de saída. Apesar da formação de técnicos qualificados, a escassez de recursos financeiros tem limitado o monitoramento e a manutenção dos sistemas, com situações diferenciadas entre regiões e algumas infraestruturas ainda incompletas no âmbito da Ação Luz Ku Iagu. A ausência de um quadro regulatório formal dificultou o exercício da função de supervisão por parte do Estado, mantendo a TESE responsável por algumas infraestruturas no curto prazo, dependente de financiamento adicional.

A sustentabilidade financeira permanece frágil também na componente infraestruturas, com incertezas quanto à capacidade de gerar receitas suficientes e com baixa adesão ao pagamento dos serviços e à manutenção das obras em determinadas comunidades. Do ponto de vista institucional, a apropriação dos resultados foi limitada e a inexistência de um modelo consolidado de concessão e regulação dos serviços de água e energia comprometeu a sustentabilidade do Projeto.

Relatório Final

A estratégia de saída da Ação Luz Ku Iagu é considerada insuficiente, por não prever um cronograma claro nem recursos assegurados, enquanto o acompanhamento das comunidades beneficiárias não tem sido priorizado, apesar da previsão de novos investimentos futuros.

A EU Global Gateway Strategy é a estratégia da União Europeia lançada em dezembro de 2021 para promover investimentos sustentáveis e de elevada qualidade em países parceiros, reforçando as ligações internacionais da Europa em setores estratégicos.

A Global Gateway tem como objetivos:

1. Promover infraestruturas sustentáveis e de alta qualidade nos países parceiros (energia, transportes, digital, educação, saúde).
2. Reforçar a resiliência económica e social através de investimentos alinhados com padrões ambientais, sociais e de governação.
3. Garantir cadeias de valor seguras e diversificadas, reduzindo dependências estratégicas.
4. Apoiar as transições verde e digital a nível global.
5. Mobilizar financiamento público e privado, incluindo o uso do EFSD+ (*European Fund for Sustainable Development Plus*).
6. Oferecer uma alternativa democrática e valores-baseada a outros modelos de investimento internacionais.

A Estratégia Global Gateway foi lançada após o início do Programa e, por conseguinte, o mesmo não foi formulado para contribuir para a sua implementação. Não foram encontradas evidências de que, a partir de 2021, as ações tenham sido orientadas para apoiar a Estratégia, nem de que os parceiros de implementação, os beneficiários ou outras partes interessadas tivessem sido devidamente sensibilizados para a relação entre a Global Gateway e o Programa Ianda Guiné!.

Contudo, é possível afirmar que o Programa contribui para vários dos objetivos acima mencionados, nomeadamente:

1. Promovendo infraestruturas sustentáveis e de elevada qualidade no país, em setores como energia, transportes, recursos hídricos e gestão hidroagrícola. Algumas limitações e resultados menos satisfatórios são evidenciados nas QA anteriores.
2. Reforçando a resiliência económica e social através de investimentos alinhados com padrões ambientais, sociais e de governação.
3. Contribuindo para o reforço de cadeias de valor mais seguras e diversificadas no setor agrícola, reduzindo parcialmente dependências estratégicas.

Relatório Final

4. Contribuindo para a formação de profissionais de saúde, na criação de programas educativos mais eficazes, alicerçados em parcerias estratégicas e na mobilização de conhecimento entre instituições de ensino da União Europeia (especialmente de Portugal), como materializado na Escola Nacional de Saúde, da Guiné-Bissau. Os programas de formação foram direcionados para atender às necessidades imperativas do país, concentrando-se principalmente nos cuidados primários e em especializações em áreas críticas, como pediatria e ginecologia. Além disso, foram desenvolvidas e promulgadas políticas no âmbito da saúde em colaboração com o governo da Guiné-Bissau, visando promover melhorias substanciais nesta área e fortalecer os recursos humanos disponíveis.
5. Promovendo os Direitos Humanos e a boa governança em alinhamento com os direitos humanos e princípios democráticos.

QA9: Em que medida as questões transversais como a igualdade de género, o ambiente e as alterações climáticas foram tidas em consideração nas fases de desenho e implementação, da intervenção?

A igualdade de género foi considerada uma questão transversal relevante ao longo de todo o ciclo do Programa, embora a sua integração no desenho inicial tenha apresentado limitações, posteriormente identificadas e endereçadas no âmbito da Avaliação Intercalar. O percurso do Programa evidencia, assim, uma trajetória de aprendizagem institucional e de adaptação progressiva, com o reforço da abordagem de género sobretudo na fase intermédia e final da intervenção.

No desenho inicial, a integração da igualdade de género materializou-se essencialmente através da definição de um Plano de Ação de Género (PAG) e da previsão de ações de sensibilização, formação e produção de materiais. Este instrumento permitiu estruturar a abordagem à igualdade de género, definir prioridades e orientar a sua integração transversal nas diferentes Ações do Programa. Contudo, o desenho revelou fragilidades estruturais e estratégicas, nomeadamente ao nível de: (i) ausência de indicadores de género suficientemente específicos; (ii) inexistência de metas quantitativas claras; (iii) insuficiente alocação de recursos humanos e financeiros para garantir a implementação contínua do PAG ao longo de todo o ciclo do Programa; e (iv) fragilidade dos mecanismos de recolha de dados desde o início. Estas limitações dificultaram a aferição da intencionalidade e da profundidade da integração do género no desenho inicial e tornaram-se mais evidentes durante a fase inicial de implementação, apelando assim à necessidade de ajustamentos.

A Avaliação Intercalar constituiu, portanto, um momento-chave para o reforço da integração transversal do género. Como consequência direta das recomendações formuladas, os indicadores de género foram revistos e reforçados, permitindo uma monitorização mais eficaz e orientada para resultados na fase final do Programa. A componente de género passou a estar explicitamente integrada nas atualizações do Quadro Global de Monitoria e do Quadro Lógico, representando uma alteração relevante ao desenho

Relatório Final

original. Este ajustamento reforçou a coerência interna da intervenção e a sua capacidade de prestação de contas em matéria de igualdade de género, demonstrando uma significativa capacidade de adaptação do Programa às evidências produzidas pela implementação.

Ainda assim, após 2024, a escassez de recursos disponíveis condicionou a introdução de novas dinâmicas específicas no âmbito do PAG, sendo que os avanços registados resultaram sobretudo de um compromisso coletivo em dar continuidade à aplicação dos princípios do Plano nas atividades em curso, mais do que da expansão da sua operacionalização. Estes progressos ocorreram no âmbito da denominada sinergia nº19, que privilegiou a consolidação de práticas existentes, num contexto em que o próprio PAG não previa atividades adicionais após 2024.

Na fase de implementação, a integração da igualdade de género tornou-se mais visível e consistente. Segundo dados apresentados pela Unidade de Coordenação, em março de 2024, foram realizadas 193 ações de informação e/ou sensibilização, 36 ações de formação em género e produzidos 9 materiais educativos, formativos ou informativos, partindo de uma situação inicial de inexistência de intervenções nesta área. As ações de formação abrangeram 788 pessoas, das quais 53,8% mulheres, evidenciando uma preocupação clara com o empoderamento feminino, sem excluir os homens dos processos de mudança social, o que contribui para uma abordagem mais transformadora das normas de género. Apesar disso, a ausência de registos sistemáticos nas ações de sensibilização limita a avaliação do seu alcance real.

A participação das mulheres nas atividades do Programa atingiu 47,2%, um valor próximo da paridade, embora com diferenças significativas entre Ações. Projetos de horticultura apresentaram níveis de participação feminina muito elevados (cerca de 90%), refletindo um desenho ajustado às realidades locais e aos papéis de género existentes, enquanto projetos de infraestruturas, produção avícola e saúde registam uma participação feminina mais reduzida (cerca de 30% ou menos), revelando constrangimentos estruturais e socioculturais que nem sempre foram plenamente ultrapassados.

No que respeita à participação das mulheres em lugares-chave de decisão, a percentagem de 45,7% aproxima-se da sua participação global nas atividades, indicando avanços relevantes na promoção da liderança feminina, ainda que persistam disparidades entre projetos.

Para além dos resultados mensuráveis ao nível dos indicadores, a avaliação final evidencia efeitos transformadores na vida das mulheres, que se situam mais claramente ao nível da teoria da mudança do que do quadro lógico. Expressões como “as mulheres estão menos cansadas e mais bonitas” partilhadas por beneficiários traduzem melhorias concretas no bem-estar, na carga de trabalho e na qualidade de vida. Destacam-se, nomeadamente: (i) a melhoria do acesso aos serviços de saúde através das intervenções em estradas, com impacto direto na saúde materna; (ii) o acesso à água e à energia em projetos como o Lus ku iagu, libertando tempo das mulheres e reforçando o seu protagonismo como gestoras comunitárias; (iii) o papel central das mulheres na avicultura familiar e na produção de arroz,

Relatório Final

com reforço da sua autonomia económica; (iv) os efeitos positivos das Hortas, reduzindo tarefas penosas como o transporte de lenha e água; (v) o enfoque em mulheres e jovens no reforço da sociedade civil; (vi) os benefícios diretos das ações de formação na área da saúde, incluindo a especialização em áreas críticas para a saúde da mulher.

Os objetivos, as ações e as atividades previstas no Programa refletiam opções ambientalmente sustentáveis, nomeadamente no que respeitava à produção de arroz e de outros alimentos com baixa pegada de carbono, bem como ao apoio à produção de energia renovável. Adicionalmente, o aumento das produtividades e da produção agrícola, ao reduzir a necessidade de importação de alimentos, contribuiu para limitar o impacto climático associado ao transporte internacional de produtos alimentares.

De um modo geral, os impactes ambientais associados às obras foram pouco significativos, apresentando níveis reduzidos de ocupação e alteração do solo. No entanto, apesar de moderados, estes impactes não foram devidamente considerados no desenho e na implementação de medidas de mitigação e compensação ambiental.

O apoio à produção de arroz de bolanha – um dos elementos centrais do Programa – implicava igualmente a preservação de um ambiente seminatural de elevada importância ecológica, bem como a proteção e reflorestação dos mangais, ecossistemas fundamentais que desempenhavam múltiplas funções ambientais; contudo, um dos objetivos maiores em termos de proteção ambiental, a superfície de mangais restaurados, foi alcançado em 73%, um valor moderadamente satisfatório. Depois, embora existissem diferentes áreas onde a superfície dos mangais aumentou nas margens dos rios, continuaram a verificar-se situações em que a largura destes mangais permanecia muito limitada, resultando numa menor estabilidade e num maior risco de danos nos diques de cintura, para além de uma baixa funcionalidade ecológica e de uma estrutura frágil do ecossistema a nível local.

Não foram, contudo, encontradas evidências de que 50% do Programa tivesse sido efetivamente orientado para o Desenvolvimento Rural Sustentável e para a Política Ambiental, conforme indicado nos códigos setoriais CAD definidos na Decisão.

Além disso, as atividades diretamente relacionadas com o desenvolvimento rural nem sempre foram executadas respeitando integralmente os critérios e princípios da sustentabilidade ambiental. Por exemplo, no âmbito das obras de maior dimensão, teria sido benéfico dedicar mais atenção e recursos a intervenções agroecológicas, como a plantação de vegetação espontânea ao longo das infraestruturas rodoviárias das Ações “Estradas” e “Engenharia Rural”, para limitar certos impactes ambientais associados às pistas, como a poluição por poeiras. O Anexo 10 identifica algumas boas práticas que podiam ser replicadas para melhorar os padrões ambientais no desenho e execução das infraestruturas.

Relatório Final

Observou-se igualmente uma gestão superficial, e por vezes não conforme ao quadro legal da Guiné-Bissau, de alguns processos de licenciamento ambiental, tal como já tinha sido salientado na avaliação intercalar.

Adicionalmente, a Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos relacionados com a redução dos níveis dos aquíferos e com o avanço da cunha salina, devido aos efeitos das alterações climáticas, à exploração intensiva dos recursos hídricos subterrâneos e à ausência de planeamento adequado das obras de extração. Ao financiar a construção de poços e infraestruturas associadas, o Programa corria o risco de contribuir para estas dinâmicas de diminuição dos aquíferos. A ausência de estudos específicos – que deveriam ter sido promovidos para prevenir e mitigar eventuais impactes ambientais – não implicava necessariamente a suspensão ou alteração imediata destas atividades; contudo, constituía um fator relevante a considerar para o desenho de ações futuras.

Por fim, observou-se, em alguns contextos, que a compreensão dos valores ecológicos, nomeadamente dos mangais, continua a ser insuficiente. A visão antagónica entre a conservação dos ambientes naturais e a exploração dos recursos naturais continua a ser ainda marcada, o que dificulta abordagens integradas de gestão sustentável do território.

QA10: Qual foi o contributo das atividades de comunicação do programa Ianda Guiné! para uma perceção mais eficaz do mesmo, por parte dos diversos grupos-alvo e da população em geral? Qual é a perceção do Programa pelos diferentes grupos-alvos e pela população e em que medida a intervenção contribuiu para uma imagem positiva da União Europeia na Guiné-Bissau?

A resposta a esta questão fundamenta-se na análise dos relatórios de avaliação dos componentes disponíveis, nos relatórios narrativos finais e nos relatórios de Monitorização Orientada para Resultados (ROM). Como fonte primária desta avaliação, utilizam-se os dados de um inquérito realizado a 375 agregados familiares. Estes dados quantitativos complementam a análise qualitativa, reforçando a perceção positiva entre os beneficiários e destacando a visibilidade da União Europeia (UE), não obstante algumas lacunas de conhecimento identificadas. O foco da análise recai sobre o contributo das atividades para uma perceção eficaz, as variações por grupos-alvo e o impacto na imagem da UE, avaliados segundo critérios de eficácia, impacto e lições aprendidas.

1. Contributo das Atividades de Comunicação para uma Perceção Mais Eficaz do Programa

As atividades de comunicação do IG! foram sistemáticas e adaptativas, contribuindo decisivamente para uma perceção mais eficaz entre grupos-alvo (entidades governamentais, parceiros locais, técnicos formados e beneficiários) e população geral. Elas promoveram engajamento, reduzindo ceticismo inicial (ex.: resistência a pagamentos em serviços de água) e destacando benefícios concretos, como acesso a

Relatório Final

água potável e energia em regiões vulneráveis. O Plano de Comunicação e Visibilidade (2019-2024) guiou ações multimídia, eventos e relatórios, adaptando-se à COVID-19 via canais digitais e rádio.

O inquérito a agregados familiares quantifica esse impacto: 98,88% dos respondentes (268 respostas das 374 inquérito) percebem melhoria na vida comunitária ("sim, muito" em 88,81% ou "um pouco" em 10,07%), atribuindo isso a ações de sensibilização que tornaram o programa "visível e tangível".

As sensibilizações comunitárias e participativas no Programa Ianda Guiné! foram essenciais para elevar a percepção de relevância e fomentar o engajamento local. No componente Lus ku iagu, 8.850 ações de STLC (Saneamento Total Liderado pela Comunidade) envolveram líderes tradicionais e ativistas nas regiões de Oio e Bafatá, utilizando rádios comunitárias, mesquitas e igrejas para mensagens em crioulo, o que reduziu a desconfiança em áreas como Mansôa, com beneficiários a exclamarem "Ianda Guiné!" à chegada. O ROM da ação de Saúde destaca eventos como as Cimeiras de Saúde (JAMAIS) e workshops (ex.: reorganização hospitalar), embora os atrasos pandémicos tenham limitado o alcance inicial. No projeto de Galinhas, comunicações de campo e formações avícolas envolveram produtores para fomentar a percepção de inovação económica; enquanto no Arrus, sessões rurais explicaram engenharia, reduzindo barreiras culturais e incentivando a participação.

Os materiais multimídia e a disseminação digital no Programa Ianda Guiné! revelaram-se ferramentas eficazes para alcançar populações isoladas e decisores institucionais, promovendo a visibilidade e o impacto das ações em contextos remotos da Guiné-Bissau. Plataformas como YouTube (com histórias inspiradoras em Lus ku iagu) e mWater (atualizações sanitárias em Saúde, com o UNICEF) facilitaram o acesso a conteúdos educativos, enquanto o Dataviz do Kume Dritu (lançado em 2022, acessível em baixa largura de banda) beneficiou entidades como o MINSAP e o INE, cobrindo dados de 50 commodities e 44 mercados alimentares. Em Saúde o ROM realça a cobertura em sites e redes sociais (ex.: Facebook da FCG para formações médicas e da ESEnfC para cursos de enfermagem) e destaca a adaptação pós-pandemia. Relatórios anuais (como o SiSSAN e o PNDS III) e boletins de preços de alimentos, disseminados via workshops (ex.: baseline 2021/2022), alcançaram decisores, enquanto exemplos como os workshops urbanos de horticultura no Baloura Labour (atingindo 1.100 beneficiários) e spots de rádio no Galinhas reforçaram a autossuficiência e a sensibilização regional. Em suma, estas abordagens digitais e multimídia superaram barreiras iniciais, fortalecendo a percepção positiva do programa como acessível e transformador, com potencial para maior integração em ações futuras.

A adaptação a desafios no Programa Ianda Guiné! demonstrou resiliência perante a pandemia, que limitou ações presenciais entre 2020 e 2021, mas permitiu a manutenção da visibilidade através de abordagens remotas e digitais, como o mVAM no Kume Driu (com 4.300 entrevistas) e sessões online via Zoom no componente de Saúde. O inquérito, embora limitado a 375 agregados familiares, valida estes ganhos, com apenas 10,07% a perceberem "um pouco" de ajuda, possivelmente em zonas remotas

Relatório Final

com menor acesso, sublinhando o sucesso das adaptações em tornar o programa mais acessível e eficaz em contextos vulneráveis da Guiné-Bissau.

2. Perceção do Programa pelos Diferentes Grupos-Alvo e População, e Contribuição para a Imagem Positiva da UE

A perceção do IG! é amplamente positiva, como iniciativa holística combatendo pobreza/vulnerabilidade via serviços essenciais, alinhada a ODS (3,6,7).

A intervenção elevou a imagem da UE como doadora inovadora e comprometida, financiadora de mudanças reais em contextos instáveis. Liberações conjuntas (WFP/UE/MADR, Kume Dritu) e eventos inaugurais (Bolama, 2024) destacaram UE como “aliada contra fome/malnutrição”, alinhada a 11º FED. Em Lus ku iagu, citação: “Central oferecida pela UE... não vamos brincar com ela”.

O inquérito confirma que, entre os 43,28% dos inquiridos identificaram o financiador, 93,97% referem a União Europeia, evidenciando que os materiais de comunicação (por exemplo, logótipos em spots) contribuem para associar os benefícios ao seu apoio. No entanto, 56,72% dos respondentes afirmam não saber quem é o financiador, o que sugere a necessidade de campanhas de comunicação mais direcionadas. Apesar dos desafios (atrasos COVID), a perceção de “confiável” em relação à UE prevaleceu fortemente na opinião dos inquiridos. Em suma, a perceção geral é altamente positiva, com beneficiários e parceiros vendo o IG! como transformador de vidas. O programa reforçou a imagem da União Europeia (UE) como parceira estratégica e confiável, através de eventos conjuntos e materiais que destacam o financiamento europeu, alinhando-se a prioridades nacionais. Os desafios incluem limitações pandémicas iniciais e a ausência de métricas específicas de impacto.

Em fim, é importante destacar que entre os produtos e ações de comunicação que contribuíram para reforçar a visibilidade do Programa destacam-se as iniciativas promovidas pela UdC, nomeadamente o documentário, os programas de rádio, as animações, a série “Histórias de Vida” e a página de Facebook.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 Conclusões

C1: A componente do Programa focada na sociedade civil demonstrou uma eficácia globalmente satisfatória, evidenciada pela consolidação dos CCOs e pela melhoria percebida das condições de vida comunitária (79,3%), embora a precisão dos resultados não possa ser verificada com rigor devido à ausência de avaliações independentes previstas no desenho inicial. Apesar do contexto de desenvolvimento extremamente frágil e de todos os desafios a essa situação associados, os ganhos em matéria de empoderamento e organização coletiva são evidentes. Contudo, estes avanços não se traduziram ainda em autonomia operacional plena, o que se traduziria na mobilização de recursos locais ou na capacidade de captar financiamento, evidenciando ainda uma persistente dependência do apoio externo. A eficiência da componente beneficiou da relativa estabilidade da equipa de implementação, porém a sustentabilidade dos resultados permanece incerta. Embora os inquiridos expressem uma forte confiança na continuidade das estruturas criadas (83,7%), as observações de terreno apontam para riscos de insustentabilidade, agravados pela fragilidade do contexto institucional e político. Este cenário reforça a importância de parcerias estáveis e de um plano de transição mais robusto, capaz de assegurar a continuidade dos progressos alcançados. Em síntese, apesar da relevância dos avanços registados, a sua consolidação futura dependerá do reforço da continuidade da capacitação e da autonomia das comunidades, em particular das organizações não governamentais nacionais, da implementação de mecanismos de monitorização independentes e do desenvolvimento de estratégias de saída mais estruturadas e adaptadas a contextos em transição.

C2: Apesar de progressos técnicos muito relevantes, o desenho e o quadro lógico do Programa revelaram-se excessivamente ambiciosos no que se refere à componente saúde e insuficientemente alinhados com as atividades e resultados sob controlo direto da intervenção focada na saúde - algo que comprometeu agora a leitura e avaliação dos resultados e que poderia ter sido mitigado aquando da avaliação independente intercalar caso o QL do Programa já estivesse sob avaliação. Esta situação implica que a análise da eficácia seja conduzida à luz do seu contributo parcial para os avanços observados no setor. Embora alguns indicadores nacionais, como o aumento da proporção de partos assistidos em unidades de saúde (61% em 2023), revelem melhorias satisfatórias face às linhas de base, outros, como o financiamento público da saúde e a cobertura vacinal completa, permanecem fragilmente sustentados, baseados em dados administrativos não triangulados e não atribuíveis diretamente à intervenção, num contexto marcado por forte pluralidade de financiadores. A componente dedicada à saúde alcançou resultados muito sólidos em capacitação técnica, planeamento, gestão de recursos humanos e formação, com elevada satisfação dos participantes e contributos tangíveis para a prática clínica, gestão de recursos humanos e políticas públicas, mas enfrentou atrasos significativos, baixa

Relatório Final

execução orçamental e limitações decorrentes da instabilidade institucional do MINSAP e da pandemia COVID-19.

O Programa, apoiou a estruturação de um sistema de governança sanitária e nutricional baseado em informação regular e fiável. Após a validação técnica, o PNDS e PNDRHS foram adotados politicamente no Conselho de Ministros em 2023 e publicados em boletim oficial em 2024. Por um outro lado, contribuiu para a massificação das consultas e orientações nutricionais, tendo atingido, em média, 15.000 a 18.000 atendimentos por ano, com predominância de mulheres e crianças. Contudo, apesar do forte investimento em campanhas de comunicação, faltou um sistema de monitorização capaz de medir o alcance, a mudança de comportamentos e os efeitos diretos dessas ações de sensibilização.

C3: O Programa Ianda Guiné!, através da sua componente de rizicultura, revelou-se altamente pertinente face às condições socioeconómicas e ambientais da Guiné-Bissau, contribuindo de forma direta para o reforço da resiliência das populações rurais e para a melhoria das suas oportunidades de rendimento. A intervenção incidiu de forma satisfatória sobre toda a cadeia de valor do arroz de mangal, desde a produção até à comercialização, e foi complementada por atividades produtivas alternativas com elevado valor nutricional.

A abordagem metodológica permitiu testar e adaptar inovações técnicas adequadas às realidades locais, associadas a investimentos em infraestruturas de engenharia rural essenciais para a melhoria da produtividade agrícola, da mobilidade e da gestão das bolanhas, com atenção à proteção dos ecossistemas e resultados totalmente satisfatórios. Os beneficiários adquiriram uma autonomia técnica significativa nas práticas produtivas, ainda que subsistam necessidades pontuais de assistência técnica especializada, sobretudo para a manutenção de obras de maior dimensão.

Os resultados alcançados demonstram impactos socioeconómicos relevantes e satisfatórios, com aumentos expressivos da produtividade e do rendimento dos produtores, bem como uma perceção globalmente muito positiva por parte dos beneficiários.

Todavia, a sustentabilidade dos resultados permanece um desafio central. A consolidação a longo prazo dos impactos obtidos dependerá da existência de mecanismos estáveis de acompanhamento técnico, da capacidade institucional para assegurar a manutenção das infraestruturas e da integração das ações nas políticas públicas nacionais. O Programa constitui, assim, uma experiência valiosa e replicável, cujo potencial de longo prazo exige um reforço das estratégias de saída, das parcerias institucionais e dos instrumentos financeiros que garantam a continuidade das ações implementadas.

A componente de comercialização associada ao Projeto de Agricultura de Mangal constituiu o principal desafio da intervenção. Foram executadas atividades de transformação, promoção de agronegócios e campanha de *marketing* e valorização de arroz. O arranque tardio destas atividades condicionou os resultados alcançados, que, não obstante, representam uma base consistente para o desenvolvimento de um sistema de comercialização eficaz.

Relatório Final

A modalidade de gestão indireta da componente rizicultura, através de ONGs, e o modelo de gestão adotado (três ONGs com experiências e competências diferentes e complementares) favoreceram o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência. Entre os riscos futuros identificados destacam-se a disponibilidade de mão de obra, num contexto de êxodo rural, e os efeitos das alterações climáticas, que poderão afetar as obras de engenharia rural e a produtividade agrícola. Apesar disso, o Programa apoiou intervenções com potencial de mitigação destes riscos, suscetíveis de replicação no âmbito de políticas nacionais, nomeadamente no futuro Plano de Adaptação Climática da Guiné-Bissau. Ao nível institucional, apesar das ações de capacitação do Ministério da Agricultura, não foi alcançada autonomia técnica plena, mantendo-se uma dependência relevante da cooperação internacional.

C4: Na horticultura, o Programa alcançou resultados relevantes, sobretudo em Cacheu e Oio, com a criação e reabilitação de campos modelo, construção de poços artesanais e instalação de sistemas solares de irrigação. A produção acumulada demonstrou aumento da disponibilidade local de hortícolas e capacidade produtiva significativa. A formação agrícola e organizacional permitiu a criação de cooperativas e o reforço da governação local.

Contudo, a adoção de práticas agroecológicas permaneceu limitada em algumas regiões, mantendo-se dependência de insumos químicos, o que evidencia que a transferência de conhecimento não consolidou mudanças estruturais profundas. Foram criadas oportunidades de escoamento da produção, mas os investimentos realizados foram insuficientes para gerar ganhos significativos de produtividade e rendimento.

Em Bissau, a Formação Agrícola Participativa permitiu capacitar centenas de horticultoras, com mudanças individuais claras de comportamento, incluindo redução do uso de pesticidas e adoção parcial de técnicas agroecológicas. Todavia, a ação não criou mecanismos robustos de transformação da cadeia de valor, limitando-se a abordagens já utilizadas há mais de uma década no país. A ausência de um sistema de monitorização nutricional impediu comprovar impactos na dieta das famílias.

O ponto de venda em circuito curto no Centro Cultural Franco-Bissau-Guineense constituiu uma inovação relevante, promovendo preços mais justos para produtores e acesso urbano a produtos frescos, reforçando a ligação entre agricultura local, cultura e economia urbana.

C5: A componente avicultura do Programa não alcançou plenamente os resultados esperados em termos de impacto e sustentabilidade. Embora os aviários ativos tenham registado ganhos económicos expressivos, cerca de um terço dos beneficiários abandonou a atividade nos primeiros dois anos após o encerramento do Projeto Galinhas. Durante a execução, a eficácia foi elevada na estruturação da produção avícola familiar e na criação de um sistema mínimo de apoio técnico. Os rendimentos dos aviários ativos superaram amplamente as metas iniciais, impulsionados por mercados locais e pela realização da Feira Avícola. A produção de ovos revelou-se uma via eficaz de diversificação económica e reforço da segurança alimentar.

Relatório Final

Houve avanços institucionais relevantes, como a criação de farmácias veterinárias comunitárias, a rede de para-veterinários e a formação em biossegurança. Contudo, os operadores empresariais tiveram desempenhos desiguais: a CEDAVES consolidou-se como empresa viável, enquanto a Piu Piu Awara manteve fragilidades financeiras e organizacionais. A tentativa de produção local de ração não se revelou economicamente sustentável, devido ao custo elevado do milho e à escassez de matérias-primas locais. Este elemento, portanto, continua a ser uma limitação na construção de uma fileira baseada em elementos-chave completamente nacionais, para reduzir a dependência externa da cadeia de valor avícola, fortemente baseada na importação de pintos e rações. A eficiência nesta componente foi afetada pela dispersão territorial, pela rotação de técnicos, por fragilidades no fluxo de informação e por dificuldades de coordenação entre ONG internacional e ONG nacional bem como pela escassa disponibilidade das matérias-primas e consequente ao aumento dos custos ocasionadas pelo contexto do Covid 19 e a guerra na Ucrânia. A Direção-Geral da Pecuária participou, mas a sua capacidade de assegurar campanhas de vacinação e apoio técnico após o fim do projeto continua limitada.

Enfim, a Ação deixou ativos institucionais relevantes (rede de para-veterinários, associações setoriais, empresa-âncora), que poderão contribuir para maior durabilidade se integrados em políticas públicas adequadas.

C6: A componente de Infraestruturas do Programa alcançou resultados globalmente satisfatórios, com a criação ou reabilitação de 81 km de estradas, face a um objetivo de 78 km no âmbito do IG Estradas, e acerca 17 km no âmbito do IG Engenharia rural, contribuindo para a redução dos tempos de deslocação e para um elevado nível de satisfação das populações beneficiárias. A intervenção demonstrou eficiência na utilização dos recursos, ao privilegiar a reabilitação de troços críticos, o uso de materiais locais e soluções técnicas adaptadas ao contexto, assegurando uma boa relação custo-benefício na melhoria do acesso rural. Observa-se um aumento significativo da utilização das vias, bem como melhorias no acesso aos mercados, aos serviços sociais básicos e às zonas de produção agrícola, reforçando o impacto socioeconómico da intervenção.

As infraestruturas de água e energia criadas e reabilitadas contribuíram de forma decisiva para melhorar o acesso sustentável a serviços básicos essenciais. A instalação e reabilitação de sistemas de captação, distribuição e armazenamento de água, assim como a expansão das redes de energia, permitiram aumentar a disponibilidade e a fiabilidade do fornecimento, com impactos positivos na saúde, na higiene, na produção doméstica e no funcionamento dos serviços públicos locais. As soluções técnicas adotadas, baseadas na integração de infraestruturas pré-existentes, em tecnologias de baixo custo e em modelos de gestão comunitária, permitiram reduzir custos operacionais e assegurar maior durabilidade dos serviços.

Permanecem ainda alguns problemas e desafios no que diz respeito a durabilidade, gestão e manutenção das infraestruturas (ver também a C8, QA5 e QA7).

Relatório Final

C7: A seleção dos beneficiários no âmbito da componente agrícola (IG Arrus, Galinhas e Hortas) constituiu um dos fatores-chave para o sucesso do Programa e das ações por ele financiadas. O envolvimento de beneficiários que já praticavam as atividades apoiadas antes do início do Programa revelou-se um importante fator de êxito.

Por outro lado, os beneficiários que iniciaram as atividades produtivas apenas com o Programa registaram taxas de sucesso mais baixas, muito provavelmente devido à dificuldade em dar continuidade, de forma autónoma, a atividades que conheciam pouco, bem como a níveis de motivação mais reduzidos.

No caso da Ação Arrus, os beneficiários já exerciam as atividades apoiadas antes do início do Programa, tendo podido aportar as suas experiências e conhecimentos ao desenvolvimento técnico das intervenções. Além disso, o facto de estas atividades estarem diretamente ligadas aos seus meios principais de subsistência contribuiu para elevados níveis de motivação, envolvimento e apropriação dos resultados.

Na componente Hortas, de um modo geral, os beneficiários conseguiram apropriar-se das capacidades e competências adquiridas, alcançando um nível significativo de autonomia.

No que respeita à avicultura, apesar dos resultados satisfatórios durante o período de implementação, quando as atividades eram apoiadas financeiramente pelo Programa, foi observado um abandono da atividade por cerca de um terço dos beneficiários dois anos após o encerramento da Ação Galinhas. Este fenómeno deve-se, por um lado, à incapacidade de criar autonomia entre os produtores, tanto do ponto de vista técnico como do espírito empresarial, uma vez que vários não conseguiram reinvestir os rendimentos obtidos nem desenvolver uma atividade de pequena iniciativa económica sustentável. Por outro lado, muitos beneficiários foram introduzidos na avicultura pelo próprio Programa, sem experiência prévia nesta atividade, o que resultou em níveis reduzidos de motivação e de competências específicas para dar continuidade à produção após o encerramento da intervenção. A este facto acresce, conforme melhor detalhado na QA4, a incapacidade de criar uma cadeia de valor totalmente nacional, autónoma e com custos de gestão considerados aceitáveis pelos produtores, o que contribuiu adicionalmente para o abandono da atividade.

C8: O Programa, em geral, tem boas perspetivas de impacto e com uma sustentabilidade em geral moderadamente satisfatória, com algumas diferenças entre as suas componentes.

A sustentabilidade da componente saúde permanece moderadamente insatisfatória, limitada por fragilidades estruturais do MINSAP, rotatividade de quadros e migração dos profissionais formados, fatores que reduziram substancialmente o retorno do investimento realizado. Este facto prejudica o impacto a longo prazo desta componente do Programa.

Relatório Final

A sustentabilidade do reforço da capacidade dos coletivos de cidadãos organizados para a resolução dos seus problemas revela-se moderadamente satisfatória, muitas só funcionais no caso da existência de parcerias capazes e estáveis.

No âmbito da produção agrícola, observam-se perspectivas de impacto e níveis de sustentabilidade globalmente satisfatórios na rizicultura e na horticultura, com um certo grau de autonomia, ainda dependente de apoio técnico externo para a manutenção de infraestruturas de maior dimensão. No domínio da avicultura, as perspectivas de impacto e os níveis de sustentabilidade dependem da capacidade do empresariado rural e dos pequenos produtores em desenvolver uma cadeia de valor menos dependente de insumos externos. Atualmente, não há evidências de uma perspectiva de impacto e sustentabilidade satisfatórias.

O reforço das infraestruturas gerou impactos relevantes na qualidade de vida e na dinâmica socioeconómica das comunidades, facilitando o acesso a serviços como saúde, educação e mercados, promovendo maior segurança, apoio às atividades económicas locais e inclusão social. Esta componente contribuiu diretamente para o objetivo global do Programa de reforçar a resiliência e ampliar as oportunidades socioeconómicas da população, potenciando igualmente os resultados de outras ações, nomeadamente as ligadas à produção agrícola. Persistiram fragilidades e desafios na transferência de responsabilidades de gestão das infraestruturas e na sua manutenção e durabilidade futura. Além disso, mantêm-se desafios significativos em termos de gestão, manutenção e sustentabilidade das infraestruturas, devido à falta de mecanismos institucionais estáveis e de financiamento duradouro.

C9: A modalidade de gestão indireta, através de ONGs e organizações multilaterais, revelou-se globalmente eficaz e eficiente, ao garantir proximidade com as comunidades, capacidade técnica e flexibilidade operacional. Apesar dos constrangimentos iniciais associados à pandemia e a dificuldades logísticas, as entidades parceiras conseguiram adaptar-se progressivamente, assegurando a continuidade das intervenções e uma utilização adequada dos recursos. Contudo, a ausência de um quadro normativo uniforme em alguns setores, a instabilidade política e a limitada capacidade técnica e financeira das instituições públicas dificultaram a consolidação dos resultados.

Foram identificados alguns problemas de coordenação entre determinadas entidades implementadoras, no âmbito de algumas ações, bem como entre estas entidades e a UdC.

A UdC prestou apoio técnico às ações, implementando igualmente atividades de comunicação, monitoria, avaliação e aprendizagem. Se, por um lado, algumas das atividades desenvolvidas pela UdC contribuíram para o alcance dos resultados do Programa, por outro, o atraso inicial de quase dois anos na atualização dos quadros lógicos e o reconhecimento talvez insuficiente do seu papel por parte das partes interessadas criaram constrangimentos ao desenvolvimento eficaz e eficiente do Programa, com efeitos também durante o período de implementação subsequente à avaliação de meio termo.

Relatório Final

C10: A igualdade de género foi tratada como uma dimensão transversal do Programa, embora a sua integração no desenho inicial tenha apresentado limitações que foram progressivamente corrigidas ao longo da implementação. A Avaliação Intercalar constituiu um momento decisivo para o reforço da abordagem de género, permitindo rever indicadores, integrar esta dimensão nos instrumentos de monitorização e melhorar a coerência da intervenção. Na fase final, a integração do género tornou-se mais visível e consistente, sobretudo através de ações de formação, sensibilização e produção de materiais educativos. A participação das mulheres nas atividades aproximou-se da paridade, ainda que com diferenças relevantes entre áreas de intervenção, refletindo condicionantes socioculturais persistentes. Registaram-se avanços na participação feminina em espaços de decisão e efeitos transformadores no bem-estar e na qualidade de vida das mulheres, nomeadamente através do melhor acesso à saúde, à água, à energia e às atividades produtivas. Estes resultados evidenciam um impacto positivo na autonomia económica e social das mulheres, embora subsistam limitações estruturais e a necessidade de consolidar mecanismos de acompanhamento e sustentabilidade da abordagem de género, sobretudo no âmbito dos processos de tomada de decisão relacionados com a gestão de algumas obras e espaços comuns.

Do ponto de vista ambiental, o Programa alinou-se com os princípios da agroecologia e da sustentabilidade, promovendo práticas agrícolas adaptadas às condições locais e com reduzido recurso a insumos externos, embora em algumas situações específicas se tenha mantido a utilização de agroquímicos. As obras de engenharia rural contribuíram para esta abordagem, ainda que a integração paisagística e a sustentabilidade a longo prazo pudessem ter sido reforçadas através de um maior recurso a soluções de engenharia verde. As intervenções realizadas no âmbito da componente de infraestruturas contribuíram igualmente para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente no que respeita à gestão sustentável dos recursos hídricos e à produção de energia renovável. Persistiram fragilidades nos procedimentos de autorização ambiental; contudo, os contributos para a conservação dos ecossistemas de mangal foram globalmente positivos, ainda que algumas metas não tenham sido plenamente alcançadas.

4.2 Recomendações

R1: Recomenda-se que futuras intervenções de apoio à sociedade civil na Guiné-Bissau adotem e aprofundem um modelo de financiamento programático, no qual as ações estejam efetivamente articuladas entre si para maximizar resultados, coerência e impacto. Esse modelo deverá ser flexível e orientado para o reforço institucional das organizações locais, privilegiando parcerias equitativas, participação comunitária e mecanismos robustos de transparência e prestação de contas. Para assegurar resultados sustentáveis, o apoio deverá combinar: (i) capacitação contínua em gestão, governação interna, análise de contexto político e monitorização; (ii) fortalecimento de redes e plataformas da sociedade civil, incluindo organizações femininas, comunitárias, juvenis e de pessoas com deficiência;

Relatório Final

(iii) integração sistemática de abordagens de cidadania ativa, coesão social e resolução de conflitos; (iv) mecanismos adequados de mitigação de riscos e proteção de ativistas; e (v) estratégias de saída e transição definidas no momento do desenho da intervenção, em que as partes são envolvidas desde o início promovendo de forma efetiva a sua autonomia, apropriação gradual e a transferência progressiva de responsabilidades para as organizações e instituições nacionais. Este modelo deve estar plenamente adaptado à realidade política e administrativa da Guiné-Bissau, onde a fragilidade estatal, e a elevada rotatividade institucional exigem intervenções cuidadosamente contextualizadas, baseadas em evidência e orientadas para fortalecer a resiliência operacional e a autonomia da sociedade civil guineense. É igualmente essencial que as instituições do Estado sejam envolvidas em todas as etapas do processo, garantindo alinhamento, legitimidade e sustentabilidade das ações desenvolvidas.

R2: Para maximizar o impacto e a sustentabilidade das futuras intervenções no setor da saúde na Guiné-Bissau, recomenda-se a adopção de um modelo de apoio plurianual e progressivo, centrado em: reforço institucional do MINSAP e unidades de saúde, desenho e operacionalização de mais e melhores políticas públicas, estabilização e retenção de recursos humanos qualificados no país e no alinhamento rigoroso entre objetivos, indicadores e atividades sob controlo direto das intervenções. Este apoio deverá incluir: (i) o financiamento de mecanismos permanentes de planeamento, monitorização e avaliação — incluindo avaliações independentes e apoio à produção sistemática de dados e estatísticas que possam informar de forma coerente e consistente os processos estratégicos e de decisão descentralizada —; (ii) investimentos direcionados à assistência técnica, formação especializada, mas também à criação de condições de trabalho, incentivos de retenção e trajetórias profissionais que mitiguem a intenção de migração dos quadros formados; (iii) o desenvolvimento de planos de transição realistas, com foco na gradual autonomização das instituições nacionais; e (iv) a coordenação estreita com outros parceiros técnicos e financeiros, de modo a promover parcerias e evitar duplicações, garantindo a coerência num ambiente de múltiplos doadores. Programas em saúde nestes contextos devem ser desenhados com metas realistas, indicadores atribuíveis, mecanismos de monitoria e estratégias explícitas de retenção de quadros e continuidade institucional, sob pena de grandes avanços técnicos resultarem apenas em contributos parciais e pouco sustentáveis para o Sistema Nacional de Saúde.

R3: Os futuros programas de desenvolvimento rural devem reforçar prioritariamente a componente de comercialização, identificada como o principal elo frágil das cadeias de valor, uma vez que a produção e a transformação têm apresentado resultados globalmente satisfatórios. As intervenções devem combinar capacitação técnica com investimentos estruturantes em irrigação e/ou gestão hidroagrícola, armazenamento, logística e acesso aos mercados, de modo a permitir mudanças duradouras nas cadeias produtivas. Especificadamente, as ações de gestão dos recursos hídricos, ou relacionadas com sistemas de irrigação e gestão hidroagrícola, devem ser planeadas, desenhadas e implementadas visando aos efeitos da mudança climática e tentando escalar a solução dos problemas a nível de bacia hidrográfica. É recomendável promover parcerias com operadores económicos nacionais e apoiar modelos de negócio

Relatório Final

rurais sustentáveis. Paralelamente, os programas devem incentivar a construção e o fortalecimento de cadeias de valor nacionais menos dependentes de fatores externos, como a importação de insumos e serviços técnicos. O reforço do empreendedorismo rural, da gestão financeira e da capacidade de reinvestimento dos produtores constitui um elemento central para a autonomia económica e para a sustentabilidade das intervenções.

R4: Os investimentos em infraestruturas devem incluir, desde a fase de planeamento, modelos claros de gestão, manutenção e financiamento a longo prazo. É recomendável reforçar a capacidade das instituições públicas locais e dos comités comunitários responsáveis pela gestão das obras. Os programas devem prever fundos de manutenção, também através de mecanismos e entidades autónomas, mecanismos tarifários adequados, onde apropriado e possível, e responsabilidades institucionais bem definidas. A engenharia verde e soluções baseadas na natureza devem ser integradas sempre que possível. A transferência gradual de responsabilidades deve ser acompanhada por assistência técnica contínua.

R5: A seleção dos beneficiários deve privilegiar pessoas e grupos com experiência prévia nas atividades apoiadas, elevada motivação e ligação direta aos seus meios de subsistência. É recomendável evitar a introdução de atividades produtivas complexas junto de públicos sem base técnica mínima. Os critérios devem incluir viabilidade económica, interesse e motivação real, sentido de apropriação e capacidade de continuidade autónoma. Processos participativos de seleção podem reforçar a apropriação comunitária. A diferenciação de perfis de beneficiários permite adaptar os apoios às reais capacidades locais.

R6: Os futuros programas e projetos devem dispor de mecanismos claros de governação, com papéis bem definidos entre doadores, entidades implementadoras e unidades de coordenação. É recomendável fortalecer os sistemas de comunicação, partilha de informação e aprendizagem institucional. Neste sentido, será importante investir no reforço da comunicação sobre os futuros programas e projetos, junto dos beneficiários, de modo a assegurar uma compreensão mais clara do que os futuros programas e projetos pode realisticamente oferecer e evitar a criação de expectativas desalinhas com os seus resultados e capacidades. A coordenação interinstitucional deve ser formalizada através de instrumentos normativos e operacionais. As unidades de coordenação devem ser reconhecidas como estruturas centrais de orientação estratégica. Uma liderança forte e estável é condição essencial para a coerência e eficácia das intervenções e deve ser identificada a entidade líder dos programas, discernindo de forma apropriada os papéis das diferentes partes interessadas.

R7: As ações e programas futuros devem ter em conta os bons resultados do Programa IG!, nomeadamente em termos de eficiência na utilização dos recursos humanos e financeiros, de otimização e capitalização dos recursos existentes e de reforço das sinergias entre as diferentes partes envolvidas.

Relatório Final

Será igualmente importante considerar, como referência, os custos recorrentes associados à gestão dos projetos por parte das ONGs, os quais contribuíram para o *value for money* do Programa.

R8: A igualdade de género e a sustentabilidade ambiental devem ser integradas desde a fase de conceção dos programas e dos projetos futuros, com indicadores claros, recursos dedicados e mecanismos de monitorização específicos. As ações devem promover não só a participação das mulheres, mas também o seu acesso efetivo à tomada de decisão.

R9: As práticas agroecológicas e as soluções baseadas na natureza devem ser incentivadas como componentes estruturais das intervenções, tendo em conta também os efeitos da mudança climática e as interações com os ecossistemas e a biodiversidade. É importante que intervenções futuras no âmbito das infraestruturas e do desenvolvimento rural sejam formuladas e implementadas para assegurar a mitigação e o adaptamento a mudança climática. Sugere-se propor a replicação de algumas práticas e casos de sucessos, como as obras hidroagrícolas nas bolanhas, no âmbito de ações e políticas nacionais, nomeadamente no Plano de Adaptação Climática da Guiné-Bissau. É recomendável reforçar acompanhamento técnico contínuo e a educação ambiental, e integrá-la nas ações relacionadas com a produção agrícola, o desenvolvimento local e o reforço da sociedade civil. Género e ambiente devem ser tratados como eixos estratégicos e não apenas como temas transversais.

R10: Reitera-se a recomendação formulada na avaliação intercalar relativa ao desenho das intervenções para os ciclos seguintes. Com efeito, embora o Programa tenha procurado colmatar as lacunas decorrentes da ausência de alguns elementos nos documentos do Programa e das ações, durante a segunda fase de implementação continuaram a persistir problemas associados a essas lacunas. Assim, considera-se recomendável o seguinte:

- Preparar estudos e diagnósticos prévios para identificar linhas de base para o sistema de indicadores e o Quadro Lógico do Programa, definir de forma mais objetiva os resultados e impactos esperados e avaliar as diferentes opções e alternativas, integrando as boas práticas e lições aprendidas nos ciclos anteriores.
- Desenhar um Quadro Lógico e um sistema de indicadores do Programa que tenha em consideração as lições aprendidas.
- Prever um maior envolvimento das instituições públicas em todas as fases do ciclo do programa/projetos.
- Avaliar e desenhar de forma congruente as relações entre as atividades, os resultados e os impactos; considerar devidamente o contexto do país; a influência de fatores externos e as dinâmicas territoriais, ambientais, políticas, económicas e culturais da Guiné-Bissau, de forma a identificar as áreas que efetivamente podem beneficiar das ações, apesar das diferentes áreas de implementação da intervenção; estudar a relação entre todas as partes interessadas, por forma a identificar estratégias de sinergias e sustentabilidade pós-implementação.

Relatório Final

- Incluir ações para dar continuidade / sustentabilidade aos resultados e impactos desde a formulação das intervenções.

4.3 Lições aprendidas

LA1: A experiência ao nível da sociedade civil demonstra que, em contextos frágeis como o da Guiné-Bissau, o fator determinante para a eficácia e a continuidade dos resultados é a presença ativa de equipas nacionais, profundamente conhecedoras do contexto político, social e cultural, e capazes de construir relações de confiança ao longo do tempo. Contudo, a componente sociedade civil do Programa confirma igualmente que o investimento feito em capacidades nacionais (técnicas, organizacionais e financeiras) continua a ser insuficiente face às necessidades reais do país. Reforçar a assistência técnica dirigida às organizações locais, financiar o seu desenvolvimento institucional e reconhecer o seu papel enquanto atores permanentes do processo de construção do Estado-nação é imperativo e prioritário para reduzir a dependência externa e criar autonomia estrutural. Paralelamente, a mesma componente evidencia que a simples transferência de equipamentos, infraestruturas, conhecimento ou ferramentas digitais não garante sustentabilidade: vários centros de recursos já se encontram encerrados; alguns equipamentos encontram-se em risco de subutilização ou obsolescência e não existe monitoria do uso efetivo do conhecimento produzido. Esta combinação de fatores sublinha uma lição central: a sustentabilidade exige mais do que insumos materiais; requer investimento contínuo em pessoas, instituições, governação e mecanismos de aplicação prática do conhecimento produzido, caso contrário muito do investimento pode perder-se após o encerramento dos projetos financiados por doadores.

LA2: A experiência ao nível da saúde evidencia que, em contextos frágeis, o desenho do Programa é tão determinante quanto a sua execução. Para além disso, a componente saúde evidencia que, mesmo quando se alcançam avanços sólidos em capacitação técnica, planeamento e formação, estes contributos não se traduzem automaticamente em progressos estruturais quando os indicadores nacionais dependem de múltiplos financiadores, dados administrativos frágeis e instituições com limitada capacidade de absorção. A sustentabilidade dos investimentos revelou-se particularmente vulnerável, afetada pela rotatividade institucional, pela migração dos profissionais formados e pela instabilidade governativa, fatores que reduziram substancialmente o retorno do investimento.

LA3: O Programa demonstra maior eficácia quando se intervém, no setor agrícola, de forma integrada ao longo de toda a cadeia de valor produtiva, incluindo produção, transformação e comercialização. A adaptação de inovações técnicas às condições locais, combinada com investimentos em infraestruturas adequadas, reforça a produtividade e a autonomia técnica dos beneficiários. Contudo, a sustentabilidade dos resultados depende da existência de mecanismos estáveis de acompanhamento técnico, da capacidade institucional para assegurar a manutenção das infraestruturas e da integração das ações nas políticas públicas nacionais. A componente de comercialização constitui frequentemente o elo mais frágil das intervenções e deve ser planeada desde o início. A gestão através de parceiros com

Relatório Final

competências complementares favorece a eficácia, mas requer estratégias claras de saída e de continuidade financeira.

LA4: As ações de apoio à horticultura no país e à produção alimentar mostram que a capacitação técnica e organizacional é necessária, mas não suficiente para produzir mudanças estruturais duradouras. A adoção de práticas sustentáveis permanece limitada quando não é acompanhada por investimentos estruturantes em irrigação, logística e acesso a mercados. As intervenções tendem a produzir sobretudo mudanças individuais de comportamento, sem transformar a cadeia de valor de forma sistémica. Iniciativas de comercialização em circuito curto revelam potencial para ligar produção local a mercados urbanos.

LA5: Na Guiné-Bissau, programas de apoio à avicultura familiar geram ganhos económicos relevantes durante a fase de implementação, mas a sustentabilidade depende da autonomia técnica, empresarial e logística dos produtores, ainda não existente a nível sistémico. A ausência de uma cadeia de valor nacional integrada, com produção local de insumos e serviços técnicos acessíveis, limita a durabilidade dos resultados. A dependência de importações torna os sistemas produtivos vulneráveis a choques externos. A seleção de operadores económicos sólidos é determinante para o sucesso das parcerias. A dispersão territorial e fragilidades de coordenação bem como os constrangimentos do contexto reduziram a eficiência operacional. Contudo, a criação de ativos institucionais, como redes de técnicos locais e associações setoriais, constitui uma base importante para políticas públicas futuras.

LA6: Os investimentos em infraestruturas rurais, como estradas, em infraestruturas nos setores da água e energia, produzem impactos diretos na mobilidade, no acesso a serviços básicos e no desenvolvimento económico local. A utilização de soluções técnicas adaptadas ao contexto e de materiais locais assegura uma boa relação custo-benefício. No entanto, a durabilidade dos benefícios depende da existência de mecanismos institucionais e financeiros para a gestão e manutenção das infraestruturas. A gestão comunitária é eficaz quando apoiada por estruturas públicas sólidas. A ausência de planos de manutenção e de financiamento contínuo coloca em risco os resultados alcançados.

LA7: A seleção criteriosa dos beneficiários pode constituir um fator crítico para o sucesso das ações produtivas em programas de desenvolvimento rural. Beneficiários com experiência prévia nas atividades apoiadas demonstram maior motivação, apropriação e capacidade de consolidação dos resultados. A introdução de novas cadeias produtivas ou o reforço das existentes, junto de públicos sem competências técnicas básicas, aumenta o risco de abandono das atividades. A ligação das intervenções aos meios principais de subsistência reforça o envolvimento comunitário e a sustentabilidade. Critérios de seleção devem considerar experiência, motivação, viabilidade económica e interesse real dos participantes. Programas eficazes privilegiam públicos com potencial de continuidade autónoma.

LA8: Os programas de apoio à economia rural apresentam níveis de sustentabilidade distintos entre setores, exigindo abordagens diferenciadas. Componentes agrícolas tendem a mostrar maior estabilidade

Relatório Final

quando associadas a cadeias produtivas já existentes, enquanto atividades mais complexas exigem maior suporte institucional. A sustentabilidade da saúde e da organização comunitária depende fortemente da capacidade das instituições públicas e da retenção de recursos humanos qualificados. As infraestruturas geram impactos claros na qualidade de vida, mas requerem modelos robustos de gestão e manutenção. Esta diversidade demonstra que é difícil analisar a sustentabilidade ao nível global de um programa e que resulta mais fácil uma avaliação por componente.

LA9: A gestão indireta através de ONGs e organizações especializadas favorece a proximidade com as comunidades e a flexibilidade operacional em contextos complexos. Contudo, a ausência de quadros normativos claros, a instabilidade política e as limitações institucionais dificultam a consolidação dos resultados. Problemas de coordenação entre entidades implementadoras comprometem a coerência das intervenções. As unidades de coordenação desempenham um papel central na monitoria, aprendizagem e comunicação, mas necessitam de reconhecimento claro por parte dos parceiros de implementação e dos outros atores-chave e de instrumentos atualizados, incluindo quadros de monitorização e avaliação partilhados, eficazes e eficientes desde o início do período de implementação. Torna-se difícil resolver problemas relacionados com os quadros de monitorização e avaliação se não enfrentados rapidamente na fase inicial de implementação de um Programa.

LA10: A integração do género e do ambiente em programas de desenvolvimento rural é mais eficaz quando ocorre desde a fase de desenho e com recursos dedicados. A promoção da participação feminina gera impactos positivos na autonomia económica e no bem-estar social. Contudo, na Guiné-Bissau, persistem alguns desafios na consolidação da liderança das mulheres nos processos de decisão comunitária. Do ponto de vista ambiental, a adoção de práticas agroecológicas contribui para a sustentabilidade, mas requer apoio técnico contínuo e soluções de engenharia verde. A utilização pontual de agroquímicos revela um marco positivo na transição ecológica, sobretudo no combate às pragas em relação ao contexto de referência. Em programas futuros a incorporação das questões de género e ambiente como pilares operacionais e não apenas como componentes transversais poderão melhorar o alcance dos objetivos de sustentabilidade, incluindo os ODSs.

ANEXO 1: TERMOS DE REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO



4ToRIG!

FinalEvaluationvfinalEvaluationvfinal



4ToRIG!

ANEXO 2 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

Visão geral de todo o processo e ferramentas de avaliação

O Programa foi avaliado tendo em consideração:

- os seus objetivos, resultados e impactos esperados, com base na Decisão da Comissão Europeia e nos TdR;
- as suas áreas temáticas; e
- os seus temas transversais.

Nesta avaliação foram usados os seguintes métodos:

- Revisão de documentos de referência do Programa, respetivas Ações e literatura.
- Sessões de consulta com as partes interessadas³⁴, incluindo com os representantes da DUE, da UdC e dos beneficiários.
- Avaliação participativa.
- Avaliação com base na aplicação dos critérios OECD-CAD, bem como do critério focado no valor acrescentado da EU.
- Inquérito junto dos beneficiários sobre a componente agropecuária do Programa, com o fim de avaliar o nível de diversificação das fontes de rendimento dos respetivos agregados familiares (mais detalhes encontram-se no Anexo 11).
- Inquérito e realização de análises aos padrões de acompanhamento do programa nos canais digitais (website, Facebook, Youtube e Instagram).
- Aplicação dos indicadores.
- Aplicação da matriz de avaliação.

A matriz de avaliação (doravante designada também por “a matriz”) acompanhou toda a avaliação, sintetizando o desenho metodológico (parte A) e documentando os elementos analisados para responder a cada Questão de Avaliação (parte B).

A matriz completa foi incluída em todos os relatórios produzidos.

A matriz, proposta neste Relatório Inicial, foi alterada e articulada (também com perguntas específicas relativas às diversas áreas do programa) com base nas evidências encontradas durante a revisão da literatura e na missão à Guiné-Bissau.

As tabelas seguintes incluem a estrutura da matriz.

³⁴ Entrevistas, reuniões ou grupos focais.

Relatório Final

PARTE A - Desenho Metodológico

Questão de avaliação				
Critérios de avaliação abrangidos				
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 1.1 –	I 1.1.1 -			

PARTE B – Registo de evidências

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências
I 1.1.1 -			
I 1.1.2 -			
I 1.1.3 -			
I 1.2.1 -			

A avaliação foi desenvolvida em quatro fases:

1. Fase de arranque – Desenvolvimento da Metodologia de Trabalho.
2. Fase intercalar - Trabalho de Campo/Recolha de dados e Evidências.
3. Fase de síntese – Produção documental.
4. Fase de disseminação – Partilha de Conhecimento.

Os TdR incluem os objetivos, detalhes e atividades de cada fase.

Relatório Final

Estratégia de consultas/inquéritos

A estratégia de consultas e inquéritos prevista para esta avaliação externa final assentou numa abordagem participativa, plural e territorialmente representativa, que visou assegurar a recolha de informações relevantes, fiáveis e equilibradas, refletindo a diversidade de intervenções, beneficiários e partes interessadas envolvidas no Programa.

A estratégia incluí dois momentos principais: consultas iniciais online e uma missão à Guiné-Bissau.

Antes e depois do trabalho de campo, foram realizadas reuniões online com:

- Um/a representante de cada Projeto que compõe o Programa Ianda Guiné!.
- Um/a representante da Unidade de Coordenação do Programa.
- Representantes da DUE na Guiné-Bissau.
- Representantes de parceiros internacionais.

Estas consultas preliminares permitiram alinhar as expectativas, identificar documentos e fontes de informação adicionais, bem como recolher observações úteis para a definição dos aspetos logísticos e metodológicos da missão ao terreno.

Durante a missão no país, a equipa de avaliação realizou consultas presenciais com:

- Representantes das instituições públicas relevantes (a lista completa será incluída no Relatório Documental e no plano final da missão).
- Representantes e beneficiários diretos e indiretos dos Projetos do Programa.
- Representantes da Unidade de Coordenação do Programa.
- Representantes da DUE.

Cada membro da equipa foi responsável por cobrir determinadas áreas de intervenção do Programa, em função da sua especialização e dos Projetos atribuídos. Para assegurar uma abordagem coerente e eficaz às temáticas transversais (como género, inclusão social, participação da sociedade civil, mudanças de comportamento e sustentabilidade), o Líder da Equipa e a especialista em género e sociedade civil prepararam uma lista partilhada de questões e perguntas orientadoras, que foram integradas nas consultas realizadas por todos os membros da equipa. O Líder e os membros da Equipa encontraram-se com os representantes das entidades públicas nacionais em Bissau.

Para assegurar a comparabilidade e qualidade das informações recolhidas, foram elaborados modelos e guiões de entrevistas semiestruturadas. Consoante a disponibilidade e pertinência, foram ainda organizados grupos focais com categorias específicas de beneficiários (por exemplo, comunidades locais, mulheres, jovens, organizações da sociedade civil), com o intuito de explorar de forma mais aprofundada dinâmicas específicas e aspetos qualitativos das intervenções.

Relatório Final

A lista detalhada dos locais a visitar e das pessoas ou grupos consultados é incluída no Anexo 7.

Foi também realizado um inquérito específico sobre as condições socioeconómicas dos beneficiários das ações do Programa. Os resultados são incluídos no Anexo 11.

O inquérito teve o objetivo de recolher testemunhos diretos das famílias beneficiárias, avaliando os efeitos das diversas ações implementadas nas comunidades. Embora inicialmente previsto para abranger 400 famílias envolvidas em atividades agrícolas, o inquérito foi alargado de forma a abranger todos os tipos de intervenção do programa, incluindo ações nas áreas de saúde, nutrição, rendimentos, infraestruturas e organização comunitária. A amostra foi distribuída por quatro regiões prioritárias – SAB, Oio, Bafatá e Tombali – escolhidas pela concentração e diversidade das ações desenvolvidas. As famílias foram selecionadas através de uma amostragem não probabilística, combinando técnicas de conveniência e bola de neve. A recolha de dados foi realizada presencialmente, por entrevistadores nacionais, com o apoio da plataforma digital KoboToolbox. Foram assegurados o anonimato, a confidencialidade e o consentimento informado dos participantes. Algumas entrevistas foram conduzidas em línguas locais. O questionário abrange diferentes áreas temáticas, incluindo: acesso e qualidade dos serviços de saúde; segurança alimentar e nutricional; apoio técnico recebido; fontes de rendimento agrícola e não agrícola (como arroz, caju, horticultura, avicultura, pesca e comércio); impacto das infraestruturas; e participação das mulheres e jovens. Foi também avaliado o grau de organização comunitária através dos CCO e a perceção do impacto geral do programa nas comunidades. Os detalhes metodológicos deste inquérito encontram-se descritos no Anexo 6 do Relatório Documental.

Com o objetivo de avaliar a eficácia da comunicação digital do Programa Ianda Guiné! e o grau de envolvimento dos beneficiários e do público em geral, foi desenvolvido um inquérito específico centrado nos padrões de acompanhamento do programa através dos seus canais digitais. Este exercício visa recolher informação quantitativa e qualitativa sobre o conhecimento, utilização e perceção dos conteúdos divulgados digitalmente, bem como sobre a sua utilidade, acessibilidade e impacto na compreensão das atividades do programa. O inquérito foi complementado por análises de dados digitais disponíveis (métricas de alcance, frequência de interação, tempo de visualização, partilhas, comentários, etc.). Através da combinação de métodos (inquérito e análise de dados), pretendeu-se identificar os canais mais eficazes, os conteúdos com maior impacto e as lacunas de comunicação existentes, com vista ao ajustamento da estratégia digital do programa. Especial atenção foi dada à acessibilidade dos conteúdos por grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e pessoas com deficiência, garantindo que os meios digitais não reproduzam desigualdades no acesso à informação. Este processo permitiu reforçar a transparência, o envolvimento comunitário e a apropriação local das ações promovidas, contribuindo para uma comunicação mais inclusiva, eficaz e orientada para resultados.

Estudos de Caso

Relatório Final

Os estudos de caso tiveram o objetivo de aprofundar a compreensão dos resultados, impactos e lições aprendidas em contextos territoriais e institucionais específicos. Estes estudos permitiram complementar os dados quantitativos e as análises transversais com uma perspectiva contextualizada e centrada nas experiências dos/as beneficiários/as, implementadores/as e parceiros locais.

Os estudos de caso foram baseados em critérios previamente definidos, nomeadamente:

- Representatividade geográfica (cobertura de diferentes regiões e locais interessados pelo Programa).
- Diversidade temática (inclusão de diferentes domínios de intervenção do Programa – segurança alimentar, empreendedorismo, acesso a serviços, ambiente, etc.).
- Relevância em termos de inovação, boas práticas ou desafios enfrentados.
- Potencial de aprendizagem e replicabilidade das abordagens adotadas.
- Existência de dados disponíveis e acesso viável às partes interessadas.

Cada Estudo de Caso foi baseado em múltiplas fontes de informação, incluindo:

- Revisão documental (relatórios dos Projetos, estudos prévios, relatórios finais das avaliações das ações, etc.).
- Entrevistas semiestruturadas com implementadores/as, autoridades locais e beneficiários/as.
- Observação direta nos locais de implementação das atividades.
- Grupos focais com comunidades ou categorias específicas (mulheres, jovens, produtores/as, etc.).

Cada Estudo de Caso seguiu uma estrutura analítica comum, composta por:

1. Contextualização: caracterização da zona de intervenção e enquadramento no âmbito da Ação/Projeto de referência.
2. Descrição da intervenção: objetivos, atividades, atores envolvidos.
3. Resultados observados e sinais de impacto: com referência aos quadros lógicos dos projetos de referência e outros aspetos relevantes.
4. Perceções dos/as beneficiários/as e partes interessadas.
5. Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados.
6. Lições aprendidas e recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção.

Relatório Final

Os Estudos de Caso, identificados na fase intercalar, não pretendem ser representações estatísticas do Programa, mas sim ilustrações aprofundadas de dinâmicas concretas, permitindo uma leitura mais rica dos mecanismos de mudança induzidos pelo Programa. As conclusões extraídas destes estudos foram integradas na análise global da avaliação, nomeadamente no que diz respeito à relevância, eficácia, sustentabilidade e impacto das ações financiadas. Foi preparado um estudo de caso por cada Projeto.

Abordagem à fase intercalar da avaliação

A fase intercalar da avaliação externa final do Programa consistiu na consolidação da análise documental, na realização de estudos de caso e na missão no terreno, com o objetivo de recolher evidências primárias e validar as hipóteses formuladas durante a fase preparatória.

O *Relatório documental* incluí uma primeira análise de carácter exploratório, com respostas preliminares às questões de avaliação, baseadas na revisão da documentação disponível até ao momento. Esta análise orientou a fase de trabalho de campo e identificar lacunas de informação a ser colmatadas através das consultas e observações diretas durante a missão.

A revisão da literatura e da documentação técnica e operacional dos diferentes Projetos foi sistematizada em fichas síntese específicas, uma por cada Projeto, seguindo um modelo comum que permite assegurar a comparabilidade e facilitar a leitura transversal.

Projeto e informações relevantes dessumidas pelos contratos	Designação da ação Nome do requerente principal Outras partes interessadas Duração da ação Orçamento Documentos principais consultados (exemplos: relatório narrativo final, relatório final de avaliação)
Resumo das evidências encontradas, articuladas por critérios OECD-CAD³⁵	Relevância Coerência Eficácia Eficiência Impacto Sustentabilidade
Lacunas documentais	Evaluações finais de algumas ações Relatórios finais e intercalares de algumas ações Lista de beneficiários Documentos bem estruturados e fáceis de identificar e aceder.
Questões específicas a serem abordadas na fase subsequente	-

³⁵ Com base nas conclusões da avaliação intercalar, nos relatórios narrativos finais e relatórios de avaliação das respetivas ações

Relatório Final

A missão foi organizada de forma a garantir:

- A cobertura territorial mais ampla possível, respeitando os critérios de representatividade regional e temática.
- A realização de entrevistas, grupos focais e visitas a sítios de intervenção.
- A articulação com os representantes da Unidade de Coordenação e dos Projetos no planeamento logístico.
- A integração de sessões de restituição preliminar com a DUE e os principais parceiros nacionais, para a partilha de conclusões provisórias.

Durante a missão, cada membro da equipa de avaliação cobrirá os Projetos e áreas temáticas da sua responsabilidade, em estreita articulação com o/a Líder da Equipa e com os especialistas transversais (nomeadamente de género e da sociedade civil).

Fase de disseminação

A última fase de disseminação compreendeu a realização no 2026 de um workshop, organizado pela DUE, com a presença dos consultores nacionais e a participação virtual dos consultores internacionais. Esta fase incluiu ainda:

- Produção/atualização do livro de histórias de vida do Ianda Guiné.
- Uma infografia da avaliação³⁶, destacando os principais resultados, com 200 cópias impressas em português e uma versão digital em inglês.
- Um resumo da avaliação, elaborado de acordo com as orientações da União Europeia (Guia prático para produção de resumos de avaliação³⁷), com 200 cópias impressas em português e uma versão digital em inglês.
- Um vídeo de disseminação de 3 minutos, apresentando os principais achados da avaliação, com base no relatório final e na apresentação final;
- Uma aplicação de capitalização do programa.

Esta aplicação funcionará como uma biblioteca digital móvel, respondendo à necessidade de oferecer uma solução simples, acessível e sustentável para a consulta de documentos e conteúdos audiovisuais em contextos com conectividade limitada e recursos técnicos restritos. O seu desenho será centrado na facilidade de utilização, eliminando barreiras técnicas como o registo de utilizadores ou a necessidade de manutenção posterior.

³⁶ https://capacity4dev.europa.eu/library/how-guide-evaluation-infographics_en

³⁷ https://capacity4dev.europa.eu/library/how-guide-producing-briefs-evaluation-dissemination_en

Relatório Final

As principais diretrizes funcionais desta aplicação são:

- Navegação intuitiva e sem autenticação.
- Estrutura fixa de pastas, alinhada com as três áreas de intervenção do programa.
- Visualização de documentos PDF e download de vídeos curtos.
- Uso de armazenamento em nuvem sem backend próprio (recomendação: Firebase Storage).
- Instalação através de arquivo APK descarregável por link direto.
- Otimização para dispositivos Android sem sistema de gestão corporativa (MDM).
- Compatibilidade prevista: Android 7.0, garantindo cobertura em dispositivos acessíveis.

Também está previsto o desenvolvimento de um site acessível a partir de navegadores convencionais, que cumprirá o mesmo objetivo: servir como repositório digital público para consulta e descarregamento dos materiais gerados na avaliação. Esta plataforma web estará alinhada com os mesmos princípios de simplicidade e acessibilidade.

Tanto o site quanto a aplicação são desenvolvidos como um produto final fechado, sem dependência de infraestrutura externa nem necessidade de suporte técnico contínuo. O seu foco é garantir a autonomia, durabilidade e ampla divulgação dos conteúdos, em linha com o compromisso do projeto com a transparência, a prestação de contas e a acessibilidade da informação.

ANEXO 3: MATRIZ DE AVALIAÇÃO

QA1: Em que medida é que a atualização do Programa (incluindo o seu quadro lógico e suas atividades) e respetiva implementação (incluindo o apoio da Assistência Técnica), respondeu de forma efetiva às lições aprendidas, conclusões e recomendações da Avaliação Intercalar, especialmente no que se refere ao objetivo principal do Programa, ou seja, <i>“Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau”</i> ?				
Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Impacto Género, Ambiente e alterações climáticas			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 1.1 – Recomendações-chave da avaliação intercalar	I 1.1.1 – Desenho e aplicação dos seguintes indicadores: Número médio mensal de pessoas que usam meios motorizados nas áreas de intervenção. Quantidade média mensal de produtos agrícolas transportados com meios motorizados nas áreas de intervenção. Superfície de mangal protegido, recuperado ou plantado. Superfície de ambientes naturais ou seminaturais artificializada. Indicador de segurança alimentar medido a nível das diferentes áreas de intervenção.	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental
	I 1.1.2 - Desenho e aplicação de indicadores sensíveis ao género.	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental

Relatório Final

	I 1.1.3 – Nível de detalhe e qualidade do mapeamento/ estimativa/ recenseamento completo dos beneficiários do Programa	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental
	I 1.1.4 - Nº de eventos adicionais nos quais foram envolvidas as entidades públicas, número de pessoas envolvidas nestes eventos e nível de satisfação	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas	Análise documental e abordagem participativa
	I 1.1.5 – Nº e qualidade das estratégias de saída do Programa e dos Projetos	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental

QA2: De que forma é que o Programa contribuiu para que os Coletivos de Cidadãos Organizados (CCO) assumam o protagonismo na resolução de problemas coletivos no futuro? Pode-se antever a continuidade deste protagonismo a curto e médio prazo? Em que medida a modalidade de gestão indireta, através de ONGs, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?

Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Impacto e Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 2.1 – Indicadores-chave da Ação Djuntu	I 2.1.1 – Número de experiências e práticas de desempenho de um papel ativo e eficaz dos cidadãos através dos coletivos de cidadãos organizados na resolução dos seus problemas locais e no seguimento e implementação das políticas públicas a nível nacional (IOG.1 Djuntu)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 2.1.2 – % de espaços apoiados e/ou realizados no quadro do Ianda Guiné! Djuntu de intercâmbio, partilha de experiências e concertação entre OSC e entre estas e outros atores em todas as regiões do país que	Documentação técnica do	Sessões de consulta com as partes	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

Relatório Final

	contam com representação de ao menos 10 coletivos de cidadãos organizados Bissau-guineenses ou outros atores (IOE.3 Djuntu)	Programa e das Ações	interessadas e visitas dos sítios da Ação	
	I 2.1.3 – Número de projetos que visam o desenvolvimento institucional de coletivos de cidadãos organizados de longo percurso e experiência consolidada apoiados (IP1.3 Djuntu)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 2.1.4 – Número de centros de recursos operacionais dinamizados em todas as regiões do país (IP2.2 Djuntu)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 2.1.5 – % de execução das recomendações decorrentes das ações de monitoria e avaliação do método djuntu (IP3.2 Djuntu)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

QA3: Em que medida é que o Programa contribuiu para reforçar a cobertura do sistema de saúde na Guiné-Bissau e apoiou a capacidade do Estado da Guiné-Bissau para melhorar, desenvolver, implementar e monitorizar políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional? Em que medida a modalidade de gestão indireta, implementada através de agências de Estados Membros, ONGs e organizações multilaterais, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?

Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Eficiência, Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 3.1 – Indicadores-chave da Ação Saudi	I 3.1.1 – Percentagem de execução do Orçamento Geral do Estado dedicado à Saúde (IOG.1 Saudi)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

Relatório Final

	I 3.1.2 – Percentagem de nascimentos assistidos numa unidade de saúde (IOG.2 Saudi)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 3.1.3 – Número de crianças entre 12-23 meses com vacinação completa (GERF 2.35) (IOG.3 Saudi)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 3.1.4 – Nível de utilização do PNDS no planeamento e monitorização do sistema de saúde (escala 1-3) (IOE1 Saudi)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 3.1.5 – Número documentos de planificação estratégica em saúde elaborados com apoio do projeto (IOE2 Saudi)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 3.1.6 – Nº de profissionais de saúde com formação avançada integrados em estruturas do SSN (IOE3 Saudi)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
CA 3.2 – Resultados do inquérito	I.3.2.1 – Perceção da melhoria nos serviços de saúde	Inquérito com os beneficiários		Inquérito com os beneficiários
CA 3.3 Indicadores-chave da Ação Kume Drito	I.3.3.1 – Número de políticas, programas e componentes do sistema nacional de segurança alimentar e nutrição definidos como resultados da Ação	Documentação técnica do Programa e das Ações	Documentação técnica do Programa e das Ações	Análise documental
	I.3.3.2 - % do orçamento do estado alocado ou gasto para ações	Documentação das políticas nacionais	Documentação técnica do Programa e das Ações	Análise documental

Relatório Final

	sensíveis ao ou específicas pela nutrição			
--	---	--	--	--

QA4: De que forma é que o Programa contribuiu para uma diminuição da insegurança alimentar e nutricional e para um aumento do bem-estar - em termos de rendimento económico e capacidade autónoma de satisfazer necessidades básicas através do acesso a bens, produtos e serviços - dos agregados familiares dos produtores das cadeias de valores agropecuárias, em particular dos jovens, mulheres e pessoas com deficiência? Em que medida a modalidade de gestão indireta, através de ONGs, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?				
Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Eficiência e Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 4.1 – Indicadores-chave da Ação Arrus	I 4.1.1 – Rendimento (ton. de arroz/ha) nas bolanhas cultivadas (IP2.4 Arrus)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 4.1.2 – Rendimento médio anual dos produtores proveniente do arroz (IOG.1 Arrus)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 4.1.3 – Quantidade de arroz produzido (IOE.1 Arrus)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 4.1.4 – Número de pessoas que continuam a praticar as atividades de diversificação produtiva no âmbito da Arrus, de acordo com o levantamento feito no último trimestre de 2023	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

Relatório Final

	(ou em 2024, no caso da salicultura) (sub-indicador do IP2.5 Arrus, parcialmente desagregado por sexo)		interessadas e visitas dos sítios da Ação	
CA 4.2 – Indicadores-chave da Ação Hortas (Oio e Cacheu + SAB)	I 4.2.1 – % de aumento de rendimento médio anual dos/as produtores/as hortícolas, desagregado por sexo e área de intervenção (IOG.1 Hortas)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 4.2.2 – % de aumento do nível de segurança alimentar e nutricional nas famílias dos/as produtores/as da fileira hortícola (IOG.2 Hortas)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 4.2.3 – % do aumento da quantidade de produtos hortícolas diversificados, provenientes das práticas hortícolas melhoradas, disponíveis por agregado familiar, no âmbito da intervenção (IOE.1.1)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
CA 4.3 – Indicadores-chave da Ação Galinhas	I 4.3.1 – Rendimento medio anual dos produtores da fileira agrícola (IOG.1 Galinhas)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 4.3.2 – % de famílias de produtores PAF que aumentaram o consumo de alimentos proteicos de origem animal desagregados por região (IP2.7 Galinhas)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
CA 4.4 – Resultados do inquérito	I 4.4.1 – Rendimento medio anual (arroz)	Inquérito com os beneficiários	Sessões de consulta com as partes interessadas	Inquérito com os beneficiários e abordagem participativa
	I 4.4.2 – Rendimento medio anual (caju)	Inquérito com os beneficiários	Sessões de consulta com as partes interessadas	Inquérito com os beneficiários e abordagem participativa

Relatório Final

	I 4.4.3 – Rendimento medio anual (hortas)	Inquérito com os beneficiários	Sessões de consulta com as partes interessadas	Inquérito com os beneficiários e abordagem participativa
	I 4.4.4 – Rendimento médio anual (avicultura)	Inquérito com os beneficiários	Sessões de consulta com as partes interessadas	Inquérito com os beneficiários e abordagem participativa
	I 4.4.5 – Rendimento médio anual (pecuária)	Inquérito com os beneficiários	Sessões de consulta com as partes interessadas	Inquérito com os beneficiários e abordagem participativa
	I 4.4.6 – Rendimento médio anual (pesca)	Inquérito com os beneficiários	Sessões de consulta com as partes interessadas	Inquérito com os beneficiários e abordagem participativa

QA5: Em que medida as infraestruturas criadas e reabilitadas no âmbito da intervenção contribuíram para facilitar a transformação, o escoamento e a comercialização de produtos agrícolas e melhorar o acesso sustentável da população rural e semiurbana a serviços básicos, e de que forma essa melhoria contribuiu para “Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau”? E em que medida as infraestruturas criadas e reabilitadas contribuíram para facilitar o acesso aos serviços básicos de água e energia? Em que medida a modalidade de gestão indireta, implementada através de ONGs e organizações multilaterais, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?

Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Eficiência e Impacto			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 5.1 – Indicadores-chave da Ação Estradas	I 5.1.1 – Número de quilómetros de estradas praticáveis em todas as estações (IOE.1 Estradas)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

Relatório Final

	I 5.1.2 – Tempo de trajeto nos troços de intervenção Biambe-Encheia; Buba-Fulacunda-Nova Cintra; Cabante-Cafal (IOE.2 Estradas)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
CA 5.2 – Indicadores-chave da Ação Engenharia Rural	I 5.2.1 – Acesso às tabancas através das bolanhas durante todo o ano (IOG.1 Engenharia Rural)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 5.2.1 - Redução da duração das deslocações motorizadas na bacia de Encheia (IOE.2 Engenharia Rural)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
CA 5.3 – Resultados do estudo de tráfego	I 5.3.1 – Bula-Fulacunda	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 5.3.2 – Fulacunda-Nova Sintra	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 5.3.3 – Cabante-Cafal	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 5.3.4 – Biambi-Encheia	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 5.3.5 – Infaide-Claque	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
CA 5.4 – Resultados do inquérito	I.5.4.1 – Perceção dos efeitos e impactos das infraestruturas no bem-estar das comunidades	Inquérito com os beneficiários	Sessões de consulta com as partes interessadas	Inquérito com os beneficiários e abordagem participativa

Relatório Final

CA 5.5 – Indicadores-chave da Ação Ius ku Iagu	I 5.5.1 – Percentagem de habitantes com acesso a uma fonte melhorada de água para consumo humano (IOG.1 Ius ku Iagu)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 5.5.2 – Taxa de fontes melhoradas de água que reúnem critérios de potabilidade nas áreas de intervenção (IOG.2 Ius ku Iagu)	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 5.5.3 – Percentagem de habitantes com acesso a serviços de energia elétrica	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

QA6: Em que medida foram os recursos do Programa (técnicos e financeiros) corretamente estimados, geridos e utilizados – em termos de execução financeira e de cumprimento de calendário?				
Critérios de avaliação abrangidos	Eficiência			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 6.1 – Avaliação da eficácia nas avaliações finais das ações	I 6.1.1 – Número de ações com avaliação satisfatória da eficiência	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental
CA 6.2 – Nível de despesa	I 6.2.1 – % de fundos efetivamente gastos durante o período definido para a implementação	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental
CA 6.3 – Execução orçamental	I 6.3.1 – Percentagem dos projetos que conseguiram executar pelo menos 98% do respetivo orçamento, sem extensão do prazo de execução	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental
	I 6.3.2 – Percentagem dos projetos que atingem pelo menos 98% de execução financeira até ao respetivo encerramento	Documentação técnica do Programa e das Ações		Análise documental

Relatório Final

QA7: Quais as perspectivas de impacto, de médio e longo prazo, induzidos pelo Programa, e perduráveis no tempo a nível do desenvolvimento local nas diferentes áreas do Programa?				
Critérios de avaliação abrangidos	Impacto			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 7.1 Objetivo geral: Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau	I 7.1.1 Insegurança alimentar	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas	Análise documental e abordagem participativa
CA 7.2 – ODSs	I 7.2.1 – Número de ODSs para os quais o programa contribui	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

QA8: Foram desenhadas e implementadas medidas específicas para garantir que os efeitos do Programa perdurem após o seu término de forma sustentável, incluindo a continuação das atividades e a manutenção das obras após o término das ações? Em que medida os investimentos realizados através do Programa Ianda Guiné contribuíram para a implementação da Estratégia “Global Gateway”? De que forma se poderia assegurar a continuidade das ações do Programa Ianda Guiné por meio de futuros investimentos no âmbito da Estratégia “Global Gateway”?				
Critérios de avaliação abrangidos	Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	

Relatório Final

CA 8.1 – Ferramentas de sustentabilidade (estratégias e planos de saída)	I 8.1.1 – Número de ferramentas desenhadas	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas	Análise documental e abordagem participativa
	I 8.1.2 – Número de ferramentas efetivamente implementadas (pelos projetos encerrados pelo menos desde Agosto 2024)	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Documentação técnica do Programa e das Ações	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
CA 8.2	I 8.2.1 – Número de investimentos do Programa Ianda Guiné! que contribuíram para a implementação da Estratégia “Global Gateway”	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com a DUE	Análise documental e abordagem participativa

QA9: Em que medida as questões transversais como a igualdade de género, o ambiente e as alterações climáticas foram tidas em consideração nas fases de desenho e implementação, da intervenção?				
Critérios de avaliação abrangidos	Género Ambiente e alterações climáticas			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 9.1 – Género	I 9.1.1 – Mulheres em lugares-chave nos órgãos de decisão	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas	Análise documental e abordagem participativa
	I 9.1.2 – Mulheres envolvidas nas atividades do Programa	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas	Análise documental e abordagem participativa

Relatório Final

	I 9.1.3 – Mulheres envolvidas nas atividades dos projetos	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas	Análise documental e abordagem participativa
CA 9.2 – Ambiente e alterações climáticas	I 9.2.1 – Áreas de ecossistemas conservados ou restaurados	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa
	I 9.2.2 – Número de ações que implementaram atividades orientadas pela conservação da biodiversidade e a resiliência, mitigação ou adaptação às alterações climáticas	Documentação técnica do Programa e das Ações	Sessões de consulta com as partes interessadas e visitas dos sítios da Ação	Análise documental, visitas dos sítios da Ação e abordagem participativa

QA10: Qual foi o contributo das atividades de comunicação do programa Ianda Guiné! para uma perceção mais eficaz do mesmo, por parte dos diversos grupos-alvo e da população em geral? Qual a perceção do Programa pelos diferentes grupos-alvos e pela população e em que medida a intervenção contribuiu para uma imagem positiva da União Europeia na Guiné-Bissau?

Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Fontes de informação		Métodos/ferramentas
		Primária	Secundária	
CA 10.1 – Comunicação do programa Ianda Guiné!	I 10.1.1 – Número visitantes, <i>followers</i> e <i>likes</i> nos canais digitais	Canais digitais		Análise canais digitais
	I 10.1.2 – Conhecimento do Programa entre os beneficiários	Inquérito		Inquérito

ANEXO 4: MATRIZ DE AVALIAÇÃO COMPLETA

Este anexo inclui a matriz da avaliação com os indicadores. Alguns indicadores não foram computados em quanto faltam as informações de base.

Parte A

Nível de satisfação dos indicadores

Totalmente satisfatório
Satisfatório
Moderadamente satisfatório
Moderadamente insatisfatório
Insatisfatório
Totalmente insatisfatório
N/A

Relatório Final

QA1: Em que medida é que a atualização do Programa (incluindo o seu quadro lógico e suas atividades) e respetiva implementação (incluindo o apoio da Assistência Técnica), respondeu de forma efetiva às lições aprendidas, conclusões e recomendações da Avaliação Intercalar, especialmente no que se refere ao objetivo principal do Programa, ou seja, “Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau”?				
Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia Género, Ambiente e alterações climáticas			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 1.1 – Recomendações-chave	I 1.1.1 – Desenho e aplicação dos seguintes indicadores ³⁸ :			
	i. Número médio mensal de pessoas que usam meios motorizados nas áreas de intervenção.		i. 4.729 por dia ³⁹	
	ii. Quantidade média mensal de produtos agrícolas transportados com meios motorizados nas áreas de intervenção.	i. N/A	ii. Não estimado	
	iii. Superfície de mangal protegido, recuperado ou plantado.	ii. N/A	iii. 729,4 ha ⁴⁰	
	iv. Superfície de ambientes naturais ou seminaturais artificializada.	iii. N/A	iv. 14,7 ha ⁴¹	
	v. Indicador de segurança alimentar medido a nível	iv. N/A	v. 38,24% com segurança alimentar plena; 52,94% com insegurança alimentar sazonal; 8,82% raramente suficiente ⁴²	

³⁸ Mais detalhes podem ser encontrados no Anexo 5 do Relatório Inicial – Lições aprendidas, conclusões e recomendações da Avaliação Intercalar.

³⁹ Fonte: estudo de tráfego

⁴⁰ Estimado e declarado no relatório de avaliação externa final da Ação IG! Arrus.

⁴¹ 6,9 ha estimados por IG Eng Rural, 7,8 ha estimados por IG Estradas.

⁴² Inquérito de Avaliação do Programa Ianda Guiné: Medido através de inquérito direto às famílias beneficiárias nas áreas Djuntu.

Relatório Final

	das diferentes áreas de intervenção.			
	I 1.1.2 - Desenho e aplicação de indicadores sensíveis ao género.	Nenhum indicador	7 indicadores	
	I 1.1.3 – Nível de detalhe e qualidade do mapeamento/estimativa/recenseamento completo dos beneficiários do Programa	Nenhum mapeamento/estimativa/recenseamento	Mapeamento/estimativa/recenseamento realizado, com nível de detalhe e qualidade adequada	
	I 1.1.4 - Nº de eventos adicionais nos quais foram envolvidas as entidades públicas, número de pessoas envolvidas nestes eventos e nível de satisfação	Nenhum indicador	12 eventos claramente identificados: • Grupo de Concertação para a Promoção da Agricultura Urbana (IG! Hortas SAB) • Feira Nacional da Avicultura e Agroecologia (IG! Galinhas) • Congresso Internacional de Enfermagem (IG! Saudi) • Conferência Nacional de Saúde (IG! Saudi) • 4.º Djumbai Nacional – “Gestão Comunitária dos Recursos” (IG! Djuntu) • Encontros do Grupo de Trabalho de Infraestruturas Alargado • Reuniões do Comité de Direção do Programa • Seminário Final do Programa • Inauguração conjunta de infraestruturas em Encheia • Conferência Nacional de Restituição das Realizações do Ianda Guiné! Arrus e	Após a Avaliação Intercalar, foram organizados eventos adicionais com envolvimento direto de entidades públicas nacionais e regionais, incluindo fóruns temáticos, feiras nacionais, congressos setoriais, encontros de coordenação institucional e o Djumbai Nacional. O relatório não apresenta dados agregados sobre o número total de participantes nestes eventos, nem indicadores quantitativos formais de satisfação. No entanto, a evidência qualitativa aponta para um elevado nível de satisfação e apropriação institucional, refletido na continuidade do envolvimento das entidades públicas e na resposta direta às recomendações das avaliações e missões ROM.

Relatório Final

			perspectivas de continuidade. - Maio 2025: Conferência Internacional "Arroz de Mangal: Abordagens Metodológicas, Inovações Técnicas e Impacto na Fileira" - Maio 2025: Inauguração conjunta infraestruturas Regiões de Tombali e Quinara.	
	I 1.1.5 – N° e qualidade das estratégias de saída do Programa e dos Projetos	Nenhuma estratégia de saída	Estratégia de saída preparadas por todas as ações e pelo Programa	Mais detalhes nas respostas as QAs

QA2: De que forma é que o Programa contribuiu para que os Coletivos de Cidadãos Organizados (CCO) assumam o protagonismo na resolução de problemas coletivos no futuro? Pode-se antever a continuidade deste protagonismo a curto e médio prazo? Em que medida a modalidade de gestão indireta, através de ONGs, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?

Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Impacto e Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 2.1 – Indicadores-chave da Ação Djuntu	I 2.1.1 – Número de experiências e práticas de desempenho de um papel ativo e eficaz dos cidadãos através dos coletivos de cidadãos organizados na resolução dos seus problemas locais e no seguimento e implementação das políticas públicas a nível nacional (IOG.1 Djuntu)	0	N/A	309 sessões de esclarecimento, envolvendo mais de 8.000 participantes; 445 sessões de formação, com a participação de mais de 5.500 pessoas; recebidas 1.516 propostas
	I 2.1.2 – % de espaços apoiados e/ou realizados no quadro do Ianda Guiné! Djuntu de intercâmbio, partilha de experiências e concertação entre OSC e entre estas e outros atores em todas as	Nenhum indicador	Não foi possível calcular uma percentagem, uma	Dos 8 Centros de Recurso dinamizados, somente uma minoria funciona atualmente

Relatório Final

	regiões do país que contam com representação de ao menos 10 coletivos de cidadãos organizados Bissau-guineenses ou outros atores (IOE.3 Djuntu)		vez que não existe um universo determinado	– nomeadamente aqueles que já existiam enquanto estrutura antes da intervenção.
	I 2.1.3 – Número de projetos que visam o desenvolvimento institucional de coletivos de cidadãos organizados de longo percurso e experiência consolidada apoiados (IP1.3 Djuntu)	0	466 apoios	Assinados 466 contratos; e financiados e implementados 458 projetos/subvenções, correspondendo ao desembolso de 1.285 tranches.
	I 2.1.4 – Número de centros de recursos operacionais dinamizados em todas as regiões do país (IP2.2 Djuntu)	Nenhum indicador	8	Dos 8 Centros de Recurso dinamizados, somente uma minoria funciona atualmente – nomeadamente aqueles que já existiam enquanto estrutura antes da intervenção.
	I 2.1.5 – % de execução das recomendações decorrentes das ações de monitoria e avaliação do método djuntu (IP3.2 Djuntu)	Nenhum indicador	N/A	Não existe informação disponível que permita calcular com rigor uma percentagem.

QA3: Em que medida é que o Programa contribuiu para reforçar a cobertura do sistema de saúde na Guiné-Bissau e apoiou a capacidade do Estado da Guiné-Bissau para melhorar, desenvolver, implementar e monitorizar políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional? Em que medida a modalidade de gestão indireta, implementada através de agências de Estados Membros, ONGs e organizações multilaterais, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?				
Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Eficiência, Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 3.1 – Indicadores-chave da Ação Saudi	I 3.1.1 – Percentagem de execução do Orçamento Geral do Estado dedicado à Saúde (IOG.1 Saudi)	81.83% (2019)	Impossível calcular por falta de dados	A intervenção Ianda Guiné Saudi tinha como objetivo específico (3 no QL do Programa) melhorar a cobertura universal de saúde na Guiné-Bissau verificado com base em (3.1) percentagem de execução do orçamento geral do Estado dedicado à Saúde. De acordo com o QL, este indicador apresentava, em 2019, um valor de base de 81,8%% (impossível de verificar por falta de acesso a documentação), enquanto o documento do OGE de 2020

Relatório Final

				aponta para 39,5%, tendo sido definida uma meta de 15% para 2023. A principal fonte de verificação prevista é o OGE, disponibilizado pelo Ministério das Finanças, o qual indica que, em 2023, a dotação orçamental para o setor da saúde representou 9,7% do OGE. É um facto que a análise se baseia sobretudo na “dotação orçamental para o sector da saúde em percentagem do orçamento total” - sem dúvida diferente do que se refere à execução (uso efetivo / implementação dos recursos). Porém, regra geral, é muito raro que - a não ser em cenários excecionais - que os governos executem orçamento superior ao planeado. Assim sendo, é importante ter em conta que a Declaração de Abuja estabelece como meta que os países africanos afetem pelo menos 15% do Orçamento Geral do Estado ao setor da saúde, sendo este o parâmetro mais comum para aferir um esforço satisfatório. A OMS considera que, em contextos frágeis, valores iguais ou superiores a 12% do orçamento público já representa um compromisso significativo, enquanto o Banco Mundial e o PNUD apontam para um intervalo de 10% a 15% como aceitável ou satisfatório nesses contextos. De modo geral, alocações inferiores a 8% são classificadas como insuficientes; entre 8% e 10%, consideradas moderadas; entre 10% e 12%, aceitáveis para um Estado frágil; e acima de 12%, satisfatórias e alinhadas com boas práticas internacionais.
	I 3.1.2 – Percentagem de nascimentos assistidos numa unidade de saúde (IOG.2 Saudi)	44% (2019)	61% (2023)	Dados da UNICEF de 2023 indicam que 61% dos nascimentos são assistidos numa unidade de saúde, o que é avaliado como satisfatório, tendo como linha de base o valor de referência do QL (44% em 2019).
	I 3.1.3 – Número de crianças entre 12-23 meses com vacinação completa (GERF 2.35) (IOG.3 Saudi)	14,325%(2019)	50-60% (2023)	De acordo com as estimativas mais recentes da OMS e UNICEF, a cobertura de vacinação em crianças de 12–23 meses na Guiné-Bissau apresenta níveis variados por antígeno, com cerca de 50–60% das crianças recebendo as doses recomendadas de vacinas essenciais (BCG, DTP3 e poliomielite por

Relatório Final

				exemplo). No entanto, estes valores são baseados em dados administrativos reportados, que não são triangulados por dados provenientes de inquéritos representativos realizado a nível nacional nos últimos cinco anos. Esta limitação implica que a percentagem de crianças com vacinação completa, não possa ser determinada com precisão, devendo os resultados ser interpretados com cautela, dado que a cobertura real pode diferir da reportada.
	I 3.1.4 – Nível de utilização do PNDS no planeamento e monitorização do sistema de saúde (escala 1-3) (IOE1 Saudi)	N/A (2019)	Impossível de aferir por falta de dados.	Não existe um sistema de monitoria e avaliação que permita apurar com exatidão esta informação.
	I 3.1.5 – Número documentos de planificação estratégica em saúde elaborados com apoio do projeto (IOE2 Saudi)	0 (2019)	12 (2023)	
	I 3.1.6 – Nº de profissionais de saúde com formação avançada integrados em estruturas do SSN (IOE3 Saudi)	0 (2019)	90 (2023)	Sendo que 80 partiram em 2024 para Venezuela para formação especializada para um período entre 3-7 anos.
CA 3.2 – Resultados do inquérito	I.3.2.1 – Perceção da melhoria nos serviços de saúde	N/A	100%	Todos os inquiridos consideram que a intervenção contribuiu efetivamente para a melhoria da qualidade dos serviços e tomada de decisão clínica.
CA 3.3 Indicadores-chave da Ação Kume Drito	I.3.3.1 – Número de políticas, programas e componentes do sistema nacional de segurança alimentar e nutrição definidos como resultados da Ação	Nenhum indicador		Resultados descritos qualitativamente (SiSSAN, SBCC, políticas baseadas em evidência)
	I.3.3.2 - % do orçamento do estado alocado ou gasto para ações sensíveis ao ou específicas pela nutrição	Nenhum indicador		Indicador não coberto pelo projeto / sem análise orçamental

QA4: De que forma é que o Programa contribuiu para uma diminuição da insegurança alimentar e nutricional e para um aumento do bem-estar - em termos de rendimento económico e capacidade autónoma de satisfazer necessidades básicas através do acesso a bens, produtos e serviços - dos agregados familiares dos produtores das cadeias de

Relatório Final

valores agropecuárias, em particular dos jovens, mulheres e pessoas com deficiência? Em que medida a modalidade de gestão indireta, através de ONGs, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?				
Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Eficiência e Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 4.1 – Indicadores-chave da Ação Arrus	I 4.1.1 – Rendimento (ton. de arroz/ha) nas bolanhas cultivadas (IP2.4 Arrus)	1,124 ton/ha	1,511 ton/ha 1,998 ton/ha (sub-s subvenções)	Meta alcançada
	I 4.1.2 – Rendimento médio anual dos produtores proveniente do arroz (IOG.1 Arrus)	Referência anual 2024 GRANDES ÁREAS: Encheia: aprox. 456.000 XOF por produtor, por ano, em média Tombali: aprox. 430.000 XOF por produtor, por ano, em média SAB: aprox. 68.000 XOF por produtor, por ano, em média SUB-SUBVENÇÕES: aprox. 380.000 XOF por produtor, por ano, em média.	Encheia: aprox. 590.000 XOF por ano, por produtor, em média equivalente a aprox. 305.000 XOF por hectare, em média Tombali: aprox. 1.744.000 XOF por ano, por produtor, em média equivalente a aprox. 386.000 XOF por hectare, em média SAB: aprox. 472.000 XOF por ano, por produtor, em média equivalente a aprox. 367.000 XOF por hectare, em média Sub-s subvenções: aprox. 1.157.000 XOF por ano, por produtor, em média	Grandes áreas: meta alcançada – incremento médio face à referência anual é de +146% Sub-s subvenções: meta alcançada – incremento médio face à referência anual é de +143%

Relatório Final

			equivalente a aprox. 455.000 XOF por hectare, em média	
	I 4.1.3 – Quantidade de arroz produzido (IOE.1 Arrus)	Encheia: 2,894 ton Tombali: 2,730 ton SAB: 0,432 ton Sub-subsvenções: 2,411 ton	Encheia: 2,593 ton Tombali: 7,666 ton SAB: 2,075 ton Sub-subsvenções: 5,085 ton	Meta não alcançada em Encheia; alcançada em Tombali e no SAB. Meta global alcançada em 70% Meta alcançada nas sub-subsvenções.
	I 4.1.4 – Número de pessoas que continuam a praticar as atividades de diversificação produtiva no âmbito da Arrus, de acordo com o levantamento feito no último trimestre de 2023 (ou em 2024, no caso da salicultura) (sub-indicador do IP2.5 Arrus, parcialmente desagregado por sexo)	0	717	Meta alcançada
CA 4.2 – Indicadores-chave da Ação Hortas (Oio e Cacheu + SAB)	I 4.2.1 – % de aumento de rendimento médio anual dos/as produtores/as hortícolas, desagregado por sexo e área de intervenção (IOG.1 Hortas)	593 186 XOF (FAP II,05/2022)	502 944 XOF (FAP II, 11/2023) (=3% respeito a linha de base)	Meta não desagregada por sexo e área de intervenção
	I 4.2.2 – % de aumento do nível de segurança alimentar e nutricional nas famílias dos/as produtores/as da fileira hortícola (IOG.2 Hortas)	85% (FAP II,05/2022)	99% (+5% respeito a linha de base)	
	I 4.2.3 – % do aumento da quantidade de produtos hortícolas diversificados, provenientes das práticas hortícolas melhoradas, disponíveis por agregado familiar, no âmbito da intervenção (IOE.1.1)	N/A	Época seca: Quiabo: - 15% Azedinha: - 4% Alface: +37% Repolho: +31% Pimenta: - 14% Época das chuvas: Pepino: - 24% Quiabo: - 4% Azedinha: - 65%	Linha de base não indicada

Relatório Final

			(FAP II, 11/23 +5%)	
CA 4.3 – Indicadores-chave da Ação Galinhas	I 4.3.1 – Rendimento medio anual dos produtores da fileira agrícola (IOG.1 Galinhas)	445.000 XOF	1.442.204 XOF C.B. + 224% (2023, valor final)	
	I 4.3.2 – % de famílias de produtores PAF que aumentaram o consumo de alimentos proteicos de origem animal desagregados por região (IP2.7 Galinhas)	0%	56%	
CA 4.4 – Resultados do inquérito	I 4.4.1 – Rendimento medio anual (arroz)	444.000 XOF/ha	até 1.889.000 XOF/prod.	Meta alcançada parcialmente
	I 4.4.2 – Rendimento medio anual (caju)	N/A	N/A	O indicador não foi medido durante o inquérito
	I 4.4.3 – Rendimento medio anual (hortas)	593 186 XOF (FAP II,05/2022)	502 944 XOF (FAP II, 11/2023)	
	I 4.4.4 – Rendimento médio anual (avicultura)	252.000 XOF / ano	799.467 XOF / ano (valor projetado 12 meses)	Meta alcançada (10%) e largamente superada
	I 4.4.5 – Rendimento médio anual (pecuária)	N/A	N/A	O indicador não foi medido durante o inquérito
	I 4.4.6 – Rendimento médio anual (pesca)	N/A	N/A	O indicador não foi medido durante o inquérito

Relatório Final

QA5: Em que medida as infraestruturas criadas e reabilitadas no âmbito da intervenção contribuíram para facilitar a transformação, o escoamento e a comercialização de produtos agrícolas e melhorar o acesso sustentável da população rural e semiurbana a serviços básicos, e de que forma essa melhoria contribuiu para “Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau”? E em que medida as infraestruturas criadas e reabilitadas contribuíram para facilitar o acesso aos serviços básicos de água e energia? Em que medida a modalidade de gestão indireta, implementada através de ONGs e organizações multilaterais, favoreceu o alcance dos objetivos previstos, em termos de eficácia e eficiência?					
Critérios de avaliação abrangidos	Eficácia, Eficiência e Impacto				
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)		Valor dos indicadores		Comentários
			Linha de base	Valor atual	
CA 5.1 – Indicadores-chave da Ação Estradas	I 5.1.1 – Número de quilómetros de estradas praticáveis em todas as estações (IOE.1 Estradas)	0 (2020)	N/A	81(2023)	Meta alcançada (Meta prevista: 78)
	I 5.1.2 – Tempo de trajeto nos troços de intervenção Biambe-Encheia; Buba-Fulacunda-Nova Cintra; Cabante-Cafal (IOE.2 Estradas)		Biambe – Encheia – 25min Buba-Fulacunda-Nova Sintra – 120min Cabanta-Cafal 17min	Biambe – Encheia 12min – (100% da redução esperada) (2023) Buba-Fulacunda-Nova Sintra – 60min (100% da redução esperada) (2023) Cabanta-Cafal 10min (70% da redução esperada) (2023)	Meta alcançada
CA 5.2 – Indicadores-	I 5.2.1 – Acesso às tabancas através das bolanhas durante todo o ano (IOG.1 Engenharia Rural)		N/A	100%	Meta alcançada Meta prevista: 100%

Relatório Final

chave da Ação Engenharia Rural	I 5.2.2 - Redução da duração das deslocações motorizadas na bacia de Encheia (IOE.2 Engenharia Rural)	N/A	Claque - Clonque: 1:00 (chuva)/0:45 (seco) horas 23km (ii) Tchale - Impasse: 1:30(chuva)/ 1:00(seco) horas 36 km (iii) Boda - Catche 0:45 horas 22km	Redução do 80%
CA 5.3 – Resultados do estudo de tráfego: Tráfego Medio Diário (TMD) e Passageiros Totais (PT)	I 5.3.1 – Bula-Fulacunda	N/A	TMD: 752 PT: 2.508	Embora não exista uma linha de base, há evidencias de uma súbita substancial no uso das pistas
	I 5.3.2 – Fulacunda-Nova Sintra	N/A	TMD: 87 PT: 278	
	I 5.3.3 – Cabante-Cafal	N/A	TMD: 329 PT: 1.045	
	I 5.3.4 – Biambi-Encheia	N/A	TMD: 155 PT: 577	
	I 5.3.5 – Infaide-Claque	N/A	TMD: 109 PT: 321	
CA 5.4 – Resultados do inquérito	I.5.4.1 – Perceção dos efeitos e impactos das infraestruturas no bem-estar das comunidades	N/A	Perceção maioritariamente positiva dos impactos das infraestruturas	Meta alcançada
CA 5.5 – Indicadores-chave da	I 5.5.1 – Percentagem de habitantes com acesso a uma fonte melhorada de água para consumo humano (IOG.1 Lus ku Iagu)	40% (2019)	100%	Meta alcançada

Relatório Final

Ação Lus ku Iagu	I 5.5.2 – Taxa de fontes melhoradas de água que reúnem critérios de potabilidade nas áreas de intervenção (IOG.2 Lus ku Iagu)	0% (2019)	100%	Meta alcançada
	I 5.5.3 – Percentagem de habitantes com acesso a serviços de energia elétrica (IOG.3 Lus ku Iagu)	N/A (2019)	100%	Meta alcançada

QA6: Em que medida foram os recursos do Programa (técnicos e financeiros) corretamente estimados, geridos e utilizados – em termos de execução financeira e de cumprimento de calendário?

Critérios de avaliação abrangidos		Eficiência		
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 6.1 – Avaliação da eficácia nas avaliações finais das ações	I 6.1.1 – Número de ações com avaliação satisfatória da eficiência	N/A	8 ações com eficiência globalmente satisfatória	
CA 6.2 – Nível de despesa	I 6.2.1 – % de fundos efetivamente gastos	N/A	≈95–100% dos fundos efetivamente gastos	
CA 6.3	I 6.3.1 – Percentagem dos projetos que conseguiram executar pelo menos 98% do respetivo orçamento, sem extensão do prazo de execução	N/A	Minoría dos projetos (<50%)	
	I 6.3.2 – Percentagem dos projetos que atingem pelo menos 98% de execução financeira até ao respetivo encerramento	N/A	Maioría dos projetos (>50%)	

QA7: Quais as perspetivas de impacto, de médio e longo prazo, induzidos pelo Programa, e perduráveis no tempo a nível do desenvolvimento local nas diferentes áreas do Programa?

Relatório Final

Critérios de avaliação abrangidos	Impacto			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 7.1 Objetivo geral: Reforçar a resiliência e aumentar as oportunidades socioeconómicas da população da Guiné-Bissau	I 7.1.1 Insegurança alimentar	20% (2017)	21,8% (mar/2023)	Meta prevista: CB -5% (2024)
CA 7.2 – ODSs	I 7.2.1 – Número de ODSs para os quais o programa contribuí	N/A	8 ODSs	

QA8: Foram desenhadas e implementadas medidas específicas para garantir que os efeitos do Programa perdurem após o seu término de forma sustentável, incluindo a continuação das atividades e a manutenção das obras após o término das ações? Em que medida os investimentos realizados através do Programa Ianda Guiné contribuíram para a implementação da Estratégia “Global Gateway”? De que forma se poderia assegurar a continuidade das ações do Programa Ianda Guiné por meio de futuros investimentos no âmbito da Estratégia “Global Gateway”?

Critérios de avaliação abrangidos	Sustentabilidade			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 8.1 – Ferramentas de sustentabilidade (estratégias e planos de saída)	I 8.1.1 – Número de ferramentas desenhadas	N/A	Ferramentas desenhadas ao nível do Programa e por todas as Ações	
	I 8.1.2 – Número de ferramentas efetivamente implementadas	N/A	Ferramentas parcialmente a amplamente implementadas	Implementação efetiva observada nas Ações encerradas, com níveis diferenciados conforme o contexto, a ancoragem institucional e o envolvimento comunitário.

Relatório Final

	(pelos projetos encerrados pelo menos desde Agosto 2024)			
CA 8.2	I 8.2.1 – Número de investimentos do Programa Ianda Guiné! que contribuíram para a implementação da Estratégia “Global Gateway”	N/A	todas as Ações contribuem pela Estratégia “Global Gateway”. Contudo, não foi possível estimar o montante de cada ação que efetivamente contribui a Estratégia “Global Gateway”	

QA9: Em que medida as questões transversais como a igualdade de género, o ambiente e as alterações climáticas foram tidas em consideração nas fases de desenho e implementação, da intervenção?				
Critérios de avaliação abrangidos	Género Ambiente e alterações climáticas			
Critérios de apreciação (CA)	Indicadores (Ind)	Valor dos indicadores		Comentários
		Linha de base	Valor atual	
CA 9.1 – Género	I 9.1.1 – Mulheres em lugares-chave nos órgãos de decisão	N/A	46,0% (2023, valor final)	No que respeita à participação das mulheres em lugares-chave de decisão, a percentagem de 45,7% aproxima-se da sua participação global nas atividades, indicando avanços relevantes na promoção da liderança feminina, ainda que persistam disparidades entre projetos.

Relatório Final

	I 9.1.2 – Mulheres envolvidas nas atividades do Programa	N/A	47,2% (2023, valor final)	A participação das mulheres nas atividades do Programa atingiu 47,2% ⁴³ , um valor próximo da paridade, embora com diferenças significativas entre Ações. Projetos de horticultura apresentaram níveis de participação feminina muito elevados (cerca de 90%), refletindo um desenho ajustado às realidades locais e aos papéis de género existentes, enquanto projetos de infraestruturas, produção avícola e saúde registam uma participação feminina mais reduzida (cerca de 30% ou menos), revelando constrangimentos estruturais e socioculturais que nem sempre foram plenamente ultrapassados.
CA 9.2 – Ambiente e alterações climáticas	I 9.2.1 – Áreas de ecossistemas conservados ou restaurados	N/A	729 ha de mangal restaurado	Acerca 70% do resultado esperado
	I 9.2.2 – Número de ações que implementaram atividades orientadas pela conservação da biodiversidade e a resiliência, mitigação ou adaptação às alterações climáticas	N/A	7	

⁴³ Segundo dados apresentados pela Unidade de Coordenação.

Relatório Final

Parte B

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
I 1.1.1 – Desenho e aplicação dos seguintes indicadores: Número médio mensal de pessoas que usam meios motorizados nas áreas de intervenção. Quantidade média mensal de produtos agrícolas transportados com meios motorizados nas áreas de intervenção. Superfície de mangal protegido, recuperado ou plantado. Superfície de ambientes naturais ou seminaturais artificializada. Indicador de segurança alimentar medido a nível das diferentes áreas de intervenção.		Inquérito aos beneficiários Estudo de Tráfego Documentos da UdC Documentos dos projetos	Evidências conclusivas
I 1.1.2 - Desenho e aplicação de indicadores sensíveis ao género.		Indicadores sensíveis ao género	Evidências conclusivas
I 1.1.3 – Nível de detalhe e qualidade do mapeamento/ estimativa/ recenseamento completo dos beneficiários do Programa		Mapeamento/ estimativa/ recenseamento completo dos beneficiários do Programa	Evidências conclusivas
I 1.1.4 - Nº de eventos adicionais nos quais foram envolvidas as entidades públicas, número de pessoas envolvidas nestes eventos e nível de satisfação	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Relatórios ROM das Ações relevantes	Evidências conclusivas
I 1.1.5 – Nº e qualidade das estratégias de saída do Programa e dos Projetos	Falta um diagnóstico prévio	Estratégias de saída do Programa e dos Projetos	Evidências conclusivas
I 2.1.1 – Número de experiências e práticas de desempenho de um papel ativo e eficaz dos cidadãos através dos coletivos de cidadãos organizados na resolução dos seus problemas locais e no seguimento e	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Djuntu	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: Ianda Guiné! Djuntu – Reforço Programa para a Resiliência e as Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau, 2022 (e	Alguma evidência

⁴⁴ Escala de avaliação: 0 (nenhuma evidência), 1 (alguma evidência), 2 (evidências suficientes), 3 (evidências conclusivas).

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
implementação das políticas públicas a nível nacional (IOG.1 Djuntu)		apêndices A/B) - Anexo VI Relatório Narrativo Intercalar Relatório Final – Ianda Guiné! Djuntu – Programa para a Resiliência e as Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau FED/ 2018/ 404 – 202 / Jan 2019 – Dez 2024 (Fase final: 01/04/2023 até 31/12/2024)	
I 2.1.2 – % de espaços apoiados e/ou realizados no quadro do Ianda Guiné! Djuntu de intercâmbio, partilha de experiências e concertação entre OSC e entre estas e outros atores em todas as regiões do país que contam com representação de ao menos 10 coletivos de cidadãos organizados Bissau-guineenses ou outros atores (IOE.3 Djuntu)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Djuntu	Visitas e relatório Avaliação Independente Intercalar (2023) Relatório Final – Ianda Guiné! Djuntu – Programa para a Resiliência e as Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau FED/ 2018/ 404 – 202 / Jan 2019 – Dez 2024 (Fase final: 01/04/2023 até 31/12/2024)	Alguma evidência
I 2.1.3 – Número de projetos que visam o desenvolvimento institucional de coletivos de cidadãos organizados de longo percurso e experiência consolidada apoiados (IP1.3 Djuntu)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Djuntu	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: Relatório Final – Ianda Guiné! Djuntu – Programa para a Resiliência e as Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau FED/ 2018/ 404 – 202 / Jan 2019 – Dez 2024 (Fase final: 01/04/2023 até 31/12/2024)	Alguma evidência
I 2.1.4 – Número de centros de recursos operacionais dinamizados em todas as regiões do país (IP2.2 Djuntu)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Djuntu	Visitas e relatório Avaliação Independente Intercalar (2023) Relatório Final – Ianda Guiné! Djuntu – Programa para a Resiliência e as Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau FED/ 2018/ 404 – 202 / Jan 2019 – Dez 2024 (Fase final: 01/04/2023 até 31/12/2024)	Alguma evidência
I 2.1.5 – % de execução das recomendações decorrentes das ações de monitoria e avaliação do método djuntu (IP3.2 Djuntu)	Falta um diagnóstico prévio	Relatório Final – Ianda Guiné! Djuntu – Programa para a Resiliência e as Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau FED/ 2018/ 404 – 202 / Jan 2019 – Dez 2024 (Fase final: 01/04/2023 até 31/12/2024)	Na ausência de um mapeamento que represente o universo, não é possível calcular percentagens

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
I 3.1.1 – Percentagem de execução do Orçamento Geral do Estado dedicado à Saúde (IOG.1 Saudi)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Saudi	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Saudi - OGE e Relatório de Execução Orçamental; - MICS 7 - Dados outros parceiros internacionais: Banco Mundial, Nações Unidas, UNICEF	Evidências conclusivas
I 3.1.2 – Percentagem de nascimentos assistidos numa unidade de saúde (IOG.2 Saudi)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Saudi	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Saudi - OGE e Relatório de Execução Orçamental; - MICS 7 - Dados outros parceiros internacionais: Banco Mundial, Nações Unidas, UNICEF	Evidências conclusivas
I 3.1.3 – Número de crianças entre 12-23 meses com vacinação completa (GERF 2.35) (IOG.3 Saudi)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Saudi	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Saudi - OGE e Relatório de Execução Orçamental; - MICS 7 - Dados outros parceiros internacionais: Banco Mundial, Nações Unidas, UNICEF	Evidências conclusivas
I 3.1.4 – Nível de utilização do PNDS no planeamento e monitorização do sistema de saúde (escala 1-3) (IOE1 Saudi)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Saudi	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Saudi	Evidências conclusivas
I 3.1.5 – Número documentos de planificação estratégica em saúde elaborados com apoio do projeto (IOE2 Saudi)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Saudi	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Saudi	Evidências conclusivas
I 3.1.6 – Nº de profissionais de saúde com formação avançada integrados em estruturas do SSN (IOE3 Saudi)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Saudi	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Saudi	Evidências conclusivas
I.3.2.1 – Perceção da melhoria nos serviços de saúde	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação Saudi	Entrevistas / Inquérito no âmbito da avaliação	Evidências conclusivas

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
I.3.3.1 – Número de políticas, programas e componentes do sistema nacional de segurança alimentar e nutrição definidos como resultados da Ação	Falta um diagnóstico prévio	Resultados descritos qualitativamente (SiSSAN, SBCC, políticas baseadas em evidência)	Evidências conclusivas
I.3.3.2 - % do orçamento do estado alocado ou gasto para ações sensíveis ao ou específicas pela nutrição	Falta um diagnóstico prévio	Indicador não coberto pelo projeto / sem análise orçamental	nenhuma evidência
I 4.1.1 – Rendimento (ton. de arroz/ha) nas bolanhas cultivadas (IP2.4 Arrus)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Projeto Arroz de Mangal	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico e relatórios anuais do Projeto Arroz de Mangal	Evidências conclusivas
I 4.1.2 – Rendimento médio anual dos produtores proveniente do arroz (IOG.1 Arrus)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Projeto Arroz de Mangal	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico e relatórios anuais do Projeto Arroz de Mangal	Evidências conclusivas
I 4.1.3 – Quantidade de arroz produzido (IOE.1 Arrus)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Projeto Arroz de Mangal	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico e relatórios anuais do Projeto Arroz de Mangal	Evidências conclusivas
I 4.1.4 – Número de pessoas que continuam a praticar as atividades de diversificação produtiva no âmbito da Arrus, de acordo com o levantamento feito no último trimestre de 2023 (ou em 2024, no caso da salicultura) (sub-indicador do IP2.5 Arrus, parcialmente desagregado por sexo)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Projeto Arroz de Mangal	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico e relatórios anuais do Projeto Arroz de Mangal	Evidências conclusivas
I 4.2.1 – % de aumento de rendimento médio anual dos/as produtores/as hortícolas, desagregado por sexo e área de intervenção (IOG.1 Hortas)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Hortas	Evidências conclusivas
I 4.2.2 – % de aumento do nível de segurança alimentar e nutricional nas famílias dos/as produtores/as da fileira hortícola (IOG.2 Hortas)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Hortas	Evidências conclusivas

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
I 4.2.3 – % do aumento da quantidade de produtos hortícolas diversificados, provenientes das práticas hortícolas melhoradas, disponíveis por agregado familiar, no âmbito da intervenção (IOE.1.1)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Hortas	Evidências conclusivas
I 4.3.1 – Rendimento medio anual dos produtores da fileira agrícola (IOG.1 Galinhas)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Galinha	Evidências conclusivas
I 4.3.2 – % de famílias de produtores PAF que aumentaram o consumo de alimentos proteicos de origem animal desagregados por região (IP2.7 Galinhas)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico da Ação	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatório final da Ação Galinha	Evidências conclusivas
I 4.4.1 – Rendimento medio anual (arroz)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - QGM, QEM IG Arrus, IGHortas (Cacheu e Oio), Hortas (SAB), Galinhas - Relatórios Narrativos e M&A; - Fontes: Inquéritos produtores - Estatísticas Ministério Agricultura, FAO - Estudos de base	Evidências conclusivas
I 4.4.2 – Rendimento medio anual (caju)	N/A	Inquérito aos beneficiários subministrado no âmbito da presente avaliação	Nenhuma evidência
I 4.4.3 – Rendimento medio anual (hortas)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - QGM, QEM IG Arrus, IG Hortas (Cacheu e Oio), Hortas (SAB), Galinhas - Relatórios Narrativos e M&A; - Fontes: Inquéritos produtores - Estatísticas Ministério Agricultura, FAO - Estudos de base	Evidências conclusivas
I 4.4.3 – Rendimento médio anual (avicultura)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - QGM, QEM IG Arrus, IG Hortas (Cacheu e Oio), Hortas (SAB), Galinhas - Relatórios Narrativos e M&A; - Fontes: Inquéritos produtores	Evidências conclusivas

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
		- Estatísticas Ministério Agricultura, FAO - Estudos de base	
I 4.4.3 – Rendimento médio anual (pecuária)	N/A	Inquérito aos beneficiários subministrado no âmbito da presente avaliação	Nenhuma evidência
I 4.4.3 – Rendimento médio anual (pesca)	N/A	Inquérito aos beneficiários subministrado no âmbito da presente avaliação	Nenhuma evidência
I 5.1.1 – Número de quilómetros de estradas praticáveis em todas as estações (IOE.1 Estradas)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - QEM IG Estradas e Arrus Eng ^a Rural - Relatórios Narrativos; - Certificado Entrega obras	Evidências conclusivas
I 5.1.2 – Tempo de trajeto nos troços de intervenção Biambe-Encheia; Buba-Fulacunda-Nova Cintra; Cabante-Cafal (IOE.2 Estradas)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - QEM IG Estradas e Arrus Eng ^a Rural - Relatórios Narrativos; - Certificado Entrega obras	Evidências conclusivas
I 5.2.1 – Acesso às tabancas através das bolanhas durante todo o ano (IOG.1 Engenharia Rural)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Projeto Engenharia Rural	Estudo de tráfego	Alguma evidência
I 5.2.2 - Redução da duração das deslocações motorizadas na bacia de Encheia (IOE.2 Engenharia Rural)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Projeto Engenharia Rural	Estudo de tráfego	Evidências conclusivas
I 5.3.1 – Outros indicadores do estudo de tráfego	N/A	Estudo de tráfego	Evidências conclusivas
I.5.4.1 – Perceção dos efeitos e impactos das infraestruturas no bem-estar das comunidades	Falta um diagnóstico prévio	Informações contidas no relatório de síntese dos resultados do inquérito implementado no âmbito desta avaliação	Evidências conclusivas
I 5.5.1 – Percentagem de habitantes com acesso a uma fonte melhorada de água para consumo humano (IOG.1 Lus ku Iagu)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Matriz QL atualizado	Evidências conclusivas

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analísadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
I 5.5.2 – Taxa de fontes melhoradas de água que reúnem critérios de potabilidade nas áreas de intervenção (IOG.2 Lus ku Iagu)	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Matriz QL atualizado	Evidências conclusivas
I 5.5.3 – Percentagem de habitantes com acesso a serviços de energia elétrica	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico do Programa	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Matriz QL atualizado	Evidências conclusivas
I 6.1.1 – Número de ações com avaliação satisfatória da eficiência	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Relatórios ROM das Ações relevantes	Evidências conclusivas
I 6.2.1 – % de fundos efetivamente gastos	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Relatórios Financeiros Finais das Ações - Relatórios ROM das Ações relevantes	Evidências conclusivas
I 6.3.1 – Percentagem dos projetos que conseguiram executar pelo menos 98% do respetivo orçamento, sem extensão do prazo de execução	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Relatórios Financeiros Finais das Ações - Relatórios ROM das Ações relevantes	Evidências conclusivas
I 6.3.2 – Percentagem dos projetos que atingem pelo menos 98% de execução financeira até ao respetivo encerramento	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Relatórios Financeiros Finais das Ações - Relatórios ROM das Ações relevantes	Evidências conclusivas
I 7.1.1 Insegurança alimentar	Dados e informações conteúdos no Quadro Lógico	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - SiSSAN, dados nacionais - Matriz QL atualizado	Alguma evidencia
I 7.2.1 – Número de ODSs para os quais o programa contribuí	Falta um diagnóstico prévio	Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné!	Evidências conclusivas

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
I 8.1.1 – Número de ferramentas desenhadas	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Sessões de consultas às partes interessadas narrativa de avaliação	Alguma evidencia
I 8.1.2 – Número de ferramentas efetivamente implementadas (pelos projetos encerrados pelo menos desde Agosto 2024)	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Sessões de consultas às partes interessadas narrativa de avaliação	Alguma evidencia
I 8.2.1 – Número de investimentos do Programa Ianda Guiné! que contribuíram para a implementação da Estratégia “Global Gateway”	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Relatórios ROM das Ações relevantes - Sessões de consulta com a DUE	Alguma evidencia
I 9.1.1 – Mulheres em lugares-chave nos órgãos de decisão	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Matriz QL atualizado	Alguma evidencia
I 9.1.2 – Mulheres envolvidas nas atividades do Programa	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Matriz QL atualizado	Alguma evidencia
I 9.1.3 – Mulheres envolvidas nas atividades dos projetos			
I 9.2.1 – Áreas de ecossistemas conservados ou restaurados	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Matriz QL atualizado	Evidências conclusivas
I 9.2.2 – Número de ações que implementaram atividades orientadas pela conservação da biodiversidade e a resiliência, mitigação ou adaptação às alterações climáticas	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - Relatórios Narrativos Finais das Ações do Programa Ianda Guiné! - Matriz QL atualizado	Evidências conclusivas
I 10.1.1 – Número visitantes, <i>followers e likes</i> nos canais digitais	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos:	Alguma evidencia

Relatório Final

Indicadores (Ind)	Dados da situação inicial	Evidências recolhidas/analizadas	Qualidade das evidências ⁴⁴
		- inquérito aos beneficiários no âmbito da presente avaliação, consultas às partes interessadas narrativa de avaliação	
I 10.1.2 – Conhecimento do Programa	Falta um diagnóstico prévio	Dados e informações conteúdos nos seguintes documentos: - inquérito aos beneficiários da presente avaliação, consultas às partes interessadas narrativa de avaliação	Alguma evidencia

ANEXO 5: QUADRO LOGICO DO PROGRAMA

Logical framework and Activity matrix (annex E3d)

The logframe can be revised as necessary, in line with the provisions defined in Article 9.4 of the General Conditions (annex E3h2).

Resultados	Cadeia de Resultados	Indicador	Valor de Referência	Meta	Valor atual	Fontes e Meios de Verificação	Pressupostos
Impacto (Objetivo Geral)	Fortalecer a resiliência e a criação de oportunidades socioeconómicas para a população da Guiné-Bissau.	IOG1: Nível de inclusão das organizações da sociedade civil bissau-guineenses nos processos de planeamento de desenvolvimento local	N/A	Muito alto (2024)	Baixo (2024)	- Inquérito às OSC, por UdC	Não aplicável
		IOG2: Percentagem de famílias nas áreas de intervenção com fontes de rendimento diversificadas e estáveis.	N/A	Não definido	Não determinado	-Dados de monitoria das Ações	
		IOG3: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave nas áreas de intervenção do Programa.	20% (2017)	CB -5% (2024)	21,8% (mar/2023)	-SiSSAN,dados nacionais	
		IOG4: Número de pessoas a beneficiar de infraestruturas criadas ou melhoradas no âmbito do Programa (desagregado por tipo de infraestrutura)	0	N/A	4 696 (PistasIG!A) 34 205 (PistasIG! E) 98 224 (Instalações sanitárias) 160 995 (Água) 5 564 (Energia)	-Mapeamento de Beneficiários das Ações (estimativas) - Mapeamento de Beneficiários do Programa (estimativas)	

Relatório Final

Resultados	Cadeia de Resultados	Indicador	Valor de Referência	Meta	Valor atual	Fontes e Meios de Verificação	Pressupostos
Realizações (Objetivos Específicos)	Componente Sociedade Civil e Participação Cidadã						
	Objetivo Específico 1 Cidadãos da Guiné-Bissau protagonistas na resolução de problemas coletivos. (Ação IG Djuntu)	IOE1.1: Grau de satisfação das comunidades com o processo de implementação das iniciativas pelos CCO	Satisfeito (2020)	Satisfeito (2023)	Muito satisfeito (2024)	- Quadro Específico Monitoria (QEM) Djuntu; - SIP	- Instituições públicas reconhecem o contributo das OSC na prestação de serviços às populações e na formulação e seguimento de políticas pública - OSC, OCS e outros atores não estatais mantêm-se engajados
		IOE1.2 - Nível de resolução de problemas coletivos alcançado pelas soluções implementadas	Elevado (2020)	Elevado (2023)	Muito elevado (2024)	- QEM Djuntu; - SIP	
		IOE1.3 - Evolução do nível de aptidão demonstrada pelos coletivos para a resolução de problemas	Médio (2020)	Médio (2023)	Médio (2024)	- QEM Djuntu; - SIP	
	Componente Acesso a Serviços Básicos						
	Objetivo Específico 2 Garantir o acesso sustentável a serviços de água potável, energia e saneamento básico para as populações rurais e semiurbanas da Guiné-Bissau (Ação IG Lus ku Iagu)	IOE2.1: Percentagem de habitantes com acesso a uma fonte melhorada de água para consumo humano	40% (2020)	60% (2024)	100% (2024)	- MICS 2022, - INE 2009 - Relatórios M&A IG! LkI, - Direção Regional da Saúde – dados agentes de saúde comunitária; - Estudos socioeconómico (linha de base) - mWater (DGRH/Unicef)	- Coordenação das intervenções com os diferentes departamentos - Manutenção ou melhoria da situação institucional do país - Compromisso do governo e das entidades gestoras - Disponibilidade de recursos hídricos-
		IOE2.2: Taxa de fontes melhoradas de água que reúnem critérios de potabilidade nas áreas de intervenção	0%	90% (2024)	100% (2024)		
		IOE2.3: Percentagem de habitantes com acesso a serviços de energia elétrica	N/A	60% (2024)	100%		
		IOE2.4: Percentagem de localidades ODF nas áreas de intervenção	46% (2020)	92% (2022)	82.8% (2022, valor final)		

Relatório Final

Resultados	Cadeia de Resultados	Indicador	Valor de Referência	Meta	Valor atual	Fontes e Meios de Verificação	Pressupostos
	Objetivo Específico 3 Melhorar a cobertura universal de saúde na Guiné-Bissau (Ação IG Saudi)	IOE3.1: Percentagem de execução do Orçamento Geral do Estado dedicado à Saúde.	81,8% (2019)	CB + 2% (2023)	41,1% (2023, valor final)	- OGE e Relatório de Execução Orçamental; - MICS 7	- Aumento do envelope de recursos domésticos e externos essenciais para o sistema de saúde. - Progressos atividades preparatórias (revisão PNDS).
		IOE3.2: Percentagem de nascimentos assistidos numa unidade de saúde	44% (2019)	55% (2023)	37,0% (2023, valor final)		
		IOE3.3: Número de crianças entre 12-23 meses com vacinação completa (GERF 2.3.5)	14.325 (19,1%) (2019)	40.545 (54.1%) (2023)	43.107 (57,5%) (2023, valor final)		
Realizações (Objetivos Específicos)	Componente Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional						
	Objetivo Específico 4 Aumentar os rendimentos e reduzir a insegurança alimentar e nutricional dos produtores das fileiras arroz de mangal, hortícola e avícola (Ação IG Arrus, IG Hortas e IG Galinhas)	IOE4.1: Rendimento médio anual dos produtores nas fileiras agropecuárias (XOF/ano), desagregado por fileira e área de intervenção.	1 297140 Orizicola Controle (2022)	C.B. + 25%Orizicola	1 303 357 (03/2024) -15% face a 2022, Orizicola 1 532 245 (2022) C.B.+18% Orizicola	- QGM, QEM IG Arrus, IG-Hortas (Cacheu e Oio), Hortas (SAB), Galinhas -Relatórios Narrativos e M&A; -Fontes: Inquéritos produtores -Estatísticas Ministério Agricultura, FAO -Estudos de base	- Compromisso das comunidades - Fatores climáticos não limitam a capacidade de produção - As condições do mercado são favoráveis para a comercialização de produtos dos produtores familiares
			252 000 Avicola 104 721 Horticola CO (Controle, 2023)		C.B. + 10%Avicola		
			386672 Horticola SAB(2022)	C.B.+30% Horticola	384 742 Horticola SAB (2023) C.B -0,5%		

Relatório Final

<i>Resultados</i>	<i>Cadeia de Resultados</i>	<i>Indicador</i>	<i>Valor de Referência</i>	<i>Meta</i>	<i>Valor atual</i>	<i>Fontes e Meios de Verificação</i>	<i>Pressupostos</i>
		IOE4.2: Autonomia financeira das empresas comerciais (<i>IG Galinhas</i>)	15% (2020)	75% (2023)	64,4% (2023, valor final)		
		IOE4.3: Disponibilidade de arroz (meses) até à colheita seguinte (<i>IG Arrus</i>)	6 (2020)	9 (2024)	29 (2023)		
		IOE4.4: Percentagem de agregados familiares dos produtores hortícolas com nível de segurança alimentar e nutricional aceitável (<i>IG Hortas</i>)	10% (Hortas CO) 85% (Hortas SAB)	+ de 60% (Hortas CO 2023) CB +5% (Hortas SAB 2023)	64,7% (2023) 99,0% (2023)		
	Objetivo Específico 5 Facilitar o escoamento e comercialização de produtos agrícolas e melhorar o acesso a serviços sociais básicos para as populações rurais (<i>IG Estradase IG ArrusEng^a Rural</i>)	IOE5.1: N° médio de veículos por dia (todas as categorias) que circulam nas pistas do projeto (<i>IG Estradas</i>)	1 (2020)	25 (2024)	Não medido (2023)	- QEM IG Estradas e Arrus – Eng ^a Rural - Relatórios Narrativos; - Entrevistas aos habitantes de Encheia (IOE5.2) - Ficha de contagem viaturas (IOE5.1)	- Situação política permite a implementação do projecto; - Cooperação das autoridades com o projecto; - Estabilidade económica e climática relativa. - Compromisso das comunidades e comités gestão
		IOE5.1.1: Número médio mensal de pessoas que usam meios motorizados nas áreas de intervenção	N/A	N/A	Não medido (2023)		
		IOE5.1.2: N° médio mensal de veículos a transportar produtos agrícolas nas áreas de intervenção	N/A	N/A	Não medido (2023)		
		IOE5.2: Acesso às tabancas através das bolanhas durante todo o ano (<i>Arrus Eng^a</i>)	Não funcional (2020)	Maior acesso (2023)	2,7 (Maior acesso) (2023, valor final)		

Relatório Final

Resultados	Cadeia de Resultados	Indicador	Valor de Referência	Meta	Valor atual	Fontes e Meios de Verificação	Pressupostos
		IOE5.3: Sistema descentralizado de manutenção de pistas em funcionamento (IG Estradas e IG Arrus Eng ^a Rural)	Sistema inexistente (2020)	Sistema funcional (2023)	Sistema funcional (2024)		
	Objetivo Específico 6 Contribuir para que o Governo e os parceiros da Guiné-Bissau sejam responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e monitorização de políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutrição baseados em evidências (IG Kume Dritu)	IOE6.1 Número de políticas, programas e sistemas nacionais de segurança alimentar e nutricional estabelecidos como resultado do reforço de capacidades do projeto.	0 (2019)	4 (2023)	7 (2022, valor final)	- Documentos de política e de programas ou projetos; - OGE (Ministério das Finanças)	- Stakeholders colaboram na recolha de informação; - Ministérios mantêm interesse e priorizam a implementação do projecto; - Colaboração com o MINSAP é efetiva
		IOE6.2. Percentagem do orçamento geral do estado alocado a ações específicas ou sensíveis a nutrição.	6% (2020)	CB +1% (2023)	6,5% (2022, valor final)		
Produtos	Componente Sociedade Civil e Participação Cidadã						
	Produto 1.1 Participação e atuação dos coletivos de cidadãos organizados para a resolução dos seus problemas reforçadas. (Ação IG Djuntu)	IP1.1.1: Evolução do acesso ao método Djuntu ao longo do projeto.	0% (2020)	100% (2023)	100% (2024)	- QEM Djuntu; - Sistema de Informação Projeto (SIP)	- São recebidas solicitações de apoio com um fluxo constante no quadro do Gabinete de Apoio Permanente que se enquadram nos objetivos e recursos
		IP1.1.2: Número de iniciativas no pedido de agendamento.	57 (2020)	369 (2023)	1.516 (2024)		
		IP1.1.3: Percentagem das iniciativas no pedido de agendamento com qualidade satisfatória.	54% (2020)	80% (2023)	90% (2022)		

Relatório Final

Resultados	Cadeia de Resultados	Indicador	Valor de Referência	Meta	Valor atual	Fontes e Meios de Verificação	Pressupostos
		IP1.1.4: Percentagem das iniciativas que superam a fase de Avaliação.	87% (2020)	80% (2023)	61% (2022)		disponíveis no gabinete; - Diversidade/ representatividade de diferentes grupos (critério inclusão) - Jovens engajados no desenvolvimento local/ das suas comunidades
		IP1.1.5: Percentagem das iniciativas que superam a fase de Verificação no Terreno.	63% (2020)	75% (2023)	74% (2024)		
		IP1.1.6: Nível de representatividade dos diferentes grupos intervenientes na Fase de Diagnóstico das iniciativas	Elevado (2020)	Elevado (2023)	Elevado (2024)		
		IP1.1.7: Nível de apropriação dos diferentes membros intervenientes durante a Fase de Implementação das iniciativas.	Elevado (2020)	Elevado (2023)	Muito elevado (2024)		
		IP1.1.8: Grau de engajamento dos jovens envolvidos nos PPM em iniciativas promotoras do desenvolvimento local.	N/A (2020)	Elevado (2023)	Elevado (2024)		
	Componente Acesso a Serviços Básicos						
	Produto 2.1 Gestão descentralizada dos serviços de água e energia melhorada <i>(Ação IG Lus ku Iagu)</i>	IP2.1.1: Percentagem de sistemas de água e de energia elétrica concessionados	N/A	90% (2024)	100% (2024)	- QEM Lus ku Iagu; - Contratos de concessão/delegação assinados; - Manual de Gestão concessionários - Contabilidade dos concessionários - Relatórios projeto	- Validação das localidades alvo pela DGRH - Compromisso da DGRH
		IP2.1.2: Percentagem de sistemas concessionados de água e energia que cumprem as obrigações definidas nos modelos de gestão.	N/A	100%	75%		

Relatório Final

<i>Resultados</i>	<i>Cadeia de Resultados</i>	<i>Indicador</i>	<i>Valor de Referência</i>	<i>Meta</i>	<i>Valor atual</i>	<i>Fontes e Meios de Verificação</i>	<i>Pressupostos</i>
		IP2.1.3. Margem de exploração dos concessionários de água e energia elétrica	N/A	160.000 a 1.350.000 (Água 36 localidades meio rural) 3.172.000 a 4.404.000 XOF (Água Mansoa) 33.000.000 a 64.500.000 XOF (Energia)	700.000 XOF (Água Mansoa 2024)	- Relatórios de Receção técnica das obras - Diagnósticos socioeconómicos - Estudos técnicos - Recenseamento anual dos agentes de saúde comunitária	- Compromisso concessionários/ entidades gestoras - Compromisso das associações comunitárias - Envolvimento da comunidade/ habitantes das localidades - Compromisso das ONG parceiras
	Produto 2.2 Infraestruturas de Água e Energia duráveis e de qualidade construídas e reabilitadas <i>(Ação IG Lus ku Iagu)</i>	IP2.2.1: Número de localidades beneficiadas com sistemas de água	N/A	37	189 (2024)		
		IP2.2.2: Taxa de cobertura dos sistemas de água	N/A	70%	100% (2024)		
		IP2.2.3: Número de localidades beneficiadas com sistemas de energia elétrica	N/A	7	1 (2024)		
		IP2.2.4: Taxa de cobertura da mini-rede fotovoltaica	N/A	≥ 80%	97,0% (2023)		
		IP2.2.5: Toneladas de CO2 evitadas	N/A	78.65 tCO2/ano	28,4(2024)		
	Produto 2.3 Condições de higiene das comunidades rurais melhoradas. <i>(Ação IG Lus ku Iagu)</i>	IP2.3.1. Percentagem de agregados familiares que utilizam instalações sanitárias, desagregada por área de intervenção	40% (2020)	85% (2022)	64% (2022, valor final) Bafatá 99% (1141 agg familiares) Oio 61% (12891 agg familiares) 2 - PNDS é adotado, mas não	-Base de dados pré-despertar e base de dados pós-despertar	Acompanhamento e apoio às aldeias durante e depois o projeto
	Produto 3.1. 	IP3.1.1: Nível de utilização do PNDS no planeamento e	N/A	3 - PNDS é adotado e existem evidências de utilização		- QEM IG Saudi - Documento de PNDS III revisto,	- Progressos com as atividades preparatórias (e.g.

Relatório Final

Resultados	Cadeia de Resultados	Indicador	Valor de Referência	Meta	Valor atual	Fontes e Meios de Verificação	Pressupostos
	Governação e profissionalização do Sistema Nacional de Saúde da Guiné-Bissau fortalecidas. <i>(Ação IG Saudi)</i>	monitorização do sistema de saúde			há evidências de utilização (2023, valor final)	comprovativo de submissão pelo MINSAP ao Comité de Pilotagem. - Relatórios de implementação do PNDS, nacional e regionais. - Avaliação final	revisão do PNDS;). - Estabilidade das equipas do MINSAP
		IP3.1.2: Número documentos de planificação estratégica em saúde elaborados com apoio do projeto	0	12 (2023)	11 (2023, valor final)		
		IP3.1.3: N° de profissionais de saúde com formação avançada integrados em estruturado SNS.	0	94 (2023)	89 (2023, valor final)		
	Componente Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional						
	Produto 4.1. Fileiras do arroz de mangal e hortícola dinamizadas nas áreas de intervenção, com enfoque no aumento sustentável da produção. <i>(IG Arrus e IG Hortas)</i>	IP4.1.1: Quantidade de arroz produzido por agregado familiar (kg).	1.083 (G.A) 1.116 (G.C) (2019)	1.300 (G.A.) (2024)	5.729 (G.A.) (2023)	- QEM IG Arrus, Hortas, Galinhas - Relatórios Narrativos - Documentos gestão das empresas avícolas e cooperativas agrícolas - Documentos criação e gestão infraestruturas (Centros agrícolas) - ROM projetos agrícolas	- Participação efetiva das comunidades (especialmente jovens) e das autoridades nas iniciativas do projeto. - As condições de mercado não impedem a comercialização dos produtos das fileiras - Os atores do setor privado participam nas atividades do projeto e estabelecem parcerias com os produtores
		IP4.1.2: N° de novos negócios/serviços associados à fileira do arroz que surgem e estão em funcionamento.	0 (2020)	4 (2024)	2 (2023)		
		IP4.1.3: Margem de exploração hortícola dos produtores (XOF).	HortasCO 85736 HortasSAB 326456	C.B. + 20%	HortasCO 299748 HortasSAB 336578		
		IP4.1.4: Rendimento agronómico (kg/m² ou Tx. var. em %) dos produtores hortícolas	HortasCO 15 HortasSAB 16	C.B. + 50%	HortasCO 21,3 (+42%) (2023) Hortas SAB		

Relatório Final

<i>Resultados</i>	<i>Cadeia de Resultados</i>	<i>Indicador</i>	<i>Valor de Referência</i>	<i>Meta</i>	<i>Valor atual</i>	<i>Fontes e Meios de Verificação</i>	<i>Pressupostos</i>
					15,4 (-3,5%) (2023)		familiares e suas organizações
		IP4.1.5: N° de negócios/serviços rentáveis associados à fileira hortícola.	0	7 (2023)	8 (2023)		
	Produto 4.2. Viabilidade económica e criação de valor nos elos da fileira avícola reforçadas. <i>(IG Galinhas)</i>	IP4.2.1: Nível de roturas de stock de medicamentos e vacinas	100% (2020)	≤50% (2023)	0% (2023, valor final)		
		IP4.2.2: N° de postos de trabalho mantidos pelas empresas nos últimos 2 anos do projeto	22 (CEDAVES) (2020)	≥80% (CEDAVES) (2023)	25 (CEDAVES) (2023, valor final)		
		IP4.2.3: Resultado líquido anual, desagregado por empresa (%)	-11,01% (CEDAVES) -27,02% (Piu Piu)	≥10% (2023)	-11,5% (CEDAVES) -2,5% (Piu Piu) (2023, valor final)		
		IP4.2.4: Faturação média anual dos aviários apoiados	445.000 XOF	C.B. +30% (2023)	1.442.204 XOF C.B. + 224% (2023, valor final)		
		IP4.2.5: N° de produtores avícolas que adotam técnicas produtivas melhoradas	0	77 (2023)	67 (2023, valor final)		
		IP4.2.6: Grau de satisfação dos atores da fileira avícola (escala de 1 a 5)	3	4 (2023)	3,07 (2023, valor final)		
	Produto 4.3. Qualidade da dieta das famílias dos produtores da fileira	IP4.3.1: Percentagem de agregados familiares das horticultoras que consomem produtos hortícolas diversificados com regularidade	Hortas CO 91% Hortas SAB 38%	Hortas CO ≥ 90% (2023) Hortas SAB	Hortas CO 96% (2022) Hortas SAB		

Relatório Final

<i>Resultados</i>	<i>Cadeia de Resultados</i>	<i>Indicador</i>	<i>Valor de Referência</i>	<i>Meta</i>	<i>Valor atual</i>	<i>Fontes e Meios de Verificação</i>	<i>Pressupostos</i>
	melhorada nas áreas de intervenção (<i>IG Hortas</i>)			C.B.+10% (2023)	89% (2023)		
Produto 5.1. Infraestruturas de transporte reabilitadas de forma durável. (<i>IG Estradas e IG Eng^a Rural</i>)	IP5.1.1: N° de km de pistas transitáveis durante todo o ano (<i>IG Estradas</i>)		0 (2020)	78 (2024)	74,4 (2023)	-QEM IG Estradas e Arrus Eng ^a Rural -Relatórios Narrativos; -Certificado Entrega obras	- Adesão OSC, representantes das estruturas descentralizadas, autoridades locais - Autorização das autoridades competentes para realizar os trabalhos - Mitigação impactos ambientais; - Capacidade empresas nac. para execução trabalhos
			Biambe – Encheia – 25min Buba-Fulacunda-Nova Sintra – 120min Cabanta-Cafal 17min	Biambe – Encheia – 12min (2023) Buba-Fulacunda-Nova Sintra – 60min (2023) Cabanta-Cafal 7min (2023)	Biambe – Encheia 12min – (100% da redução esperada) (2023) Buba-Fulacunda-Nova Sintra – 60min (100% da redução esperada) (2023) Cabanta-Cafal 10min (70% da redução esperada) (2023)		
		IP5.1.2: Percentagem de redução do tempo de viagem nos trajetos intervencionados (<i>IG Estradas e IG Arrus</i>)					
	IP5.1.3: Percentagem de pistas que garantem acessibilidade de veículos motorizados dentro das		0	100% (2023)	100% (2023, valor final)		

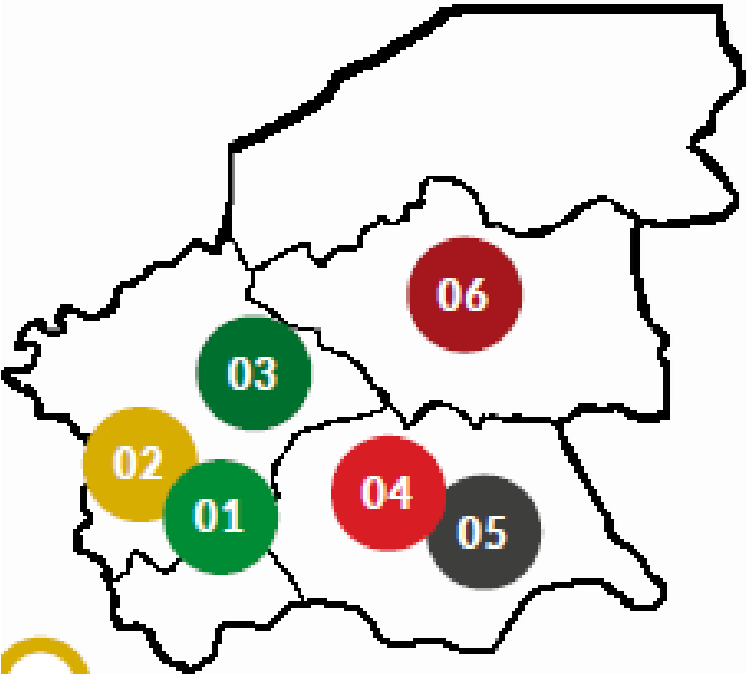
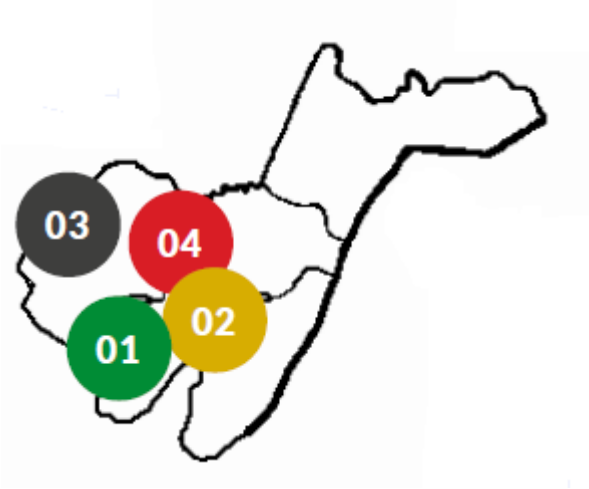
Relatório Final

<i>Resultados</i>	<i>Cadeia de Resultados</i>	<i>Indicador</i>	<i>Valor de Referência</i>	<i>Meta</i>	<i>Valor atual</i>	<i>Fontes e Meios de Verificação</i>	<i>Pressupostos</i>
		bolanhas (<i>IG Arrus – Eng^a Rural</i>)					
	Produto 6.1. Dotar as instituições de capacidades técnicas para a recolha, análise e disseminação de dados sobre SAN e comunicar esta temática eficazmente com as populações locais <i>(IG Kume dritu)</i>	IP6.1.1: Número de funcionários do Governo que demonstram melhor conhecimento da situação de segurança alimentar e nutricional, desagregado por sexo.	8 (2020)	30 (2023)	30 (2023, valor final)	- QEM Kume Dritu - Relatórios narrativos, - Folhas de participação - Relatórios SiSSAN	- Existe capacidade analítica adequada; - GovGB mantém colaboração em sistemas integrados de informação SAN e partilha dados numa base de dados regional - Troca de informações entre os parceiros SAN;
		IP6.1.2: Número de organizações parceiras comprometidas em levar a cabo iniciativas de comunicação sobre nutrição.	25 (2020)	50 (2023)	55 (2023, valor final)		
		IP6.1.3: Número de organizações que participam na recolha, análise e reporting de dados SiSSAN.	3 (2020)	≥3 (2023)	4 (2023, valor final)		
	Promover a igualdade de Género e Empoderamento das mulheres	IEG1: Número de Estratégias e Planos de Ação produzidos para as questões de Género	0 (2019)	N/A	1 (2023, valor final)	- Ficha de recolha de dados de género	- As Ações fazem o registo interno dos dados de género
		IEG2: Número de ações de informação e/ou sensibilização em questões de género	0 (2019)	N/A	193 (2023, valor final)		
		IEG3: Número de ações de formação em questões de género	0 (2019)	N/A	36 (2023, valor final)		
		IEG4: Número de materiais educativos, formativos ou informativos, centrados nas questões de género.	0 (2019)	N/A	7 (2023, valor final)		

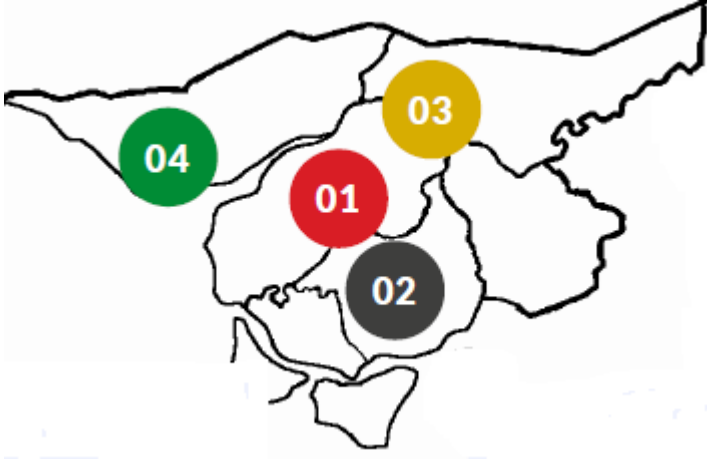
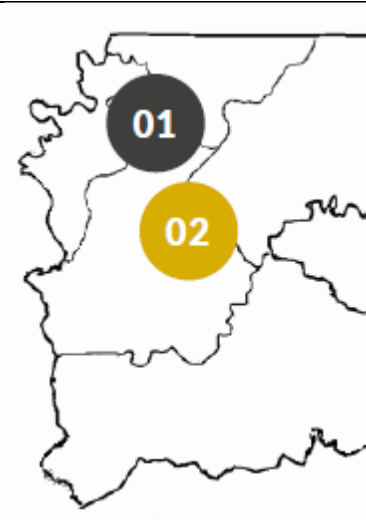
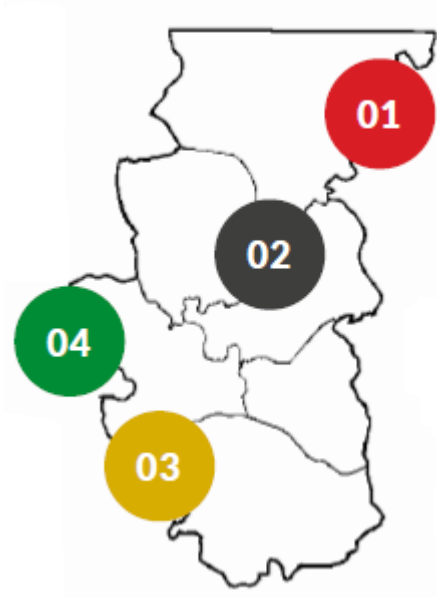
Relatório Final

<i>Resultados</i>	<i>Cadeia de Resultados</i>	<i>Indicador</i>	<i>Valor de Referência</i>	<i>Meta</i>	<i>Valor atual</i>	<i>Fontes e Meios de Verificação</i>	<i>Pressupostos</i>
		IEG5: Número de pessoas formadas em questões de género (desagregado por sexo)	0 (2019)	N/A	788 (2023, valor final)		
		IEG6: Percentagem de mulheres envolvidas nas atividades do programa	N/A	N/A	47,2% (2023, valor final)		
		IEG7: Percentagem de mulheres em lugares chave em órgãos de decisão no programa	N/A	N/A	46,0% (2023, valor final)		

ANEXO 6: MAPAS

Região de Oio  01 – Arroz 02 – Vias de acesso 03 – Horticultura 04 – Água e saneamento 05 – Participação cidadã 06 - Avicultura	
Região de Tombali  01 – Arroz 02 – Vias de acesso 03 – Água 04 – Participação cidadã	

Relatório Final

Região de Cacheu  01 – Horticultura 02 – Participação cidadã 03 – Avicultura 04 – Arroz	
Região de Gabù  01 – Participação cidadã 02 – Avicultura	
Região de Bafatá  01 – Saneamento 02 – Participação cidadã 03 – Avicultura 04 – Arroz	

Relatório Final

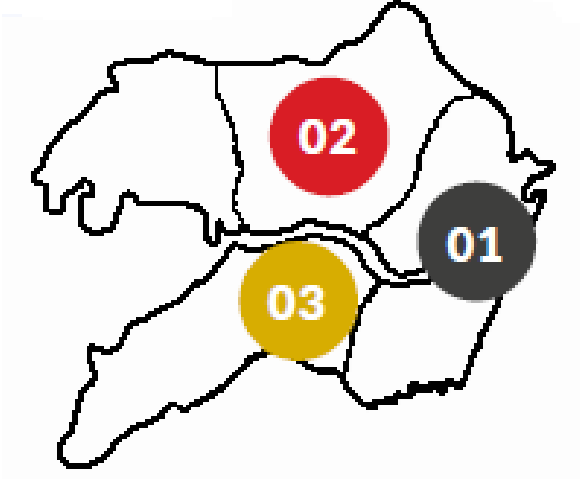
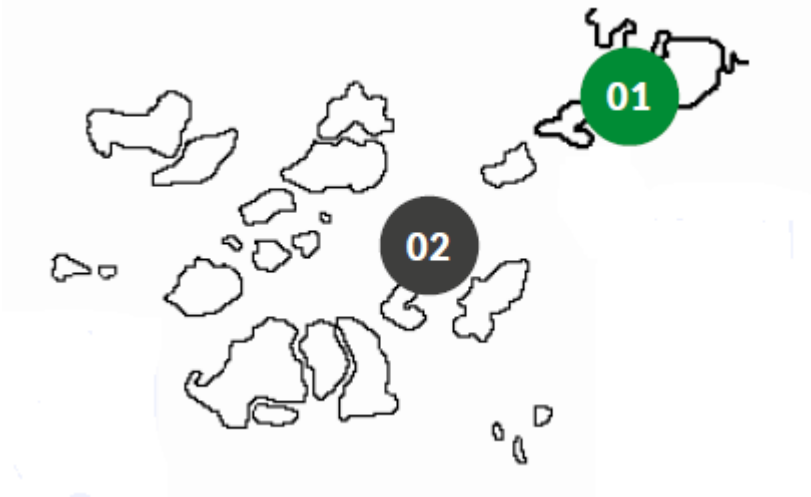
Região de Quinara  01 – Participação cidadã 02 – Vias de acesso 03 – Avicultura	
Região de Bolama/Bijagós  01 – Energia 02 – Participação cidadã	
Setor Autonomo de Bissau  (a escala não permite uma representação de detalhe)	01 – Arroz 02 – Vias de acesso 03 – Horticultura 04 – Água e saneamento 05 – Participação cidadã 06 - Avicultura

Tabela 1 - Mapas das intervenções das Ações por Região (Fonte: UdC, Dossiê das intervenções Ianda Guiné nas regiões)

ANEXO 7: LISTAS DAS ENTIDADES CONSULTADAS

#	Instituição	Responsabilidade ou Papel no Programa Ianda Guiné!
01	Delegação da União Europeia	Financiador e responsável dos contratos de subvenção e de cooperação delegada.
02	CESO CI	Prestador de assistência técnica global em forma de Unidade de Coordenação do Programa.
03	MANITESE	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Galinhas” enquanto cabeça de fila do consórcio com IMVF, Asas de Socorro e UNITO.
04	ESSOR	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Hortas – SAB”.
05	ADPP	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Hortas - Oio e Cacheu”.
06	LVIA	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Arrus” enquanto cabeça de fila do consórcio com “UNIVERS-SEL, AD e RESSAN-GB”, mas também o único implementador do suplemento “IG! Arrus - Engenharia Rural”.
07	IMVF	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Djuntu”. Co-implementador da componente “IG! Galinhas liderada por Manitese”.
08	TESE	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Lus ku lagu” enquanto cabeça de fila do consórcio com ADPP-GB e ASPAAB.
09	UNOPS	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Estradas”.
10	Camões, I.P	Parceiro de implementação responsável contratualmente junto da DUE pela componente “IG! Saúde”.
11	Asas de Socorro	Co-implementador da componente “IG! Galinhas” liderada pela Manitese. Parceiro associado pela ESSOR na implementação da componente “IG! Hortas – SAB”.
12	UNIVERS-SEL	Coimplementador da componente “IG! Arrus liderada por LVIA”.
13	AD	Coimplementador da componente “IG! Arrus liderada por LVIA”.
14	RESSAN – GB	Coimplementador da componente “IG! Arrus liderada por LVIA”.
15	ADPP-GB	Coimplementador da componente “IG! Lus ku lagu” liderada pela TESE.
16	ASPAAB	Coimplementador da componente “IG! Lus ku lagu” liderada pela TESE.
17	Associação ABC	Beneficiário de subvenção da ação Djuntu
18	Rádio Sol Mansi	Candidato a subvenção da ação Djuntu
19	Associação dos consumidores de água de Mansoa	Beneficiário da ação Luz ku lagu
20	Fontanário	Operadora de fontanário
21	Restaurante (negócio familiar)	Proprietários do negócio (um homem, uma mulher)
22	Escola Primária de Mansoa (São Tomé)	Beneficiários da ação Djuntu
23	Escola Básica de Mansoa Mankala	Beneficiários da ação Djuntu
24	Tabanka Uncur (Encheia)	Beneficiário da ação Arrus: Homens, Mulheres e jovens da comunidade
25	Tabanka Claque (Encheia)	Beneficiário da ação Arrus: Homens, Mulheres e jovens da comunidade
26	Delegação regional de saúde veterinária (Bula)	Beneficiário da ação Galinhas

Relatório Final

27	Poder local (Bula)	Beneficiário da ação Galinhas
28	Tabanka Canchungo	Beneficiário da ação Galinhas
29	Coope ONG (Canchungo)	Beneficiárias da ação Hortas: Associação de Mulheres Apicultoras
30	COAJOC (Canchungo)	Beneficiário da ação Galinhas: Piu Piu Awara
31	Unidade de Processamento de Frutas e Legumes (Cacheu)	Entidade Parceira do projeto
32	Tabanka de Elalab (setor de S. Domingos)	Beneficiários da ação Arrus
33	Voz di Paz ONG	Entidade coexecutora da ação Djuntu
34	Administração Hospital de Cumura (Bissau)	Beneficiária da ação Saudi
35	Palmeirinha ONG local	Beneficiários da ação Djuntu
36	Escola Nacional de Saúde (Bissau)	Beneficiários da ação Djuntu
37	Direção Geral Coordenação da Ajuda Não-Governamental	Beneficiários da ação Djuntu
38	Responsáveis da Farmácia de pecuária (Bafatá)	Beneficiária da ação Galinha
39	PAM	Entidade responsável principal da execução da ação Kume dritu
40	PAF (Gabú)	Beneficária da ação Galinha
41	Medico (Gabú)	Beneficiário da ação Saudi
42	Caritas (Gabú)	Beneficiário da ação kume dritu
43	Empresa revendedora de produtos avícolas (Gabú)	Beneficária da ação Galinhas
44	Wisun Agrotec	Venda de arros de mangal em Bissau
45	DGEDR	Entidade responsável principal pela supervisão do Projeto Engenharia Rural
46	Empregados em lojas, mulheres na rua, empregadas nas casas de cooperantes	Beneficiários da venda e compra de arroz de mangal

ANEXO 8: LITERATURA E DOCUMENTOS CONSULTADOS

Literatura consultada

AITKEN, D. H., 1985, Cost effective roads in rural Australia, Indian Highways, Vol. 13, n.º 2.

Assemblée Générale de l'ADAR, 2000, Séminaire sur la commercialisation de la route et les fonds routiers de 2e génération, le financement et l'organisation de l'entretien routier, tarif et trafic, Cotonou, julho de 2000.

Associação Mundial de Estradas (AIPCR-PIARC), 2014, Guia prático para a manutenção e conservação de estradas rurais, Edições Chá de Caxinde.

BROWN, Terence J., 1987, The maintenance and rehabilitation of sealed rural roads, Transportation Research Record, n.º 1106, vol. 1, p. 175–188.

CARDOSO, P. E., 2017, Os mangais da Guiné-Bissau: análise de 40 anos de evolução da sua extensão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental.

Centre de Recherches Routières, 1969, Mode opératoire: essai à la tâche de sable, MF 32/69, Bruxelas.

COZZOLINO, Giacomo; BIAGUE, Mário, 2020, Estudo de viabilidade sobre a contabilidade ambiental na Guiné-Bissau.

DAI Global Belgium, 2023, Valor do Capital Natural e dos Serviços dos Ecossistemas na Guiné-Bissau – Avaliação Intercalar do Programa Ianda Guiné!, Relatório de Avaliação.

ESCARIO, José Luis, 1973, Caminos, Tomo II, p. 802.

FAO, 2018, Profil pays – Agriculture et sécurité alimentaire en Guinée-Bissau.

FAO, 2021, Guinée-Bissau: analyse des chaînes de valeur agricoles.

Fortalecimento das capacidades de valorização dos recursos naturais para melhorar o planeamento e a tomada de decisão para a conservação do ambiente global, 2020, Bissau.

IBAP, 2007, Projeto CARBOVEG.

IEP – Instituto das Estradas de Portugal, 2002, Manual de drenagem superficial em vias de comunicação.

IFAD, 2019, Rural development and smallholder agriculture in Guinea-Bissau.

INE – Instituto Nacional de Estatística, 2010, 4.º Inquérito por Amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS4) e 1.º Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva (IDSR) da Guiné-Bissau.

INE – Instituto Nacional de Estatística, 2020, Inquérito Harmonizado sobre Condição de Vida do Agregado Familiar 2018–2019.

LOUIS BERGER International, Inc., 1973, Manuel d'entretien routier de la République Togolaise.

Relatório Final

Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau, 2023, Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2023–2028 (PNDS III – versão revista).

Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau, 2023, Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde 2023–2032 (PNDRHS).

MOPHU – DGEP – SAUTI Compagnia Generale d’Ingegneria, outubro de 2004, Manual n.º 06 para levantamento de estradas (inventário e inspeção).

MOPHU – DGEP – SAUTI Compagnia Generale d’Ingegneria, novembro de 2004, Manual n.º 11 para conservação rodoviária.

Nações Unidas, 2001, Mémoire de la Guinée-Bissau, Troisième Conférence des Nations Unies sur les Pays les Moins Avancés, Bruxelas.

Nações Unidas, s.d., Orçamento Geral do Estado e Direito à Saúde na Guiné-Bissau.

Nations Unies – Commission Économique pour l’Afrique, s.d., Manuel d’entretien des routes – Guide pratique pour l’entretien des routes en Afrique, Tome III.

PAM – Programa Alimentar Mundial, 2017, Food Security and Markets Assessment Reports (SiSSAN).

PAM – Programa Alimentar Mundial, 2022, Food Security and Markets Assessment Reports (SiSSAN).

RIBEIRO, Cândido, 2019, Organização, manutenção e gestão de obras – otimizar resultados, 2.ª edição.

RISTAD Energy, 2021, Energy Report.

UNICEF, 2023, Maternal, Newborn, Child and Adolescent Health in Guinea-Bissau.

VAN DEN PLOEG et al., 2010, The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB), database.

World Bank, 2020, Agriculture and food systems in fragile contexts: Guinea-Bissau country note.

Documentos consultados

Aqui a lista dos documentos fornecidos pela DUE para a avaliação. Além destes, a equipa contou com muitos documentos da avaliação intercalar:

1. Arrus (rice)\20241030_QL_VF_01.xlsx
2. Arrus (rice)\Anexo MA_1_Atelier de concertação IGA.pdf
3. Arrus (rice)\Anexo MA_2_Dispositivo monitoramento.pdf
4. Arrus (rice)\Anexo MA_3_Novo quadro logico.pdf
5. Arrus (rice)\Anexo MA_4_Indicadores Descrições Valores Pressupostos.pdf
6. Arrus (rice)\Anexo MA_5_Indicadores hidro-agricolas.pdf
7. Arrus (rice)\Anexo MA_6_Apresentação GIS IGA.pdf
8. Arrus (rice)\Anexo MA_7_Gestão de dados IGA.pdf
9. Arrus (rice)\Anexo MA_8_Síntese_ formação QGIS.pdf

Relatório Final

10. Arrus (rice)\Anexo MA_9_Manual Software GIS_QGIS.pdf
11. Arrus (rice)\ANEXO VII-LVIA-FED.2018.404-381-Relatório auditoria ano 4.pdf
12. Arrus (rice)\Anexo_1_Estudo de referencia_Encheia.pdf
13. Arrus (rice)\Anexo_2_Estudo de referencia_mapas_Encheia.pdf
14. Arrus (rice)\Anexo_3_Estudo Hidrogeologico_Encheia_RT.pdf
15. Arrus (rice)\C-404381_Consolidated_ROM Report_20220531.pdf
16. Arrus (rice)\e3h5_interreport_pt_IandaGuineDjuntu-Reforco_RI-II.pdf
17. Arrus (rice)\LVIA-FED.2018.404-381-RELATÓRIO NARRATIVO INTERCALAR-ANO 1.pdf
18. Arrus (rice)\LVIA-FED.2018.404-381-RELATÓRIO NARRATIVO INTERCALAR-ANO 3.pdf
19. Arrus (rice)\RELATÓRIO NARRATIVO INTERCALAR-ANO 4.pdf
20. Arrus (rice)\TE-IGA-Relatorio avaliação_v13.pdf
21. Arrus (rice)\Relatório Final
22. Djuntu (participação comunitaria)\20241031_Ianda Guiné Reforço - Relatorio Final.pdf
23. Djuntu (participação comunitaria)\Adenda_Anexo_I-
b_Quadro_Lógico_IandaGuineDjuntu_VF_revista.pdf
24. Djuntu (participação comunitaria)\ANEXO_B_Cronograma_2022.pdf
25. Djuntu (participação comunitaria)\C-404202_Consolidated_ROM Report_20211203.pdf
26. Djuntu (participação comunitaria)\D13_20230220_Contactos Djuntu Jovens Lideres PPM e GAP.xlsx
27. Djuntu (participação comunitaria)\IGD_Anexo_B_Cronograma_2021.pdf
28. Djuntu (participação comunitaria)\IGD_Anexo_C_Organograma.pdf
29. Djuntu (participação comunitaria)\IGD_Anexo_C_Organograma3.pdf
30. Djuntu (participação comunitaria)\IGD_reforco_Anexo_A_QL.pdf
31. Djuntu (participação comunitaria)\IGD_reforco_Anexo_B_Cronograma_2021.pdf
32. Djuntu (participação comunitaria)\IGD_reforco_e3h5_interreport_pt.pdf
33. Djuntu (participação comunitaria)\Relatocio intercalar 2023.pdf
34. Djuntu (participação comunitaria)\relatorio intercalas 2019Djuntu.pdf
35. Djuntu (participação comunitaria)\relatorio intercalas 2020Djuntu.pdf
36. Djuntu (participação comunitaria)\relatorio intercalas 2021Djuntu.pdf
37. Doc globais\CTR NDICI 2024-462566 Programa Ianda Guiné_AC_Relatório Final.pdf
38. Doc globais\GNB348 - Rapport final VF avec Annexes - seconde mission_pt.docx
39. Estradas (roads)\E7b_EEIES_RESUME NON TECHNIQUE UNOPS-2022.pdf
40. Estradas (roads)\E7c_Rapport final_LOTE 1 PGES_PROJET UNOPS BUBA-FULACUNDA-NOVA
SINTRA.pdf
41. Estradas (roads)\Estradas-RELATÓRIO NARRATIVO FINAL.pdf
42. Estradas (roads)\LVIA - Relatório narrativo Intercalar - FED-2019-408-408.pdf
43. Estradas (roads)\LVIA-FED.2019.408-408-RELATÓRIO NARRATIVO.pdf
44. Estradas (roads)\LVIA-FED.2019.408-408-RELATÓRIO NARRATIVO_ANO 2.pdf
45. Estradas (roads)\ROM report_Vfinal.pdf
46. Estradas (roads)\wettransfer_estradas-sov_2023-02-27_1807.zip
47. Estradas (roads)\RELATÓRIO DEFINITIVO ASSINADO-Estudo traffego.pdf

Relatório Final

48. Galinhas\ANEXO 1 IandaGalinha_M&V_luglio_2021 meios de verificacao.pdf
49. Galinhas\ANEXO 05_Procedimentos realizados (anexo 3.2).pdf
50. Galinhas\ANEXO 11 divulgação Farmacias Veterinarias.pdf
51. Galinhas\ANEXO 12 Formação UPCA-APAI.pdf
52. Galinhas\ANEXO 13_relatorio produção de galinhas free-range 2021.pdf
53. Galinhas\ANEXO 14_manual de criação galinha free range 2021.pdf
54. Galinhas\ANEXO 15_free reange implementacao no terreno - desen.pdf
55. Galinhas\ANEXO 16_guia-bulas-e-biosseguranca-ianda-galinhas.pdf
56. Galinhas\ANEXO 17_manual-producao-avicultura-ianda-galinhas.pdf
57. Galinhas\ANEXO 2 relatorio de visita monitoria cedaves 2021.pdf
58. Galinhas\ANEXO 3 rapporto missione 1 - A. Schiavone 2_9 settembre 2021.pdf
59. Galinhas\ANEXO 3.1 Report qualità mangimi e materie prime 17.05.2021_FINAL_portuguese.pdf
60. Galinhas\ANEXO 4 Report Guinea Bissau - BSF BREEDING (secondo viaggio Sara).pdf
61. Galinhas\ANEXO 5 Biosegurança Gripe Aviaria.pdf
62. Galinhas\ANEXO 6 Treinamento em gestão comercial.pdf
63. Galinhas\ANEXO 9 e 10 Curso Tecnico Avicultura.pdf
64. Galinhas\Annex_VI_IG!G_Report_III_Respostas_Integradas_Texto_Bertini_06.pdf
65. Galinhas\C-404332_ROM Report_Final_20220221.pdf
66. Galinhas\FED2018404-332Interreport quarto ano.pdf
67. Galinhas\Galinhas- Relatório narrativo final.pdf
68. Galinhas\Galinhas_Avaliação_Final.pdf
69. Galinhas\Interreport 2019 - Relatorio NARRATIVO.pdf
70. Galinhas\relatorio ano 2 IG!G Fed-2018-404-332.pdf
71. Hortas\Anexo I - Base de Dados Produção Horticola_VF_2022_2023.pdf
72. Hortas\Anexo II - 20240222 Hortas OC_Quadro Monitoria_VF.pdf
73. Hortas\Anexo IV - Relatorio de Formações em Empreendedorismo Rural, PN e Gestão de Ferramentas de Caixa e Finanças.pdf
74. Hortas\Anexo V - Relatorio Final Consultoria em Agronegocio.pdf
75. Hortas\Anexo VI - Relatório Final do Diagnóstico da Sustentabilidade do Projeto_VF_14.08.2023.pdf
76. Hortas\Anexo VII - Relatório Final_Inquérito Intermédio_05.09.2023.pdf
77. Hortas\ANEXO VI_IG_Hortas_Relatório Narrativo Intercalar.pdf
78. Hortas\ANEXO VI_IG_Hortas_Relatório Narrativo Intercalar 2021 _BM_19.03.2022.pdf
79. Hortas\ANEXO VI_IG_Hortas_Relatório Narrativo Intercalar 2021_FINAL.docx
80. Hortas\ANEXO VI_IG_Hortas_Relatório Narrativo Intercalar 2022 _BM_27.03.2023.pdf
81. Hortas\ANEXO VI_IG_Hortas_Relatório Narrativo Intercalar 2023 _VF_28.03.2024.pdf
82. Hortas\Annexe 1 - Rapport danalyse endline FAP 2.pdf
83. Hortas\Annexe 3 - Guide des recettes des Biopesticides et Biofertilisants.pdf
84. Hortas\Annexe 4 - Rapport Sud-Sud Agri GB 2023.pdf
85. Hortas\Annexe 5 - Guide de formation - Module 20 - Genre (Pr).pdf
86. Hortas\Annexe 5 - Rapport appui au plan d'agriculture urbain (PAU)1.pdf

Relatório Final

87. Hortas\Annexe 6 - Recette de piège à insecte à base de pomme.pdf
88. Hortas\Annexe 8 - Rapport d'échange d'expériences Kolda (Pr).pdf
89. Hortas\Annexe 9 - Manuel de Procédures Asas de Socorro (Pr).pdf
90. Hortas\ANNEXE VI - Rapport Intermédiaire Année 3_2022.docx
91. Hortas\C-413037_ROM Report_Final_20220117.pdf
92. Hortas\C-413681_Consolidated_ROM Report_20220603.pdf
93. Hortas\FED_2019_413-037-Annexe VI_Rapport Intermédiaire Année 2_2021 final.docx
94. Hortas\FED_2019_413-037-Annexe VI_Rapport Intermédiaire_2020-signé.pdf
95. Hortas\Rapport narratif final Hortas (SAB).pdf
96. Hortas\Rapport UE 2023_VF.pdf
97. Kume drito (segurança alimentar)\Final Narrative Report EU Kume Drito 2019-2023_20.09.2023_Comments DG.pdf
98. Kume drito (segurança alimentar)\Logframe from Opsys.pdf
99. Kume drito (segurança alimentar)\WFP_EU_IG Kume Drito_2021_annual_report_final (003).pdf
100. Kume drito (segurança alimentar)\WFP_EU_IG Kume Drito_2021_annual_report_final.pdf
101. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\7zE8D53BF6C
102. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais
103. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anexo I. Plano de Ação Atualizado.pdf
104. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anexo II. Matriz do Quadro Lógico final.pdf
105. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anexo II. Matriz do Quadro Lógico.pdf
106. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anexo III. Divulgação da Ação nas Redes.pdf
107. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anexos.zip
108. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anexos_Relatório Narrativo Intercalar.zip
109. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\IG! LkI_Relatório Narrativo Intercalar_ano 4.pdf
110. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\IG! LKI_Relatório Narrativo Intercalar_ano5 assinado.pdf
111. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\IG! LkI_Relatório Narrativo Intercalar_ano 3_rvDUE.pdf
112. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\IG! LkI_Relatório Verificação Despesas_ano 2.pdf
113. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Relatório Narrativo Intercalar.pdf
114. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Abril 2021-Relat e pedido pagamento
115. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Fevereiro 2023
116. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025
117. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Maio 2022 -Relat e pedido pagamento
118. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Março 2024
119. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Fevereiro 2023\Enviado 03_02_23
120. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Fevereiro 2023\Enviado 21_03_23
121. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Fevereiro 2023\IG! LkI_Relatório Narrativo Intercalar_ano 3_rvDUE.pdf
122. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos
123. Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Auditoria

Relatório Final

- 124.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação
- 125.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0
- 126.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2
- 127.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0\A.0.1
- 128.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0\A.0.10
- 129.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0\A.0.3
- 130.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0\A.0.4
- 131.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0\A.0.5
- 132.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0\A.0.1\1.RH_CdT e TdR
- 133.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\0\A.0.1\3.Unidades Gestão
- 134.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.1
- 135.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.2
- 136.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.3
- 137.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.4
- 138.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.1\A.2.1.2
- 139.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.1\A.2.1.3
- 140.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.2\A.2.2.3
- 141.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.3\A.2.3.1
- 142.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.4\A.2.4.4
- 143.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Janeiro 2025\Anexos\Anexo IV. Fontes de Verificação\OE2\P.2.4\A.2.4.4\Fotos ODF

Relatório Final

- 144.Lus Ku iagu (agua, saneamento e energia)\Anuais\Maio 2022 -Relat e pedido pagamento\220505_IG!
LKI_relatório financeiro_ano 2_int report.pdf
- 145.Saudi\18FEV22_II Relatório Intercalar IANDA_Assinado.pdf
- 146.Saudi\2023.05.22_Relatório consolidado_signed_signed_signed_signed.pdf
- 147.Saudi\2024.08.12_Oficio_DUE+Relatório+Decl.Gestão final.pdf
- 148.Saudi\2024.08.12_Oficio_DUE+Relatório+Decl.Gestão.pdf
- 149.Saudi\C-411998_Consolidated_ROM Report_20211104 (3).pdf
- 150.UdC\Inaugurações Encheia folder 1/3
- 151.UdC\GT Infraestruturas folder 1/3
- 152.UdC\Formações IG folder 1/3
- 153.UdC\FlashEmail folder 1/3
- 154.UdC\Estratégia Saida folder 1/3
- 155.UdC\Dossier IG! Folder 1/3
- 156.UdC\Cronograma folder 1/3
- 157.UdC\Comites Direção folder 1/3
- 158.UdC\Seminario final folder 2/3
- 159.UdC\folder1.2\Transversal folder 2/3
- 160.UdC\folder1.2\Reuniões folder 2/3
- 161.UdC\folder1.2\Relatórios folder 2/3
- 162.UdC\folder1.2\Oportunidades de Sinergias folder 2/3
- 163.UdC\folder1.2\Nota conceitual Mailing list folder 2/3
- 164.UdC\CdL folder 3/3
- 165.UdC\Cartazes infográficos folder 3/3
- 166.UdC\Boletim Informativo folder 3/3
- 167.UdC\B-Card folder 3/3
- 168.UdC\Audios Edilson Gravador folder 3/3
- 169.UdC\Animações folder 3/3
- 170.UdC\2024 folder 3/3
- 171.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\QL e revisão do QL folders
- 172.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Indicadores genero folder
- 173.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Recolha Final Dados Projeto folder
- 174.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\ATs folder
- 175.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Contagem Trafego folder
- 176.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Indicadores de Impacto folder
- 177.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Inqueritos de balanço das Ações folder
- 178.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Beneficiarios IG folder
- 179.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Mapeamento IG! folder
- 180.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Base de Dados Hortas CO folder
- 181.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Ficha recolha pesagens IG! Hortas folder
- 182.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\Relatórios Missão folder

Avaliação final do programa Ianda Guiné!

Relatório Final

183.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\ ProGB_Tabela Indicadores.xlsx

184.R2 – Monitoria, Avaliação e Aprendizagem\ 20231121 Acoes vista geral.xlsx

ANEXO 9: DESCRIÇÃO DOS SETORES RELEVANTES NA GUINÉ-BISSAU E DETALHES DAS RESPOSTAS AS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Sociedade Civil

A sociedade civil guineense tem-se destacado como um ator relevante na promoção de direitos sociais e humanos na Guiné-Bissau, assumindo um papel central no desenvolvimento, sensibilização, prestação de serviços de saúde e advocacia, apesar das suas fragilidades estruturais. Porém, a sua influência sobre decisões de alto nível continua a ser limitada, sendo que o Estado raramente envolve a sociedade civil na formulação de políticas ou estratégias nacionais.

A maioria dos inquiridos no âmbito da avaliação confirma a expansão e a consolidação dos CCO, sobretudo no meio rural, com o apoio do Programa. Contudo não manifestaram o mesmo reconhecimento que se refere ao “método Djuntu⁴⁵” e/ ou aos “centros de recursos”. A perceção da comunidade ao nível de resolução de problemas coletivos alcançado pelas soluções implementadas pelas intervenções é particularmente positiva. A maioria afirma que o programa contribuiu “muito” para a melhoria das condições de vida comunitária, enquanto uma minoria (cerca de 10%) é mais cética.

O apoio a 71.000 beneficiários traduziu-se na operacionalização de 8 Centros de Recurso - somente alguns funcionam atualmente; um Gabinete de Apoio Permanente; produção de conhecimento; sistematização do Método Djuntu. A intervenção realizou 309 sessões de esclarecimento envolvendo mais de 8.000 participantes e 445 sessões de formação, que capacitaram mais de 5.500 pessoas. Foram recebidas 1.516 propostas, das quais resultaram 466 contratos assinados e 458 subvenções implementadas. O apoio às Organizações de Longo Percurso e Experiência Consolidada traduziu-se em 5 subvenções atribuídas em 2020 e executadas conforme previsto.

Observa-se uma maior capacidade de organização comunitária – o que contribuiu para o empoderamento, autoestima e prestígio local da comunidade que frequentemente se sentem marginalizadas pelos processos locais e nacionais de decisão – porém isto não se traduz em proatividade e capacidade para se candidatarem a financiamentos futuros. Constatou-se, ainda, uma forte expectativa de que o modelo atual de apoio e financiamento venha a ser prolongado ou replicado no futuro.

Quanto à sustentabilidade da intervenção, verifica-se uma apropriação das infraestruturas visitadas e confiança nos mecanismos de governação comunitária criados. Uma pequena minoria manifesta

45 O Método Djuntu é a metodologia de intervenção usada pelo programa para tornar possível este tipo de participação comunitária — funcionando como uma “caixa de ferramentas” adaptada para coletivos, mesmo sem experiência prévia.

Relatório Final

incertezas em relação à continuidade dos resultados das ações. No entanto, quando se adiciona a estes o grupo de 10,3% que não respondeu, torna-se evidente que cerca de um terço da comunidade não demonstra total segurança quanto à sustentabilidade pós-projeto, sublinhando que estas estão dependentes de um acompanhamento estruturado, que apelaria a um plano de transição mais sólido que acompanhasse as iniciativas já criadas.

Rizicultura

O Estado da Guiné-Bissau lista o setor do arroz entre as prioridades do seu plano estratégico de revitalização do setor agrícola. Este programa nacional de desenvolvimento do setor do arroz na Guiné-Bissau é apoiado pelo Plano Operacional Estratégico (PSO 2015-2025) “Terra Ranka” e também está incluído nos eixos e programas prioritários setoriais investidos no Plano Nacional de Agricultura (2017). É também tido em conta ao nível de outros documentos estratégicos, nomeadamente: a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (SNSA, 2002); Programa Nacional de Segurança Alimentar (NSA) horizonte 2015; o documento de Prioridades de Resiliência do País (PRP) de fevereiro de 2017; a Política Nacional de Sementes (PNS) e o Plano Estratégico de Nutrição (PNE 2015-2019).

O arroz é o alimento básico da população da Guiné-Bissau. Na Guiné-Bissau, é consumido em todo o lado e por todos e o padrão de consumo é de 130 kg/hab/ano. Várias medidas tomadas com base nos problemas enfrentados pelos produtores são aplicadas nas melhorias e modernização da produção do arroz de mangal e de terras baixas. O Plano Estratégico e Operacional (POE) 2015-2025 “Terra Ranka” constitui, por sua vez, o quadro de referência para o planeamento estratégico, a programação e o diálogo com os parceiros técnicos e financeiros, ligando a agricultura à agroindústria com um aumento progressivo da produção de arroz de 450 mil toneladas em 2020 e até 2025 para 510 mil toneladas. Nesse sentido, o PNIA prioriza a melhoria das cadeias de valor e do funcionamento do mercado por meio da capacitação de pequenos agricultores para enfrentar os desafios da fome, da desnutrição e da insegurança alimentar. Na área da produção de cereais (subprograma 1), estão previstos dois objetivos específicos: (i) Aumento da produção e produtividade do arroz, e (ii) Intensificação e diversificação da produção de cereais em geral. O desenvolvimento do ramo do arroz na 2ª geração do PNIA deve, portanto, levar a um aumento líquido na produção de arroz com uma produção de mais 290.000 toneladas de arroz em casca em 2030.

A área de solos adequados para agricultura irrigada (mangais e terras baixas) é de 306.000 ha. Deste potencial, cerca de 50.000 ha estão sob cultivo, pouco mais de 16% deste potencial é valorizado e a agricultura do país dá rendimentos limitados (1,7 ton/ha).

O arroz de mangal é amplamente praticado nas regiões de Tombali e Quinara, usando técnicas simplificadas de gerenciamento de água que permitem controlar a acidez e a salinidade do solo, em um ecossistema costeiro frágil. No nível de cultivo de mangais, a área agrícola utilizável é de 106.000 ha. O arroz de terras baixas é cultivado em depressões naturais parcial ou totalmente inundadas pelas

Relatório Final

chuvas, em espaços relativamente pequenos. A gestão da água consiste na escavação (diques de contenção e parcelamento) e drenagem. Esses fundos baixos são solos sujeitos à hidromorfologia temporal. A Guiné-Bissau dispõe de 200.000 ha de terras baixas aráveis com possibilidade de praticar a cultura do arroz ao nível das zonas mais baixas e introduzir culturas perenes ao nível das bacias de encosta. A área agrícola atualmente utilizada é de 29.369 ha, distribuídos em 58.190 propriedades familiares, cada uma com área média de 0,25 ha. No sistema de produção de arroz de mangal, o único custo é a compra de sementes e as operações de cultivo e de transformação são feitas à mão. Nas operações agrícolas, a reabilitação de diques é a atividade mais cara.

A produção nacional de arroz não cobre as necessidades atuais da população guineense. As necessidades anuais de cereais, estimadas em cerca de 260.000 toneladas, não são cobertas pela produção nacional. É interessante notar na tabela seguinte que o progresso feito nos anos da ação ao nível nacional depende do incremento do rendimento (FAOSTAT).

<i>Ano</i>	<i>Superfície</i>	<i>Rendimento</i>	<i>Produção</i>	<i>Superfície</i>	<i>Rendimento</i>	<i>Produção</i>
	<i>Há</i>	<i>kg/há</i>	<i>TM</i>	<i>%</i>	<i>%</i>	<i>%</i>
2019	121 350	1 541	187 000	100	100	100
2020	119 147	1 663	198 141	98	108	106
2021	126 654	1 689	213 919	104	110	114
2022	120 000	1 867*	224 004	99	121	120
2023	120 000	1 867*	224 004	99	121	120
Meia	121 430	1 725	209 414	100	112	112

Tabela 2 Produção de arroz em Guiné Bissau

* estimação

O processamento do arroz pode ser feito pelos próprios produtores ou por indivíduos com descascadores instalados nas aldeias. Nos casos em que os produtores não têm descascadores e não há nenhum na aldeia ou nas proximidades, as mulheres são forçadas a realizar o processamento manual usando morteiros. O arroz assim processado pode ser utilizado, por um lado, para autoconsumo e, por outro, para comercialização. Para cada 10 kg de arroz em casca, o beneficiário paga 1 kg de arroz líquido processado e, muitas vezes, o farelo de arroz obtido do processamento do arroz permanece com o proprietário do descascador, mas, caso o beneficiário necessite, ele paga mais 0,5 kg de arroz líquido processado.

Relatório Final

A comercialização do arroz beneficiado é feita pelas esposas dos produtores. O arroz é frequentemente vendido nos mercados locais mais próximos ou nos Lumos (mercados semanais). Em Lumos, o arroz é comprado por consumidores individuais ou por mulheres revendedoras que comprem quantidades mais ou menos significativas, mas que raramente ultrapassam as 2 toneladas, porque sua capacidade de compra é muito baixa. Uma vez em Bissau, o mercado consumidor final, as mulheres revendem o arroz para pequenos varejistas ou o vendem elas mesmas nos mercados. Não há grandes compradores de arroz local, nem grandes armazéns ou distribuidores. Tudo é vendido em detalhes. O preço do arroz local, nas aldeias e Lumos, varia de 350 a 400 F CFA/kg, mas é vendido nos grandes mercados de Bissau a 500 F CFA/kg. Já o arroz importado, dependendo da qualidade, longo ou quebrado, é vendido entre 300 e 400 F CFA/kg. Portanto, o arroz local enfrenta dificuldades de comercialização porque é mais caro que o arroz importado, o que significa que a preferência do consumidor vai para o arroz importado.

Os produtores de sementes de arroz em geral são poucos e mal estruturados, dependendo do INPA do MdA que usa os multiplicadores de sementes certificados para a produção de sementes pré-básicas, básicas e certificadas de primeira e segunda reprodução. As sementes certificadas produzidas por esses agromultiplicadores são armazenadas em armazéns construídos nos centros do INPA e estes últimos fazem a ligação entre os produtores de sementes e os potenciais compradores.

O Plano Operacional Estratégico “Terra Ranka” tem o objetivo de lograr a auto-suficiência em arroz até 2020 pela melhoria dos rendimentos e a promoção do arroz local e do acesso ao mercado. O PNIA busca ordenar os arrozais de mangal e de baixio e fortalecer o fornecimento de sementes de qualidade afim da intensificação da produção e apoiar o desenvolvimento das pequenas indústrias para a transformação do arroz para aumentar o seu valor agregado.

O Anexo 13 inclui uma descrição mais detalhada da rizicultura de mangal.

No quadro do Programa Ianda Guiné!, a componente da rizicultura revelou-se particularmente pertinente face ao contexto socioeconómico e ambiental da Guiné-Bissau, contribuindo de forma coerente para o objetivo geral do Programa de reforçar a resiliência e ampliar as oportunidades socioeconómicas da população. A componente constituiu um dos pilares operacionais do Programa (e, em termos financeiros, a mais importante), ao apoiar o desenvolvimento da fileira do arroz de mangal ao longo de toda a cadeia de valor, da produção ao processamento e à comercialização, e ao promover, em complementaridade, atividades produtivas alternativas com elevado valor nutricional e potencial de geração de rendimento. Através desta componente, o Programa contribuiu de forma transversal para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No âmbito do Programa, a componente permitiu testar, adaptar e consolidar inovações produtivas, ajustando-as às condições ambientais e às necessidades específicas dos produtores envolvidos na cadeia de valor do arroz. Paralelamente, foram concebidas e executadas obras de engenharia rural consideradas funcionais e necessárias para melhorar a mobilidade das populações, as condições de cultivo do arroz e

Relatório Final

a gestão dos sistemas de bolanhas, assegurando o respeito pelos ecossistemas e, de forma mais ampla, pelo ambiente. Os resultados alcançados por esta componente do Programa configuram referências técnicas e operacionais suscetíveis de replicação noutras zonas da Guiné-Bissau.

A abordagem metodológica adotada no seio do Programa, através desta componente, possibilitou a adaptação dos pacotes tecnológicos às realidades locais, produzindo resultados globalmente satisfatórios na componente produtiva. Persistiram, contudo, alguns fenómenos limitados de resistência à mudança e manteve-se algumas limitadas necessidades de assistência técnica externa, sobretudo devido aos baixos níveis de autonomia técnica dos beneficiários no que diz respeito às obras maiores. Quanto às técnicas de produção, os beneficiários adquiriram uma autonomia técnica plena. Um potencial fator de limitação futuro é a falta de mão de obra, devido ao fenómeno do hémoto rural, que o Programa provavelmente contribuiu a limitar e travar. Embora tenham sido implementadas ações estruturadas de capacitação e apoio técnico dirigidas ao Ministério da Agricultura, não se alcançou uma autonomia institucional plena, permanecendo uma dependência significativa da cooperação internacional para a implementação e consolidação das práticas promovidas.

No quadro programático, a componente de comercialização associada ao Projeto de Agricultura de Mangal continuou a constituir o principal desafio a enfrentar. O seu arranque tardio, em comparação com as restantes áreas de intervenção da componente de rizicultura, limitou os resultados, que, no momento da avaliação, se encontravam, em geral, aquém do esperado.

A componente integrou de forma consistente os princípios da agroecologia e da sustentabilidade ambiental, alinhando-se com as orientações estratégicas do Programa. A adoção dos pacotes tecnológicos promoveu práticas agrícolas com reduzido recurso a insumos externos e adaptadas às condições ecológicas locais. As obras realizadas no domínio da engenharia rural contribuíram, em termos gerais, para esta abordagem, através da aplicação de soluções ambientalmente sustentáveis. No entanto, no que respeita à sustentabilidade ambiental de longo prazo e à integração paisagística, a durabilidade e o impacto positivo das infraestruturas poderiam ter sido reforçados mediante uma maior incorporação de soluções de engenharia verde. Registaram-se ainda algumas fragilidades nos procedimentos de autorização ambiental de determinadas obras. Em termos globais, a componente contribuiu para resultados em matéria de conservação e restauração dos ecossistemas de mangal, embora sem atingir plenamente as metas inicialmente previstas.

Relativamente à eficiência, a componente foi concebida e implementada de modo a assegurar uma relação custo-benefício globalmente favorável na utilização dos recursos do Programa. Foram geradas economias de escala através da promoção do uso de equipamentos e materiais normalizados disponíveis no mercado local. A cooperação entre os diferentes parceiros envolvidos na execução permitiu ainda mobilizar capacidades técnicas internas existentes, reduzindo a dependência de peritagem externa. Neste

Relatório Final

sentido, a inclusão no consórcio de gestão das ações de ONGs com diferentes experiências representa uma mais valia. Apesar dos atrasos registados em 2020–2021, associados à pandemia, as atividades previstas no âmbito desta componente foram concluídas, tendo os resultados sido alcançados com uma utilização considerada adequada dos recursos humanos e financeiros.

Horticultura

A horticultura na Guiné-Bissau desempenha um papel central na segurança alimentar, na diversificação dos sistemas produtivos e na geração de rendimentos, sobretudo nas zonas urbanas e periurbanas, onde se concentra a procura de hortícolas frescos. O setor contribui de forma relevante para o abastecimento alimentar local, em particular de folhas verdes e hortícolas de ciclo curto, amplamente consumidos nas cidades, incluindo Bissau. A produção hortícola é maioritariamente assegurada por agricultores familiares de pequena escala, com forte participação de mulheres, e caracteriza-se por elevados níveis de diversidade de culturas, incluindo alface e outras folhas verdes, tomate, pimenta, pepino, quiabo e cebola, que contribuem para dietas mais equilibradas e diversificadas.

Apesar desta diversidade, a produtividade média permanece baixa, refletindo limitações estruturais e técnicas persistentes. A literatura técnica identifica como principais entraves a escassez de serviços de assistência técnica contínua, a fraca disseminação de práticas agrícolas melhoradas e a limitada adoção de tecnologias adaptadas aos contextos agroecológicos locais (FAO, 2018; IFAD, 2019). O acesso irregular a insumos de qualidade, nomeadamente sementes melhoradas, fertilizantes orgânicos e água para irrigação, constitui outro fator crítico, particularmente durante a estação seca, quando a produção hortícola assume maior relevância económica e nutricional.

Adicionalmente, o setor é penalizado pela insuficiência de infraestruturas pós-colheita, como instalações de armazenamento, conservação e transporte adequadas, o que resulta em perdas significativas após a colheita e reduz a qualidade dos produtos colocados no mercado. A ausência de mercados organizados e estruturados limita a previsibilidade da procura, a formação de preços justos e a capacidade de negociação dos produtores, reforçando a vulnerabilidade económica dos pequenos horticultores. Estes constrangimentos são agravados por dificuldades de acesso ao crédito rural, pela informalidade predominante nas cadeias de comercialização e pelos elevados custos de transporte, fatores que reduzem a competitividade da produção nacional face aos produtos hortícolas importados, sobretudo dos países vizinhos.

Do ponto de vista das práticas agrícolas, observa-se uma forte heterogeneidade em termos de eficiência produtiva e sustentabilidade ambiental. Embora existam experiências positivas de uso de técnicas agroecológicas e de gestão eficiente da água, estas permanecem pouco disseminadas, em grande medida devido à limitada capacidade institucional para assegurar acompanhamento técnico regular e formação contínua dos produtores (FAO, 2021; World Bank, 2020).

Relatório Final

Neste contexto, iniciativas de desenvolvimento recentes, como o programa Ianda Guiné!, têm desempenhado um papel relevante no reforço do setor hortícola, ao promover ações de capacitação técnica, difusão de boas práticas agrícolas, diversificação produtiva e organização dos agricultores em clubes ou associações. Estas intervenções visam não apenas aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, mas também melhorar a integração dos produtores nos mercados urbanos, reforçar as cadeias curtas de comercialização e criar maior valor económico a nível local. Ao atuar simultaneamente sobre capacidades técnicas, organização social e acesso ao mercado, estas ações contribuem para gerar oportunidades de emprego no meio rural e para reforçar a resiliência dos meios de subsistência das famílias agrícolas.

No que respeita à eficácia, a componente de horticultura contribuiu de forma relevante para a melhoria do acesso a alimentos frescos, a diversificação da dieta e o reforço das rendas de pequenos produtores, em particular mulheres. A ação permitiu aumentar a capacidade produtiva de hortas familiares e comunitárias, promover a diversificação de culturas e melhorar a regularidade da oferta de hortícolas nos mercados locais e urbanos. O reforço das competências técnicas dos produtores, através de formações e acompanhamento no terreno, traduziu-se numa melhor organização da produção e numa maior integração dos beneficiários em circuitos de comercialização, incluindo iniciativas de circuito curto. Contudo, apesar dos avanços registados, a eficácia foi parcialmente limitada pela adoção ainda desigual de práticas agroecológicas e pela ausência de um sistema estruturado de monitorização que permitisse medir, de forma sistemática, os impactos sobre a renda, a dieta alimentar dos agregados e a redução efetiva do uso de insumos químicos ao longo do tempo.

Em termos de eficiência, a intervenção em horticultura evidenciou uma utilização globalmente racional dos recursos disponíveis. O enfoque em sistemas de produção de pequena escala, o uso de infraestruturas simples e tecnologias acessíveis, bem como a mobilização de organizações locais e serviços de extensão, permitiram alcançar resultados significativos com custos relativamente contidos. A articulação com outras componentes do programa e com parceiros institucionais contribuiu para evitar duplicações e potenciar sinergias, nomeadamente ao nível da formação, da sensibilização nutricional e do acesso aos mercados. No entanto, constrangimentos recorrentes, como dificuldades logísticas, custos de transporte elevados e limitações no acesso à água e insumos de qualidade, afetaram a eficiência operacional em algumas zonas, reduzindo a regularidade da produção e a previsibilidade da oferta.

No que se refere à sustentabilidade, a componente de horticultura lançou bases importantes para a continuidade dos benefícios, ao reforçar capacidades técnicas locais, promover a organização dos produtores e estimular ligações mais diretas com os mercados. A apropriação da atividade pelos beneficiários e a relevância económica das hortas para a subsistência e geração de rendimento aumentam a probabilidade de manutenção das práticas após o fim do apoio direto. Todavia, a sustentabilidade a médio e longo prazo permanece condicionada por fatores estruturais, como a dependência de apoio externo para insumos e assistência técnica, a fragilidade da organização coletiva dos produtores e a

Relatório Final

limitada integração da horticultura nas políticas públicas e nos orçamentos nacionais. O reforço do acesso a financiamento, a consolidação de mercados estáveis e a institucionalização de serviços de extensão serão determinantes para assegurar a durabilidade dos resultados alcançados.

As ações desenvolvidas no setor da horticultura produziram resultados relevantes ao nível do aumento da produção de hortícolas, da diversificação das culturas e do reforço das capacidades técnicas dos produtores, em particular mulheres. A implementação de hortas familiares e comunitárias contribuiu para melhorar o acesso a alimentos frescos e diversificados, reforçando simultaneamente as oportunidades de geração de rendimento. As formações e o acompanhamento técnico promoveram melhorias nas práticas produtivas, na organização do trabalho e na planificação das colheitas, facilitando uma maior integração dos produtores nos mercados locais. No entanto, a adoção de práticas agroecológicas e de redução do uso de insumos químicos manteve-se desigual entre regiões, e os sistemas de monitorização não permitiram medir de forma sistemática os efeitos sobre a renda dos agregados e a qualidade das dietas.

As perspetivas de impacto da intervenção em horticultura são positivas a médio prazo, sobretudo no que respeita à melhoria da segurança alimentar e nutricional, ao aumento da resiliência económica das famílias rurais e à diversificação das fontes de rendimento. O reforço da produção local de hortícolas cria condições favoráveis para uma maior disponibilidade de alimentos frescos nos mercados urbanos e periurbanos, com efeitos potenciais na qualidade da dieta da população. Contudo, a consolidação destes impactos dependerá da continuidade do apoio técnico, da melhoria do acesso a água, insumos e mercados, bem como da articulação efetiva com ações de nutrição e educação alimentar.

No que se refere à sustentabilidade, as ações de horticultura apresentaram sinais encorajadores, na medida em que a atividade é amplamente apropriada pelos beneficiários e se baseia em sistemas produtivos de pequena escala com baixos custos de entrada. O reforço das capacidades técnicas e a organização dos produtores aumentam a probabilidade de manutenção das hortas após o fim do apoio direto. No entanto, a sustentabilidade a médio e longo prazo permanece condicionada por fatores estruturais, como a dependência de apoio externo para insumos e assistência técnica, a fragilidade da organização coletiva e as limitações no acesso a financiamento e mercados estáveis. O fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, a institucionalização dos serviços de extensão e a integração da horticultura nas políticas públicas serão determinantes para garantir a durabilidade dos resultados alcançados.

Avicultura

O setor da pecuária na Guiné-Bissau, em particular a avicultura, desempenha um papel relevante na segurança alimentar, na diversificação das fontes de proteína animal e na geração de rendimentos complementares para os agregados familiares rurais e periurbanos. A produção avícola local contribui para o consumo doméstico e para os mercados informais, mas permanece globalmente insuficiente para

Relatório Final

satisfazer a procura nacional, sobretudo nas áreas urbanas, onde o consumo de carne de frango e ovos tem vindo a aumentar. Como resultado, o país apresenta uma forte dependência de importações, nomeadamente de frango congelado e ovos provenientes sobretudo da sub-região da África Ocidental, o que fragiliza a balança comercial e expõe o mercado interno a choques externos de preços e abastecimento.

A produção nacional é dominada por sistemas familiares e de pequena escala, caracterizados por baixos níveis de investimento, reduzida especialização produtiva e fraca integração da cadeia de valor. A maioria dos produtores opera com efetivos limitados, tecnologias rudimentares e práticas de manejo pouco padronizadas, o que se traduz numa produtividade reduzida e numa elevada vulnerabilidade a choques sanitários e económicos. A ausência de elos estruturados entre produção, transformação e comercialização limita a capacidade do setor para responder de forma regular e competitiva à procura dos mercados urbanos.

Entre os principais constrangimentos estruturais identificados na literatura técnica destacam-se, em primeiro lugar, o elevado custo da ração e dos insumos produtivos, largamente dependentes de importações. A inexistência de uma indústria local de rações e a fraca valorização de subprodutos agrícolas nacionais contribuem para custos de produção elevados, reduzindo as margens económicas dos produtores e a competitividade da produção local face aos produtos importados.

Outro fator crítico é a fragilidade dos serviços de sanidade animal, marcada por cobertura limitada, insuficiência de recursos humanos qualificados e acesso irregular a vacinas e medicamentos veterinários. Esta situação aumenta a incidência de doenças, eleva as taxas de mortalidade e desencoraja o investimento produtivo, sobretudo em sistemas semi-intensivos ou intensivos. Paralelamente, a ausência de infraestruturas adequadas de abate, conservação e comercialização, incluindo matadouros certificados, sistemas de cadeia de frio e mercados organizados, restringe o acesso a canais formais de venda e compromete a qualidade e segurança dos produtos avícolas.

A estes constrangimentos somam-se a escassez de financiamento rural, a dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores e a limitada disponibilidade de assistência técnica contínua, fatores que condicionam a adoção de boas práticas produtivas, de biossegurança e de gestão económica das explorações. Em conjunto, estes elementos limitam a produtividade, aumentam os riscos sanitários e reduzem a sustentabilidade económica do setor, reforçando a dependência estrutural do país em relação às importações.

Apesar deste contexto desafiante, vários relatórios técnicos sublinham que a avicultura apresenta potencial de desenvolvimento significativo, caso sejam adotadas abordagens mais integradas, orientadas para o reforço das capacidades produtivas, a organização dos produtores, o desenvolvimento local da produção de rações, a melhoria dos serviços veterinários e a estruturação dos circuitos de comercialização. Intervenções que promovam a integração da cadeia de valor e a ligação aos mercados

Relatório Final

urbanos são consideradas fundamentais para aumentar a competitividade da produção nacional e o seu contributo para a segurança alimentar e o emprego rural.

Apesar dos resultados não terem sido plenamente atingidos, contribuiu para a estruturação do setor, através da formação de produtores, apoio a unidades familiares e empresariais e reforço de serviços técnicos. Apesar destes avanços, o desenvolvimento sustentável da avicultura na Guiné-Bissau exige políticas públicas de apoio, investimento em ração local, sanidade animal e organização dos produtores, de modo a reduzir a dependência externa e melhorar o acesso da população a proteínas de origem animal.

No que respeita à eficácia, a componente de avicultura contribuiu para a diversificação das fontes de rendimento das famílias, o aumento do acesso a proteína animal, em particular ovos, e o reforço das capacidades técnicas de pequenos e médios produtores. A intervenção apoiou a criação e reabilitação de aviários familiares e semi-comerciais, promoveu formações em boas práticas avícolas, biossegurança e gestão, e incentivou modelos produtivos mais orientados para o mercado. Estes esforços permitiram aumentar temporariamente a produção de ovos e carne de aves e melhorar a organização da atividade avícola em determinadas zonas de intervenção. No entanto, a eficácia foi limitada por constrangimentos estruturais persistentes, nomeadamente a instabilidade no fornecimento de ração e pintos, a elevada mortalidade animal em alguns períodos e a fraca capacidade dos fornecedores locais de insumos e serviços, o que afetou a regularidade e a escala dos resultados alcançados.

Em termos de eficiência, a intervenção em avicultura apresentou resultados mistos. Por um lado, o apoio concentrado em unidades familiares, o uso de infraestruturas simples e a mobilização de técnicos locais permitiram alcançar um número significativo de beneficiários com recursos relativamente controlados. Por outro lado, a forte dependência de insumos importados, a volatilidade dos preços da ração e os custos logísticos associados ao transporte e à distribuição reduziram a eficiência económica da atividade. Adicionalmente, a necessidade de apoio técnico frequente e de reposição de insumos aumentou os custos operacionais, limitando a capacidade de manter níveis elevados de desempenho com os mesmos recursos ao longo do tempo.

No que se refere à sustentabilidade, a componente de avicultura revelou fragilidades significativas. Apesar dos esforços de capacitação e da criação de alguma base produtiva, uma parte relevante das unidades apoiadas, concretamente (2/3), enfrentou dificuldades em manter a atividade após o fim do apoio direto, devido à insuficiente capitalização, à dependência de insumos externos e à fraca estruturação do mercado e dos serviços de apoio. A ausência de uma cadeia de valor avícola pouco eficiente incluindo produção local de ração, serviços veterinários acessíveis e mecanismos de comercialização organizados, limitou a durabilidade dos resultados. Assim, embora a avicultura tenha demonstrado potencial como atividade geradora de rendimento e promotora de segurança alimentar, a sustentabilidade a médio e longo prazo dependerá de investimentos estruturais, organização coletiva dos produtores e políticas públicas de apoio ao setor.

Relatório Final

As ações implementadas no setor da avicultura geraram resultados relevantes na diversificação das fontes de rendimento das famílias e no aumento do acesso a proteínas de origem animal, sobretudo ovos. A intervenção apoiou unidades familiares e semicomerciais de criação de aves, promoveu formações em boas práticas avícolas, biossegurança e gestão, e contribuiu para melhorar temporariamente os níveis de produção de ovos e carne de aves em zonas de intervenção. O reforço das capacidades técnicas dos produtores e a introdução de modelos produtivos mais orientados para o mercado permitiram ganhos iniciais de produtividade. Contudo, os resultados mantiveram-se desiguais entre beneficiários, sendo afetados por elevadas taxas de mortalidade animal, interrupções no fornecimento de ração e pintos, e limitações na capacidade dos fornecedores locais de insumos e serviços.

As perspetivas de impacto da intervenção em avicultura são moderadas, refletindo tanto o potencial do setor como as suas fragilidades estruturais. A curto e médio prazo, a avicultura pode contribuir para melhorar a segurança alimentar e nutricional, através do aumento da disponibilidade de ovos e carne, e para reforçar a resiliência económica das famílias. No entanto, a consolidação destes impactos dependerá de melhorias significativas na estrutura da cadeia de valor, nomeadamente na produção local de ração, no acesso a serviços veterinários, na redução dos custos de produção e na organização dos canais de comercialização. Sem estas condições, os ganhos observados tendem a ser instáveis e dificilmente escaláveis.

No que se refere à sustentabilidade, A, apesar da capacitação técnica e do investimento inicial em infraestruturas, uma parte significativa das unidades apoiadas enfrentou dificuldades em manter a atividade após o término do apoio direto, devido à dependência de insumos importados, à insuficiente capitalização dos produtores e à fraca estruturação do mercado e dos serviços de apoio. A ausência de uma cadeia avícola funcional e de políticas públicas de apoio consistentes limita a durabilidade dos resultados. Assim, a sustentabilidade a médio e longo prazo exigirá investimentos estruturais, organização coletiva dos produtores, reforço dos serviços veterinários e integração da avicultura nas estratégias nacionais de desenvolvimento rural e segurança alimentar.

Estradas

A rede rodoviária da Guiné-Bissau é limitada, com cerca de 4.400 km de estradas no total, dos quais apenas cerca de 450 km são asfaltados (aprox. 10%). A maioria das estradas não pavimentadas (mais de 3.900 km) encontra-se em condições precárias, sobretudo nas regiões do Leste, como Gabú e Bafatá, onde o acesso durante a época das chuvas é particularmente difícil. No Norte (Oio e Cacheu), as ligações são frequentemente interrompidas por rios e falta de pontes adequadas. Na região costeira e no Sul, incluindo Tombali e Quinara, a presença de mangais e solos alagadiços agrava a degradação das vias. A área de Bissau concentra a maior parte das estradas asfaltadas, mas mesmo aí a rede urbana permanece limitada (cerca de 50 km pavimentados). A estrada principal que atravessa o país (corredor regional oeste-africano) constitui o eixo mais estruturante para a conectividade internacional. No entanto, grande

Relatório Final

parte das estradas secundárias e rurais permanece em terra batida, com manutenção insuficiente e forte variabilidade sazonal.

Como resultado, o transporte terrestre é lento, pouco fiável e representa um dos principais entraves ao desenvolvimento económico e à integração territorial do país. Esta situação compromete a transitabilidade, especialmente em períodos críticos, afetando diretamente o escoamento da produção agrícola e o acesso a serviços essenciais. Adicionalmente, o setor enfrenta desafios estruturais significativos, incluindo limitações financeiras, fragilidades institucionais, escassez de recursos humanos qualificados e dependência elevada de financiamento externo. Estes fatores condicionam a capacidade do Estado em planear, executar e manter projetos de infraestruturas de forma eficaz e sustentável.

O setor dos transportes terrestres, particularmente o subsector rodoviário, desempenha um papel preponderante no sistema de mobilidade nacional. Estima-se que entre 80% e 95% do tráfego de passageiros e mercadorias no país seja realizado por via terrestre, o que evidencia a forte dependência desta infraestrutura. Em muitas regiões, sobretudo nas zonas rurais e periféricas, as estradas representam o único meio de ligação com os centros urbanos, mercados, serviços administrativos, unidades de saúde e estabelecimentos de ensino.

O Estado da República da Guiné-Bissau identifica o desenvolvimento das infraestruturas de transporte terrestre como uma prioridade estratégica central no quadro das suas políticas públicas de desenvolvimento. Esta prioridade decorre do reconhecimento de que a mobilidade interna constitui um fator determinante para a coesão territorial, a integração económica e a melhoria das condições de vida das populações.

Neste contexto, a política nacional tem-se concentrado na reabilitação das infraestruturas existentes, na construção de novas vias estratégicas e na melhoria dos sistemas de manutenção rodoviária. Estas intervenções visam não apenas melhorar a mobilidade interna, mas também reforçar a integração regional, nomeadamente através da ligação com países vizinhos como o Senegal e a Guiné-Conacri, promovendo assim o comércio transfronteiriço e a inserção do país nos corredores económicos da África Ocidental.

No âmbito da avaliação das políticas públicas e das intervenções no setor das infraestruturas de transporte terrestre, importa destacar o período compreendido entre 2012 e 2014, durante o qual foram implementadas reformas estruturais relevantes. Estas reformas inseriram-se num contexto mais amplo de estabilização política e económica, com o apoio de parceiros internacionais e instituições financeiras multilaterais. Paralelamente, foram desenvolvidas iniciativas para reforçar o enquadramento institucional do setor. Estas incluíram a revisão de políticas, a criação ou reestruturação de entidades responsáveis pela gestão das infraestruturas e o fortalecimento das capacidades técnicas das instituições

Relatório Final

públicas. Apesar destes esforços, persistem desafios relacionados com a coordenação interinstitucional e a eficácia na implementação das políticas.

No contexto do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza III (DENARP III), o setor dos transportes foi identificado como um vetor estratégico para o desenvolvimento económico e social. Foram lançadas iniciativas específicas destinadas à melhoria da rede rodoviária, à promoção do acesso equitativo às infraestruturas e ao reforço da integração territorial.

Embora permanecem carências estruturais e a nível de implementação das políticas setoriais, as ações implementadas no setor das infraestruturas de transporte terrestre produziram resultados concretos, ainda que desiguais em termos de alcance e impacto. Um dos principais resultados foi o início da construção e reabilitação de importantes vias urbanas na cidade de Bissau, contribuindo para a melhoria da mobilidade urbana e a redução dos tempos de deslocação. Outro resultado relevante foi a realização de estudos técnicos para a construção de aproximadamente 500 km de estradas. Estes estudos constituem uma base fundamental para a implementação de futuros projetos, permitindo uma melhor planificação e priorização dos investimentos. As estradas previstas incluem ligações estratégicas com países vizinhos, reforçando a integração regional e facilitando o comércio.

No que respeita à manutenção da rede existente, foram realizadas intervenções contínuas em cerca de 400 km de estradas não pavimentadas. Embora estas ações tenham contribuído para melhorar a transitabilidade em algumas zonas, a cobertura ainda é limitada face às necessidades globais do país.

Adicionalmente, foram registados progressos na mobilização de financiamento externo para projetos de infraestruturas, com o apoio de parceiros internacionais. Este financiamento tem sido essencial para viabilizar intervenções de maior escala, dada a limitada capacidade financeira interna.

No entanto, importa salientar que os resultados alcançados são ainda insuficientes para responder plenamente às necessidades do setor. Persistem lacunas significativas na cobertura da rede rodoviária, na qualidade das infraestruturas e na capacidade de manutenção, o que limita o impacto das intervenções realizadas.

As ações desenvolvidas no setor apresentam um elevado potencial de impacto a médio e longo prazo, com implicações diretas no desenvolvimento económico e social do país. Uma das principais perspetivas de impacto é a melhoria do acesso das populações rurais aos mercados, serviços de saúde e educação. A redução das distâncias efetivas e dos tempos de deslocação pode contribuir significativamente para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Outro impacto esperado é a redução dos custos de transporte, o que poderá aumentar a competitividade dos produtos nacionais, especialmente no setor agrícola, que constitui uma das principais bases da economia da Guiné-Bissau. A melhoria das infraestruturas facilitará o escoamento da produção e reduzirá as perdas pós-colheita.

Relatório Final

A nível regional, o reforço das ligações rodoviárias com países vizinhos poderá dinamizar o comércio transfronteiriço, promovendo a integração económica e o desenvolvimento de corredores comerciais. Este processo poderá contribuir para a diversificação da economia e a atração de investimentos.

Adicionalmente, as melhorias no setor das infraestruturas de transporte poderão estimular o crescimento económico, através da criação de empregos, do aumento da produtividade e do desenvolvimento de novas atividades económicas. Estes efeitos poderão, por sua vez, contribuir para a redução da pobreza e o fortalecimento da resiliência económica do país. Contudo, a concretização destes impactos depende de vários fatores, incluindo a continuidade dos investimentos, a eficácia das políticas públicas e a estabilidade política e institucional. Sem estes elementos, o potencial de impacto das ações poderá não ser plenamente realizado.

Eletricidade

O sistema elétrico nacional é fragmentado, dependente de importações de combustíveis e caracterizado por fortes desigualdades regionais no acesso e no consumo.

A produção de eletricidade na Guiné-Bissau é muito limitada, com uma capacidade instalada de cerca de 24 MW em 2023, baseada quase exclusivamente em combustíveis fósseis importados. A geração está fortemente concentrada na capital, Bissau, enquanto nas regiões do interior como Gabú e Bafatá a produção local é quase inexistente.

O acesso à eletricidade atinge cerca de 40–41% da população, com fortes disparidades entre áreas urbanas e rurais (menos de 10% em zonas rurais). A distribuição é irregular e concentrada no eixo costeiro e urbano (regiões Norte e litoral), enquanto regiões do Sul como Tombali e Quinara enfrentam frequentes interrupções. As perdas na rede e a limitada infraestrutura de transporte reduzem significativamente a eficiência do sistema elétrico.

O consumo de eletricidade no país permanece extremamente baixo (cerca de 0,3 tep/pessoa/ano), e representa apenas cerca de 1% do consumo energético total, dominado pela biomassa (mais de 80–90%). O setor residencial concentra a maior parte do consumo elétrico (mais de 60%), seguido por atividades industriais muito limitadas. O acesso à energia é limitado e desigual: aproximadamente 40% da população de Bissau dispõe de eletricidade, enquanto a nível nacional o acesso ronda apenas 20%, sendo ainda caracterizado por forte irregularidade. A Empresa Pública de Eletricidade e Águas (EAGB) enfrenta desafios estruturais significativos, incluindo perdas técnicas e comerciais superiores a 50% e infraestruturas obsoletas ou inoperacionais. Esta realidade compromete a competitividade económica e limita o desenvolvimento do setor privado.

Relatório Final

O Governo da Guiné-Bissau definiu o setor da eletricidade como uma das suas principais prioridades estratégicas, reconhecendo o seu papel determinante no crescimento económico e na melhoria das condições de vida da população.

Em resposta a estes constrangimentos, o Governo implementou reformas profundas a partir de 2010, no quadro da Carta de Política de Desenvolvimento do Setor Energético. As medidas adotadas centraram-se na expansão do acesso à eletricidade, promoção de investimentos privados (incluindo energias renováveis), revisão da política tarifária e reforço do enquadramento institucional e legal. Destacam-se igualmente a aposta na interligação regional através da OMVG, a mobilização de recursos financeiros significativos e a reestruturação da EAGB, incluindo a perspetiva da sua substituição por uma nova entidade. Paralelamente, foram previstas ações para reforço das capacidades técnicas, combate a ligações ilegais, introdução de sistemas de pré-pagamento e promoção da eficiência energética.

Recursos hídricos

O setor de recursos hídricos, água potável e saneamento na Guiné-Bissau apresenta uma evolução gradual, embora marcada por profundas assimetrias estruturais, territoriais e socioeconómicas. De acordo com os dados do UNICEF através do Inquérito MICS-4/IDSR-2010, cerca de dois terços da população utilizavam fontes de água melhorada em 2010. Contudo, esta média nacional oculta disparidades significativas: enquanto nas zonas urbanas o acesso atingia aproximadamente 84%, nas zonas rurais limitava-se a cerca de 53%.

No domínio do saneamento, a situação revela-se ainda mais crítica. Apenas 5% dos agregados familiares rurais tinham acesso a instalações sanitárias melhoradas, em contraste com 35% nas áreas urbanas. Estes indicadores refletem um défice estrutural persistente no acesso equitativo aos serviços básicos, com consequências diretas na saúde pública, nomeadamente na incidência de doenças de origem hídrica, bem como na produtividade económica e na inclusão social.

Para além dos indicadores quantitativos, importa destacar as implicações sociais associadas ao acesso à água. Nas zonas rurais, a recolha de água continua a ser uma responsabilidade predominantemente feminina, recaindo sobre mulheres e raparigas. Esta realidade traduz-se em longas distâncias percorridas diariamente e em elevado dispêndio de tempo, com impactos negativos na escolarização das raparigas, na alfabetização feminina e no empoderamento económico das mulheres. Assim, o setor da água e saneamento não deve ser analisado apenas como uma infraestrutura básica, mas como um fator transversal de desenvolvimento humano, igualdade de género e redução da pobreza.

Adicionalmente, o setor caracteriza-se por fragilidades institucionais, incluindo limitações na coordenação entre entidades governamentais, insuficiência de recursos humanos qualificados e dependência significativa de financiamento externo. A capacidade de planeamento, execução e

Relatório Final

monitorização das políticas públicas permanece limitada, o que condiciona a expansão e a sustentabilidade dos serviços.

O setor tem sido alvo de intervenções estruturadas que visam melhorar o acesso, a qualidade e a gestão sustentável dos serviços de água e saneamento. Estas intervenções incluem a construção e reabilitação de infraestruturas, como fontanários públicos, sistemas de abastecimento de água canalizada nos principais centros urbanos e a construção de mais de 3.000 latrinas em diferentes regiões do país. Depois, por exemplo, na região de Oio, aproximadamente 62% dos agregados familiares passaram a utilizar instalações sanitárias adequadas, correspondendo a cerca de 13.000 famílias beneficiárias. Este progresso traduz-se numa melhoria significativa das condições de higiene e na redução de riscos sanitários.

Um dos pilares fundamentais das intervenções estruturadas tem sido a institucionalização de comités de gestão comunitária. Estes comités foram criados com o objetivo de assegurar a operação, manutenção e gestão local das infraestruturas, promovendo a apropriação comunitária e reforçando a sustentabilidade dos sistemas. A formação técnica e organizacional dos membros destes comités constitui um elemento central da estratégia, permitindo melhorar a eficiência operacional e reduzir a dependência de intervenções externas.

No entanto, o setor social continua a enfrentar restrições orçamentais significativas, com uma alocação relativamente reduzida de recursos públicos. Esta limitação é agravada pela fraca capacidade institucional e pela escassez de recursos humanos qualificados, bem como por níveis reduzidos de motivação do pessoal técnico. Estes fatores comprometem a qualidade da prestação dos serviços e dificultam a expansão das infraestruturas para zonas mais remotas.

Outro aspeto relevante identificado na análise do setor a nível nacional refere-se à necessidade de reforçar os mecanismos de governação e regulação do setor. A ausência de sistemas robustos de monitorização e avaliação limita a capacidade de acompanhamento dos resultados e de tomada de decisão baseada em evidências. Assim, apesar dos progressos registados, o setor continua a exigir reformas estruturais ao nível institucional e financeiro.

No domínio das infraestruturas, foram construídos e reabilitados sistemas de abastecimento de água em várias regiões, incluindo a instalação de centrais de abastecimento e redes de distribuição. Estas intervenções permitiram melhorar significativamente o acesso das populações a água potável de qualidade. Paralelamente, foram formados técnicos e operadores locais, assegurando a operação contínua dos sistemas e promovendo a transferência de competências.

Um indicador-chave de desempenho refere-se à concessão dos sistemas de água, que atingiu cerca de 90% em 2024. Este resultado demonstra avanços substanciais na gestão e sustentabilidade dos serviços, refletindo uma maior eficiência operacional e um reforço da governação local.

Relatório Final

Adicionalmente, foram realizados diagnósticos socioeconómicos, estudos técnicos especializados e relatórios de monitorização, que permitiram assegurar uma base analítica sólida para a implementação das ações. A validação e o recenseamento das localidades-alvo foram conduzidos pela Direção-Geral dos Recursos Hídricos (DGRH), garantindo a fiabilidade dos dados e a adequação das intervenções às necessidades locais.

Do ponto de vista social, a redução do tempo despendido na recolha de água tem um impacto direto na vida das mulheres e raparigas, permitindo maior participação na educação e em atividades geradoras de rendimento. Este efeito contribui para a promoção da igualdade de género e para o empoderamento feminino. Contudo, persistem desafios ao nível comportamental. Em algumas comunidades, observa-se a continuidade do uso de fontes tradicionais de água, como poços não protegidos e água da chuva, apesar dos riscos associados. Este fenómeno evidencia a necessidade de reforçar as ações de sensibilização e educação sanitária, de modo a promover mudanças duradouras de comportamento.

Saúde e Nutrição

Os setores de saúde e nutrição na Guiné-Bissau permanecem frágeis e fortemente condicionada por fatores estruturais, económicos e institucionais. O país apresenta indicadores de saúde entre os mais baixos da África Ocidental, com elevada mortalidade materna e infantil, acesso limitado a serviços de saúde de qualidade e forte dependência de apoio externo para o funcionamento do sistema sanitário. A esperança de vida no país é significativamente mais baixa, situando-se em torno dos 50–52 anos, enquanto vários países da sub-região registam valores próximos ou superiores a 58 anos. A cobertura dos serviços é desigual, sobretudo nas zonas rurais e insulares, onde persistem dificuldades de acesso geográfico, escassez de recursos humanos e insuficiência de infraestruturas.

No domínio da nutrição, a Guiné-Bissau enfrenta níveis elevados de desnutrição crónica e aguda, particularmente entre crianças menores de cinco anos e mulheres grávidas ou lactantes. A insegurança alimentar recorrente, a pobreza estrutural, as más práticas alimentares e a incidência de doenças contribuem para um quadro de vulnerabilidade nutricional persistente, agravado por choques climáticos, flutuações de preços e instabilidade política.

Nos últimos anos, esforços coordenados entre o Estado e parceiros técnicos e financeiros permitiram alguns avanços, nomeadamente através do SISSAN, da vigilância nutricional comunitária e da expansão de consultas nutricionais. No entanto, os progressos continuam frágeis e dependentes de projetos, sendo necessário reforçar de forma sustentável a integração entre saúde, nutrição, segurança alimentar, água e saneamento, bem como a capacidade institucional para garantir respostas duráveis e equitativas às necessidades da população.

No que respeita à eficácia, a Ação Kumé-Dritu alcançou resultados globalmente satisfatórios, tanto no reforço das capacidades institucionais como na melhoria do acesso da população a serviços de nutrição. A consolidação do SISSAN como sistema nacional de referência permitiu assegurar a recolha, análise e

Relatório Final

utilização regulares de dados de segurança alimentar e nutricional em todas as regiões do país, reforçando a capacidade do Governo para uma tomada de decisão informada. A realização de oito (8) avaliações nacionais de segurança alimentar, número superior à meta inicialmente prevista, evidencia a robustez técnica instalada e a capacidade de adaptação da Ação a contextos voláteis, incluindo crises climáticas, institucionais e sanitárias. Na vertente da nutrição, a retoma das consultas nutricionais gratuitas em 2022, com cerca de 17.500 atendimentos num único ano, constituiu um avanço significativo na prevenção e deteção precoce da malnutrição. As campanhas de sensibilização comunitária, apoiadas por rádios locais, meios de comunicação social e eventos nacionais, contribuíram para reforçar o conhecimento sobre práticas alimentares saudáveis. Contudo, a inexistência de um sistema estruturado de seguimento das mudanças de comportamento alimentar limitou a capacidade de demonstrar, de forma mensurável, a evolução das dietas da população ao longo do período da intervenção.

Em termos de eficiência, a Ação demonstrou uma gestão adaptativa e racionalizada dos recursos, conseguindo manter elevados níveis de desempenho mesmo num context marcado pelas restrições da pandemia da COVID-19. O recurso ao mVAM permitiu assegurar a continuidade da recolha de dados sem aumento significativo de custos, ao mesmo tempo que ampliou a cobertura territorial e a frequência de monitorização. A digitalização dos processos, através do uso do ODK e de plataformas DataViz, reduziu a carga logística, acelerou o fluxo de informação entre instituições e diminuiu o risco de erros operacionais, aumentando a produtividade global do sistema. A coordenação eficaz entre ministérios, agências das Nações Unidas, rádios comunitárias e instituições locais evitou duplicações, potenciou sinergias e permitiu alcançar resultados mais amplos com os mesmos recursos financeiros e humanos, evidenciando uma utilização prudente e eficaz dos meios disponíveis.

No que se refere à sustentabilidade, a Ação lançou bases institucionais relevantes, em particular através do reforço do SISSAN, da capacitação de quadros técnicos nacionais e da institucionalização de instrumentos como o Quadro Harmonizado, o mVAM e os sistemas digitais de recolha e análise de dados. Estes elementos aumentam a probabilidade de continuidade dos benefícios após o fim do apoio direto do projeto. No entanto, a sustentabilidade permanece condicionada por fatores estruturais, nomeadamente a forte dependência de financiamento externo, a fragilidade orçamental do Estado e a rotatividade dos recursos humanos. A ausência de um mecanismo nacional de financiamento regular para o funcionamento do SISSAN e para a manutenção das consultas nutricionais limita a apropriação plena e a perenidade dos resultados. Assim, embora a Ação tenha contribuído de forma significativa para criar capacidades e sistemas duráveis, a sustentabilidade a médio e longo prazo dependerá do reforço do compromisso institucional, da mobilização de recursos internos e da integração efetiva destas funções nas políticas públicas e nos orçamentos nacionais.

As ações implementadas no domínio da saúde e nutrição produziram resultados relevantes, sobretudo ao nível do reforço dos serviços nutricionais e da melhoria dos sistemas de informação e coordenação.

Relatório Final

A consolidação do SISSAN permitiu a produção regular de análises de segurança alimentar e nutricional, apoiando decisões governamentais e a resposta a situações de crise. A retoma e expansão das consultas nutricionais gratuitas, nomeadamente a partir de 2022, contribuiu para a deteção precoce e o encaminhamento de casos de malnutrição, com especial incidência em crianças menores de cinco anos e mulheres grávidas ou lactantes. Paralelamente, as campanhas de sensibilização desenvolvidas a nível comunitário e através dos meios de comunicação reforçaram o conhecimento da população sobre práticas alimentares adequadas, prevenção da malnutrição e cuidados básicos de saúde.

As perspetivas de impacto das ações em saúde e nutrição são positivas a médio prazo, na medida em que o reforço dos serviços e da vigilância nutricional cria condições para a redução progressiva da malnutrição, da morbilidade associada e da vulnerabilidade alimentar das populações. A disponibilização regular de dados fiáveis através do SISSAN aumenta a capacidade do Estado e dos parceiros para antecipar crises, direcionar melhor os recursos e ajustar intervenções, potenciando impactos mais duradouros. No entanto, a materialização plena destes impactos depende da continuidade dos serviços, da integração efetiva da nutrição nos cuidados de saúde primários e da articulação com outros setores determinantes, como agricultura, água, saneamento e proteção social.

No que se refere à sustentabilidade, as ações lançaram bases institucionais importantes, nomeadamente através da capacitação de recursos humanos nacionais, da institucionalização de mecanismos de monitorização nutricional e da adoção de ferramentas digitais. Estes elementos aumentam a probabilidade de continuidade dos benefícios após o fim do apoio direto dos projetos. Contudo, a sustentabilidade permanece fragilizada pela forte dependência de financiamento externo, pela limitação dos recursos orçamentais nacionais e pela rotatividade do pessoal de saúde. A ausência de um financiamento público regular e suficiente para assegurar a continuidade das consultas nutricionais e do funcionamento pleno do SISSAN constitui um risco significativo. Assim, a sustentabilidade a médio e longo prazo exigirá maior apropriação institucional, reforço do financiamento interno e integração das ações de nutrição nas políticas públicas e nos planos nacionais de saúde.

ANEXO 10: SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ELEMENTOS DE ENGENHARIA VERDE APLICADOS ÀS INFRAESTRUTURAS

A construção e reabilitação de estradas rurais em contextos tropicais e subtropicais colocam desafios significativos relacionados com saturação hídrica, instabilidade de taludes, erosão acelerada e ocorrência crescente de eventos climáticos extremos. A experiência acumulada em vários países no continente africano mostra que a resiliência destas infraestruturas passa por a combinação de soluções de engenharia e bioengenharia, associadas a sistemas de monitorização contínua e a medidas de proteção ambiental adaptadas a ecossistemas sensíveis, como o ecossistema de mangal. Este apêndice quer propor **boas práticas** documentadas em Moçambique, Etiópia, Uganda e Serra Leoa que possam servir como recomendação para futuras intervenções na Guiné-Bissau.

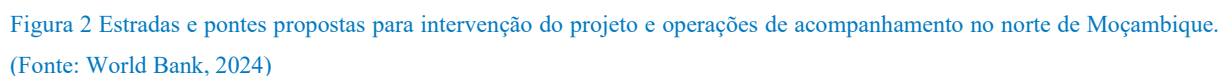
Boas práticas de engenharia e bioengenharia

Moçambique: integração estrada-paisagem e reabilitação com soluções naturais

Nos últimos anos, Moçambique consolidou uma abordagem inovadora para estradas vulneráveis a cheias. O projeto “Climate Resilient Roads for the North”, financiado pelo Banco Mundial com cerca de 400 000 000 USD e implementado no norte do país, introduziu técnicas que articulam engenharia civil com bioengenharia para reduzir erosão e prolongar a vida útil das vias.

Após os ciclones Idai e Kenneth, várias estradas foram reconstruídas integrando estabilização vegetal com espécies adaptadas a solos saturados. Esta vegetação atua como reforço natural, reduzindo o escoamento superficial e diminuindo a necessidade de estruturas dispendiosas como gabões. Em zonas críticas, valetas foram reforçadas com geotêxteis biodegradáveis que facilitam a regeneração de vegetação ripícola. Os dissipadores de energia incorporaram plantas estabilizadoras para controlar velocidades de escoamento.

A estabilização de taludes com vegetação adaptada a solos saturados, complementada por geotêxteis biodegradáveis e dissipadores de energia vegetados, implica custos relativamente modestos (inferiores a alguns milhares de dólares por quilómetro) quando comparados com o montante necessário para reparar erosões graves ou reconstruir troços danificados após chuvas intensas. Os benefícios, contudo, são significativamente superiores, incluindo redução das intervenções de emergência, diminuição da sedimentação em valetas, prolongamento da vida útil do pavimento e maior proteção contra a degradação associada ao escoamento superficial. Estes ganhos traduzem-se muitas vezes numa redução de 20 a 40% dos custos de manutenção ao longo do ciclo de vida da estrada.



Etiópia: estradas como infraestruturas de gestão hídrica e restauração de paisagens

Uma das principais contribuições deste movimento consiste precisamente nos estudos das abordagens de construção de infraestrutura rodoviária a adotar em diferentes contextos geográficos. Na abordagem adaptativa, as estradas são construídas de forma convencional, com medidas de gestão da água e de proteção da paisagem integradas de forma sistemática nos programas de construção e manutenção. Na abordagem proativa as estradas estão otimizadas para objetivos de gestão da água, incluindo a captação

Relatório Final

de água, ou a gestão da erosão. Tanto as abordagens adaptativas como as proativas geram benefícios triplos. Em primeiro lugar, reduzem os danos relacionados com a água nas estradas. Em segundo lugar, minimizam ou reverterem os impactos negativos das estradas na paisagem envolvente, como inundações, encharcamento e degradação dos solos. Em terceiro lugar, gerem a água de forma benéfica, seja em benefício dos utilizadores próximos da estrada, seja melhorando a sustentabilidade dos recursos hídricos, reduzindo os riscos de desastres, ou através de uma combinação destes benefícios.

Abaixo apresenta-se a tabela a seguir, que sintetiza os níveis de resiliência rodoviária em diferentes geografias segundo a abordagem adotada.

Geografia	Resiliência básica: Protetora	Resiliência 1: Adaptativa	Resiliência 2: Proativa
	Objetivo principal: proteger a infraestrutura rodoviária	Objetivo principal: aproveitar ao máximo e adaptar-se às mudanças hidrológicas introduzidas pela estrada	Objetivo principal: redesenhar a infraestrutura rodoviária para otimizar a gestão da água e a resiliência climática da área, muitas vezes em benefício dos meios de subsistência
Áreas Semiáridas	Medidas na bacia hidrográfica para reduzir danos causados pela água nas estradas.	Uso do escoamento guiado pelas estradas para recarga e armazenamento; proteção da bacia a montante.	Projetar estradas e drenagem para captar escoamento e conduzir a áreas de recarga.
Bacias e Microbacias	Proteção da bacia para proteger a infraestrutura rodoviária.	Proteção da bacia para proteger a infraestrutura rodoviária (continuação).	Planejar traçado e drenagem para apoiar a gestão da bacia.
Zonas Costeiras e Planícies de Inundação	Aumentar altura de diques rodoviários para lidar com cheias mais altas.	Converter estradas vicinais para gestão do nível da água usando comportas.	Estradas com aterros baixos e passagens controladas; desenvolver diques; usar estradas para acreditação de terras.
Áreas de Média e Alta Altitude	Travessias seguras, proteção, drenagem adequada; reconsiderar traçado; treinar rios de montanha.	Retenção de água e técnicas de manejo; estabilizar a bacia; gestão de nascentes.	Usar corte e aterro; respeitar declives; combinar estradas com armazenamento e estabilização de torrentes.
Áreas Desérticas	Revegetação e estabilização de dunas com escoamento rodoviário.	Desenvolver pequenos oásis usando escoamento para depressões.	Ajustar alinhamento das estradas para controlar formação de dunas.

Tabela 3 Níveis de resiliência rodoviária em diferentes geografias. (Fonte: MetaMeta, (www.roadsforwater.org))

Em Etiópia, estudaram os impactos da utilização de estradas rurais para recolher o escoamento da água da chuva e os fatores que levaram os agricultores a adotar essa prática.

Relatório Final

A captação de água nas estradas é considerada um mecanismo possível para a adaptação transformadora às alterações climáticas. Ao captar sistematicamente a precipitação com infraestruturas rodoviárias rurais, os danos nas estradas causados pela chuva são reduzidos, a erosão e a degradação da paisagem devido ao desenvolvimento rodoviário são diminuídas e os rendimentos agrícolas aumentam devido ao uso benéfico da água captada, resultando numa maior resiliência às alterações climáticas.

As soluções adotadas previam a criação de valetas que alimentam bacias de infiltração, microbarragens e charcas. Estas soluções, tomadas em fase de planificação, acrescentam apenas 5 a 15% aos custos normais de drenagem. Contudo, os benefícios registados foram vastos: redução da força das enxurradas sobre a estrada, aumento da recarga de aquíferos, reforço da segurança hídrica na estação seca, maior produção agrícola nas zonas beneficiadas e menor necessidade de manutenção corretiva em taludes e valetas. Em encostas instáveis, foram adotadas barreiras vivas com espécies resistentes à seca (ex.: *vetiver grass*), cuja raiz profunda atua como reforço natural dos taludes. Esta técnica reduziu os custos de manutenção até 60% em comparação com soluções exclusivamente de engenharia.

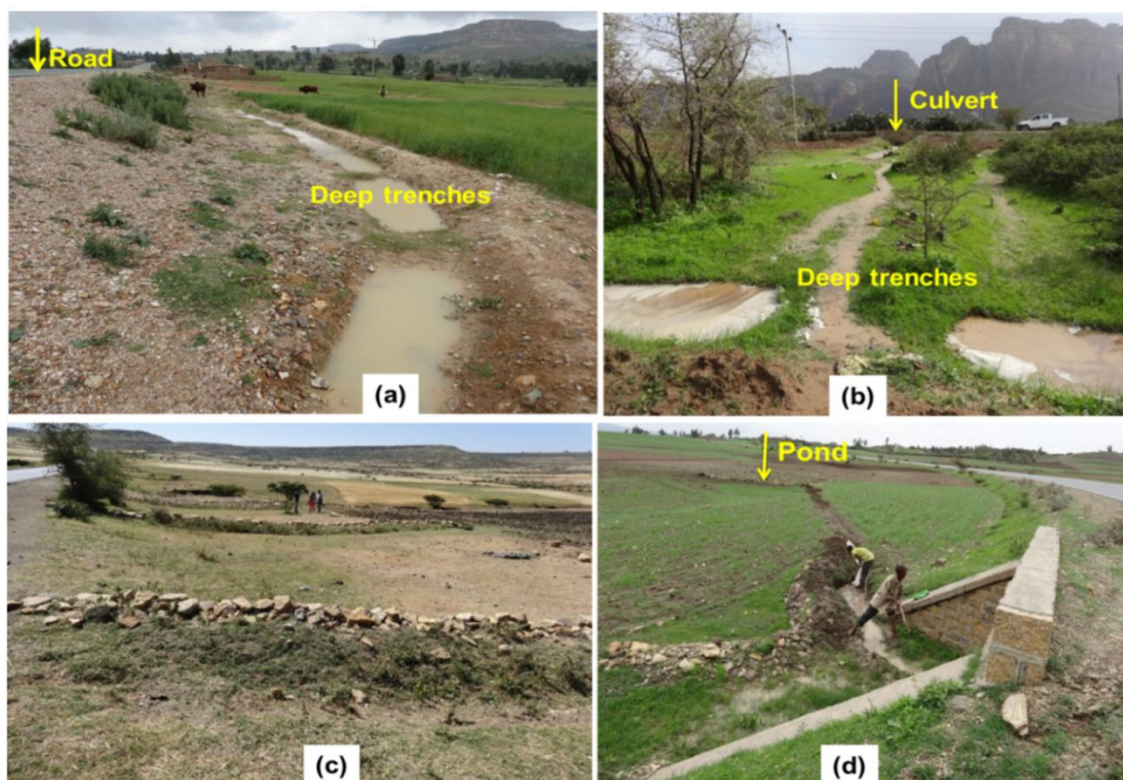


Figura 3 Exemplos dos diferentes tipos de captação de água das estradas implementados no norte da Etiópia: Canalização da água das estradas para uma série de valas profundas para aumentar a humidade do solo e recarregar as águas subterrâneas (a,b); canalização da água da berma da estrada para terras agrícolas (sem valas) para aumentar as águas subterrâneas (a,b); canalização da água da berma da estrada para terras agrícolas (sem valas) para aumentar a humidade e a produtividade do solo (c); e a água da passagem hidráulica é armazenada em lagoas para uso da água superficial e recarga das águas subterrâneas (d). (Fonte:

Relatório Final

Adoption of Road Water Harvesting Practices and Their Impacts: Evidence from a Semi-Arid Region of Ethiopia, 2020, MDPI, Basel, Switzerland)

A eficácia desta abordagem deriva da sua integração em programas de gestão de bacias hidrográficas e da sua aceitação comunitária, que permite que as estruturas de infiltração e retenção sejam mantidas de forma contínua. A replicação exige coordenação entre vários setores (transportes, agricultura e recursos hídricos) mas é particularmente adequada a regiões sujeitas a variações sazonais de água, oferecendo soluções naturalizadas e de baixo custo para problemas crónicos de erosão e escassez.

Boas práticas de monitorização

Uganda: monitorização hidráulica focada na drenagem e no comportamento dos solos

O Uganda desenvolveu uma abordagem particularmente relevante para contextos de solos moles e vias sujeitas a alagamento, muito semelhante aos ambientes das zonas húmidas e bolanhas. A Uganda National Roads Authority (UNRA) implementou um sistema de monitorização que coloca a drenagem no centro da resiliência rodoviária. Durante e após chuvas intensas, são observados parâmetros como a capacidade hidráulica real das obras de drenagem em comparação com a capacidade projetada, a velocidade dos fluxos de água nas saídas, a erosão nas margens dos canais e o nível de sedimentação. Esta observação direta permite identificar bueiros insuficientes, barramentos acidentais, depósitos de sedimentos que reduzem o fluxo e pontos onde a erosão ameaça comprometer a estrada.

Além da observação direta, foram desenvolvidos mapas de vulnerabilidade hidroclimática que classificam estradas de acordo com a sua exposição a cheias, erosão ou saturação prolongada. Estes mapas são atualizados anualmente com dados recolhidos durante a estação chuvosa, permitindo ajustar prioridades e orientar intervenções estratégicas.

A iniciativa, reforçou ainda a capacidade institucional através de programas de formação para equipas distritais. Técnicos locais são formados para avaliar a saturação do subleito, identificar *rutting* precoce e analisar o comportamento de aterros sob carga durante eventos de chuva. Esses conhecimentos técnicos têm um impacto direto na precisão das decisões de manutenção e adaptação, permitindo intervenções baseadas em diagnósticos rigorosos.

Este caso de estudo mostra como os custos da formação técnica das equipas distritais e na produção de mapas SIG, constituem um investimento pequeno comparado com o impacto positivo na redução de falhas graves associadas a drenagem insuficiente. Os benefícios incluem melhor priorização de investimentos, intervenções mais precisas e diminuição das reabilitações de grande escala que resultam de falhas acumuladas não detetadas. A sustentabilidade depende da institucionalização da produção de mapas e da recolha de dados dentro da UNRA, bem como da colaboração com universidades e centros de pesquisa que possam apoiar análises de longo prazo. A replicação desta abordagem requer capacidade

Relatório Final

mínima de SIG e pode ser implementada progressivamente, começando por bacias hidrográficas ou estradas já identificadas como críticas.

Boas práticas de proteção ambiental

Serra Leoa: experiências estruturantes em gestão de mangais

Desde finais dos anos 2000, Serra Leoa tem vindo a desenvolver um quadro progressivamente mais estruturado para a conservação de zonas húmidas costeiras e mangais, no contexto de uma forte pressão antrópica associada à expansão agrícola, à exploração de recursos florestais e à ausência histórica de mecanismos formais de gestão destes ecossistemas. A experiência acumulada permite identificar um conjunto de boas práticas que contribuíram de forma decisiva para a proteção dos mangais e para a integração da conservação nos processos de planeamento territorial e de desenvolvimento local.

O “*Wetlands Conservation Project*”, com um financiamento de 3 800 000 USD, apoiado pelo Banco Mundial e pelo GEF, representa a primeira tentativa estruturada de integrar a conservação de mangais e outras zonas húmidas num quadro nacional coerente em Serra Leoa. O projeto concentrou-se em dois sítios prioritários: o Sierra Leone River Estuary e o complexo interior de Mamunta-Mayosso. A ação central deste projeto consistiu na criação de um sistema formal de planeamento e gestão participativa, que incluiu a delimitação progressiva dos sítios de conservação, a elaboração de planos de gestão específicos e a aplicação sistemática dos instrumentos de salvaguarda ambiental e social do Banco Mundial. Estes instrumentos asseguraram que qualquer intervenção, incluindo pequenas infraestruturas de acesso, atividades produtivas ou usos tradicionais, fosse previamente avaliada quanto aos seus impactos sobre os mangais, a hidrologia e os meios de subsistência locais. O projeto estabeleceu ainda mecanismos claros de consulta com autoridades tradicionais e comunidades, reconhecendo explicitamente a dependência económica local dos mangais e integrando medidas de mitigação e compensação quando o acesso a recursos fosse restringido. Esta abordagem criou uma base institucional sólida para a proteção de mangais, reduzindo a degradação causada por exploração descontrolada e introduzindo critérios técnicos replicáveis para futuras intervenções em zonas costeiras sensíveis.



Foto 1 Paisagem de mangais na Serra Leoa. (Copyright: Envizage Concepts)

O “*Sierra Leone Biodiversity Conservation Project*”, financiado pelo GEF, antecedeu o WCP e forneceu a base conceptual e institucional para a inclusão explícita dos mangais no sistema nacional de conservação. O projeto contribuiu para reconhecer formalmente a importância dos mangais enquanto habitats-chave para biodiversidade, proteção costeira e produtividade pesqueira. Esta priorização permitiu enquadrar os mangais como recursos ambientais de relevância nacional e internacional, justificando investimentos em planeamento, monitorização e capacitação institucional. Também se promoveu o reforço das capacidades técnicas das instituições responsáveis pela conservação, criando condições para que projetos posteriores.

Como complemento operacional às abordagens estratégicas dos projetos acima mencionados, a experiência de restauração comunitária de mangais na Baía de Yawri ilustra uma boa prática de implementação no terreno. Com apoio do projeto PAPBio através da Wetlands International, comunidades locais foram envolvidas diretamente na restauração de quatro hectares de mangal degradado, utilizando técnicas simples de replantação adaptadas às condições locais.

Conclusões

Este apêndice analisou boas práticas africanas em matéria de infraestruturas viárias rurais resilientes, com enfoque na combinação entre engenharia, bioengenharia, monitorização e proteção ambiental em contextos caracterizados por chuvas intensas, solos saturados e ecossistemas sensíveis. À luz dos resultados do Programa Ianda Guiné! e dos desafios estruturais observados na Guiné-Bissau, estas

Relatório Final

experiências fornecem indicações concretas para a conceção de futuras ações financiadas pela União Europeia e outros parceiros, permitindo passar de uma lógica predominantemente reativa para uma abordagem preventiva e adaptativa.

No domínio da engenharia e bioengenharia, a experiência de Moçambique demonstra que soluções simples, como estabilização vegetal de taludes, uso de geotêxteis biodegradáveis e dissipadores de energia vegetados, podem ser integradas em futuros projetos de reabilitação rodoviária com custos adicionais limitados e benefícios significativos ao longo do ciclo de vida da estrada. Na Guiné-Bissau, estas práticas seriam particularmente relevantes em estradas rurais localizadas em planícies aluviais e áreas com solos moles, onde a erosão superficial e a instabilidade dos aterros são recorrentes. Futuras ações da UE poderiam, por exemplo, prever secções-tipo de estrada adaptadas a estes contextos, incorporando desde o projeto soluções de bioengenharia como requisito técnico e não como medida acessória.

Relativamente à gestão da água e drenagem, as abordagens desenvolvidas na Etiópia no âmbito de Green Roads for Water oferecem ensinamentos diretamente transferíveis para a Guiné-Bissau. Em particular, a conceção de sistemas de drenagem que não se limitem a afastar rapidamente a água da estrada, mas que a conduzam de forma controlada para zonas de infiltração, retenção temporária ou uso produtivo, é especialmente pertinente num contexto em que as alterações climáticas tendem a intensificar eventos de precipitação extrema. Em áreas da Guiné-Bissau com elevado risco hidráulico, como zonas costeiras, estuários e corredores agrícolas em bolanhas, futuros programas poderiam testar soluções como valetas direcionadas para bacias de infiltração, travessias hidráulicas múltiplas em estradas elevadas e dispositivos simples de dissipação de energia, reduzindo simultaneamente os danos nas estradas e o risco de inundação a jusante.

No que respeita à monitorização e gestão operacional, o caso do Uganda evidencia a importância de institucionalizar a observação sistemática do desempenho hidráulico das estradas durante a estação das chuvas. Para a Guiné-Bissau, isto sugere que futuros programas devem incluir explicitamente componentes de monitorização pós-chuva, com formação de equipas técnicas distritais e utilização de instrumentos simples de recolha de dados.

Finalmente, as experiências de proteção ambiental e gestão de mangais em Serra Leoa sublinham que a sustentabilidade das infraestruturas viárias em zonas húmidas depende da articulação entre obras físicas e governação ambiental. Na Guiné-Bissau, onde mangais e bolanhas desempenham um papel central na regulação hidrológica e na segurança alimentar, futuras intervenções deveriam integrar desde o início salvaguardas ambientais operacionais, como a proteção da conectividade hidrológica, e a limitação de aterros contínuos. Estas medidas reduzem riscos ambientais, mas também protegem diretamente as próprias estradas contra erosão, encharcamento e perda de suporte estrutural.

Relatório Final

Em síntese, as boas práticas analisadas apontam para recomendações claras para futuros programas da UE e outros doadores na Guiné-Bissau: integrar a gestão da água como eixo central do desenho rodoviário; reforçar a monitorização e a manutenção preventiva como componentes estruturais do investimento; e alinhar as intervenções viárias com a gestão sustentável dos ecossistemas sensíveis. A incorporação sistemática destes princípios aumentaria a durabilidade das infraestruturas, a eficiência do investimento público e a resiliência dos territórios face às alterações climáticas.

Referências bibliográficas

AfCAP / ReCAP (UK Aid). (2016-2019). Low Volume Roads and Climate Resilience in Sub-Saharan Africa. Africa Community Access Partnership (AfCAP), London.

FAO. (2018). Mangrove Restoration: Guidelines and Best Practices. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

GEF / World Bank. (2003). Sierra Leone Biodiversity Conservation Project: Project Appraisal Document. Washington, DC.

Paige-Green, P., Verhaeghe, B., & Head, M. (2019). Climate Adaptation: Risk Management and Resilience Optimisation for Vulnerable Road Access in Africa – Engineering Adaptation Guidelines (ReCAP Project GEN2014C). London: ReCAP for DFID.

UNEP. (2014). The Importance of Mangroves to People: A Call to Action. Nairobi: United Nations Environment Programme.

UNRA – Uganda National Roads Authority. (2014; 2017; 2019). Road Maintenance Manuals and Drainage Guidelines. Kampala: UNRA.

van Steenberg, F., Arroyo-Arroyo, F., Rao, K., Alemayehu Hulluka, T., Woldearegay, K., & Deligianni, A. (2021). Green Roads for Water: Guidelines for Road Infrastructure in Support of Water Management and Climate Resilience. International Development in Focus. Washington, DC: World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1677-2>

Woldemariam, G. W., et al. (2020). Adoption of Road Water Harvesting Practices and Their Impacts: Evidence from a Semi-Arid Region of Ethiopia. Sustainability, 12(24), 10364. <https://doi.org/10.3390/su122410364>

World Bank. (2010-2022). Uganda Road Sector Development Program: Project Appraisal Documents and Implementation Completion Reports. Washington, DC.

World Bank. (2024). Project Appraisal Document on a Proposed Grant to the Republic of Mozambique for a Climate Resilient Roads for the North Project (Report No. PAD00242). Washington, DC: International Development Association.

Relatório Final

World Bank / GEF. (2006). Sierra Leone – Wetlands Conservation Project: Project Appraisal Document. Washington, DC.

ANEXO 11: RESULTADOS DO INQUÉRITO

RELATÓRIO INQUÉRITO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA IANDA GUINÉ

Introdução

Nos termos de referência foi estabelecido a necessidade de realizar uma pesquisa para compreender os efeitos do programa Ianda Guiné no âmbito das ações de produção agrícola. No entanto, no contexto da avaliação, foi proposto aproveitar a oportunidade para ampliar o alcance da pesquisa com o objetivo de entender o impacto de todas as ações nas comunidades beneficiárias.

Objetivo

Esta pesquisa teve um duplo objetivo:

Contribuir para a resposta a determinados aspectos das perguntas de avaliação;

Complementar alguns indicadores do quadro lógico, tudo isso por meio dos testemunhos diretos das pessoas beneficiárias, de forma direta ou indireta.

Metodologia

O trabalho de campo decorreu entre os dias 16 de outubro e 5 de novembro do corrente ano, abrangendo as quatro regiões definidas segundo os seguintes critérios de seleção:

Critério geográfico de seleção de regiões

Considerando que o programa implementou 8 ações distintas em 9 regiões do país, por motivos de limitação de recursos temporais e financeiros, optou-se por selecionar apenas 4 regiões para a realização do inquérito, utilizando como critério a representação completa ou quase completa das ações.

	SAB	Oio	Bafatá	Tombali	Cacheu	Bolama/ Bijagós	Gabu	Quinara	Biombo
Arrus	X	X	X	X	X				
Djuntu	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estradas		X		X				X	
Galinhas	X	X	X		X		X		X
Hortas	X	X			X				
Kume drito	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lus ku iagu		X	X	X		X			
Saudi	X	X	X		X	X		X	X

As regiões selecionadas foram: **SAB, Oio, Bafatá y Tombali**

Relatório Final

Essas regiões foram priorizadas por concentrarem o maior número de ações implementadas, o que permite obter uma amostra diversificada de beneficiários expostos a diferentes tipos de intervenção.

A amostra total foi definida em 400 inquéritos. A distribuição por região foi feita de forma proporcional ao número de ações implementadas em cada uma:

Região	Nº de ações	Nº de inquéritos
SAB	7	100
Oio	8	133
Bafatá	6	100
Tombali	5	67
Total		400

Isso garante uma representação equilibrada em relação à intensidade do programa em cada local.

Método de seleção das famílias entrevistadas

A seleção das famílias foi realizada através de uma amostragem não probabilística mista, utilizando duas principais técnicas:

Amostragem por conveniência: foi feito contato inicial com pessoas identificadas como participantes de atividades comunitárias do programa (como reuniões, formações, comitês locais), cujos dados de contato estão disponíveis pelas instituições implementadoras.

Amostragem por bola de neve (snowball sampling): a partir dos primeiros entrevistados, será solicitado que indiquem ou recomendem outras famílias que tenham participado ou se beneficiado das ações do programa em suas comunidades. Essa técnica é especialmente útil em contextos em que não existem registros completos de beneficiários.

Limitações

Embora o plano inicial previsse a aplicação de 400 questionários, não foi possível alcançar esse número devido ao atraso na disponibilização de informações e contatos por parte de algumas organizações responsáveis pelas ações, o que limitou o acesso a determinados beneficiários dentro do período útil da missão. O início da campanha eleitoral constituiu igualmente um fator condicionante da recolha de dados no terreno, uma vez que aumentou significativamente o risco de que o trabalho fosse associado a questões de natureza política, levando a equipa a adotar uma abordagem mais cautelosa na mobilização comunitária.

Relatório Final

Ainda assim, a equipa conseguiu aplicar um total de 375 inquéritos, número considerado suficientemente representativo para permitir análises fiáveis e coerentes com os objetivos da avaliação. O trabalho realizado fornece uma visão abrangente sobre o grau de conhecimento e participação das comunidades no programa, os progressos registados nas áreas de agricultura, avicultura, horticultura, água e saneamento, infraestruturas, segurança alimentar e organização comunitária, bem como a perceção dos beneficiários quanto às transformações socioeconómicas promovidas pelo Ianda Guiné. As secções seguintes apresentam a análise de cada uma das componentes inquiridas do programa. A primeira secção descreve o perfil geral dos inquiridos, enquanto as restantes desenvolvem a análise específica de cada uma das ações avaliadas.

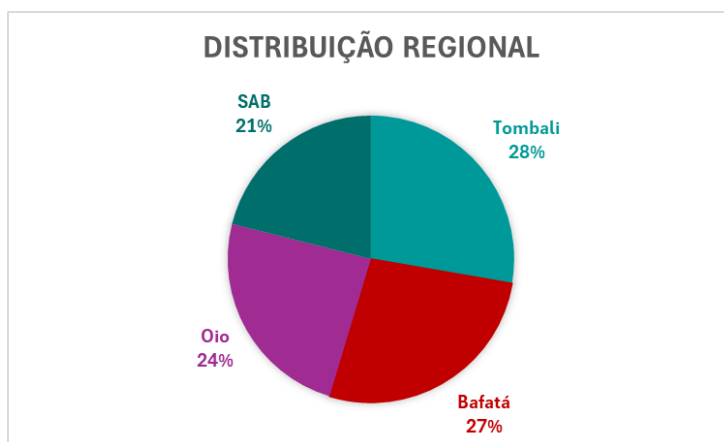
AMOSTRA E DEMOGRAFIA

A dimensão estipulada de 400 inquéritos garantiria a representatividade da população de beneficiários diretos (226 000), com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 4,9%. Contudo, tendo sido efetivamente validados 375 inquéritos, a margem de erro real fixou-se nos 5%.

Importa, ainda assim, ressaltar que nem todas as famílias inquiridas participaram na totalidade das ações. Como se poderá verificar mais adiante, algumas secções contam com um número muito reduzido de respostas. Por conseguinte, os subgrupos de dados relativos a algumas dessas ações perdem a sua representatividade estatística (per se), assumindo um carácter meramente indicativo, facto que será devidamente assinalado em cada secção.

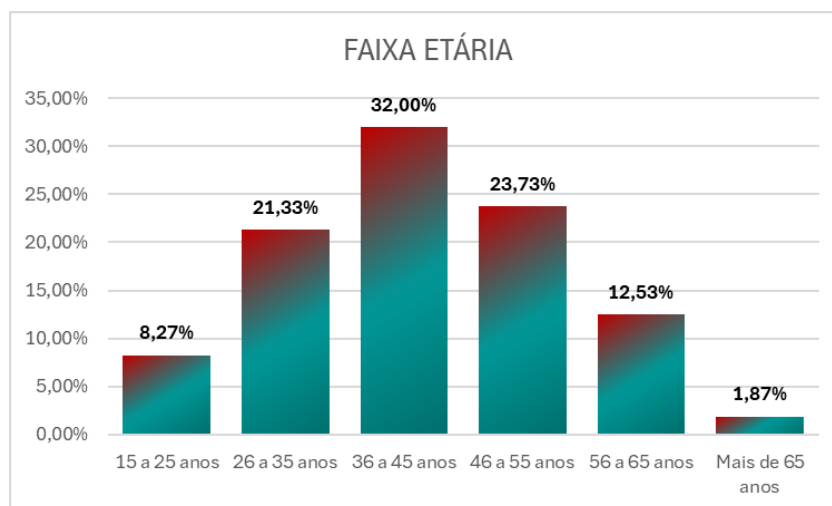
Por tanto, A amostra total ascende a 375 respondentes. Com uma distribuição regional baseada no alcance do projeto nessas regiões.

A distribuição geográfica mostra uma maior participação em Tombali (104 respondentes, 27,73%), seguido de Bafatá (101, 26,93%), Oio (91, 24,27%) e SAB (79, 21,07%).

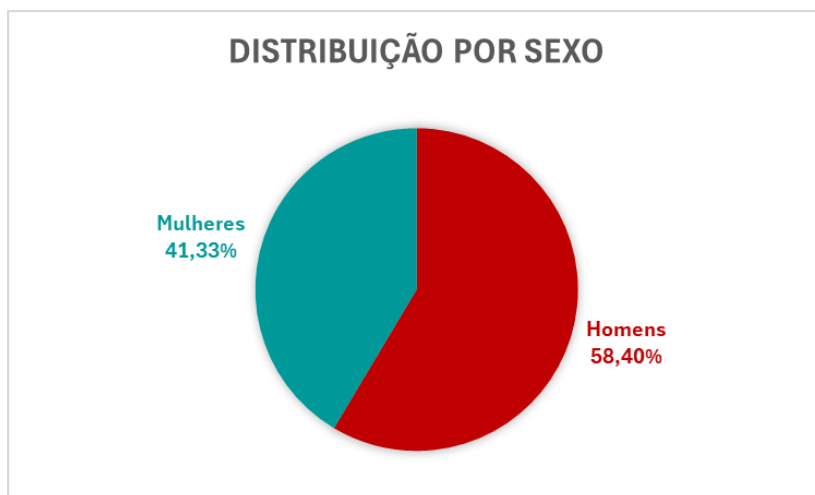


Relatório Final

A distribuição por idade destaca o predomínio de adultos em idade produtiva: 36-45 anos (120, 32,00%), 46-55 anos (89, 23,73%) e 26-35 anos (80, 21,33%). Grupos juvenis (15-25 anos, 8,27%) e de idosos (mais de 65 anos, 1,87%) mostram baixa participação, sugerindo um foco em populações economicamente ativas, possivelmente influenciado pela natureza rural e agrícola da amostra.

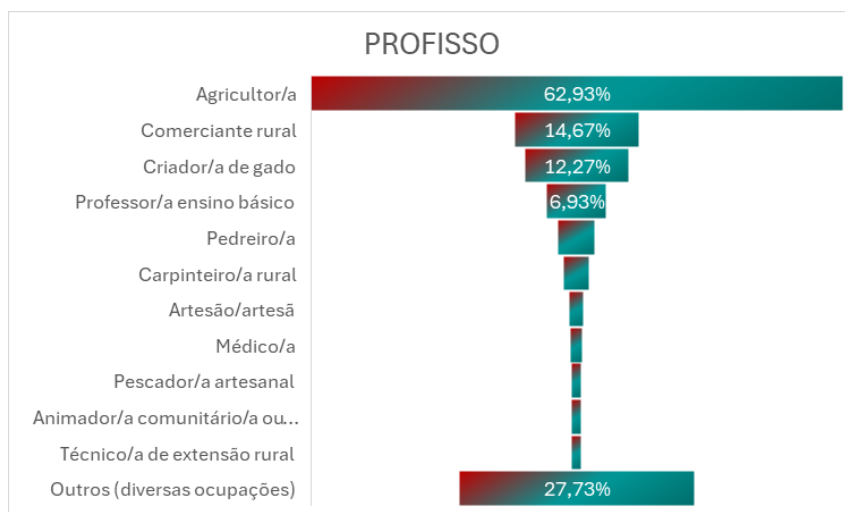


Observa-se uma ligeira predominância masculina (219 homens, 58,40%) face à feminina (155 mulheres, 41,33%). Esta disparidade pode refletir barreiras de engajamento para as mulheres em contextos rurais, onde papéis tradicionais podem limitar a sua participação em inquéritos ou atividades projetuais.



O sector agrícola domina com 236 respondentes (62,93%), seguido de comerciante rural (14,67%) e criador de gado (12,27%). Profissões como médico (1,33%) ou pescador artesanal (1,07%) são minoritárias, destacando a base económica rural da amostra. Um 27,73% caem em "outros", indicando diversificação funcional, mas com baixa frequência individual.

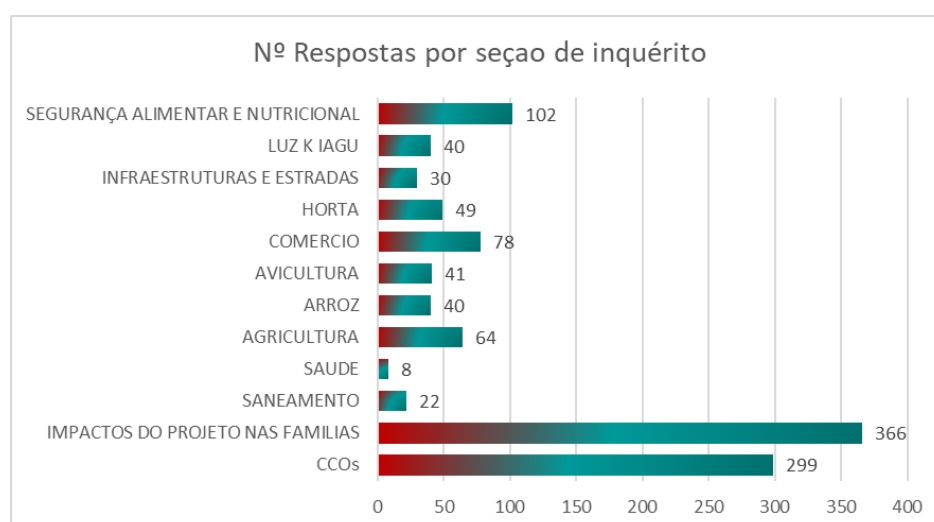
Relatório Final



As famílias apresentam uma média de 11,85 pessoas por domicílio, com alta variabilidade típica de entornos rurais. Há equilíbrio em crianças (média 3,08, M/F), mas as mulheres adultas são ligeiramente mais numerosas (3,04 vs. 2,70 homens), o que pode relacionar-se com padrões demográficos locais

O inquérito, concebido para responder ao seu duplo objetivo, foi estruturado em 12 secções distintas, com o intuito de explorar de forma abrangente as diversas atividades e impactos do Ianda Guiné.

Deste modo, nos resultados apresentados neste relatório, as percentagens indicadas em cada secção referem-se exclusivamente aos números de respostas obtidos nessa secção específica. É fundamental ter em conta esta variabilidade no número de respostas (que oscila entre 8 e 366 respostas por secção, totalizando 1.139 respostas), pois influencia diretamente a representatividade e a fiabilidade estatística das análises: secções com maior participação oferecem maior robustez interpretativa, enquanto as de menor dimensão requerem cautela para evitar enviesamentos ou generalizações indevidas.



Esta abordagem garante uma leitura analítica rigorosa, ponderando o tamanho da amostra em cada análise setorial.

ARROZ

Os respondentes confirmaram que a área cultivada aumentou depois do Ianda Guiné de uma média de 3,43 ha para 4,26 ha, com medianas de 1 ha e 2 ha, respetivamente. Descritivamente, registou-se um crescimento notável pós-projeto, refletindo expansão das atividades. Analiticamente, a diferença entre média e mediana indica uma distribuição assimétrica, com alguns agricultores possuindo áreas muito maiores, possivelmente influenciados por recursos ou acesso diferencial; este ganho sugere impacto positivo da ação de arroz em eficiência territorial, mas alerta para desigualdades que demandam intervenções equitativas.

A produção anual de arroz depois do projeto aumentou de uma média de 27,66 para 46,10 sacas, com medianas de 20 e 40. Descritivamente, o incremento é significativo, destacando melhorias pós-projeto. Analiticamente, o alto desvio padrão sugere variação considerável, ligada a fatores como recursos ou experiência; este avanço reforça o impacto da ação de arroz na produtividade, mas indica necessidade de suportes personalizados para uniformizar ganhos, mitigando riscos de desigualdades.

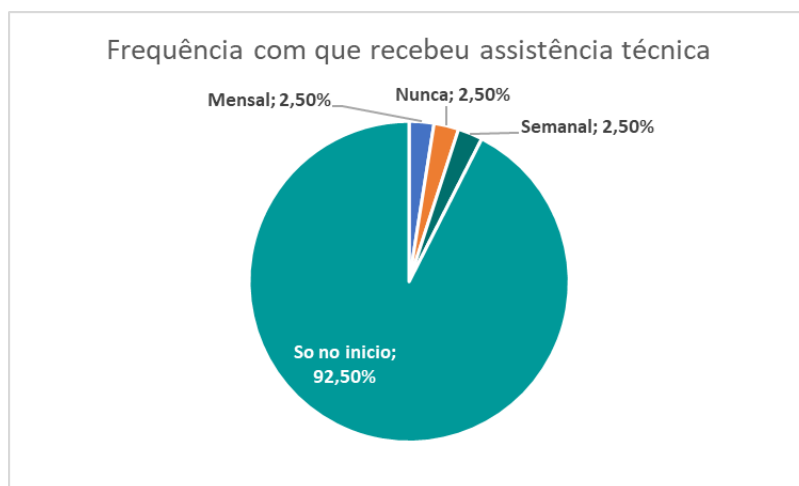
O 97,56% dos respondentes afirmaram ter recebido apoio, contra 2,44% que não. Os diferentes tipos de apoios incluem sementes, tubos PVC, enxadas, máquinas, fertilizantes e capacitação técnica. Descritivamente, diversidade de insumos e reforço de capacidade. Analiticamente, esta composição suporta aumentos produtivos na ação de arroz, promovendo gestão eficiente; a integração sugere potencial para sustentabilidade, recomendando avaliação de custo-benefício.

Em relação a Qualidade das Sementes em uma escala de 1 a 3, os respondentes avaliaram com uma média de 2,92, mediana e moda de 3. Descritivamente, avaliação positiva. Analiticamente, baixo desvio padrão (0,27) indica consenso, validando a qualidade na ação de arroz; reforça confiança nos insumos.

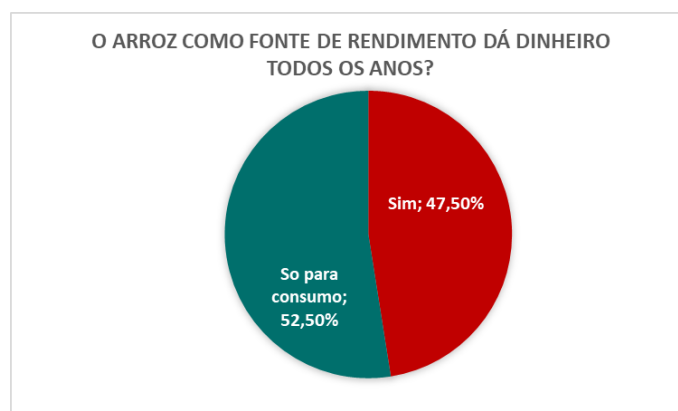
A avaliação da Eficácia do Apoio (Escala 1-3) teve uma média de 2,85, mediana e moda de 3. Descritivamente, considerado eficaz. Analiticamente, impacto positivo na produção, sugerindo replicação.

Quase todos os respondentes relataram ter recebido assistência técnica. No entanto, a frequência desta assistência revela-se predominantemente inicial (90,24%), com escassa continuidade ao longo do tempo. Descritivamente, confirma-se um suporte concentrado no arranque das atividades. Analiticamente, esta limitação no acompanhamento contínuo poderia em certa medida constituir um entrave à otimização dos resultados

Relatório Final



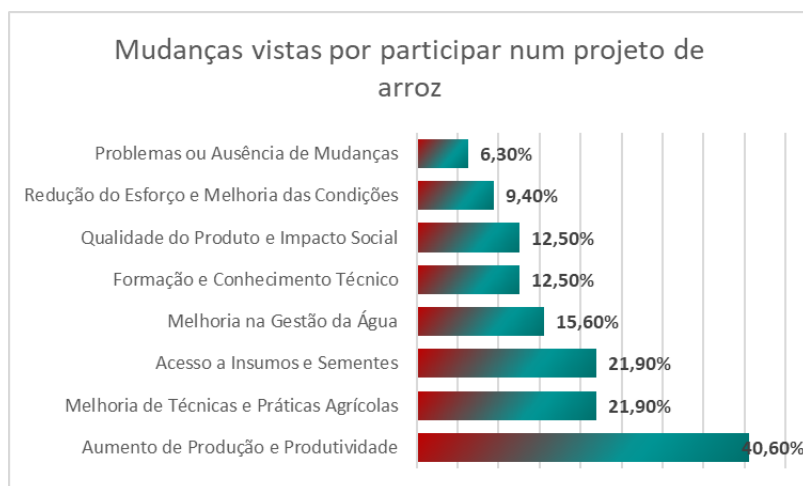
75% das pessoas que participaram na ação de arroz e responderam ao inquérito (30 de 40) indicaram ter o arroz como principal fonte de rendimento há mais de 5 anos; analiticamente, esta experiência acumulada tende a favorecer a absorção de apoios e a adoção de melhorias produtivas. No entanto, apenas 47,5% afirmam que o arroz constitui uma fonte de rendimento regular, gerando receita todos os anos. Os restantes 52,5% referem que a produção de arroz se destina sobretudo ao consumo familiar.



O 97,5% respondem ter menos de um milhão de FCFA anuais, isto é um rendimento baixo, o que demonstra a uma agricultura maioritariamente de subsistência.

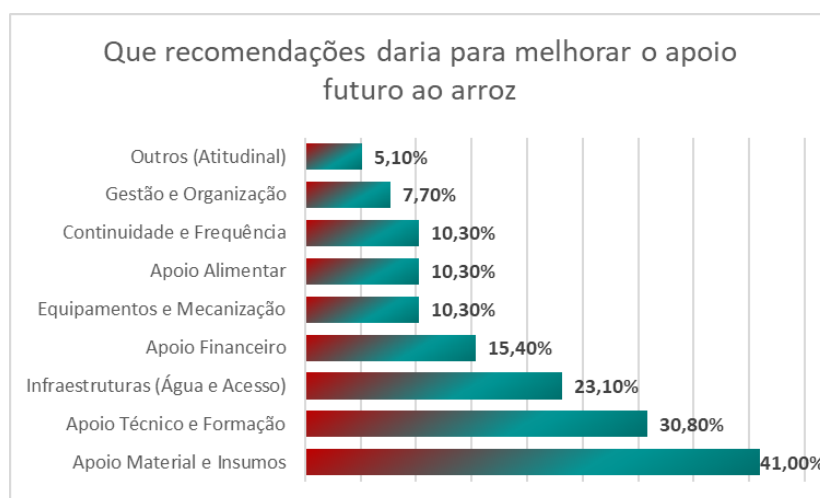
O inquérito capturou 32 respostas válidas sobre as "mudanças vistas por participar num projeto de arroz". O tom é esmagadoramente positivo, com os participantes a destacarem ganhos tangíveis em produção, técnicas e qualidade de vida.

Relatório Final



Nota: Total de respostas: 32. Média de categorias por resposta: 1,3 (indicando respostas focadas, mas multifacetadas).

As 39 respostas revelam uma visão construtiva e prática dos beneficiários, focada em ampliar e sustentar o apoio existente. Os temas dominantes cobrem o ciclo completo da produção de arroz, demonstrando maturidade na percepção dos desafios. O tom é otimista ("mais apoio", "continuidade"), indicando sucesso do projeto e desejo de escalabilidade.

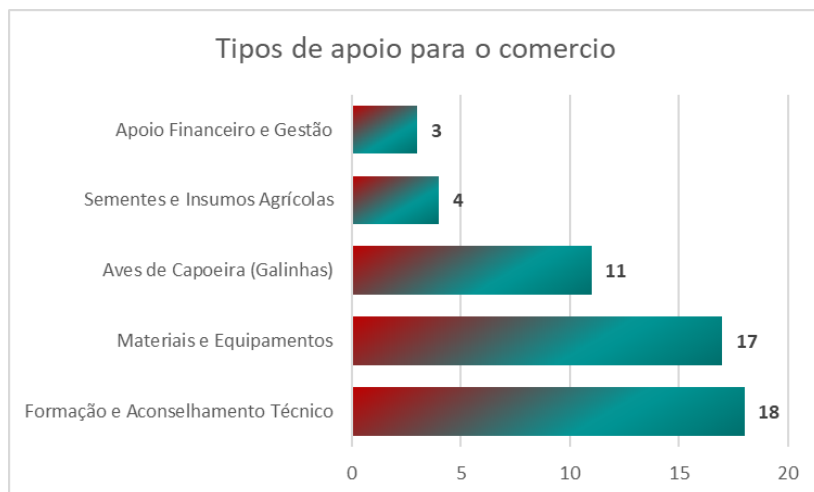


Nota: Soma >100% pois respostas multifacetadas contam em múltiplas categorias (total menções: 60)

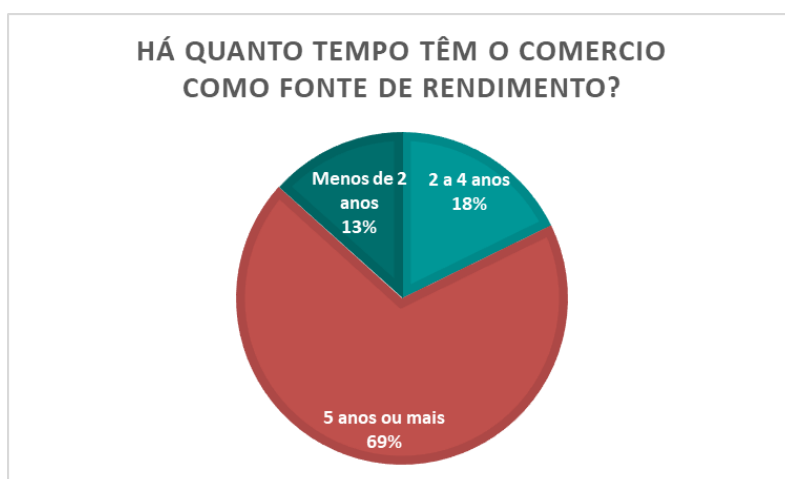
COMÉRCIO

As 40 respostas descrevem apoios recebidos (ou desejados) do Ianda Guiné para melhorar o comércio, com ênfase em atividades como horticultura, avicultura e pós-colheita de arroz. Os beneficiários destacam ganhos em conhecimento prático e recursos tangíveis, mas as respostas sugerem uma visão de necessidades futuras concretas. O foco em aves de capoeira emerge como estratégia chave para comercialização, complementada por ferramentas logísticas e formação.

Relatório Final

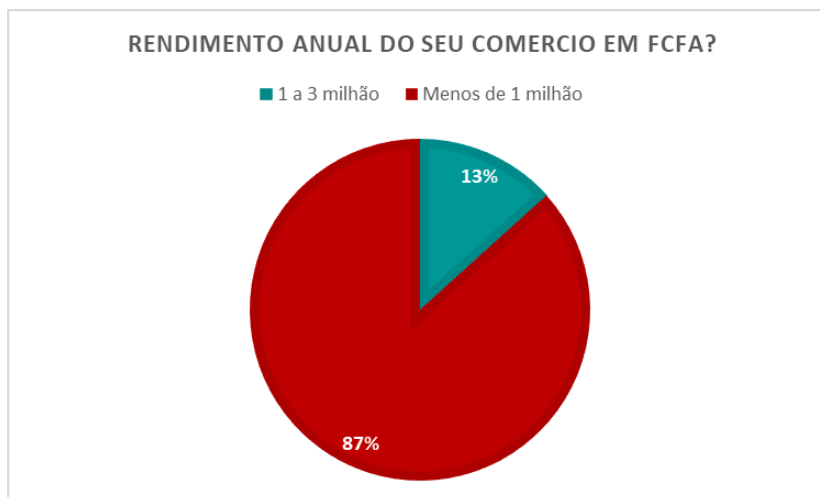


Das 45 pessoas que tem afirmado ter apoio para o comercio o 69% atuam no comercio há 5 anos ou mais, com 18% entre 2-4 anos e 13% menos de 2 anos. Descritivamente, predomina a experiência consolidada. Analiticamente, a experiência prévia favorece o aproveitamento de programas de apoio, potenciando resiliência.



O rendimento Anual do Comércio (FCFA) reflete comércio de pequena escala e complementar à subsistência. O 87% geram menos de 1 milhão FCFA e o 13% entre 1-3 milhões e 46,48% não informado, predomina então a renda baixa.

Relatório Final

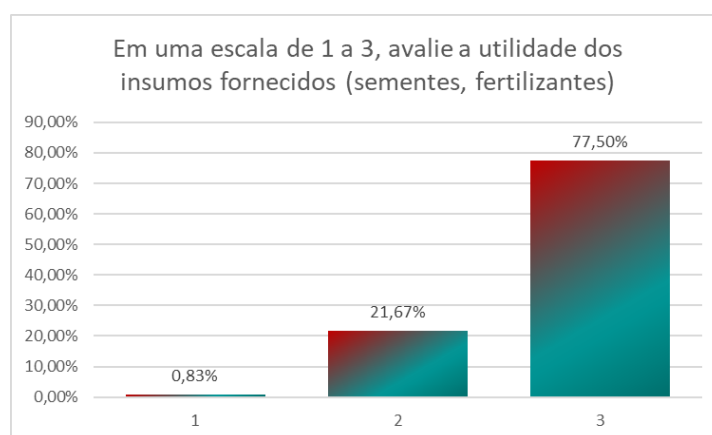


HORTA

Receção de Apoio Técnico ou Material

92% dos respondentes confirmaram ter recebido apoio técnico ou material, contra 8% que não. Descritivamente, a grande maioria beneficiou de infraestrutura, insumos e capacitação para implementar ou melhorar hortas. Analiticamente, o apoio combinou elementos estruturais, materiais e formativos, fortalecendo capacidades produtivas e autonomia técnica; esta abrangência sugere eficácia na ação de hortas, promovendo inclusão, embora os 8% sem apoio indiquem gaps marginais que demandam expansão para equidade total em contextos rurais.

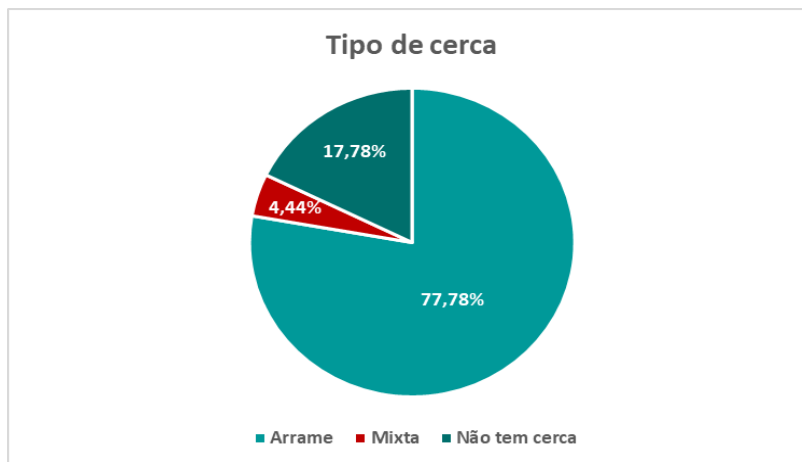
A avaliação da utilidade dos insumos fornecidos a média é de 2,66, com mediana e moda de 3. Descritivamente, os beneficiários consideram os insumos muito úteis, o 77,5% dos respondentes dão uma nota de 3. Analiticamente, o baixo desvio-padrão (0,52) indica consenso sobre a contribuição efetiva para a produtividade, validando a qualidade dos apoios na ação de hortas; isso reforça o impacto prático, sugerindo replicação em programas semelhantes para otimizar retornos.



Em relação a disponibilidade de Água para Irrigação, o 71,11% reportam disponibilidade insuficiente, contra 28,89% suficiente. Descritivamente, a irrigação é crítica, especialmente na estação seca. Analiticamente, a escassez limita a produtividade e a capacidade de gerar renda consistente, destacando uma barreira ambiental na ação de hortas.

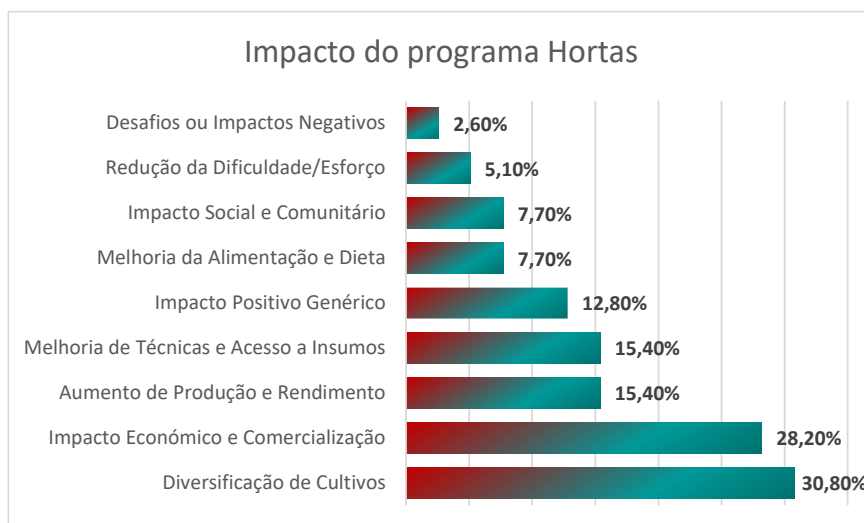
Relatório Final

Entre os respondentes o predomínio é de cerca de arame (77,78%) e o 4,44% têm uma cerca mista enquanto o 17,78% não tem cerca. Por tanto, a maioria possui proteção básica o que reflete proteção razoável contra animais, contribuindo para manutenção da produtividade; no entanto, 16% sem cerca indicam vulnerabilidades.



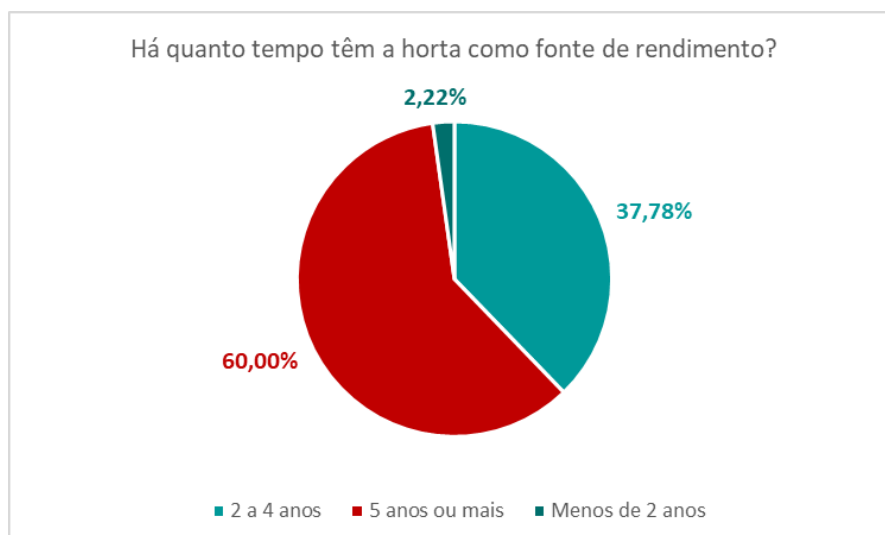
Entre as pessoas que tem algum tipo de cerca o 78,8% afirmam que a cerca é suficiente para proteger a hortas contra os animais, por tanto a maioria das hortas está segura contra invasões.

Em relação ao impacto do projeto na diversificação de Culturas as respostas ao inquérito revelam um **impacto altamente positivo** dos apoios do Ianda Guiné nas hortas, com os beneficiários a destacarem ganhos em diversificação produtiva, rendimentos económicos e acesso a técnicas inovadoras. A diversificação emerge como o motor central, impulsionando a comercialização, a nutrição familiar e a redução de esforços. Um único desafio isolado ("falta de materiais") sugere oportunidades pontuais de melhoria, mas o tom geral é de aprovação entusiástica e desejo de continuidade.



A maioria dos respondentes tem uma experiência consolidada em ter a horta como fonte de rendimento (60% com 5 anos o mais); o 37,78% têm renda da horta há entre 2 e 4 anos, solo um 2,22% têm menos de 2 anos de experiência.

Relatório Final



T Todos (100%), independentemente da experiência, afirmam que a horta apresenta um rendimento predominantemente modesto. Deste total, 84,44% indicam um rendimento inferior a 1 milhão de FCFA, enquanto os restantes 15,66% referem rendimentos entre 1 e 3 milhões de FCFA. Na pergunta sobre as barreiras recorrentes que impedem a expansão das hortas, é predominante a escassez de água (40% das respostas) e preocupações com segurança/roubos (25%). Outros obstáculos como espaço insuficiente, falta de infraestruturas (estradas), materiais e acesso ao mercado surgem com frequência similar (15-17,5%), revelando desafios sistémicos. Estes insights são cruciais para intervenções direcionadas, priorizando soluções integradas que abrangem recursos hídricos, proteção e logística.

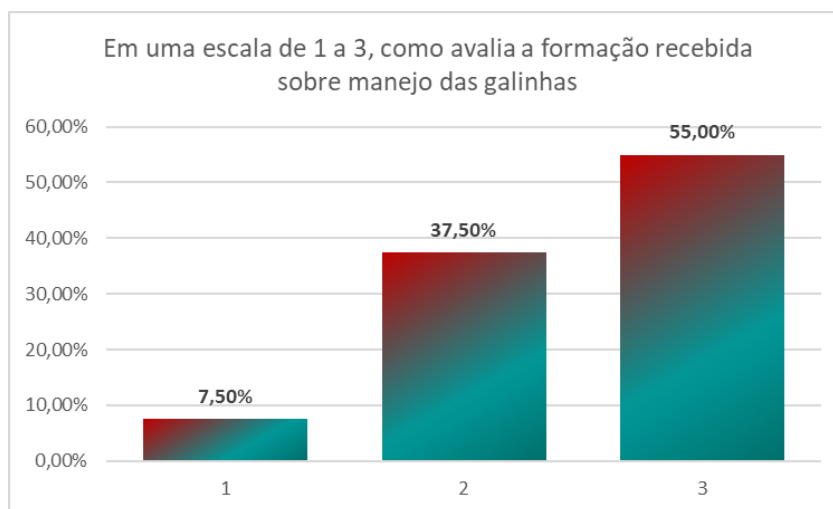
AVICULTURA

De acordo com os dados de inquiridos da ação, a média do número de galinhas por unidade familiar após o projeto aumentou de 66,98 para 274,12 (mediana de 8 para 45; moda de 0 em ambos os casos), representando um crescimento de 310%. Observa-se uma expansão inclusiva, incluindo entre pequenos criadores. A elevada heterogeneidade (diferença entre média e mediana) indica desigualdades: alguns alcançam centenas de aves, enquanto outros mantêm efetivos reduzidos. Este impacto reforça a eficácia da ação de avicultura em escala familiar, mas alerta para a necessidade de apoios personalizados, de modo a uniformizar os ganhos e mitigar riscos de concentração.

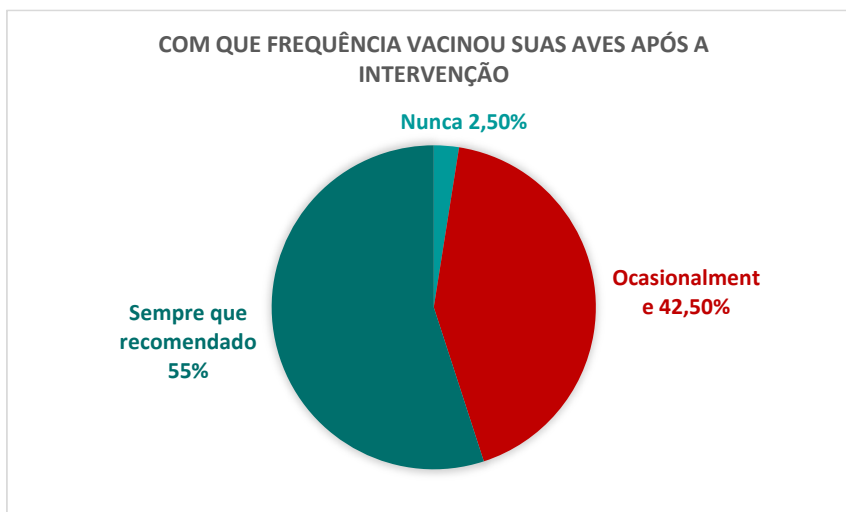
As 38 respostas descrevem apoios abrangentes e integrados do Ianda Guiné para a avicultura, com predominância de formação técnica (60,5%) combinada com provisão de aves (52,6%) e insumos/equipamentos (44,7%). Estes apoios geram impactos positivos como maior produtividade, redução de mortalidade (via vacinas/medicamentos) e infraestruturas duradouras (aviários). O modelo "kit completo" (ex.: galinhas + ração + formação) promove autonomia e escalabilidade comercial, com escassa dependência de financiamento direto.

Relatório Final

A avaliação da formação sobre manejo de galinhas em uma Escala 1 a 3, a média foi de 2,48, mediana e moda de 3, o 55% avaliação com um 3 sobre 3. Por tanto, a formação é geralmente considerada muito boa.

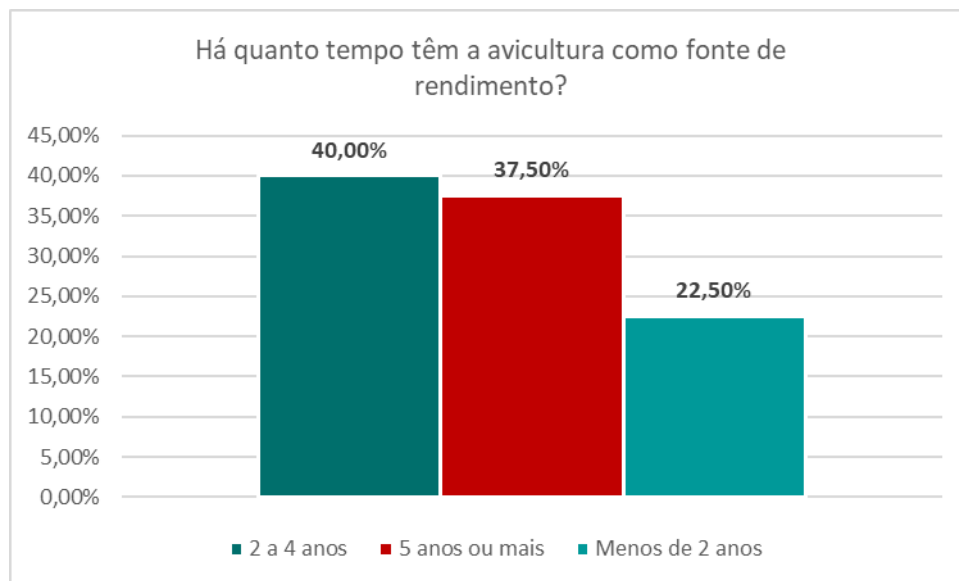


Em relação a frequência de vacinação das aves o 55% diz que vacina as galinhas sempre conforme recomendado, 42,5% diz que o faz ocasionalmente e 2,4% não vacinam nunca, por tanto a vacinação predominante, mas irregular. Existe consciência geral, mas inconsistência o que pode elevar os riscos de doenças.



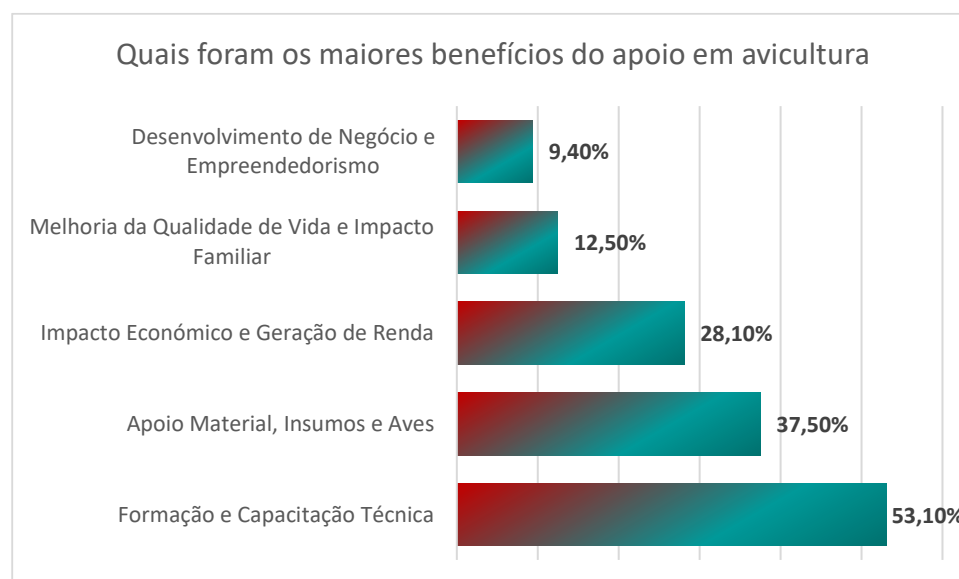
Entre os respondentes da ação de avicultura o 40% tem experiência como produtores avícolas entre 2 e 4 anos; o 37,5% têm longa experiência (≥ 5 anos) e 22,5% são mais novos, com menos de 2 anos de experiência.

Relatório Final



De entre os 40 respondentes, 93% afirmam que a avicultura é uma fonte de renda anual. Mas o rendimento Anual da Avicultura (FCFA) é predominantemente modesto, o 81% têm uma renda de menos de 1 milhão de FCFA anual, o 16% entre 1 e 3 milhões, e o só o 3% afirmam uma renda maior de 3 milhões.

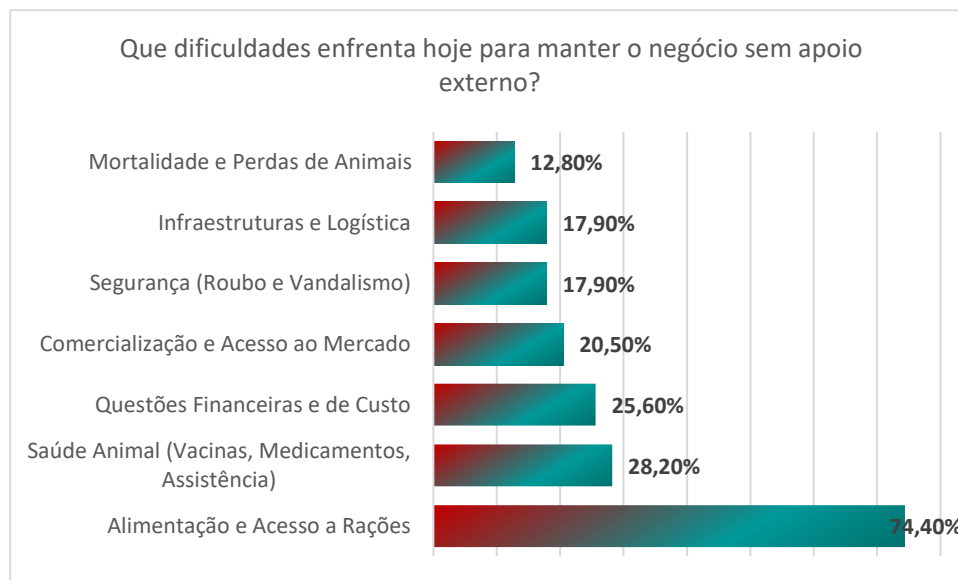
Sobre os principais benefícios da ação de Avicultura do Ianda Guiné, as respostas destacam o empoderamento através da formação (53,1%) como maior benefício, combinado com apoios materiais (37,5%), gerando renda sustentável (28,1%), melhoria familiar e empreendedorismo. O programa é visto como transformador ("mudança de vida", "projetar futuro familiar"), com sinergia clara entre conhecimento e recursos



Nota: Soma >100% por respostas multifacetadas.

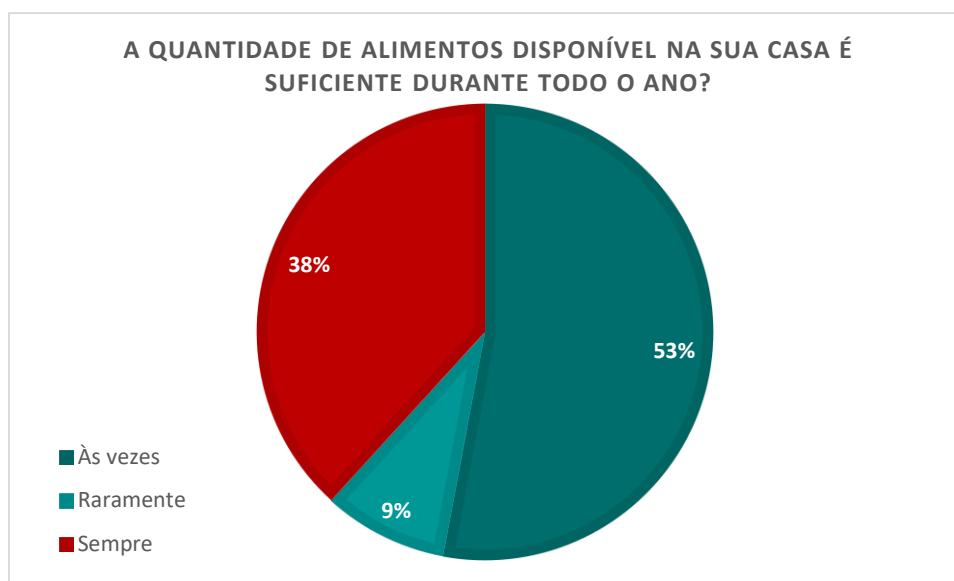
Relatório Final

Em relação às dificuldades que os respondentes têm sem apoio externo, as 39 respostas revelam um panorama crítico de vulnerabilidade para os produtores avícolas, com a **falta de acesso a rações** como obstáculo dominante (74,4%), agravado por problemas financeiros, saúde animal e comercialização. Estes desafios formam um ciclo vicioso que ameaça a continuidade dos negócios, destacando a dependência de apoios externos.



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Analisando as respostas à pergunta: "A quantidade de alimentos disponível na sua casa é suficiente durante todo o ano?", revelam uma insegurança alimentar intermitente para a maioria (52,94%), com uma fatia substancial (38,24%) em situação de segurança plena. A categoria "Raramente" (8,82%) é minoritária, sugerindo que a insuficiência crónica afeta poucos, mas a sazonalidade é um risco generalizado.



Sem relação ao apoio recebido pelo Ianda Guiné as 47 respostas descrevem apoios abrangentes com predominância da **formação técnica** (46,8%) combinada com materiais concretos (máquinas de descasque, sementes de arroz, tubos PVC). Este modelo holístico promove autonomia produtiva, especialmente na cadeia do arroz (irrigação, pós-colheita). Impactos inferidos: maior eficiência e resiliência agrícola; baixa incidência de financiamento (2,1%) sugere prioridade a in-kind. O apoio é visto como transformador, mas requer monitorização de manutenção.

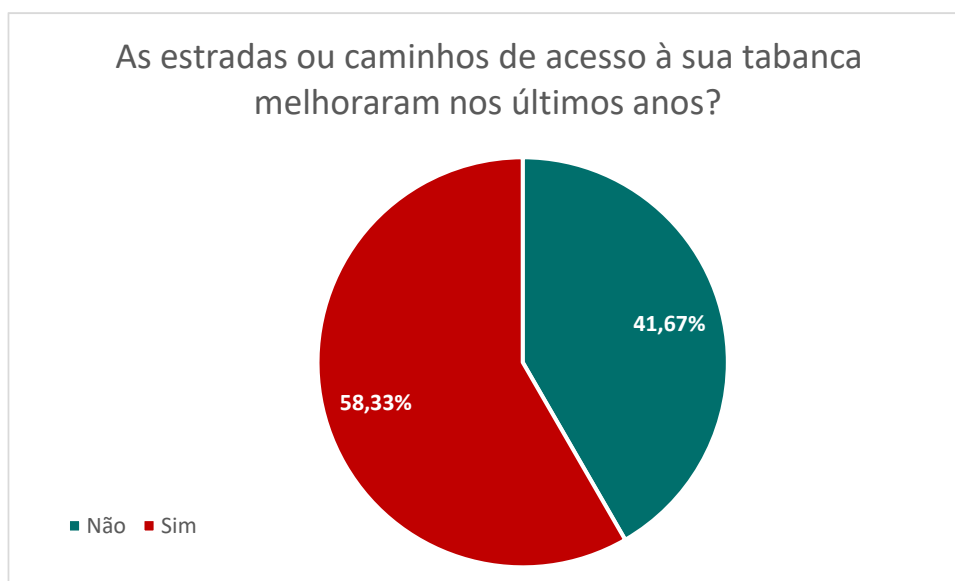
INFRAESTRUTURAS E ESTRADAS

Em relação a ação de estradas e infraestruturas tinham 24 respostas. Na pergunta sobre o tipo de apoio recebido as respostas revelam uma prioridade clara pela **unidade de transformação/processamento de arroz** (77,8%), com armazéns como complemento essencial (33,3%). O apoio recebido foca na cadeia pós-colheita, essencial para valorizar o arroz local. Estradas e água são mencionadas esporadicamente (16,7% e 5,6%), sugerindo necessidades atendidas ou secundárias. Este perfil indica sucesso na mecanização, mas oportunidade para soluções integradas que impulsionem competitividade e armazenamento sustentável.

E o 92% dos respondentes afirmaram ter utilizado essas infraestruturas para guardar ou transformar seus produtos.

O 62,5% opinão que as infraestruturas ajudaram muito a evitar perdas após a colheita, mas para o 37,5% pensam que só ajudaram um pouco.

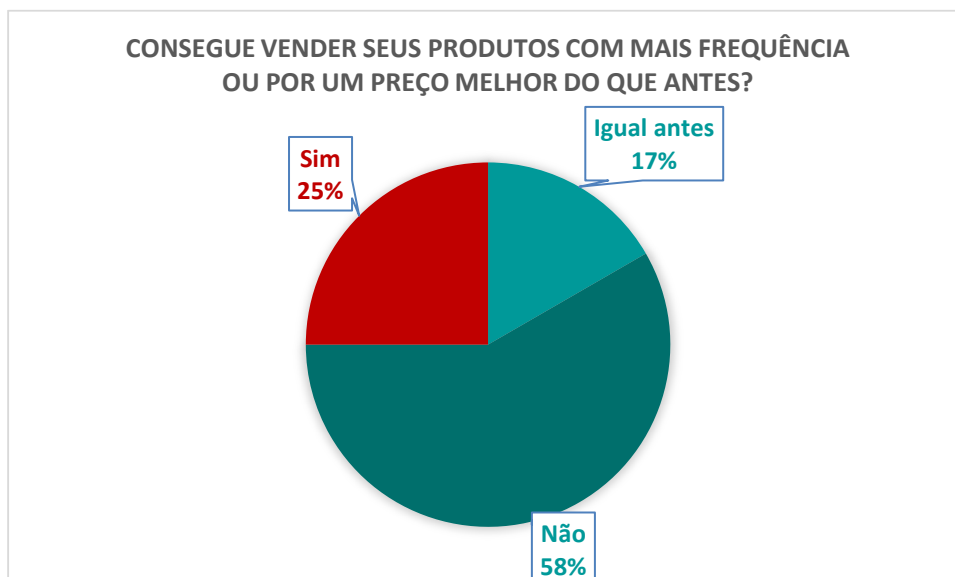
Relatório Final



A análise das respostas à pergunta sobre a melhoria das estradas ou caminhos de acesso à tabanca nos últimos anos revela uma percepção binária, o 58,33% percebem que as estradas sim melhoraram e o 41,67% não tem percebido nenhuma melhoria. Foi, por tanto um progresso limitado. Entre os que vem mudanças as principais são melhoria na rapidez e custo de transporte, escoamento e acesso a serviços.

Entre aqueles que tinham visto uma mudança ou melhoria o 78,5% afirmam que agora é muito mais fácil levar os produtos ao mercado, o 21, % restante afirma que solo é um pouco más fácil.

No entanto, isto não tem reflexo em uma melhora das vendas. O 58% afirmam que não consegue vender seus produtos com mais frequência ou por um melhor preço que antes



Mesmo se o acesso ao mercado não tem melhorado, o 66,7% dos respondentes afirmam que hoje eles tem mais facilidade para chegar a serviços como escola, posto de saúde ou mercado.

Relatório Final

Finalmente, os respondentes avaliaram o estado atual das estradas com uma média de 2,07, mediana de 2,5; distribuição: 43,3% nota 1, 6,6% nota 2 e 50% nota 3.

Das respostas à pergunta do inquérito sobre os riscos à sustentabilidade das pistas/estradas, destaca-se o impacto ambiental e climático (32%), seguido da degradação física e da falta de manutenção (26%), dos riscos de segurança e acidentes (21%) e de respostas vagas (21%). Uma menção isolada refere mudanças socioeconómicas (5%), revelando uma perceção multifatorial, dominada por preocupações ambientais e infraestruturais urgentes.

Na pergunta sobre recomendações, as respostas revelam uma prioridade unânime na reabilitação urgente e completa das estradas (59%), complementada por construção de qualidade e manutenção preventiva (total ~70%). Os respondentes pedem soluções duradouras ("acabada", "eficaz"), com menções específicas a alargamento, equipamentos e iluminação, indicando problemas de capacidade, segurança e execução. Esta perceção reforça a necessidade de investimentos públicos massivos e planos de longo prazo para uma rede rodoviária sustentável

LUZ KU IAGU

Antes do projeto, registava-se uma média de 1,23 furos funcionais, evoluindo para 6,45 após a intervenção, com expansão significativa da rede hídrica comunitária. Observa-se um salto quantitativo e qualitativo no abastecimento, ampliando o número de famílias com acesso regular à água.

Em relação ao acesso à Água (Tempo de Deslocamento), antes das intervenções do programa, o 52,5% dos respondentes gastavam entre 1 e 2 horas e 12,5% mais de 3 horas; após, até o 90% gastam menos de 1 hora, com redução média de mais de 60% no tempo de coleta. Por tanto, observa-se facilitação notável no acesso diário.

Em geral, os respondentes tem uma “boa” perceção sobre a qualidade da água, com uma avaliação média de 2,6/3 ("boa"), com melhoria perceptível e consistente. O 65% dos respondente tem avaliado 3/3 a qualidade da água fornecida.

Por última em relação a gestão comunitária da água, o 97,5% das comunidades com comités ativos, fortalecendo a governança hídrica que parece um avanço institucional duradouro. Isto promove autonomia e manutenção local, essencial para sustentabilidade; recomenda capacitação contínua para comités, integrando perspectivas de género e inclusivas.

SANEAMENTO

Relatório Final

Os 22 respondentes à seção de saneamento, o 77,3% possuem latrina domiciliar (17), contra 22,7% que não. Mas só 5% das unidades familiares (1 das 17) das tem tido apoio do IG para a construção da Latrina, seja porque já tinham ou por outro motivo.

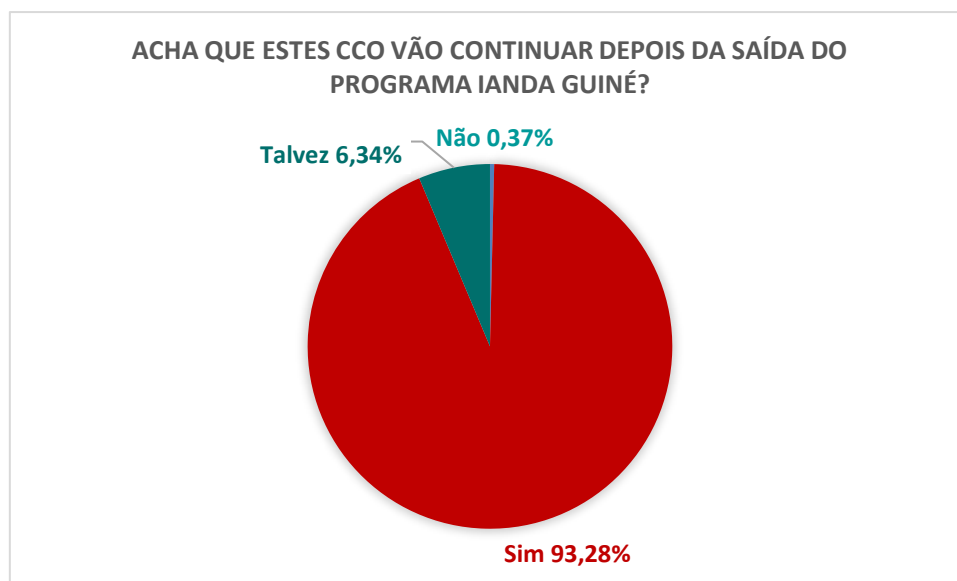
Em relação a um local habilitado na comunidade para Descarte de Lixo, só o 18% possuem local adequado, contra 82%. Descritivamente, maioria sem solução. Analiticamente, gestão inadequada eleva riscos à saúde e ambiente que não tem.

Na pergunta “Você acha que a limpeza da comunidade melhorou com o projeto?” o 31,8% sim percebem uma melhora, frente ao 68,2% que não.

No entanto na Avaliação Geral do Impacto do Projeto no Saneamento, o 18% acham que é "bom" e 82% que é “razoável”. Em geral, é um efeito positivo, mas insuficiente para transformação; potencial de melhoria com reforço, alinhando sensibilização, construção e gestão de resíduos.

COLETIVO DE CIDADÃOS ORGANIZADOS

Ente os respondentes desta seção (300), 0o 89,75 conhecia ou formava parte de algum Coletivo de Cidadãos. Além disso o 93,28 confiam em que os CCO vão continuar depois da saída do programa.



Ante a à pergunta: "Em que medida acha que o Programa Ianda Guiné tem dado apoio a estes colectivos para que possam apoiar a resolução dos problemas colectivos?". As 198 respostas evidenciam um impacto altamente positivo do Programa Ianda Guiné nos colectivos locais, com contributos concretos na resolução de problemas comunitários através de formação (mencionada 6 vezes), construção/reabilitação de escolas (4 menções), fontes/furos de água (4-6) e apoios financeiros/mobilização de fundos (4), entre muitas respostas únicas que destacam máquinas, vedações e melhorias quotidianas. A predominância de contributos materiais e visíveis (75,8% únicos) demonstra

Relatório Final

uma intervenção prática e apreciada, fomentando autonomia colectiva sem críticas significativas, embora a diversidade sugira necessidade de monitorização para universalizar benefício.

O 88,81% opinião que o programa Ianda Guiné Djuntu ajudou “muito” a melhorar a vida das pessoas da sua tabanca, é o 10% que ajudou “um pouco”. O 1% ou não sabe o acham que o Ianda Guinée não tem ajudado.

SAÚDE

Devido ao número reduzido de respostas (apenas 8), os resultados são interpretados como anedóticos, refletindo experiências pontuais de profissionais-chave, sem pretensão de generalização. Este padrão anedótico sublinha o potencial da ação de Saúde para o reforço de capacidades no sistema de saúde da Guiné-Bissau, sugerindo estratégias para ampliação da amostra, inclusão de mais regiões e integração com políticas nacionais, visando maior impacto e sustentabilidade.

Os participantes são 4 médicos, 3 diretores de hospital e 1 responsável por avaliação de programas nacionais com a seguinte distribuição: SAB (3), Biombo (1), Gabu (1), Oio/Mansoa (1). Todos receberam apoio técnico, incluindo formação integral em saúde pública. Os principais temas Abordados na Formação abrangem saúde pública, epidemiologia, vigilância sanitária, economia da saúde e recursos humanos

Alta perceção de relevância prática. Analiticamente, reflete qualidade do design formativo, com aplicabilidade imediata com um 100% de satisfação em pertinência, organização e metodologia (boa/satisfeito). E também o 100% usam o conhecimento adquirido. Vê-se por tanto um impacto direto em gestão de pacientes e análise clínica. Demonstra transferência efetiva para melhoria de serviços, fortalecendo o sistema de saúde; recomenda follow-up para medir resultados quantitativos em saúde pública.

IMPACTOS DO PROJETO NAS FAMÍLIAS

Os 368 respondentes constituem uma amostra representativa que avaliou o impacto do projeto nas famílias. Na avaliação geral do impacto, obteve-se uma média de 2,62, com mediana e moda de 3 (numa escala de 1 a 3). A maioria dos inquiridos percebe efeitos positivos substanciais na vida familiar, o que reflete um otimismo generalizado e o sucesso multifacetado do projeto. O desvio padrão sugere alguma variabilidade, possivelmente associada a contextos locais específicos, recomendando uma segmentação analítica para identificar os principais impulsionadores do impacto e otimizar intervenções futuras.

Cerca de 59,2% dos respondentes reportaram um aumento de ganhos, 37,5% indicaram manutenção e apenas 1,4% registaram uma redução. Em relação a Alimentação e Segurança Alimentar, o 53,3% dos inquiridos referiram uma melhoria significativa e 26,9% uma melhoria moderada.

55,2% destacaram a participação direta das mulheres em reuniões, capacitação, hortas e avicultura. Observa-se um aumento da autonomia e do poder de decisão familiar. Este aspeto promove o

Relatório Final

empoderamento de género e reforça a coesão social; sugere-se a adoção de medidas específicas para ampliar estas dinâmicas, integrando perspectivas de género de forma transversal.

Os conhecimentos e competências adquiridas abrangem técnicas agrícolas, gestão financeira, avicultura, infraestrutura e liderança. Estas habilidades fortalecem a sustentabilidade das atividades produtivas. A aquisição multifacetada fomenta a replicação comunitária e um efeito multiplicador.

Principais Elementos de Sucesso incluem formação, acesso à água, construção de escolas, infraestrutura agrícola, acompanhamento técnico e fornecimento de insumos. Constituem os pilares dos resultados positivos.

Os inquiridos propõem maior apoio financeiro, insumos adicionais, reforço de infraestruturas, expansão da formação e mecanização. Descritivamente, refletem desafios operacionais persistentes. Analiticamente, identificam oportunidades claras de ampliação; indicam uma maturidade comunitária que recomenda a integração destes inputs em fases subsequentes do projeto.

Em geral, predomina uma alta satisfação e reconhecimento da parceria com a União Europeia. Descritivamente, manifesta-se na valorização da transformação social alcançada. Analiticamente, reflete a legitimidade e aceitação do projeto, fundamentais para a sua continuidade; sugere-se uma comunicação estratégica para reforçar estas parcerias institucionais.

O inquérito valida: dos 43,28% cientes do financiador, 93,97% citam UE, mostrando que materiais (ex.: logotipos em spots) associam benefícios à UE, mas o 56,72% "não sabem" sugere necessidade de campanhas targeted.

Quem estava a financiar o Ianda Guinée?	Unidades	%
Estado de GUINÉ BISSAU	1	0,87%
Instituto Marques Valle Flor	1	0,87%
União Europeia	109	94,78%
União Europeia com LVIA.	2	1,74%
União Europeia e IMVF INSTITUTO MARQUÊS VALES FLORES.	2	1,74%
Total geral	115	100,00%

ANEXO 12: ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso têm o objetivo de aprofundar a compreensão dos resultados, impactos e lições aprendidas em contextos territoriais e institucionais específicos. Estes estudos permitem complementar os dados quantitativos e as análises transversais com uma perspectiva contextualizada e centrada nas experiências dos/as beneficiários/as, implementadores/as e parceiros locais.

Os estudos de caso estão baseados em critérios que foram previamente definidos, nomeadamente:

- Representatividade geográfica (cobertura de diferentes regiões e locais interessados pelo Programa).
- Diversidade temática (inclusão de diferentes domínios de intervenção do Programa – segurança alimentar, empreendedorismo, acesso a serviços, ambiente, etc.).
- Relevância em termos de inovação, boas práticas ou desafios enfrentados.
- Potencial de aprendizagem e replicabilidade das abordagens adotadas.
- Existência de dados disponíveis e acesso viável às partes interessadas.

Cada Estudo de Caso está baseado em múltiplas fontes de informação, incluindo:

- Revisão documental (relatórios dos Projetos, estudos prévios, relatórios finais das avaliações das ações, etc.).
- Entrevistas semiestruturadas com implementadores/as, autoridades locais e beneficiários/as.
- Observação direta nos locais de implementação das atividades.
- Grupos focais com comunidades ou categorias específicas (mulheres, jovens, produtores/as, etc.).

Cada Estudo de Caso segue uma estrutura analítica comum, composta por:

7. Contextualização: caracterização da zona de intervenção e enquadramento no âmbito da Ação/Projeto de referência.
8. Descrição da intervenção: objetivos, atividades, atores envolvidos.
9. Resultados observados e sinais de impacto: com referência aos quadros lógicos dos projetos de referência e outros aspetos relevantes.
10. Perceções dos/as beneficiários/as e partes interessadas.
11. Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados.
12. Lições aprendidas e recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção.

Relatório Final

Os Estudos de Caso, identificados na fase intercalar, não pretendem ser representações estatísticas do Programa, mas sim ilustrações aprofundadas de dinâmicas concretas, permitindo uma leitura mais rica dos mecanismos de mudança induzidos pelo Programa. As conclusões extraídas destes estudos são integradas na análise global da avaliação, nomeadamente no que diz respeito à relevância, eficácia, sustentabilidade e impacto das ações financiadas.

Segue um estudo de caso por cada Projeto/Ação.

Estudo de Caso 1 – IG! Arrus, área de Elalab

Projeto e informações relevantes dessumidas pelos contratos	Designação da Ação: Ianda Guiné! Arrus
	Projetos: FED/2018/404-381 “PRO GB – “Agricultura de Mangal”
	Nome do requerente principal: LVIA – International Association of Lay Volunteers
	Outras partes interessadas: RESSAN-GB, AD, UNIVERS-SEL
	Duração da Ação: 78 meses Orçamento: 11.000.000 euros Documentos principais consultados: relatórios narrativos finais dos projetos, relatórios financeiros finais dos projetos, ROMs dos projetos, relatório final de avaliação da Ação.

Contextualização

A tabanca de Elalab localiza-se no interior do Parque Natural das Tarrafes do Rio Cacheu, situada no Setor de São Domingos, Região de Cacheu. Trata-se de uma área ecologicamente sensível, caracterizada por ecossistemas de mangal, bolanhas de arroz e corpos de água costeiros. Na área, o cultivo de arroz é uma atividade económica importante, que contribui a subsistência das comunidades locais. Antes da intervenção, a bolanha encontrava-se degradada, com diques fragilizados, problemas de salinidade, limitada circulação interna e forte exposição a cheias e intrusão salina.

A intervenção em Elalab focou-se na reabilitação e modernização de aproximadamente 123 hectares de bolanha de arroz de mangal, executada através de subvenções e assistência técnica às organizações comunitárias locais, com supervisão da Direção Geral de Engenharia e Desenvolvimento Rural (DGEDR).

Descrição da intervenção

A componente Agricultura de Mangal tem como estratégia desenvolver uma fileira agrícola por representar uma oportunidade de crescimento económico e de aumento da resiliência das famílias rurais. O seu objetivo geral é fortalecer a resiliência e as oportunidades económicas com base em fileiras agrícolas.

Relatório Final

A Ação IG Arrus realizou intervenções para permitir principalmente a melhoria da produção e comercialização de arroz (produção, processamento, transporte, comercialização), incluindo intervenções hidroagrícolas para melhorar os sistemas de gestão da água no âmbito das bolanhas

A intervenção em Elalab consistiu na reabilitação e modernização de 123 hectares de bolanha de arroz de mangal, realizada através da NADEL, organização nacional capacitada em ordenamento hidroagrícola e subvencionadas pelo projeto.

As componentes principais da intervenção que se entendem tratar no âmbito de este estudo de caso são:

a) Gestão hidroagrícola da bolanha modernizada

- Modernização da bolanha de arroz de mangal.
- Instalação de tubões, diques e melhorias estruturais de gestão hidroagrícola, aumentando a resiliência ao clima.
- Melhoria da drenagem, regulação da entrada e saída de água salgada e pluvial através de comportas.

b) Formação e capacitação ("formação on the job")

- Acompanhamento direto dos produtores na adoção de novas práticas agrícolas.
- Realização de campos de demonstração, com o objetivo de “alargar (as áreas de intervenção indireta) os conhecimentos apreendidos nas grandes áreas de intervenção direta, para divulgar as novas técnicas de transplante mais produtivas e económicas”, incluindo práticas sobre densidade e espaçamento de transplante do arroz.
- As variedades demonstradas foram as mesmas previamente distribuídas aos beneficiários em anos anteriores.

c) Apoio aos agronegócios locais

- Fornecimento de sementes no primeiro ano da intervenção.
- Transformação do arroz em casca através das unidades de descasque SB-30.
- Cálculo das margens de lucro dos centros de transformação (incluindo o centro de Elalab), estimadas entre 10% (segundo intervenientes) e 13% (segundo relatório).
- Apoio a um agronegócio: transporte de mercadorias agrícolas.

Resultados observados e sinais de impacto

Relatório Final

A intervenção permitiu a modernização de 123 hectares de bolanha, tornando-a significativamente mais resiliente às variações climáticas, graças à instalação de tubões, diques reforçados e melhoria da gestão hidroagrícola. Esta reabilitação traduziu-se numa melhoria evidente do funcionamento hídrico da bolanha e num aumento consistente da capacidade produtiva.

Os dados recolhidos mostram que o rendimento médio anual dos produtores ronda os 145.000 XOF por produtor/ano, valor considerado o mais baixo entre os perímetros intervencionados pelo projeto, mas ainda assim superior à linha de base, de acordo com as informações recolhidas no terreno. A comparação entre áreas de intervenção e áreas de controlo demonstra um aumento de +145% no rendimento médio anual por produtor e um acréscimo ainda mais expressivo de +297% no rendimento anual por hectare, evidenciando o impacto direto da modernização da bolanha na produtividade agrícola. A produção resultante garante disponibilidade de arroz até à colheita seguinte, reforçando a segurança alimentar local.

No plano social, observou-se uma melhoria concreta nas condições de vida. A modernização reduziu o esforço físico necessário para o trabalho agrícola, tradicionalmente pesado e realizado sem meios mecânicos, o que é particularmente relevante num contexto de êxodo rural que diminui a disponibilidade de jovens para tarefas exigentes de manutenção da bolanha. As famílias passaram a dispor de mais tempo para outras atividades económicas ou domésticas, bem como de maior rendimento monetário, permitindo maior capacidade de compra e acesso a serviços, incluindo a melhoria do acesso à educação das crianças.

Durante a visita de campo foi ainda observada uma redução significativa da presença de mangais entre as bolanhas e os corpos de água naturais, situação que aumenta o risco de rutura dos diques e reduz a funcionalidade ecológica do sistema, constituindo um elemento ambiental que requer atenção contínua.

Perceções dos/as beneficiários/as e partes interessadas

Os beneficiários expressaram elevada satisfação com os resultados alcançados pela intervenção. De forma geral, reconhecem melhorias substanciais na produtividade, na disponibilidade de arroz ao longo do ano e na redução do esforço físico associado ao trabalho na bolanha. A modernização das infraestruturas é vista como uma mudança positiva e necessária, que contribuiu para facilitar as tarefas agrícolas e melhorar a qualidade de vida das famílias de Elalab.

Apesar disso, surgem preocupações quanto ao futuro, sobretudo no que diz respeito à manutenção e gestão das infraestruturas. Muitos beneficiários afirmaram que, embora os desafios imediatos possam ser resolvidos no curto prazo (nos próximos 2 a 3 anos), existe inquietação relativamente à sustentabilidade a longo prazo, especialmente porque os jovens continuam a abandonar as zonas rurais, incluindo áreas remotas como Elalab, diminuindo a disponibilidade de mão de obra para as tarefas de manutenção da bolanha, tradicionalmente pesadas e exigentes.

“Graças à modernização da bolanha as mulheres agora são mais bonitas, porque trabalham menos, ocupam-se menos de trabalhos mais duros e podem descansar e cuidar de si e de outras coisas.”

Fonte: beneficiário da Ação Ianda Arrus, entrevistado sobre os benefícios para as mulheres, no âmbito da missão de avaliação no terreno em 2025.

Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados

A intervenção em Elalab revelou um conjunto significativo de fatores que contribuíram para o seu sucesso, bem como desafios estruturais que continuam a influenciar a sustentabilidade da ação.

Um dos principais elementos de sucesso foi o modelo de consórcio Arrus, composto por LVIA, RESSAN-GB, AD e UNIVERS-SEL. O consorcio permitiu uma coordenação interna eficaz, garantindo alinhamento técnico e operacional; uma comunicação clara e contínua com as comunidades; para além de uma forte complementaridade entre engenharia, agronomia e acompanhamento comunitário, criando um ambiente propício à adoção das práticas introduzidas.

A equipa altamente qualificada, foi capaz de responder às exigências técnicas da modernização da bolanha. Garantiu assistência técnica especializada em hidroagrícola, hidrogeologia e engenharia rural; e permitiu um conhecimento consolidado sobre o sistema produtivo de mangal. O consorcio beneficiou da supervisão da DGEDR, garantindo controlo de qualidade das intervenções; enfim, as utilizações de metodologias participativas eficazes facilitaram a compreensão e apropriação das melhorias por parte dos produtores.

As comunidades de Elalab demonstraram forte envolvimento em todas as fases da intervenção, evidenciado pela apropriação ativa da modernização da bolanha; a disponibilidade para apoiar as obras e posteriores atividades de manutenção; e o interesse contínuo nas formações oferecidas, contribuindo para a sustentabilidade das mudanças introduzidas.

A área de Elalab apresenta características que dificultaram a execução da intervenção, tais como a localização remota e acesso difícil; a complexidade logística no transporte de materiais e equipamentos; e as fortes limitações durante a época das chuvas, que reduzem a operacionalidade no terreno. Adicionalmente, o fenómeno do êxodo rural dificulta a busca de mão de obra, sobre tudo entre as pessoas mais jovens.

O contexto ambiental acentua riscos estruturais para a bolanha, incluindo a ocorrência de cheias imprevisíveis; o aumento da intrusão salina; e o processo de erosão das margens, que ameaçam infraestruturas e tabuleiros.

A continuidade da intervenção enfrenta desafios demográficos relevantes, como a redução da presença de jovens na comunidade, devido ao êxodo rural; a menor disponibilidade de mão-de-obra para tarefas exigentes de manutenção; e o risco de perda de capacidades locais no médio prazo.

Relatório Final

Durante as observações no terreno, identificou-se ainda que os mangais entre as bolanhas e os cursos de água se encontram reduzidos, diminuindo a capacidade natural de proteção. Isso contribui para maior vulnerabilidade a fenómenos erosivos e risco acrescido de rutura de diques, reduzindo a funcionalidade ecológica do sistema.

Lições aprendidas e recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

A experiência da intervenção em Elalab evidencia um conjunto de lições relevantes para ações futuras em contextos semelhantes. Em primeiro lugar, confirma-se que o modelo de consórcio com complementaridade técnica, envolvendo competências de engenharia, agronomia, gestão comunitária e supervisão institucional, é fundamental para garantir a qualidade e a coerência das intervenções em infraestruturas hidroagrícolas. Da mesma forma, a realização de formações contínuas, incluindo modalidades “on-the-job”, revelou-se decisiva para a adoção adequada das técnicas introduzidas e para a redução de erros operacionais durante a gestão da bolanha.

Um fator adicional de sucesso reside no facto de os beneficiários já praticarem a rizicultura antes do apoio do programa IG!, dispondo assim de conhecimentos prévios, experiência acumulada e forte motivação para melhorar a produtividade e a gestão da bolanha. Este elemento diferenciador contribuiu significativamente para a apropriação das intervenções e para a eficácia dos resultados alcançados, contrastando com outras situações em que intervenções de apoio a atividades rurais registaram níveis de sucesso mais limitados quando dirigidas a beneficiários sem prática anterior da atividade promovida.

Observou-se também que a escuta ativa dos beneficiários desempenha um papel central na melhoria da aceitação social das intervenções e na adaptação das soluções técnicas às práticas e dinâmicas locais.

Contudo, a manutenção das infraestruturas só se torna sustentável quando existe uma estrutura comunitária sólida capaz de assumir responsabilidades, acompanhada por um apoio institucional regular, nomeadamente da DGEDR.

Por fim, a intervenção evidenciou a necessidade de reforçar a integração ambiental, sobretudo perante os sinais de erosão e redução do mangal observados no terreno. A preservação destes ecossistemas é crítica para a proteção dos diques e para a funcionalidade ecológica da bolanha, devendo ser incorporada nas estratégias de continuidade e replicação.

Relatório Final

Documentação fotográfica



Estudo de Caso 2 – IG! Arrus, Encheia

Projeto e informações relevantes dessumidas pelos contratos	Designação da Ação: Ianda Guiné! Arrus
	Projetos: FED/2018/404-381 “PRO GB – “Agricultura de Mangal” e FED/2019/408-408 “Intervenções de engenharia rural de apoio a produção de arroz”
	Nome do requerente principal: LVIA – International Association of Lay Volunteers
	Outras partes interessadas: RESSAN-GB, AD, UNIVERS-SEL
	Duração da Ação: 78 meses Orçamento: 11.000.000 euros Documentos principais consultados: relatórios narrativos finais dos projetos, relatórios financeiros finais dos projetos, ROMs dos projetos, relatório final de avaliação da Ação.

Contextualização

A bacia hidrográfica de Encheia, situada no setor de Bissorá (Região de Oio), constitui uma das principais áreas de produção de arroz de mangal da Guiné-Bissau. Abrange 19 tabancas (Biambe, Blaftchur, Boda Quiol, Cadjaque, Cangha Cokri, Katche, Claque, Clonque, Corem, Embande, Encheia, M'passe, N'faide, N'sanha, Laté, Queré, N'tchalé, N'Tchanque e Uncur) e aproximadamente 1.750

Relatório Final

hectares de bolanhas exploradas por centenas de agregados familiares produtores. A forte dependência destas comunidades da produção de arroz tem sido condicionada por diversos desafios ambientais e infraestruturais, tais como intrusão de água salgada, dificuldades de escoamento, degradação dos canais, abandono de parcelas e isolamento físico entre tabancas durante a estação das chuvas.

A intervenção de gestão hidroagrícola na bacia de Encheia inseriu-se no âmbito da Ação Ianda Guiné! Arrus, orientada para a modernização das bolanhas de água salgada, a melhoria da gestão da água e o reforço da resiliência climática das comunidades produtoras de arroz de mangal.

As principais atividades estruturantes foram:

- A.1.1 Realização de pistas longitudinais e transversais para atravessamento das bolanhas;
- A.2.1 Construção de ilhas (plataformas elevadas) para batimento e carregamento do arroz;
- A.3.1 Formulação, formação e dotação de equipamentos para o sistema comunitário de gestão e manutenção das infraestruturas.

Entre 2020 e 2023, foram concebidas e executadas diversas obras de gestão hidroagrícola e pistas/barragens que asseguram a circulação permanente, a gestão controlada das águas doce e salgada e o ordenamento interno das parcelas. Estas intervenções, alinhadas com a meta de garantir infraestruturas de produção de arroz de mangal robustas e adaptadas às mudanças climáticas, contribuíram para a modernização da acessibilidade e funcionalidade das cerca de 1.750 hectares de bolanhas em Encheia e para um nível elevado de funcionalidade das obras de regulação da água, estimado em 83%⁴⁶ com base nas últimas informações de monitorização disponíveis, reforçando, de forma duradoura, a resiliência ecológica e produtiva do sistema agrícola local.

Descrição da intervenção

Na bacia de Encheia, o objetivo específico foi assegurar infraestruturas hidráulicas e de acessibilidade duráveis, capazes de:

- melhorar a circulação da água doce e limitar a intrusão da água salgada;
- permitir o escoamento adequado das águas pluviais;
- reduzir o isolamento físico das tabancas;
- criar condições para o aumento sustentável da produção agrícola e da segurança alimentar local.

⁴⁶ A estimativa de obras de regulação da água funcionais baseia-se na informação reportada nos relatórios de monitorização (ROM) e nos relatórios narrativos do Programa Ianda Guiné! Arrus, consolidados no âmbito da Avaliação Intercalar (MTR) do Programa. A MTR apoiou-se em análise documental e observações qualitativas de campo sobre o funcionamento das infraestruturas hidráulicas.

Relatório Final

Para cumprir estes objetivos, a intervenção concentrou-se na conceção e execução de pistas/barragens de terraplanagem, obras hidráulicas de betão armado, tubos de drenagem PEAD, e infraestruturas associadas de regulação e evacuação das águas, distribuídas em diferentes lotes.

As atividades implementadas seguiram um ciclo técnico completo, que incluiu:

- Estudo preliminar hidroagrícola e diagnóstico participativo para definição das necessidades e localização das obras;
- Estudos hidrogeológicos, geotécnicos e cálculos hidráulicos;
- Levantamento topográfico (drone e geodésia);
- Elaboração de projetos executivos e DAO, publicação de concursos públicos e processos de avaliação;
- Fiscalização externa (DGEDR) e monitorização socioambiental (AAAC);
- Execução das obras com supervisão interna da equipa técnica;
- Formação dos produtores e criação dos Comités de Gestão e Manutenção (CdGMO) para garantir a sustentabilidade das infraestruturas.

A intervenção foi marcada por forte participação comunitária (desde a marcação participativa dos troços até ao envolvimento direto na instalação das obras de Gestão Global da Água (GGA) e de Gestão e Aproveitamento das Parcelas (GAP)) e por significativos investimentos em capacitação local. Foram formados 11 comités comunitários, envolvendo 44 membros (2 mulheres e 2 homens por tabanca), equipados com manuais e kits de manutenção específicos para a gestão contínua das infraestruturas.

Diversos atores institucionais e técnicos estiveram envolvidos na implementação. A LVIA atuou como entidade coordenadora da ação e responsável pelo ciclo técnico das obras; a DGEDR desempenhou o papel de entidade fiscalizadora das obras; a AAAC assegurou a monitorização socioambiental e a emissão do Certificado de Conformidade Ambiental; e várias empresas nacionais, nomeadamente Ercano Construções SARL, Grupo Santos SARL e Socoeistradas SARL, foram responsáveis pela execução dos diferentes lotes, após concurso público ou contratação direta conforme os casos justificados. A Unidade de Coordenação do Programa Ianda Guiné! e a Delegação da União Europeia acompanharam e supervisionaram a execução estratégica da ação.

Resultados observados e sinais de impacto

A intervenção hidroagrícola em Encheia produziu resultados estruturantes, plenamente alinhados com os quadros lógicos da Ação Ianda Guiné! Arrus e da subvenção FED/2019/408-408, contribuindo para o reforço da resiliência climática, a segurança alimentar e a mobilidade rural, de acordo com os

Relatório Final

resultados reportados nos documentos oficiais do Programa⁴⁷. Em particular, os resultados principais podem-se agrupar em:

a) Melhoria da acessibilidade e integração territorial

A criação de 16.759 metros de pistas e de infraestruturas hidráulicas permitiu garantir acessibilidade permanente entre tabancas, reduzindo significativamente o isolamento sazonal característico da bacia de Encheia. As deslocações que anteriormente duravam entre 45 minutos e 1h30 passaram a ser realizadas em cerca de 5 minutos, representando uma redução superior a 92% do tempo de viagem, ultrapassando a meta de 80% definida no quadro lógico revisado da ação.

Este impacto é particularmente relevante em contexto de mudanças climáticas, onde o aumento da variabilidade pluviométrica tornava intransitáveis os acessos durante a estação das chuvas.

b) Modernização das bolanhas e maior resiliência climática

As obras contribuíram para a modernização de 2.026 hectares de bolanha na bacia de Encheia, parte dos 5.549 hectares modernizados nas várias áreas de intervenção do projeto — valor que ultrapassa a meta inicial de 5.200 hectares.

As infraestruturas construídas permitiram:

- melhorar o controlo da intrusão salina;
- reforçar a drenagem durante as chuvas intensas;
- estabilizar as condições para o cultivo em anos de elevada variabilidade climática.

c) Funcionamento das obras de regulação da água (GGA)

Foram instaladas 96 estruturas de Gestão Global da Água na área de Encheia, das quais 83% estão em bom funcionamento, desempenho que contribuiu para um valor global de 91% de obras funcionais, acima do indicador de meta $\geq 80\%$ definido no quadro lógico do IGA.

Estas infraestruturas desempenham um papel crítico na adaptação climática, reduzindo perdas de produção associadas a secas súbitas, inundações ou marés altas.

d) Impacto no rendimento agrícola e segurança alimentar

A melhoria da gestão da água e do ordenamento das parcelas contribuiu para o aumento significativo da produtividade. Em 2024, o rendimento médio do arroz de mangal nas grandes áreas atingiu 1,511 ton/ha, representando um aumento de +34% face à linha de base (1,124 ton/ha).

⁴⁷ A presente síntese baseia-se nos relatórios narrativos e financeiros dos projetos Arrus e Eng. Rural, nos relatórios de monitorização (ROM) e na Avaliação Intercalar do Programa Ianda Guiné! (junho de 2023), que analisam a coerência e os contributos das intervenções face aos quadros lógicos aprovados.

Relatório Final

Em Encheia, a média passou de 1,062 para 1,340 ton/ha, um crescimento de +26% após as intervenções hidroagrícolas e adoção das novas técnicas de gestão hídrica e produtiva.

Estes ganhos demonstram um impacto direto na segurança alimentar dos agregados familiares e contribuem para o objetivo geral do programa: aumento de rendimentos e redução da insegurança alimentar dos produtores de arroz de mangal.

e) Expansão da área cultivada e recuperação de zonas abandonadas

Entre 2019 e 2024, verificou-se um aumento de 64% para 71% da área cultivada na bacia de Encheia, correspondendo à recuperação de parcelas anteriormente abandonadas ou não cultivadas — uma tendência positiva atribuída à melhoria da acessibilidade e das condições de gestão hídrica. A intervenção permitiu assim inverter processos de degradação e abandono, reforçando a capacidade das comunidades de enfrentar secas ou intrusão salina prolongada.

f) Fortalecimento da governança comunitária da água e das infraestruturas

Foram criados 11 Comités de Gestão e Manutenção (CdGMO), com 44 membros (2 mulheres e 2 homens por tabanca), responsáveis pela operação e manutenção das obras. Estes grupos receberam formação técnica prática e manuais específicos de manutenção, complementados pela entrega de kits operacionais para garantir a sustentabilidade das intervenções.

Este mecanismo reforça a governança local dos recursos hídricos e das infraestruturas, alinhado com o Produto 2 do quadro lógico: sistemas comunitários de gestão e manutenção em funcionamento.

g) Contribuição indireta para a proteção ambiental

Embora a intervenção de Encheia esteja centrada sobretudo nas obras hidroagrícolas e na acessibilidade, os seus efeitos articulam-se com o contexto ambiental local, caracterizado por cerca de 406 hectares de mangal na área de estudo, mapeados no Estudo de Referência⁴⁸. A melhoria da regulação da água e a estabilização das bolanhas contribuem para reduzir o stress hídrico sobre este ecossistema, reforçando indiretamente a sua função de proteção das bolanhas adjacentes e os seus serviços ecossistémicos associados, nomeadamente em termos de mitigação climática e proteção costeira.

Perceções dos/as beneficiários/as e partes interessadas

As perceções recolhidas mostram que a população compreende melhor os benefícios dos serviços dos ecossistemas de mangal; no entanto, a ausência de atividades que reforcem a sua valorização económica direta reduz o empenho na continuidade das intervenções de restauração. Assim, embora seja raro

⁴⁸ De acordo com o Estudo de Referência da zona de Encheia (Anexo 1 da Avaliação Intercalar do Programa Ianda Guiné! (junho de 2023)), a área total de mangal identificada na área de estudo é de aproximadamente 406 hectares. A presente avaliação não quantifica áreas de mangal restauradas ou protegidas especificamente pela intervenção em Encheia, mas analisa os efeitos indiretos da melhoria da gestão hídrica sobre este ecossistema.

Relatório Final

encontrar pessoas a cortar mangais que protegem as bolanhas, os mangais regenerados espontaneamente em áreas abandonadas ou em recuperação, mas não associados à proteção direta das zonas de regadio, continuam frequentemente a ser cortados para obtenção de lenha.

Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados

A Ação contribuiu simultaneamente para a segurança alimentar, a melhoria das condições de vida e o reforço da resiliência às alterações climáticas, sobretudo através da gestão hídrica e da preservação dos ecossistemas locais. A intervenção evidenciou desde cedo a relevância dos aspetos ambientais, como a salinização, a erosão, a sedimentação e a perda de fertilidade do solo, priorizando a proteção dos mangais remanescentes nas bolanhas. Contudo, numa fase inicial de implementação, a resposta dada aos desafios de conservação dos mangais revelou-se limitada: o processo de concertação comunitária foi considerado pouco robusto e a integração entre as componentes ambiental, agronómica e de engenharia mostrou-se insuficiente, conforme assinalado pela monitorização orientada para resultados (ROM) do Projeto Agricultura de Mangal⁴⁹. Em fases subsequentes da Ação, estes aspetos foram parcialmente abordados através do reforço das atividades de sensibilização ambiental, da melhoria da articulação entre as componentes técnicas e da integração progressiva das preocupações ambientais no desenho e na execução das intervenções hidroagrícolas. Apesar destes ajustamentos, os resultados finais em termos de restauração ativa do mangal permaneceram abaixo das metas inicialmente previstas.

A Ação atingiu 73% da meta relativa ao mangal protegido, envolvendo 561 pessoas durante 26 dias de intervenção, mas não conseguiu alcançar o objetivo de 1.000 ha, ficando pelos 729 ha.

No que diz respeito às infraestruturas, a execução física das obras demonstrou um nível elevado de eficácia. Todas as estruturas planeadas, pistas de ligação e obras hidráulicas, foram concluídas. Apesar de atrasos iniciais e de algumas dificuldades contratuais com empresas adjudicatárias, os mecanismos de supervisão e acompanhamento técnico asseguraram a boa qualidade das obras, dentro dos prazos ajustados e dos limites orçamentais. As pistas são hoje plenamente transitáveis e contribuem de forma tangível para a mobilidade interna e para o escoamento da produção agrícola nas zonas intervencionadas.

A gestão comunitária das infraestruturas hidráulicas revelou-se uma abordagem eficaz para aumentar a produtividade em ecossistemas frágeis como as bolanhas de mangal. Contudo, a sua expansão e consolidação exigem capacitação técnica contínua, mecanismos de recuperação de custos e apoio institucional para o fornecimento regular de peças de reposição — especialmente tubos de grande diâmetro —, criando condições para uma sustentabilidade operacional mais robusta e uma adoção mais ampla a nível nacional.

⁴⁹ Observações formuladas no âmbito da ROM do Projeto Agricultura de Mangal, realizada durante o período intermédio de implementação da Ação, com incidência sobre a robustez dos mecanismos de concertação comunitária e a integração entre componentes técnicas. A presente avaliação final analisa a evolução destes aspetos ao longo do ciclo completo da intervenção.

Relatório Final

Relativamente à manutenção e sustentabilidade das obras, a estrutura organizacional baseada em Comitês de Gestão garante alguma autonomia nas tarefas de manutenção, nomeadamente na regulação das águas e na vigilância dos diques e caminhos. Este modelo é replicável, desde que associado a formação contínua e a mecanismos de financiamento localizados que permitam cobrir os custos de manutenção. No entanto, a longo prazo, a sustentabilidade das infraestruturas continua dependente de apoios externos e de acompanhamento técnico regular, sobre tudo pelas obras de maior tamanho e que normalmente requerem um esforço de manutenção maior. A inexistência de mecanismos institucionais estáveis e de recursos financeiros próprios pode comprometer a capacidade das comunidades para assegurar a manutenção adequada das obras. Por isso, é essencial reforçar a articulação com os serviços públicos competentes, de modo a garantir a continuidade dos esforços iniciados pela Ação.

Lições aprendidas e recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

Uma lição central da intervenção em Encheia prende-se com a eficácia da abordagem hidroagrícola adotada, que combinou soluções técnicas modernas de gestão da água com conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades produtoras de arroz de mangal. Esta integração permitiu melhorar o funcionamento das bolanhas, reforçar a resiliência dos sistemas produtivos face à variabilidade climática e mitigar alguns dos efeitos adversos das alterações climáticas, nomeadamente a intrusão salina, as inundações súbitas e os períodos de stress hídrico. A experiência demonstra que este modelo de intervenção, baseado na adaptação às condições locais e na apropriação comunitária das infraestruturas, constitui uma boa prática com potencial de replicação a escala regional e nacional, incluindo no quadro das políticas públicas em desenvolvimento, como o Plano Nacional de Adaptação (NAP) da Guiné-Bissau, em preparação. Não obstante estes resultados positivos ao nível das infraestruturas hidroagrícolas, a intervenção evidenciou também desafios persistentes noutros domínios, em particular no que se refere à conservação dos ecossistemas de mangal.

A experiência demonstrou que o envolvimento das comunidades na conservação dos mangais exige a identificação de cadeias de valor sustentáveis, capazes de oferecer alternativas económicas viáveis à recolha de lenha. Apesar dos esforços de sensibilização e das atividades de restauração implementadas, a valorização económica limitada dos serviços dos ecossistemas reduziu a motivação para a manutenção contínua das áreas reflorestadas ou em regeneração. Esta lição sublinha a necessidade de integrar, em futuros ciclos de intervenção, atividades que reforcem a utilização sustentável dos mangais, enquanto asseguram benefícios diretos e tangíveis para as famílias.

A Ação adotou uma abordagem agroecológica coerente com os princípios da sustentabilidade ambiental, promovendo práticas agrícolas com baixo recurso a insumos externos e adaptadas às condições locais. As obras realizadas no âmbito do Projeto de Engenharia Rural contribuíram para esta visão integradora, proporcionando soluções de gestão hídrica compatíveis com uma utilização sustentável das bolanhas de mangal. Porém, em termos de sustentabilidade ambiental e de integração paisagística, a durabilidade e

Relatório Final

o impacto das infraestruturas poderiam ter sido reforçados com a inclusão de soluções de engenharia verde, complementares às obras convencionais. A intervenção enfrentou também constrangimentos legais relacionados com a obtenção de autorizações ambientais para algumas obras, revelando a importância de uma articulação mais eficaz com as entidades competentes desde as fases iniciais de planeamento.

Outra lição importante prende-se com a necessidade de estruturar desde o início um modelo robusto de gestão e manutenção, com responsabilidades claramente definidas entre comunidades, comités de gestão e autoridades públicas. Embora tenham sido criados mecanismos comunitários eficazes, a sustentabilidade a longo prazo das infraestruturas depende de recursos adequados para a manutenção preventiva e corretiva, e da implementação de mecanismos de autofinanciamento locais que permitam cobrir custos mínimos, como pequenas reparações e substituição de peças.

Para garantir a continuidade das obras ao longo do tempo, será igualmente necessário um acompanhamento técnico externo contínuo, que não dependa exclusivamente de financiamentos de projetos. O estabelecimento de parcerias duradouras com serviços públicos especializados, como as entidades responsáveis pelo ordenamento hidroagrícola, poderá assegurar o fornecimento regular de materiais essenciais e reduzir o tempo de inatividade das infraestruturas. A replicação da intervenção requer, assim, a combinação de três elementos: capacitação técnica contínua, mecanismos financeiros sustentáveis e apoio institucional sistemático — criando as condições para que as comunidades possam gerir autonomamente as infraestruturas, assegurando a sua durabilidade e eficácia.

Documentação fotográfica⁵⁰



⁵⁰ Fonte: Projeto Ianda Guiné! Arrus – LVIA (arquivo fotográfico do projeto)

Relatório Final



Estudo de caso 3 – IG! Horta (Oio e Cacheu)

Projeto e informações relevantes dessumidas pelos contratos	Designação da Ação: Nha Horta i Nha Sabura – Desenvolvimento Sustentável da Fileira Hortícola para a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional – Contrat FED/2019/ 413-681 Nome do requerente principal: Ajuda de desenvolvimento de povo para povo da Guiné-Bissau ADPP-GB Outras partes interessadas: Escola Vocacional de Bissorã, Escola de Formação de Professores em Bachil, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Guiné-Bissau (MADR) Duração da Ação: 48 meses Orçamento: 1.600.000 euros Documentos principais consultados: Relatório ROM (2022), Relatório Narrativo Intercalar 2021 – ADPP, Quadro Lógico da Ação
---	---

Contextualização

A horticultura constitui um pilar estratégico da segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau, tanto pela sua contribuição direta para a diversificação alimentar como pelo seu papel na geração de rendimento familiar, sobretudo em contextos periurbanos. De acordo com o inquérito realizado no âmbito desta avaliação, a horticultura desempenha um duplo papel no país: por um lado, assegura o acesso regular a alimentos frescos; por outro, representa uma fonte essencial de rendimento monetário para as mulheres, que constituem a esmagadora maioria dos produtores hortícolas.

Entretanto, o setor caracteriza-se por forte sazonalidade, fraca capacidade de conservação, reduzida ligação aos mercados e perdas pós-colheita significativas, sobretudo durante os picos de produção.

Relatório Final

A intervenção nas regiões de Cacheu e Oio procurou mudar o paradigma acima citado apostando no aumento da produção, mas fundamentalmente, numa lógica de cadeia de valor que integre a produção, a transformação, a comercialização e o consumo.

Descrição da intervenção

Objetivo geral

Aumentar os rendimentos e reduzir a insegurança alimentar e nutricional dos produtores da fileira hortícola.

Objetivos específicos

- Dinamizar a fileira hortícola nas áreas de intervenção;
- Melhorar a qualidade da dieta alimentar das famílias produtoras.

Atividades

- Reforço da produção hortícola sustentável (irrigação, sementes, técnicas ecológicas);
- Organização dos produtores em clubes hortícolas e cooperativas;
- Criação de centros comunitários de conservação e transformação hortícola;
- Capacitação em pós-colheita, conservação, transformação e comercialização;
- Estabelecimento de ligações com o setor privado local para absorção de excedentes.

Atores envolvidos

- ADPP-GB (coordenação e implementação);
- Organizações de produtores;
- Escolas técnicas (infraestruturas e formação);
- Cooperativas hortícolas regionais;
- Entidades privadas detentoras ou gestoras de infraestruturas de transformação.

Resultados observados e sinais de impacto

Paralelamente, registou-se um reforço consistente das capacidades técnicas dos beneficiários, apoiado na combinação entre formação, aprendizagem prática e acompanhamento no terreno. A criação e reabilitação de 41 campos-modelo contribuíram para uma melhor compreensão dos itinerários técnicos, maior domínio das práticas produtivas e fortalecimento das lideranças comunitárias, com efeitos particularmente visíveis nas regiões de Cacheu e Oio.

Relatório Final

Os investimentos em infraestruturas produtivas permitiram igualmente um aumento efetivo da produção e da disponibilidade local de alimentos. A construção ou reabilitação de 78 poços artesanais e a instalação de sistemas de irrigação, incluindo soluções com energia solar, melhoraram o acesso à água e a regularidade da produção, resultando numa produção acumulada superior a 350 toneladas de hortícolas no ano agrícola de 2022/2023 e reforçando a segurança alimentar a nível local.

No entanto, é ao nível da comercialização que se registaram melhorias significativas, com margens claras de crescimento e potencial para sustentar novos investimentos na produção. O reforço dos mecanismos de escoamento surge, assim, como um dos principais fatores de consolidação dos resultados alcançados.

Para fazer face às perdas constatadas na produção hortícola e frutícola, foi instalado na região um investimento de capital privado, o Parque Agroindustrial de Cacheu. Este complexo integra uma unidade de produção de gelo, uma oficina de serralharia, um sistema de contabilidade estruturado, bem como uma fábrica de embalagens e detergentes. O seu plano de desenvolvimento previa, numa perspetiva de médio e longo prazo, a criação de uma unidade de transformação de frutas e legumes. A implementação do IANDA, em articulação com o projeto de valorização da manga (WACOMP), executado pela UNIDO, contribuiu de forma decisiva para a operacionalização desta unidade: a construção ficou a cargo do IANDA Hortas, o fornecimento de equipamentos sob responsabilidade da UNIDO, e o Parque assumiu a montagem, a formação do pessoal e a gestão produtiva e comercial.

No âmbito desta parceria, foi formalizado um contrato de fornecimento entre o Parque Agroindustrial de Cacheu e uma cooperativa de horticultoras. Para além da comercialização da produção, o acordo prevê a criação de 10 postos de trabalho femininos na unidade e a participação da cooperativa no capital da unidade de transformação de frutas e legumes. Embora a fábrica ainda não esteja plenamente operacional, dispõe já de equipamentos instalados, de uma equipa formada para a linha de transformação, de uma marca própria e de propostas comerciais em curso.

Esta parceria revela-se particularmente relevante na medida em que a participação do setor privado funciona como âncora dos investimentos realizados. Apesar de as quantidades atualmente transacionadas serem ainda incipientes, existe um quadro de colaboração formalizado e uma capacidade real de absorção das perdas registadas, criando condições favoráveis para a escalabilidade futura da produção e da transformação.

Perceções das partes interessadas

Esta parceria estrutura um modelo de benefício mútuo que alinha os interesses dos produtores, do projeto de desenvolvimento e do setor privado, reforçando a sustentabilidade económica e a ancoragem local dos investimentos realizados.

Relatório Final

Para os produtores, a garantia antecipada de compra da produção permite reduzir riscos, concentrar esforços na produção e maximizar os investimentos realizados.

Para o projeto WACOMP, a operacionalização da unidade de transformação constitui um contributo concreto para o reforço da cultura de industrialização na Guiné-Bissau, promovendo a valorização local da produção agrícola e a criação de valor acrescentado.

Para o Parque Agroindustrial de Cacheu, esta unidade representa uma oportunidade estratégica de investimento, bem como um mecanismo de integração efetiva da comunidade local na sua filosofia de intervenção, baseada na articulação entre setor privado, produtores e desenvolvimento territorial.

Fatores de sucesso

Até aqui, o sucesso desta parceria assenta, em grande medida, na conjugação entre a garantia de escoamento da produção e a complementaridade dos papéis entre os diferentes atores, que cria previsibilidade económica, reduz riscos e articula de forma eficiente produção, apoio técnico e investimento privado.

Lições aprendidas e recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

A associação com o setor privado deve ser encarada como um princípio central de sustentabilidade em todas as intervenções ligadas a cadeias de valor. Parcerias baseadas em ganhos mútuos permitem assegurar o escoamento da produção, reduzir perdas e criar valor económico local, beneficiando produtores, projetos e empresas. Para garantir durabilidade, estas parcerias devem ser formalizadas, com responsabilidades e benefícios claramente definidos desde o início. Esta abordagem aumenta a viabilidade económica das ações e a sua continuidade no médio e longo prazo.

Estudo de caso 4- IG! Galinhas

Projeto e informações relevantes dessumidas pelos contratos	Designação da Ação: “Nô pui asas pa disinvovimentu – Promoção da fileira avícola na Guiné-Bissau” – II Fase, Ação de programa: Ianda Guiné! Galinhas
	Nome do requerente principal: Associazione Mani Tese
	Outras partes interessadas: Asas de Socorro, Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), Universidade de Turim (UNITO)
	Duração da Ação: 60 meses
	Orçamento: 1,862,182 € com a contribuição da EU 1.750.000 €

Relatório Final

	Documentos principais consultados: Relatório Narrativo Final 2023, Descrição da Ação (Mani Tese, 2018), Relatório ROM Consolidado (2022), Avaliação final
--	--

Contextualização

A Guiné-Bissau apresenta uma forte dependência estrutural das importações de produtos avícolas (ovos, carne de frango) e dos principais fatores de produção, nomeadamente pintos de um dia, rações industriais e medicamentos veterinários. Esta dependência externa torna o setor particularmente vulnerável a choques exógenos, como flutuações cambiais, crises económicas internacionais e ruturas logísticas, frequentemente observadas no país.

É neste contexto que se insere a **Ação Ianda Guiné Galinhas “*Nô pui asas pa desenvimentu*”**, financiada pela União Europeia e implementada entre 2019 e 2023, com intervenção em seis regiões do país (Cacheu, Oio, Biombo, Bafatá, Gabú e Setor Autónomo de Bissau). A ação integrou-se numa abordagem programática mais ampla de promoção da segurança alimentar e nutricional e de reforço das cadeias de valor agroalimentares.

O projeto partiu do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável da avicultura nacional dependeria menos da substituição pontual de importações e mais da construção progressiva de fatores produtivos domésticos, capazes de estruturar a fileira a médio e longo prazo.

Descrição da intervenção

Objetivo geral

Contribuir para o aumento sustentável do rendimento dos atores da cadeia de valor avícola e para a redução da dependência externa do setor avícola na Guiné-Bissau.

Objetivos específicos

- Reforçar a produção avícola familiar (Programa de Avicultura Familiar – PAF);
- Desenvolver empresas nacionais fornecedoras de insumos (pintos, ração, serviços);
- Estruturar serviços veterinários e para-veterinários descentralizados;
- Promover a articulação entre produtores, empresas e instituições públicas.

Principais atividades

- Apoio direto aos aviários familiares, incluindo formação técnica, equipamentos e acompanhamento;
- Subvenções e assistência técnica a duas empresas nacionais: CEDAVES SARL e PIU PIU AWARA SARL, com foco na produção de ovos, pintos e ração;
- Formação e organização de para-veterinários, abertura de farmácias veterinárias regionais e campanhas de vacinação;

Relatório Final

- Investigação aplicada sobre rações avícolas com matérias-primas locais, em parceria com a Universidade de Turim;
- Realização de feiras avícolas para promoção do mercado nacional.

Atores envolvidos

- Mani Tese (coordenação geral);
- Asas de Socorro (implementação comunitária);
- Instituto Marquês de Valle Flôr – IMVF (saúde animal e formação);
- Universidade de Turim (investigação em nutrição animal);
- Direção Geral da Pecuária (DGP);
- Empresas nacionais e organizações de produtores (UPCA, APAV-GB)

Resultados observados e sinais de impacto

De forma global, ação Ianda Guiné Galinhas desenvolveu esforços relevantes em prol do desenvolvimento do setor avícola, nomeadamente através das seguintes intervenções:

- No apoio aos 104 aviários familiares beneficiaram de suporte para a produção de ovos, dos quais 64% permaneciam ativos no final da intervenção, evidenciando uma apropriação real da atividade por uma parte significativa dos beneficiários;
- No reforço dos serviços de apoio técnico e sanitário, foram criadas farmácias veterinárias comunitárias, estruturada a rede de para-veterinários da APAV-GB e realizada a formação de técnicos em biossegurança e gestão sanitária, contribuindo para a melhoria do acesso a serviços básicos de sanidade animal e assistência técnica;
- Na produção de alimentação animal, estabeleceu-se uma parceria com a Universidade de Turim e o Instituto Politécnico de Bragança para a produção local de ração que não teve resultados economicamente sustentáveis, principalmente devido ao custo elevado do milho e à escassa disponibilidade de matérias-primas locais. Paralelamente, a ação não conseguiu transformar as empresas apoiadas em fornecedoras consistentes de insumos, pintos do dia e assistência técnica para os pequenos produtores, o que limitou o potencial de integração e consolidação da cadeia de valor avícola.

Neste contexto, teria sido pertinente integrar uma fase de *inception* anterior à implementação direta da cadeia de valor, orientada para o reforço estrutural prévio dos atores-chave responsáveis pelo fornecimento dos fatores produtivos essenciais. Uma tal abordagem permitiria estabelecer, desde o início, as condições mínimas de funcionamento do sistema avícola, assegurando o fornecimento regular

Relatório Final

de pintos do dia, ração animal, medicamentos veterinários e assistência técnica, elementos críticos para a sustentabilidade, autonomia e escalabilidade da avicultura familiar.

A Ação revelou-se particularmente ambiciosa ao procurar reduzir a dependência externa sem, contudo, ter criado previamente bases produtivas internas suficientemente consolidadas. Pretendeu-se apoiar simultaneamente pequenos produtores familiares e operadores com maior capacidade estrutural, partindo do pressuposto de que a consolidação destes últimos geraria, por efeito de arrastamento, condições favoráveis à viabilidade dos aviários familiares.

Contudo, embora nenhuma das duas empresas tenha conseguido assumir plenamente o papel de empresa âncora da cadeia, a CEDAVES (detida pela associação Asas do Socorro) conseguiu desempenhá-lo em parte, enquanto a COAJQ Piu Piu Awara (detida pela cooperativa COAJQ) teve um desempenho muito mais limitado. Esta situação deve-se, por um lado, à insuficiência de apoio financeiro estruturante e, por outro, à ausência de um modelo de negócio claramente definido e coerente com as exigências do mercado avícola. Como consequência direta, os pequenos produtores mantiveram-se fortemente dependentes do abastecimento externo, sobretudo do mercado senegalês, o que elevou significativamente os custos de produção, agravou os constrangimentos logísticos e reduziu as margens económicas. Este contexto fragilizou a rentabilidade da atividade e contribuiu para um progressivo abandono de uma parte significativa dos beneficiários, apesar do potencial reconhecido da avicultura como atividade geradora de rendimento e promotora de segurança alimentar.

Esta fragilidade estrutural reflete-se nos resultados de sustentabilidade observados: em dezembro de 2025, durante a missão de avaliação, constatou-se que apenas cerca de 30% dos beneficiários inicialmente apoiados permaneciam ativos, confirmando que, na ausência de fatores produtivos internos consolidados, os ganhos alcançados durante a fase de implementação não se traduziram numa continuidade duradoura da atividade.

Perceções dos/as beneficiários/as e partes interessadas

Os beneficiários reconhecem que a Ação criou oportunidades iniciais de geração de rendimento e melhorou o acesso a conhecimentos técnicos, mas consideram que a continuidade da avicultura se tornou difícil após o fim do apoio direto. O elevado custo da ração, a irregularidade no fornecimento de pintos, a necessidade de abastecimento no Senegal e a redução da assistência técnica são apontados como os principais fatores que levaram ao abandono da atividade por muitos produtores.

As empresas CEDAVES e Piu Piu Awara partilham a perceção de que a ambição da intervenção não foi acompanhada por um nível de investimento financeiro e estrutural suficiente para lhes permitir assumir plenamente o papel de empresas âncora da cadeia. Ambas consideram que a ausência de um modelo de negócio consolidado, aliada ao elevado custo das matérias-primas e à dependência de importações, limitou a sua capacidade de fornecer insumos e serviços de forma regular e sustentável.

Relatório Final

De forma convergente, beneficiários e empresas consideram que a intervenção foi pertinente, mas excessivamente ambiciosa face às condições estruturais existentes, reforçando a necessidade de uma abordagem faseada, centrada primeiro na consolidação dos fatores produtivos internos, antes da expansão do apoio aos produtores familiares.

Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados

Para além dos constrangimentos estruturais, fatores de natureza institucional e de gestão contribuíram de forma decisiva para limitar o desempenho da ação. A fraca coordenação e o insuficiente alinhamento entre os atores de implementação (organizações internacionais, parceiros nacionais e empresas privadas) traduziram-se em divergências metodológicas, falhas de comunicação e ausência de mecanismos eficazes de decisão partilhada, reduzindo a eficiência da intervenção e atrasando ajustes estratégicos face às dificuldades emergentes.

Paralelamente, num contexto marcado pelas perturbações associadas à pandemia de COVID-19, a ainda limitada robustez dos sistemas de monitorização e dos mecanismos de ajuste em tempo útil condicionou uma adaptação mais progressiva do modelo de intervenção. A disponibilidade reduzida de dados sistemáticos sobre custos, rentabilidade e abandono da atividade dificultou igualmente a reorientação atempada da ação, antes que alguns efeitos negativos se consolidassem.

Lições aprendidas e recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

Da análise da implementação e dos resultados alcançados emergem lições-chave que apontam para ajustamentos estruturais necessários no desenho e na governação de futuras intervenções.

A primeira lição evidencia que a coordenação eficaz entre os atores de implementação e a existência de um sistema robusto de monitorização e adaptação são condições essenciais para a sustentabilidade das ações. A articulação institucional ainda limitada, aliada à inexistência de mecanismos plenamente estruturados de decisão partilhada e à reduzida disponibilidade de dados sistemáticos sobre custos, rentabilidade e abandono da atividade, acabou por condicionar, em certa medida, a capacidade de adaptação da Ação face às dificuldades emergentes. Estes fatores poderão ter influenciado a agilidade na tomada de decisões e na introdução de ajustamentos, sugerindo a importância de reforçar estes aspetos para uma resposta ainda mais eficaz ao longo da implementação. Recomenda-se, por conseguinte, o reforço da governação da implementação, com papéis claramente definidos, processos formais de coordenação e um sistema de monitorização contínua que permita correções estratégicas atempadas.

A segunda lição demonstra que intervenções excessivamente ambiciosas, sem uma fase prévia de consolidação estrutural, tendem a fragilizar os resultados alcançados. A tentativa de atuar simultaneamente em vários elos da cadeia de valor, sem garantir previamente a solidez dos fatores produtivos essenciais e dos atores âncora, diluiu recursos e aumentou os riscos operacionais.

Relatório Final

Recomenda-se, assim, que futuras ações adotem uma abordagem faseada e realista, começando pelo reforço dos elos críticos da cadeia, nomeadamente empresas âncora, fornecimento de insumos e serviços técnicos, antes da expansão do apoio aos produtores familiares.

Uma terceira e muito importante lição o reside na opção por uma abordagem orientada para o mercado que, mesmo quando operacionalizada através de empresas sociais e acompanhada por um apoio técnico e financeiro contínuo, pode gerar resultados sustentáveis e contribuir para a estruturação de setores económicos ainda incipientes. Nesse sentido, destaca-se a consolidação da CEDAVES como principal empresa do setor avícola e como agente dinamizador do mercado nacional, tendo alcançado um nível significativo de autossuficiência e sustentabilidade.

Estudo de Caso 5 – IG! Djuntu – Reforço: Djuntu Não Pudi

Projeto e informações relevantes dessumidas pelos contratos	Designação da Ação: Ianda Guiné! Djuntu Reforço – Programa para a Resiliência e as Oportunidades Socioeconómicas para a Guiné-Bissau, FED/2018/404-202 e FED/2019/409-271
	Nome do requerente principal: Instituto Marquês de Valle Flôr
	Outras partes interessadas: N/A
	Duração da Ação: 01/01/2019 – 31/12/2024; 72 meses
	Orçamento: 8.500.000 (IG Djuntu) + 700.000 EUR (IG Reforço)
	Documentos principais consultados: Avaliação Intercalar / Avaliação ROM/ Relatório Final

Contextualização

A sociedade civil na Guiné-Bissau desenvolveu-se num contexto histórico marcado por fragilidade estatal permanente, instabilidade política, baixos níveis de escolaridade e transgressões ao nível dos direitos humanos. Ao longo das últimas décadas, estas dinâmicas estruturais moldaram um espaço cívico simultaneamente dinâmico, resiliente e altamente vulnerável, no qual as organizações da sociedade civil (OSC) assumem um papel central na vida social, política e económica do país.

A Guiné-Bissau possui uma sociedade civil historicamente forte e profundamente enraizada. As organizações sociais e comunitárias remontam a estruturas pré-coloniais, tendo evoluído como mecanismos alternativos de organização social, autoridade política e sobrevivência económica em contextos de escassez e ausência estatal. Durante os períodos colonial e pós-colonial, a população desenvolveu esferas paralelas de governação e provisão de serviços, que funcionaram como contrapesos ao poder centralizado e como fontes de legitimidade local. Este paradoxo entre um Estado frágil e uma

Relatório Final

sociedade civil mais forte, tradicional e moderna, continua a caracterizar o relacionamento entre o Estado e as OSC na Guiné-Bissau.

A liberalização política iniciada no final dos anos 1980 e consolidada com a revisão constitucional de 1991, que consagrou o pluralismo político e as liberdades fundamentais, levou à proliferação de associações, ONG, sindicatos, meios de comunicação independentes e redes de advocacia, muitas delas apoiadas por doadores internacionais. Estas organizações passaram a constituir o núcleo formal de uma sociedade civil organizada, ativa em múltiplos setores do desenvolvimento.

Num país classificado entre os mais pobres do mundo, com graves défices de serviços públicos, infraestruturas e capital humano, as OSC — incluindo ONG e instituições religiosas — desempenham um papel extremamente relevante na prestação de serviços básicos, como saúde, educação, agricultura e apoio social. Diversos atores nacionais e internacionais reconhecem que as OSC atuam como intermediárias sociais fundamentais entre o Estado e os cidadãos, sendo essenciais para: (i) mobilizar comunidades; (ii) facilitar o acesso a serviços; (iii) promover participação cívica; (iv) melhorar os mecanismos de prestação de contas. A forte tradição de mobilização política e a presença territorial das OSC colocam-nas numa posição privilegiada para canalizar as vozes das comunidades, sobretudo em contextos rurais e periféricos, onde a presença estatal é limitada ou inexistente.

O quadro jurídico que regula as OSC é relativamente permissivo. O Decreto n.º 23/92 define as normas para a criação, funcionamento e dissolução das ONG, distinguindo entre associações, fundações, ONG e redes/plataformas. A Constituição garante o direito de associação, permitindo que organizações operem mesmo sem registo formal, embora a maioria procure reconhecimento legal para facilitar parcerias e acesso a financiamento.

A supervisão estatal das OSC tem sido institucionalmente inconstante. A estrutura inicialmente responsável (SOLIDAMI⁵¹) foi substituída, mais tarde, pela DGCANG⁵², integrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, enquanto o registo permanece sob tutela do Ministério da Justiça. Esta fragmentação institucional contribui para ambiguidade regulatória, fraca coordenação e limitada capacidade de apoio e supervisão.

As capacidades das ONG revelam importantes potencial e fragilidades estruturais. Entre os principais desafios identificados destacam-se: (i) frágil governação interna; (ii) capacidades limitadas de gestão financeira e administrativa; (iii) coordenação inter-organizacional reduzida; (iv) elevada dependência de financiamento externo. Por outro lado, o setor apresenta ativos relevantes, incluindo: a sua diversidade geográfica e setorial; a boa relação com as comunidades; a liderança jovem, motivada e

⁵¹ Solidariedade e Amizade (SOLIDAMI), uma estrutura paraestatal criada pelo Governo da Guiné-Bissau em 1984 com o objetivo de coordenar, apoiar e supervisionar a ajuda não-governamental no país.

⁵² Direção-Geral de Coordenação da Ajuda Não-Governamental.

Relatório Final

dinâmica; as redes orgânicas com raízes locais e regionais; o reconhecimento crescente do seu papel na prevenção de conflitos, promoção da coesão social e advocacia por direitos.

A sociedade civil guineense tem-se destacado como um ator relevante na promoção de direitos sociais e humanos na Guiné-Bissau, assumindo um papel central no desenvolvimento, sensibilização, prestação de serviços de saúde e advocacia, apesar das suas fragilidades estruturais. Porém, a sua influência sobre decisões de alto nível continua a ser limitada, sendo que o Estado raramente envolve a sociedade civil na formulação de políticas ou estratégias nacionais.

Nos últimos anos, a Guiné-Bissau tem registado um acentuado declínio no respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, conforme evidenciado no mais recente relatório do Mecanismo de Revisão Periódica Universal⁵³ (2025). Este contexto tem impacto direto sobre a atuação das OSC, limitando o espaço de ação cívica e aumentando os riscos associados à mobilização social e à advocacia. Enquanto, existe atualmente uma convergência de interesse entre doadores, parceiros técnicos e OSC para fortalecer abordagens baseadas em participação, prestação de contas e envolvimento cívico.

Descrição da intervenção

Foi neste contexto que o Ianda Guiné Djuntu foi implementado, assente na convicção de que, ao reforçarem a governação interna, profissionalização e autorregulação das OSC, as mesmas poderão consolidar-se como parceiras de desenvolvimento mais sólidas, contribuindo de forma decisiva para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, participativo e sustentável na Guiné-Bissau.

“Ianda! Guiné Djuntu – Reforço”, teve assim como objetivo específico que, os cidadãos do país se tornassem protagonistas na resolução de problemas coletivos. O apoio a 71.000 beneficiários traduziu-se na operacionalização de oito Centros de Recurso – ainda que somente alguns funcionam atualmente; um Gabinete de Apoio Permanente; produção de conhecimento; sistematização do Método Djuntu⁵⁴. A intervenção realizou 309 sessões de esclarecimento envolvendo mais de 8.000 participantes e 445 sessões de formação, que capacitaram mais de 5.500 pessoas. Foram recebidas 1.516 propostas, das quais resultaram 466 contratos assinados e 458 subvenções implementadas. O apoio às Organizações de Longo Percurso e Experiência Consolidada traduziu-se em 5 subvenções atribuídas em 2020 e executadas conforme previsto.

Resultados observados e sinais de impacto

⁵³ Mecanismo de Revisão Periódica Universal (UPR) é um mecanismo criado em 2006 pelo Conselho de Direitos Humanos, com a função de analisar, periodicamente, a situação de direitos humanos em todos os países do mundo. Esta análise é efetuada por um Grupo de Trabalho criado pelo Conselho, que discute a situação de todos os países em ciclos atualmente com a duração de 5 anos. No âmbito do debate ocorrido no seio deste Grupo de Trabalho, são formuladas recomendações ao Estado visado, que escolhe as que deseja aceitar, tendo depois a responsabilidade de lhes dar seguimento. No caso da Guiné-Bissau, a Liga Guineense dos Direitos Humanos lidera o processo.

⁵⁴ O Método Djuntu é a metodologia de intervenção usada pelo programa para tornar possível este tipo de participação comunitária — funcionando como uma “caixa de ferramentas” adaptada para coletivos, mesmo sem experiência prévia.

Relatório Final

Observa-se uma maior capacidade de organização comunitária – o que contribuiu para o empoderamento, autoestima e prestígio local da comunidade que frequentemente se sentem marginalizadas pelos processos locais e nacionais de decisão – porém isto não se traduz em proatividade e capacidade para se candidatarem a financiamentos futuros. Constatou-se, ainda, uma forte expectativa de que o modelo atual de apoio e financiamento venha a ser prolongado ou replicado no futuro.

Quanto à sustentabilidade da intervenção, verifica-se uma apropriação das infraestruturas visitadas e confiança nos mecanismos de governação comunitária criados. Uma pequena minoria manifesta incertezas em relação à continuidade dos resultados das ações. No entanto, quando se adiciona a estes o grupo de 10,3% que não respondeu, torna-se evidente que cerca de um terço da comunidade não demonstra total segurança quanto à sustentabilidade pós-projeto, sublinhando que estas estão dependentes de um acompanhamento estruturado, que apelaria a um plano de transição mais sólido que acompanhasse as iniciativas já criadas.

Perceções dos/as beneficiários/as e partes interessadas

A maioria dos inquiridos no âmbito da avaliação confirma a expansão e a consolidação dos Comités Comunitários de Organização (CCO), sobretudo no meio rural, com o apoio do Programa. Contudo não manifestaram o mesmo reconhecimento no que se refere ao *Método Djuntu* e/ ou aos “centros de recursos”. A percepção da comunidade ao nível de resolução de problemas coletivos alcançado pelas soluções implementadas pelas intervenções é positiva. A maioria afirma que o programa contribuiu “muito” para a melhoria das condições de vida comunitária, enquanto uma minoria é mais cética.

Quanto ao apoio recebido pelo programa, este é reconhecido como positivo, sendo que os benefícios são enumerados como, formação, capacitação, disponibilização de materiais, melhoria de infraestruturas e resolução de problemas coletivos, no sentido de reforçar as capacidades locais e na promoção da autonomia comunitária.

Em síntese, segundo os beneficiários, a intervenção foi bem-sucedida, relevante e transformadora, com forte apropriação comunitária e impactos positivos palpáveis. Existe uma percepção generalizada que o projeto contribuiu para melhorar a vida das pessoas de forma transversal, uma vez que o projeto tinha efeitos diretos e indiretos ao nível da educação, saúde, saneamento, agricultura, coesão social e infraestruturas. As principais áreas a melhorar prendem-se com o reforço da sustentabilidade a longo prazo, e com a visibilidade do projeto, uma vez que mais de metade dos beneficiários não reconhecem saber quem financia o projeto e não compreendeu a dinâmica das intervenções adentro do Programa.

Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados

São reconhecidos como fatores de sucesso, a amplitude geográfica da intervenção, mas também a consolidação do envolvimento da diáspora guineense através da criação Plataforma da Diáspora Guineense, por exemplo - um marco relevante na estruturação do diálogo entre organizações da diáspora

Relatório Final

e os processos de desenvolvimento da Guiné-Bissau. A diversidade geográfica das organizações envolvidas e a articulação com representações diplomáticas e autoridades nacionais reforçam a legitimidade, alcance internacional e potencial de influência da iniciativa.

A dinamização de espaços inclusivos de diálogo e participação cívica, nomeadamente os oito encontros com as Organizações da Diáspora, e os quatro *Djumbai* (s), também evidencia a capacidade do projeto de criar e sustentar espaços de diálogo múltiplos atores, reunindo sociedade civil, comunidades beneficiárias por todo o país, Estado, parceiros internacionais e doadores, num ambiente favorável à troca de experiências e aprendizagem coletiva.

Os avanços estratégicos em processos estruturantes de participação cidadã, como a Convenção Cidadã, em sinergia com o PNUD e liderados pela Casa dos Direitos, demonstram alinhamento estratégico com abordagens de governação participativa e cidadania ativa, com potencial para gerar efeitos estruturantes para além do ciclo do projeto.

A capacidade de adaptação na gestão da execução dos projetos comunitários, face aos atrasos registados na implementação dos projetos apoiados pelo *Método Djuntu*, a adoção de uma estratégia de apoio direto e reforçado à fase final de execução técnica e financeira revelou-se eficaz. A conclusão da execução financeira de 34 dos 38 projetos com maiores atrasos demonstra capacidade de resposta, flexibilidade operacional e orientação para resultados.

A capitalização e valorização do conhecimento gerado pela ampliação do estudo sobre o Método Djuntu, incorporando dimensões como sustentabilidade e boas práticas, bem como a publicação sobre os Pequenos Planos de Mudança, evidenciam um investimento consistente na produção de conhecimento transferível, facilitando a replicabilidade do método noutros contextos.

A Continuidade e integração de sistemas e instrumentos estruturantes, através da transferência do SIPP⁵⁵ para um novo projeto da União Europeia na área da boa governação assegura a continuidade e valorização de um instrumento-chave.

Desafios impõem-se quando analisado o impacto da instabilidade política e segurança na sustentabilidade das ações, bem como as fragilidades no seu sistema de monitoria e reporte. A avaliação não teve possibilidade de verificar o rigor dos dados respetivos a resultados e impacto da intervenção, na ausência de uma avaliação independente exclusivamente focada no projeto.

No seu conjunto, a Ação IG! Djuntu demonstra fortes capacidades de coordenação, mobilização de atores, com resultados relevantes ao nível da participação cidadã, envolvimento da diáspora e capitalização de conhecimento, contudo com limitações (ver análise em detalhe na resposta à QA6 do relatório final), para além do que já foi referido anteriormente.

⁵⁵ Sistema de Informação de Planos e Projetos.

Relatório Final

Lições aprendidas

1. A flexibilidade programática é essencial em contextos de elevada instabilidade. Em contextos como o da Guiné-Bissau, marcados por fragilidade institucional e volatilidade política, modelos rígidos de implementação comprometem a relevância e a eficácia das ações. Abordagens flexíveis, adaptativas e sensíveis ao contexto permitem responder a mudanças rápidas e manter a pertinência da intervenção ao longo do tempo.
2. O reforço institucional é condição-chave para a sustentabilidade. O foco excessivo em atividades de curto prazo, sem investimento consistente no reforço institucional das organizações locais, limita a sustentabilidade dos resultados. Mais capacitação contínua em gestão, governação interna, análise política e monitorização verifica-se fundamental para aumentar a autonomia das organizações locais, a sua resiliência operacional e a credibilidade da sociedade civil guineense em geral.
3. Parcerias equitativas e participação comunitária aumentam a apropriação local. Intervenções concebidas e implementadas de forma vertical tendem a gerar dependência. Parcerias mais equilibradas, combinadas com participação ativa das comunidades desde o desenho, promovem maior apropriação, legitimidade social e continuidade das ações após o fim do apoio externo.
4. Transparência e prestação de contas reforçam confiança e legitimidade. A adoção de mecanismos mais robustos de prestação de contas contribui para a legitimidade das organizações da sociedade civil e para a sua capacidade de diálogo com o Estado e respetivos financiadores.
5. Os fortalecimentos de redes ampliam a influência e resiliência da sociedade civil. Organizações isoladas são mais vulneráveis e menos influentes. O fortalecimento de redes, plataformas e coligações, incluindo organizações femininas, juvenis, comunitárias, potencia sinergias, aumenta a capacidade de advocacia e contribui para uma sociedade civil mais representativa, inclusiva e resiliente.
6. Estratégias de saída tardias comprometem a autonomia das organizações locais. Quando as estratégias de saída e transição são definidas apenas no final do projeto, os riscos de descontinuidade são mais elevados. Estratégias de saída claras, negociadas desde o início, facilitam a apropriação gradual, a transferência de responsabilidades e a sustentabilidade institucional.
7. O envolvimento do Estado é indispensável para legitimidade e sustentabilidade das intervenções. Mesmo em contextos de fragilidade estatal, a exclusão das instituições públicas enfraquece a legitimidade e a sustentabilidade das intervenções. O envolvimento contínuo do Estado — adaptado à realidade — contribui para o alinhamento institucional, reconhecimento formal e integração das ações em políticas públicas, sem comprometer a autonomia da sociedade civil.

Em suma, as lições aprendidas indicam que o sucesso das intervenções de apoio à sociedade civil na Guiné-Bissau depende menos do volume de financiamento e mais da qualidade do desenho

Relatório Final

programático, da centralidade do reforço institucional, da apropriação local e da capacidade de adaptação a um contexto frágil e volátil.

Recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

Recomenda-se que futuras intervenções de apoio à sociedade civil na Guiné-Bissau mantenham — e aprofundem — um modelo de financiamento programático, no qual as ações estejam efetivamente articuladas entre si para maximizar resultados, coerência e impacto. Esse modelo deverá ser flexível e orientado para o reforço institucional das organizações locais, privilegiando parcerias equitativas, participação comunitária e mecanismos mais robustos de transparência e prestação de contas. Para assegurar resultados sustentáveis, o apoio deverá combinar:

- (i) capacitação contínua em gestão, governação interna, análise de contexto político e monitorização;
- (ii) fortalecimento de redes e plataformas da sociedade civil, incluindo organizações femininas, comunitárias, juvenis e de pessoas com deficiência;
- (iii) integração sistemática de abordagens de cidadania ativa, coesão social e resolução de conflitos;
- (iv) mecanismos adequados de mitigação de riscos e proteção de ativistas; e
- (v) estratégias de saída e transição definidas no momento do desenho da intervenção, em que as partes são envolvidas desde o início promovendo de forma efetiva a sua autonomia, apropriação gradual e a transferência progressiva de responsabilidades para as organizações e instituições nacionais. Este modelo deve estar plenamente adaptado à realidade política e administrativa da Guiné-Bissau, onde a fragilidade estatal, a elevada rotatividade institucional exige intervenções cuidadosamente contextualizadas, baseadas em evidência e orientadas para fortalecer a resiliência operacional e a autonomia da sociedade civil guineense. É igualmente essencial que as instituições do Estado sejam envolvidas em todas as etapas do processo, garantindo alinhamento, legitimidade e sustentabilidade das ações desenvolvidas.

Documentação fotográfica



Figura 4 Publicação sobre o controlo social das políticas públicas na Guiné-Bissau, com enfoque nas dinâmicas de participação das organizações da sociedade civil.

Estudo de Caso 6 – IG! Saúde: Passos para o Futuro no Sector da Saúde, na Guiné-Bissau

Projeto e informações relevantes dessumidas pelos contratos	Designação da Ação: Ianda Guiné Saúde - Reforço do Sistema de Saúde da Guiné-Bissau, FED/2019/411-998
	Nome do requerente principal Camões - Instituto da Cooperação e da Língua IP
	Outras partes interessadas : Fundação Calouste Gulbenkian
	Duração da Ação: 24/12/2019 - 23/01/2024, 49 meses
	Orçamento: 2.140.000 EUR (dos quais 140.000 EUR como cofinanciamento)
	Documentos principais consultados: Avaliação ROM e avaliação intercalar e Relatório Final

Contextualização

O setor da saúde na Guiné-Bissau apresenta uma combinação de fragilidades profundas. A infraestrutura permanece insuficiente e desigualmente distribuída pelo país, o acesso a cuidados de qualidade é

Relatório Final

limitado, e os indicadores de mortalidade maternal e infantil permanecem entre os mais elevados do continente e do mundo.

A ONU estima reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos, até 2030; porém a mortalidade materna, segundo dados do Banco Mundial⁵⁶, estima-se neste momento a 505 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos decorrentes de causas relacionadas à gravidez. A razão de mortalidade materna no país apresentou uma redução significativa, passando de 1.851 em 2000 para 505 em 2023. Apesar dessa melhoria, a mortalidade materna na Guiné-Bissau permanece superior à média regional⁵⁷, enquanto a cobertura vacinal, de medicação e serviços essenciais sofrem com deficiências estruturais e logísticas.

O acesso universal e equitativo a cuidados de saúde de qualidade continua a representar um dos principais desafios estruturais do Sistema Nacional de Saúde da Guiné-Bissau. Apesar de alguns progressos nos últimos anos, persistem lacunas significativas no acesso, na qualidade dos serviços prestados e na capacidade de governação do setor, o que justifica a sua identificação como área prioritária nos principais documentos estratégicos do Governo e dos seus parceiros de desenvolvimento.

Descrição da intervenção

Foi neste contexto que se implementou a intervenção IANDA Guiné Saudi, concebida com o objetivo de contribuir para o reforço estrutural do sistema nacional de saúde, através do fortalecimento das capacidades institucionais, da qualificação dos recursos humanos e da melhoria da coordenação e liderança do setor. A lógica de intervenção assentou no princípio de que a consolidação de estruturas nacionais com capacidade efetiva de planeamento, gestão e coordenação seriam condições essenciais para a progressiva concretização da cobertura universal de saúde na Guiné-Bissau.

A intervenção privilegiou o reforço da capacidade de desenvolvimento e implementação de políticas públicas do Ministério da Saúde, através do desenvolvimento e da implementação de instrumentos práticos de planeamento, gestão e monitorização, adaptados à realidade institucional e operacional do país. Paralelamente, foi dada particular atenção à qualificação dos recursos humanos da saúde, reconhecendo-se que a disponibilidade de profissionais competentes e devidamente valorizados constituem um fator crítico para a melhoria da qualidade dos serviços.

Um dos eixos centrais da intervenção consistiu no reforço das capacidades das estruturas nacionais de formação, em particular da Escola Nacional de Saúde, bem como na formação especializada de profissionais do Serviço Público em áreas clínicas prioritárias, como a anestesiologia, a cirurgia geral e

⁵⁶ WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group, and UNDESA/Population Division. *Trends in maternal mortality estimates 2000 to 2023*. Geneva, World Health Organization, 2025.

⁵⁷ A razão é definida como o número de óbitos de mulheres por causas relacionadas à gravidez ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gravidez, por 100.000 nascidos vivos. Os dados são estimados por meio de um modelo de regressão que utiliza informações sobre a proporção de óbitos maternos entre os óbitos não relacionados ao HIV-SIDA em mulheres de 15 a 49 anos, a fecundidade, a presença de profissionais qualificados no parto e o Produto Interno Bruto (PIB) medido pela paridade do poder de compra.

Relatório Final

a cirurgia ginecológica. Estas ações visaram aumentar a capacidade de resposta das unidades de saúde às necessidades da população, sobretudo no domínio dos cuidados especializados, tradicionalmente caracterizado por fortes constrangimentos em termos de recursos humanos qualificados, e essenciais para a melhoria dos cuidados da saúde da mulher e materna.

A implementação do IANDA Guiné Saudi apoiou-se num quadro de cooperação técnica que combinou assessorias, assistência técnica especializada, formação e capacitação institucional, bem como atividades de recolha e análise de informação para apoio à tomada de decisão. A intervenção foi concebida e executada em alinhamento com os princípios da *International Health Partnership* (IHP+), promovendo a coordenação entre os diferentes parceiros do setor e o reforço da liderança nacional, numa lógica de apropriação progressiva dos mecanismos e instrumentos desenvolvidos.

A Cooperação Portuguesa, através do Camões, I.P., desempenhou uma liderança fundamental na gestão da intervenção, beneficiando de um conhecimento aprofundado do contexto do setor da saúde na Guiné-Bissau e de uma relação de parceria de longa data com as autoridades nacionais.

Resultados observados e sinais de impacto

De acordo com a análise da intervenção até setembro de 2023 (em detalhe na resposta QA3 do relatório final) a eficácia global da componente de saúde reflete progressos técnicos significativos, embora limitados pelo contexto institucional e pelas restrições operacionais.

O IHMT/NOVA concentrou esforços no apoio estruturado ao MINSAP, com destaque para o acompanhamento do processo de planeamento, gestão e capacitação do setor da saúde. A revisão do PNDS III, atividade central do projeto, foi concluída com a entrega do documento final em janeiro de 2023. Este atraso comprometeu a implementação completa das atividades de monitoria previstas no quadro lógico do Programa, limitando a capacidade de avaliar de forma contínua os resultados e indicadores de progresso. Apesar destes desafios, os esforços de capacitação regional e fortalecimento da coordenação do setor, assim como o estabelecimento de parcerias com outros financiadores, contribuíram para avanços na organização e gestão do sistema nacional de saúde, ainda que de forma parcial. Estes resultados refletem a importância da intervenção como catalisador técnico, mas evidenciam a necessidade de ajustar os objetivos do quadro lógico às realidades institucionais e à esfera de influência direta da intervenção.

Para além dos avanços já referidos, foram realizadas reuniões e diagnósticos junto das Direções Regionais de Saúde, que servirão de base a um plano de formação e ao desenvolvimento de ferramentas de gestão e de planeamento. No âmbito da coordenação do setor, realizou-se em 2022 a primeira reunião do Comité de Coordenação do Setor da Saúde, um marco institucional que reuniu cerca de 70 participantes. A preparação do Workshop sobre a Reorganização do Setor Hospitalar também avançou, com uma reorientação temática para o planeamento e gestão, reforçando sinergias com outras atividades em curso.

Relatório Final

Finalmente em 2022, a implementação da intervenção registou progressos significativos apesar dos desafios. Destacam-se os avanços na elaboração do PNDS III, em estreita colaboração com o Governo da Guiné-Bissau, bem como o sucesso das formações estratégicas, que reforçaram as competências de 24 diretores clínicos e de médicos em saúde pública. Verificaram-se progressos sólidos no desenvolvimento do Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Saúde, nos termos de referência das carreiras e na criação de sistemas digitais de gestão, bem como no curso de gestão para chefias de enfermagem. Apresentou-se a execução mais avançada, com a plena retoma da formação médica especializada, beneficiando 24 profissionais e concluindo com êxito a primeira fase de estágios clínicos. Paralelamente, a capacitação pedagógica da Escola Nacional de Saúde culminou na formação de 29 docentes.

O investimento em políticas públicas, monitoria e avaliação no setor da saúde na Guiné-Bissau tem potencial para transformar a governação do sistema, reforçando a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e a capacidade de orientar recursos escassos para onde produzem maior valor. Quando bem ancorados institucionalmente, estes instrumentos melhoram a qualidade, a equidade e a eficiência dos serviços, contribuindo para um sistema de saúde mais funcional, resiliente e sustentável. Entretanto, a formação especializada de médicos e enfermeiros constitui um dos pilares mais estruturantes para enfrentar a escassez crónica de recursos humanos e a limitada capacidade técnica do setor.

No domínio da formação, os resultados são particularmente sólidos. O apoio à Escola Nacional de Saúde foi concluído com sucesso, sendo que os formandos hoje atuam como docentes na mesma instituição, reforçando a capacidade nacional de formação contínua. No âmbito da formação médica avançada, 24 médicos foram formados e 16 estágios concluídos em Portugal em 2022. Alguns indicadores nacionais refletem sinais de progresso. Por exemplo, a proporção de partos assistidos em unidades de saúde aumentou para 61% em 2023, representando uma melhoria relevante face à linha de base. No entanto, outros indicadores, como o financiamento público da saúde e a cobertura vacinal completa, permanecem fragilmente sustentados, baseados em dados administrativos não triangulados e não atribuíveis diretamente à intervenção, num contexto marcado por pluralidade de financiadores.

Estes resultados demonstram que o Programa contribuiu principalmente para capacitação técnica, planeamento e formação, com efeitos tangíveis na prática clínica e de gestão, mas que os impactos estruturais e de longo prazo continuam dependentes de fatores externos à intervenção, como estabilidade governativa, fortalecimento institucional e continuidade de financiamento. Estes investimentos só produzirão impacto se acompanhados de políticas fortes de retenção, progressão na carreira e integração efetiva dos profissionais no sistema público. A ausência destes mecanismos comprometeu a sustentabilidade do projeto: a saída do país de parte dos profissionais formados, aliada à persistente instabilidade política, reduziu o retorno esperado de um investimento estratégico que poderia ter fortalecido de forma significativa o Sistema Nacional de Saúde. A sustentabilidade dos resultados é,

Relatório Final

portanto, condicionada por: (i) fragilidades estruturais do MINSAP; (ii) Rotatividade de quadros e migração de profissionais formados; (iii) Baixa execução orçamental e atrasos operacionais; (iv) Impacto da pandemia de COVID-19 e instabilidade institucional.

Apesar das limitações, o projeto gerou contributos relevantes para o reforço técnico e organizacional do setor, nomeadamente o fortalecimento da capacidade de planeamento e monitoria; formação de recursos humanos estratégicos e aplicação direta de conhecimentos; melhoria da coordenação setorial e estabelecimento de parcerias internacionais; avanços observáveis em indicadores de serviços clínicos, particularmente na assistência ao parto.

Perceções dos/as beneficiários/as e partes interessadas

De acordo com a perceção dos entrevistados⁵⁸ e inquiridos no âmbito da avaliação, a intervenção é globalmente avaliada de forma positiva, evidenciando um elevado grau de satisfação, relevância e aplicabilidade prática, apesar das limitações identificadas em termos de cobertura e escala. No que respeita ao tipo de apoio recebido, os beneficiários destacam o carácter técnico, integral e especializado da formação, centrada em áreas fundamentais para o reforço do sistema de saúde, tais como saúde pública, epidemiologia, economia da saúde e gestão de recursos humanos. Os conteúdos das formações foram considerados relevantes e alinhados com as necessidades reais de gestão e operação dos serviços de saúde, o que se refletiu numa avaliação muito positiva a nível da sua pertinência, organização e metodologia da formação.

Um dos resultados mais relevantes reportados pelos beneficiários prende-se com a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos – uma vez que foi afirmado que os conteúdos da formação havia já sido aplicados no seu contexto profissional, referindo impactos diretos na gestão de pacientes, na análise de dados clínicos e na melhoria da organização e qualidade dos serviços prestados, com resultados comprovados. A aquisição de competências em epidemiologia, avaliação de programas, gestão e saúde pública é percecionada como tendo reforçado tanto a capacidade técnica como a capacidade estratégica dos participantes, com efeitos concretos na tomada de decisão clínica e programática.

Os beneficiários referem ainda melhorias observáveis nos serviços onde exercem funções, associadas à implementação dos conhecimentos adquiridos, o que sugere um contributo efetivo da intervenção para o fortalecimento da qualidade dos cuidados e da gestão dos serviços de saúde. Estes resultados são particularmente relevantes no contexto de um sistema de saúde marcado por constrangimentos estruturais e carências de recursos humanos qualificados.

⁵⁸ Embora o número de entrevistados tenha sido relativamente menor quando comparando com outros projetos (dado a escala do mesmo no âmbito do Programa e à complexidade da avaliação do mesmo num curto período), os perfis foram considerados estratégicos no âmbito do sistema nacional de saúde, incluindo médicos, diretores de hospitais regionais e responsáveis pela avaliação de programas nacionais. Esta composição sugere que, apesar da participação limitada, a intervenção teve como destinatários profissionais com elevado potencial de influência e de multiplicação do conhecimento adquirido ao nível institucional e territorial.

Relatório Final

No entanto, os inquiridos identificam de forma consistente a necessidade de assegurar a sustentabilidade e continuidade da intervenção. Todos os participantes recomendam a realização de ações de seguimento, formação complementar e acompanhamento técnico, destacando a importância de expandir a iniciativa através de programas de formação mais longos, incluindo mestrados, bem como de aumentar o número de participantes e a abrangência geográfica a nível nacional. Estas sugestões refletem uma percepção clara do valor da intervenção, mas também dos limites do seu alcance atual.

Por fim, no que se refere à dimensão de género, os dados indicam uma representatividade limitada, ainda que compatível com a composição dos quadros profissionais em posições-chave no setor da saúde. Este aspeto é identificado como uma área potencial de melhoria em futuras edições da intervenção.

Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados

Em síntese, a intervenção foi bem-sucedida em termos de relevância, qualidade e efeitos imediatos ao nível das competências individuais e da melhoria dos serviços, sobretudo junto de profissionais estratégicos. Contudo, o seu potencial transformador a nível sistémico dependerá da capacidade de ampliar a escala, reforçar a continuidade das ações de capacitação e assegurar uma cobertura territorial mais ampla e equitativa, de modo a maximizar os efeitos positivos observados, bem como a capacidade do sistema público do país de reter os seus profissionais qualificados nesta área.

Lições aprendidas

1 – Necessidade de um apoio plurianual, progressivo e realista: A experiência da intervenção demonstra que ações de curta duração e com horizontes temporais limitados são insuficientes para produzir mudanças estruturais sustentáveis num setor caracterizado por fragilidades institucionais profundas, elevada rotatividade de quadros e instabilidade governativa. A obtenção de resultados duradouros requer modelos de apoio plurianual, com objetivos progressivos e ajustados à capacidade real de absorção das instituições nacionais, permitindo consolidar capacidades ao longo do tempo e reduzir a dependência de apoios pontuais.

2 – Centralidade dos mecanismos de planeamento, monitorização e avaliação: A limitação observada na monitorização dos resultados, em parte decorrente de atrasos na revisão do PNDS III e da fragilidade dos sistemas de informação, evidencia que intervenções sem mecanismos permanentes de planeamento, monitorização e avaliação comprometem a capacidade de ajustar estratégias, medir resultados e apoiar a tomada de decisão baseada em evidência. O investimento sistemático em Monitoria e Avaliação, incluindo avaliações independentes e produção regular de dados fiáveis, é um pré-requisito para a eficácia e a prestação de contas das políticas públicas no setor da saúde.

3 – Formação sem retenção compromete o retorno do investimento: Embora os resultados em capacitação técnica e formação especializada tenham sido robustos e amplamente valorizados pelos beneficiários, a migração e rotatividade dos profissionais formados limitaram significativamente o

Relatório Final

impacto e a sustentabilidade dos investimentos realizados. Esta experiência evidencia que a formação, por si só, não é suficiente; deve ser acompanhada de medidas estruturais de retenção, incluindo condições de trabalho adequadas, incentivos profissionais e trajetórias de carreira claras, sob pena de se perderem os ganhos obtidos em capital humano.

4 – A autonomização institucional exige planos de transição explícitos e graduais: A dependência continuada de apoio externo e a limitada apropriação plena de alguns instrumentos desenvolvidos revelam a importância de integrar, desde o início, planos de transição claros e realistas. A autonomização das instituições nacionais não ocorre de forma automática com a transferência de conhecimento, exigindo processos graduais, acompanhamento técnico prolongado e definição explícita de responsabilidades, marcos temporais e critérios de saída dos parceiros externos, que gerem a apropriação por parte das instituições.

5 – A coordenação entre parceiros é determinante para a coerência e eficácia das intervenções:

Num contexto caracterizado por uma elevada pluralidade de financiadores e intervenções no setor da saúde, a ausência de mecanismos robustos de coordenação limita a coerência das ações, dificulta a atribuição de resultados e aumenta o risco de duplicações. A experiência do projeto confirma que intervenções mais eficazes são aquelas que se inserem numa lógica de parceria, alinhamento estratégico e complementaridade, reforçando a liderança nacional e maximizando sinergias entre atores técnicos e financeiros.

6 – O impacto sistémico resulta da construção de capacidades institucionais, não da multiplicação de atividades: A evidência recolhida indica que os resultados mais consistentes do Programa foram alcançados onde houve investimento continuado em capacidades institucionais, liderança e governação do setor, em detrimento de intervenções fragmentadas ou isoladas. A consolidação de resultados no setor da saúde depende, assim, menos do volume de atividades executadas e mais da robustez das instituições, da estabilidade das parcerias e do fortalecimento sustentado dos sistemas de governação.

Recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

Para maximizar o impacto e a sustentabilidade das futuras intervenções no setor da saúde na Guiné-Bissau, recomenda-se a adopção de um modelo de apoio plurianual e progressivo, centrado em: reforço institucional do MINSAP e unidades de saúde, desenho e operacionalização de mais e melhores políticas públicas, estabilização e retenção de recursos humanos qualificados no país e no alinhamento rigoroso entre objetivos, indicadores e atividades sob controlo direto das intervenções. Este apoio deverá incluir: (i) o financiamento de mecanismos permanentes de planeamento, monitorização e avaliação — incluindo avaliações independentes e apoio à produção sistemática de dados e estatísticas que possam informar de forma coerente e consistente os processos estratégicos e de decisão descentralizada; (ii) investimentos direcionados à, assistência técnica, formação especializada mas também à criação de condições de trabalho, incentivos de retenção e trajetórias profissionais que mitiguem a intenção de

Relatório Final

migração dos quadros formados; (iii) o desenvolvimento de planos de transição realistas, com foco na gradual autonomização das instituições nacionais; e (iv) a coordenação estreita com outros parceiros técnicos e financeiros, de modo a promover parcerias e evitar duplicações, garantindo a coerência num ambiente de múltiplos doadores. Neste contexto, a consolidação de resultados dependerá menos da multiplicação de atividades isoladas e mais da construção de capacidades institucionais resilientes, de parcerias estáveis e do reforço sustentado dos sistemas de governação do setor da saúde.

Documentação fotográfica



Ginecologista no Centro Saúde Bairro Militar - foto cedida pelo projeto.

Estudo de Caso 7 – Género: Mindjeris na futuro

Contextualização

A Guiné-Bissau enfrenta desigualdades de género profundas e persistentes, que se manifestam de forma particularmente aguda na exclusão social, económica, política e jurídica das mulheres e meninas. Estas desigualdades estão enraizadas em normas socioculturais discriminatórias, significativamente agravadas por décadas de instabilidade política, governativa e institucional, que comprometeram a capacidade do Estado de garantir direitos, serviços e proteção efetiva.

A discriminação contra as mulheres é visível em múltiplos domínios. Práticas como a mutilação genital feminina, o casamento precoce e forçado e a violência doméstica continuam amplamente disseminadas, refletindo padrões de desigualdade profundamente enraizados. As mulheres enfrentam ainda acesso limitado à terra, ao crédito e a outros recursos produtivos, o que restringe severamente as suas oportunidades de autonomia económica.

Relatório Final

No plano institucional, persistem desigualdades no acesso à justiça, à educação e aos serviços de saúde, bem como uma sub-representação feminina nos espaços de decisão política e administrativa. As disparidades de género no mercado de trabalho e na administração pública reforçam ciclos de pobreza e exclusão, colocando mulheres e raparigas numa posição estruturalmente desvantajosa face aos homens.

Descrição da intervenção

Foi assim imperativo, incluir no Programa, a igualdade de género como uma questão transversal em todas as ações. A sua inclusão no desenho do quadro lógico inicial traduziu-se essencialmente através da definição de um Plano de Ação de Género (PAG) e da previsão de ações de sensibilização, formação e produção de materiais.

Este instrumento permitiu estruturar a abordagem à igualdade de género, definir prioridades e orientar a sua integração transversal nas diferentes Ações do Programa. Contudo, o desenho revelou fragilidades estruturais e estratégicas, nomeadamente ao nível de: (i) ausência de indicadores de género suficientemente específicos; (ii) inexistência de metas quantitativas claras; (iii) insuficiente alocação de recursos humanos e financeiros para garantir a implementação contínua do PAG ao longo de todo o ciclo do Programa; e (iv) fragilidade dos mecanismos de recolha de dados desde o início. Estas limitações dificultaram a aferição da intencionalidade e da profundidade da integração do género no desenho inicial e tornaram-se mais evidentes durante a fase inicial de implementação, apelando assim à necessidade de ajustamentos.

A Avaliação Intercalar constituiu, portanto, um momento-chave para o reforço da integração transversal do género. Como consequência direta das recomendações formuladas, os indicadores de género foram revistos e reforçados, permitindo uma monitorização mais eficaz e orientada para resultados na fase final do Programa. A componente de género passou a estar explicitamente integrada nas atualizações do Quadro Global de Monitoria e do Quadro Lógico, representando uma alteração relevante ao desenho original. Este ajustamento reforçou a coerência interna da intervenção e a sua capacidade de prestação de contas em matéria de igualdade de género, demonstrando uma significativa capacidade de adaptação do Programa às evidências produzidas pela implementação.

Ainda assim, após 2024, a escassez de recursos disponíveis condicionou a introdução de novas dinâmicas específicas no âmbito do PAG, sendo que os avanços registados resultaram sobretudo de um compromisso coletivo em dar continuidade à aplicação dos princípios do Plano nas atividades em curso, mais do que da expansão da sua operacionalização.

Resultados observados e sinais de impacto

Na fase de implementação, a integração da igualdade de género tornou-se mais visível e consistente. Segundo dados apresentados pela Unidade de Coordenação, em março de 2024, foram realizadas 193

Relatório Final

ações de informação e/ou sensibilização, 36 ações de formação em género e produzidos 9 materiais educativos, formativos ou informativos, partindo de uma linha de base de inexistência de intervenções nesta área. As ações de formação abrangeram 788 pessoas, das quais 53,8% mulheres, evidenciando uma preocupação clara com o empoderamento feminino, sem excluir os homens dos processos de mudança social, o que contribui para uma abordagem mais transformadora das normas de género. Apesar disso, a ausência de registos sistemáticos nas ações de sensibilização limita a avaliação do seu alcance real.

A participação das mulheres nas atividades do Programa atingiu 47,2%, um valor próximo da paridade, embora com diferenças significativas entre Ações. Projetos de horticultura apresentaram níveis de participação feminina muito elevados (cerca de 90%), refletindo um desenho ajustado às realidades locais e aos papéis de género existentes, enquanto projetos de infraestruturas, produção avícola e saúde registam uma participação feminina mais reduzida (cerca de 30% ou menos), revelando constrangimentos estruturais e socioculturais que nem sempre foram plenamente ultrapassados.

No que respeita à participação das mulheres em lugares-chave de decisão, a percentagem de 45,7% aproxima-se da sua participação global nas atividades, indicando avanços relevantes na promoção da liderança feminina, ainda que persistam disparidades entre projetos.

Para além dos resultados mensuráveis ao nível dos indicadores, a avaliação final evidencia efeitos transformadores na vida das mulheres, que se situam mais claramente ao nível da teoria da mudança do que do quadro lógico.

Expressões como “as mulheres estão menos cansadas e mais bonitas” partilhadas por beneficiários traduzem melhorias concretas no bem-estar, na carga de trabalho e na qualidade de vida. Destacam-se, nomeadamente:

- (i) a melhoria do acesso aos serviços de saúde através das intervenções em estradas, com impacto direto na saúde da mulher (particularmente das grávidas) e diminuição da mortalidade materna;
- (ii) o acesso à água e à energia em projetos como o *Lus ku iagu*, libertando tempo das mulheres e reforçando o seu protagonismo social como gestoras comunitárias dos fontanários⁵⁹; em alguns casos, confirmou-se que o rendimento complementar originado por esta gestão não só reforçou a capacidade económica destas, que investem na sua educação, em empreendedorismo ou nos seus filhos (saúde, nutrição e educação essencialmente).
- (iii) o papel central das mulheres na avicultura familiar – como gestoras do negócio - e na produção de arroz – como as “guardiãs das sementes” e/ ou as gestoras comunitárias das máquinas de transformação atribuídas pelo Programa; gestão essa que se traduz em reforço do seu estatuto

⁵⁹ A grande maioria de fontanários é gerido por mulheres.

Relatório Final

na comunidade, na sua autonomia económica, com efeitos diretos na educação, gestão da saúde e nutrição dos seus filhos;

- (iv) os efeitos positivos das Hortas (uma vez libertadas de tarefas penosas e delongadas como a recolha, transporte de lenha e água), permitiu que as mulheres apostassem na transformação de produtos agrícolas bem como a sua venda nos mercados mais próximos, o que se traduziu também em reforço da economia familiar;
- (v) o enfoque em mulheres e jovens no reforço da sociedade civil lançou as sementes para a transformação no futuro; salvo raras exceções, em todas as entrevistas e encontros da avaliação, registou-se a presença e participação de mulheres, inclusive promovida pelas comunidades envolvidas.
- (vi) os benefícios diretos das ações de formação na área da saúde, incluindo a especialização em áreas críticas para a saúde da mulher, teve efeito direto na melhoria da saúde das mulheres e das meninas, bem como dos seus potenciais filhos, na medida em que melhorou o acompanhamento das gravidezes e dos partos.

O Programa integrou a igualdade de género de forma consistente e progressiva, alcançando resultados positivos ao nível da capacitação, da participação e da liderança feminina, com impactos relevantes na vida das mulheres. Apesar das fragilidades iniciais no desenho, os ajustamentos introduzidos permitiram melhorar a eficácia da intervenção e reforçar os seus efeitos. A consolidação das capacidades institucionais e das boas práticas em matéria de género constitui um legado importante, cuja sustentabilidade dependerá da sua integração sistemática no desenho de futuras intervenções e políticas públicas.

Percepções dos/as beneficiários/as e partes interessadas

De um modo geral, as percepções dos/as beneficiários/as e das partes interessadas relativamente à integração da abordagem de género no Programa são mistas, refletindo simultaneamente reconhecimento da relevância do tema e frustrações quanto às limitações na sua operacionalização prática.

O Manual de Género é reconhecido, por equipas de projeto e parceiros, como um instrumento conceitualmente pertinente e alinhado com as prioridades do Programa. No entanto, o atraso na sua disponibilização no terreno condicionou fortemente a sua apropriação pelas Ações, sendo percecionado como um fator crítico que limitou a sua integração nos ciclos normais de planeamento e implementação.

A formação de reciclagem promovida pela UdC, em outubro de 2023, foi avaliada de forma globalmente positiva em termos de participação e intenção pedagógica, sendo vista como uma tentativa relevante de relançamento do instrumento. Ainda assim, várias partes interessadas consideram que a formação, embora útil, não foi suficiente para ultrapassar constrangimentos estruturais enfrentados pelas Ações,

Relatório Final

nomeadamente a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos humanos e financeiros e os calendários de execução já muito comprimidos.

Entre os/as beneficiários/as indiretos/as, em particular nas zonas rurais, emerge a perceção de que alguns conteúdos do manual são excessivamente abstratos ou distantes da realidade quotidiana, o que dificulta a sua compreensão e aplicação prática, sobretudo em contextos de baixa literacia.

O instrumento de monitorização das alterações de comportamento face ao género, incluído no manual, é perçecionado pelas equipas de terreno como demasiado complexo e tecnicamente exigente. Facilitadores/as comunitários/as e técnicos/as com pouca formação específica em género consideram que a grelha de observação não é facilmente “operacionalizável”, o que explica a sua não utilização durante o período de reporte. Esta perceção sugere a necessidade de simplificação metodológica ou de reforço significativo de capacitação.

Em contraste com as dificuldades sentidas ao nível da implementação direta, o eixo de comunicação e visibilidade com enfoque no género é perçecionado de forma claramente positiva. As partes interessadas reconhecem valor nos produtos desenvolvidos — documentário, animação temática e programas radiofónicos — considerando-os formatos acessíveis, culturalmente adequados e com elevado potencial de sensibilização.

Entre os/as beneficiários/as, estas iniciativas são vistas como contributos importantes para abrir espaço de diálogo sobre discriminação de género, aumentar a consciencialização e legitimar a discussão pública do tema, mesmo em contextos onde persistem resistências socioculturais.

Os *policy briefs* produzidos no âmbito da Assistência Técnica de Género são valorizados sobretudo por decisores, parceiros institucionais e organizações da sociedade civil, que os perçecionam como instrumentos úteis para reflexão estratégica, advocacia e diálogo político.

Em síntese, os/as beneficiários/as e as partes interessadas reconhecem a importância estratégica da abordagem de género no Programa e valorizam os esforços realizados em matéria de comunicação, visibilidade e produção de conhecimento. Contudo, persiste uma perceção clara de que a operacionalização prática do Manual de Género ficou aquém das expectativas, devido a constrangimentos temporais, operacionais e metodológicos, bem como à limitada adequação de alguns instrumentos aos contextos e capacidades locais.

Fatores de sucesso e constrangimentos enfrentados

Para além das transformações já observadas, a análise de género identifica fatores positivos de mudança. Nomeadamente, a igualdade de género como um tema constante e bem acolhido em todas as discussões no âmbito da avaliação (inclusive com os beneficiários e beneficiárias nas comunidades). Entende-se que o programa desempenhou um papel na advocacia pelos direitos das mulheres, a sua visibilidade e sua

Relatório Final

inclusão nas atividades. Porém não é garantido que isso tenha efeitos diretos no que se refere ao seu reconhecimento na participação política ou no combate à violência de género, por exemplo.

Não obstante os progressos registados, subsistem desafios estruturais que continuam a limitar a concretização da igualdade de género e que devem ser o foco no futuro. As mulheres e meninas continuam a enfrentar desvantagens sistemáticas em praticamente todos os setores públicos, desde o acesso desigual a serviços básicos até à ausência de direitos de propriedade e de oportunidades económicas equivalentes, e finalmente à justiça (que contribuiria para a prevenção da violência de género em geral).

Lições aprendidas e recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

A experiência do Programa demonstra que a integração da igualdade de género no desenho inicial é determinante para a eficácia e coerência da intervenção. Embora a existência de um Plano de Ação de Género tenha assegurado a relevância do tema desde o início, a ausência de indicadores específicos, metas quantificadas e recursos adequados limitou a intencionalidade e a mensurabilidade dos resultados. A necessidade de reforço posterior da abordagem de género evidencia que a integração transversal das questões de género deve ser incorporada de forma estruturada e operacional desde a fase de conceção, para garantir maior eficácia, coerência e possibilidade de prestação de contas.

Recomendações para a continuidade ou replicação da intervenção

Recomenda-se que futuras intervenções integrem a igualdade de género de forma estruturada, participativa e vinculativa desde a sua fase de conceção, assegurando a definição de objetivos claros, indicadores específicos, metas quantificadas e recursos adequados para a sua implementação e monitorização ao longo de todo o ciclo do Programa. Esta abordagem permitirá reforçar a eficácia e a coerência das intervenções, potenciar impactos transformadores na vida das mulheres e garantir a sustentabilidade dos resultados alcançados em matéria de igualdade de género.

A promoção da igualdade de género na Guiné-Bissau está não só intrinsecamente ligada à “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que reconhece a igualdade de género como um direito humano fundamental, como é um pilar determinante e essencial para a paz, prosperidade e sustentabilidade. Assim sendo, o empoderamento das mulheres e a eliminação dos obstáculos legais, sociais e económicos que limitam os seus direitos e oportunidades constituem vetores estratégicos para o desenvolvimento inclusivo e sustentável de qualquer Programa a implementar na Guiné-Bissau.

Documentação fotográfica



Mulher a transportar lenha na Tabanca Elalab, Guiné-Bissau

ANEXO 13: RIZICULTURA DE MANGAL NA GUINÉ-BISSAU

Ecossistemas de mangal na África Ocidental e da Guiné-Bissau

Os mangais são ecossistemas costeiros especializados, compostos por flora e fauna adaptadas a ambientes salinos e influenciados pelas marés. À escala global, estes ecossistemas cobrem entre 145 000 e 147 000 km² (FAO, 2007; Leal & Spalding, 2022) e incluem aproximadamente 70 espécies (Spalding, Blasco & Fielding, 1997). Na África Subsariana, ocorrem 17 espécies de mangal distribuídas por 26 países; na África Ocidental registam-se 8 espécies.

Na África Ocidental, os mangais estendem-se desde o Senegal até à República Democrática do Congo, podendo penetrar para o interior ao longo de grandes sistemas fluviais. Em contextos insulares influenciados por plumas fluviais, como o Arquipélago dos Bijagós, verificam-se condições favoráveis ao desenvolvimento e expansão do mangal (AFROL, 2002).

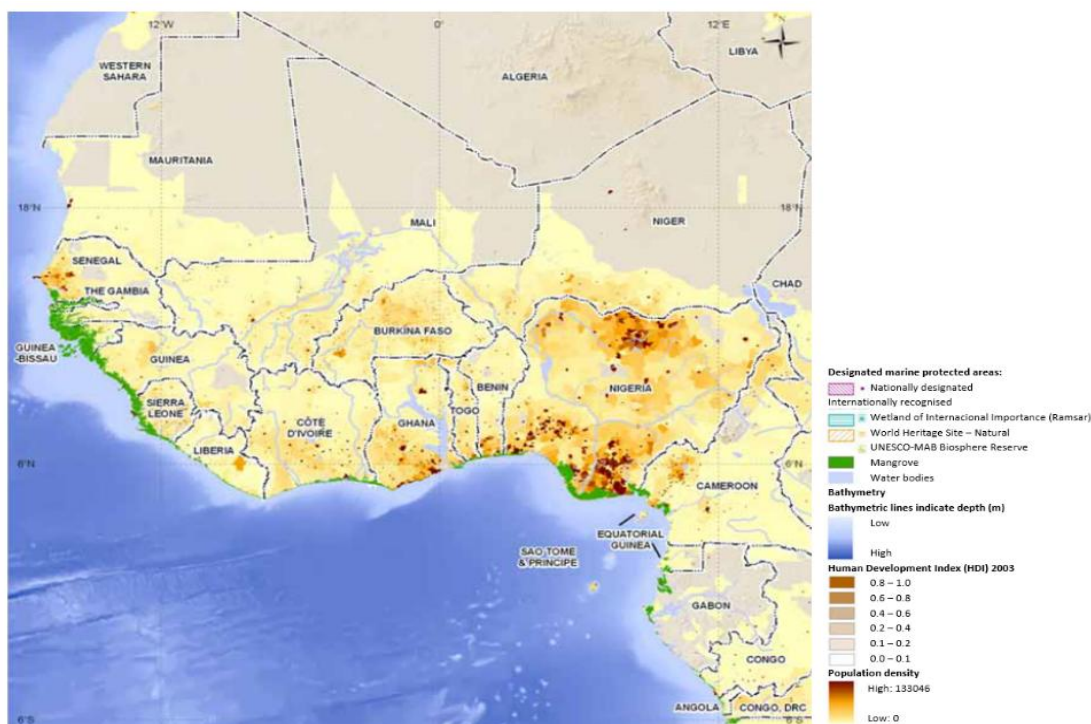


Figura 5. Distribuição dos mangais em relação à densidade populacional na África Ocidental (Fonte: UNEP, 2007).

Do ponto de vista ecológico, os mangais contribuem para a estabilização costeira, a redução da erosão, a filtragem de poluentes, a regulação dos ciclos de nutrientes e o suporte a elevada diversidade biológica, incluindo funções de viveiro para peixes e crustáceos. Adicionalmente, armazenam quantidades relevantes de carbono, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas (Dahdouh-Guebas et al., 2005).

Relatório Final

Apesar desta importância, os mangais estão entre as florestas tropicais mais ameaçadas. Na África Ocidental, registou-se uma perda de cerca de 30% da cobertura de mangal entre 1980 e 2006 (UNEP, 2007), associada, entre outros fatores, à extração de madeira, à agricultura, à aquacultura, à expansão urbana e ao desenvolvimento de infraestruturas (Feka & Ajonina, 2011).

A Guiné-Bissau ocupa o segundo lugar na África Ocidental em termos de cobertura de mangal, com estimativas de cerca de 3 127,9 km², correspondendo a 8,66% do território nacional. As maiores áreas contínuas concentram-se em Cacheu, Mansoa, Tombali e nas ilhas de Orango. Historicamente, a cobertura de mangal sofreu um declínio de cerca de 52% entre 1940 e 1990 (Sá, 1994); contudo, nas últimas décadas observam-se sinais de maior estabilidade e redução das pressões de desflorestação (Cozzolino et al., 2023).

Os mangais distribuem-se por deltas fluviais, estuários, baías e lagoas, desenvolvendo-se em solos lamosos e salinos, ricos em matéria orgânica. A vegetação inclui, entre outras, *Rhizophora racemosa*, *Rhizophora mangle*, *Avicennia africana*, *Avicennia germinans*, *Laguncularia racemosa* e *Conocarpus erectus* (UICN, 1994). A sua distribuição reflete a influência das marés e dos gradientes de salinidade (Marius, 1985).

Estes ecossistemas sustentam uma fauna abundante, incluindo o peixe-boi-da-África Ocidental (Silva & Araújo, 2001), tartarugas marinhas (Catry, 2008; Catry et al., 2009), hipopótamos e aves migratórias. A topografia baixa do país, combinada com uma rede hidrográfica densa e com o Arquipélago dos Bijagós, favorece a elevada produtividade ecológica do mangal.

Sistema de Produção de Arroz em Sapais de Mangal

A cultura de arroz de mangal, em particular o Sistema de Produção de Arroz em Sapais de Mangal (em inglês *Mangrove Swamp Rice Production System* - MSRPS), constitui uma prática agrícola histórica e integrada no funcionamento ecológico dos sapais costeiros, relevante para a segurança alimentar e para a identidade cultural no país. Praticado em zonas de baixa altitude influenciadas pelas marés, envolve desmatagem seletiva, construção de diques em terra, parcelamento e gestão cuidadosa dos fluxos de água doce e salobra. O sistema depende das chuvas e da lavagem por marés para reduzir a salinidade, recorrendo a sementes e métodos tradicionais, com uso mínimo de insumos industriais.

Este sistema é praticado sobretudo por grupos costeiros, incluindo os Balanta, que detêm conhecimento ancestral sobre a gestão das marés e dos solos (Conde et al., 2024; D'Amico et al., 2024). As parcelas podem incluir bolanha salgada, bolanha doce, bolanha novo e orike de pisca (Marzouk, 1991).

Dinâmicas Ambientais, Limitações e Resiliência dos Sistemas de Arroz de Mangal

Dos 306 000 ha potencialmente adequados para o arroz irrigado, apenas cerca de 16% estão atualmente cultivados. As produtividades médias mantêm-se baixas, em torno de 1.7 t/ha (FAO, 2022).

Relatório Final

Em Guiné-Bissau praticam-se três principais sistemas de produção de arroz:

- Arroz de mangal (principalmente em Tombali e Quinara), com gestão simplificada da água para controlo da salinidade e da acidez do solo - potencial: 106 000 ha.
- Arroz de várzea, em depressões naturais que inundam durante a estação das chuvas - potencial: 200 000 ha, com 29 369 ha atualmente utilizados.
- Arroz de sequeiro/planalto, baseado em práticas de corte e queima, muitas vezes em transição para plantações de caju - cerca de 33 000 ha cultivados.

As partes inferiores dos campos de arroz de mangal são delimitadas pela vegetação de mangal (tarrafe). Estas plantas funcionam como barreiras naturais; quando a energia das ondas diminui, os níveis de água passam a ser regulados através de diques de terra compactada. Em determinados períodos do ano, os agricultores permitem que a água salgada das marés inunde os arrozais para fornecer nutrientes e impedir o crescimento de plantas invasoras.

O conceito de cadeia de valor, introduzido por Michael Porter na década de 1980, refere-se à sequência de atividades que criam valor desde as matérias-primas até aos produtos finais. Na agricultura, as cadeias de valor correspondem, de forma abrangente, ao que a literatura francófona designa por filières, representando todos os estágios de produção, transformação e comercialização de um determinado produto.

Na Guiné-Bissau, a agricultura é a base da economia nacional, representando cerca de 50% do PIB, 80% do emprego e mais de 90% das receitas de exportação (FAO, 2022).

O cultivo de arroz é realizado por cerca de 90 000 pequenos produtores, representando aproximadamente 600 000 pessoas (mais de um terço da população total), com uma área média cultivada de 0.5 a 1 hectare por produtor. O cultivo de arroz de mangal, especificamente, é praticado por mais de 22 000 produtores (cerca de 180 000 pessoas, ou aproximadamente um décimo da população do país).

É importante notar que os rendimentos do arroz de mangal são geralmente mais elevados - devido à maior fertilidade do solo - mas também mais variáveis, por estarem mais expostos a fatores climáticos e marinhos. Dado que o arroz de mangal na Guiné-Bissau se destina sobretudo ao autoconsumo, os canais de comercialização são maioritariamente informais.

A salinidade dos solos, a variabilidade da precipitação e a erosão costeira influenciam fortemente a produtividade. Entre os principais desafios destacam-se a elevada salinidade que reduz o crescimento das plantas, a precipitação excessiva que provoca encharcamento, a precipitação insuficiente que limita a lavagem dos sais, a subida do nível do mar e variabilidade climática que alteram os regimes de marés, bem como a escassez de mão-de-obra que reduz a capacidade de manter diques e sistemas de drenagem.

Relatório Final

Apesar destas limitações, os arrozais de mangal criam interações sinérgicas com os ecossistemas circundantes, melhorando a qualidade do solo, estabilizando as zonas costeiras e sustentando a biodiversidade. Contribuem igualmente para reforçar a resiliência local ao manter a produção alimentar sem recurso a insumos químicos.

Os ecossistemas de mangal fornecem múltiplos serviços essenciais, atuando como importantes reguladores climáticos através do sequestro de carbono e oferecendo proteção natural contra a erosão costeira. Contribuem para a purificação da água e para a retenção de sedimentos, garantindo a qualidade ambiental dos territórios costeiros. Além de abrigarem elevada biodiversidade, desempenham um papel central na identidade cultural e nos meios de subsistência das comunidades que dependem dos recursos do mangal. Estudos de valoração económica (por exemplo, a avaliação do IBAP de 2024) destacam o significativo capital natural proporcionado pelos sistemas socio ecológicos de mangal na Guiné-Bissau.

Importância sociocultural e económica

Embora a produção nacional de arroz continue insuficiente para satisfazer a procura interna o valor ecológico, social e cultural dos sistemas de arroz de mangal permanece fundamental.

Os sistemas de arroz de mangal constituem uma parte fundamental do património cultural nacional, refletindo conhecimentos ancestrais transmitidos entre gerações e práticas comunitárias que moldam a relação das populações com o território. Para além de representarem um método tradicional de gestão da terra, estes sistemas fortalecem a segurança alimentar das famílias. Desempenham igualmente um papel central na promoção da coesão comunitária e da identidade social, uma vez que o trabalho coletivo e as dinâmicas de entreajuda são elementos estruturantes dessas práticas agrícolas. Contribuem também para as economias locais, como a pesca e outros subprodutos associados ao ecossistema de mangal. A preservação da agrobiodiversidade é outro dos seus benefícios, uma vez que mantém variedades tradicionais adaptadas a condições ambientais específicas.

A subida do nível do mar, as alterações nos padrões de precipitação, a variabilidade climática e as pressões socioeconómicas continuam a ameaçar estes sistemas. Preservar e revitalizar os sistemas de arroz de mangal é essencial para apoiar o desenvolvimento sustentável, reforçar a resiliência climática e salvaguardar uma das mais valiosas tradições socio ecológicas da Guiné-Bissau.

Referências bibliográficas

AFROL (2002). *Mangroves of Western Africa threatened by global warming*. In: Afrol news available at http://www.afrol.com/Categories/Environment/env019_mangroves_threatened.htm.

Arrus di Guiné-Bissau. (n.d.). Plataforma digital Arrus <https://www.arrusdiguinebissau.com/>.

Catry, P., Barbosa, C., Paris, B., Indjai, B., Almeida, A., Limoges, B., Pereira, H. (2009). *Status, ecology, and conservation of sea turtles in Guinea-Bissau*. In: *Chelonian conservation and biology*, 8(2): pp.150-160.

Relatório Final

Cozzolino, G., Biague, M., Bazzucchi, D. (2023). *Avaliação económica dos serviços ecossistémicos dos mangais para medir a contribuição na economia nacional*. Instituto da biodiversidade e das áreas protegidas (IBAP).

Dahdouh-Guebas, F., Jayatissa, L. P., Di Nitto, D., Bosire, J. O., Lo Seen, D., Koedam, N. (2005). *How effective were mangroves as a defence against the recent tsunami?*(vol 15, pg R443, 2005). In: Current biology, 14.

FAO. (2022). *Relatório sobre Cadeias de Valor Agrícolas*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

Feka, N. Z., Ajonina, G. N. (2011). *Drivers causing decline of mangrove in west-central Africa: a review*. In: International journal of biodiversity science, ecosystem services & management, 7(3), pp.217-230.

FAO (2007). *The world's mangroves 1980-2005. A thematic study prepared in the framework of the global forest resources assessment 2005*. In: Forestry department, 153.

LVIA. (2025). *Relatório Narrativo Final – IG! Arrus* (FED/2018/404-381). LVIA.

LVIA. (2022). *Relatório Final de Engenharia Rural – FED/2019/408-408*. LVIA.

Marius, C. (1985). *Mangrove du Sénégal et de la Gambie: écologie, pédologie, géochimie, mise en valeur et aménagement*, ORSTOM édition, Paris-Bondy, pp.309.

Marzouk, Y. (1991). *Histoire des conceptions hydrauliques étatiques et paysannes en Basse-Casamance, Sénégal, 1960-1990*. In: Savoirs paysans et développement, Orstom, Karthala, pp.61-97.

Missão de Avaliação 2025. (2025). Entrevistas e observações de campo. Dados não publicados.

Sá, J, Cormier-Salem, M.-C. (1994). *La planification côtière de Guinée-Bissau*. In Actes de l'atelier de travail dynamique et usages de la mangrove dans les pays des rivières du sud (du Sénégal a la Sierra Leone), Dakar, 8 -15 mai 1994. Paris, France. Pp.353.

Silva, M.A. & Araújo, A. (2001). Distribution and current status of the West African manatee (*Trichechus senegalensis*) in Guinea-Bissau. Marine Mammal Science, 17(2), 418–424. <https://doi.org/10.1111/j.1748-7692.2001.tb01285.x>

UNEP (2007). *Mangroves of Western and Central Africa*. UNEP-Regional Seas Program/UNEP-WCMC.